CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

LENDAS DE EXU SOB OS HOLOFOTES DA EDUCAÇÃO

Maria Cristina Marques

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador:

Prof. Sérgio Luiz de Souza Costa, D.Sc.

Rio de Janeiro
Novembro 2014

LENDAS DE EXU SOB OS HOLOFOTES DA EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Maria Cristina Marques

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Sérgio Luiz de Souza Costa D.Sc. (orientador)

_____

Profª. Maria Renilda Nery Barreto, D.Sc.

_____

Profª. Talita de Oliveira, D.Sc.

_____

Prof. Luiz Gasparelli Junior, D.Sc.

Rio de Janeiro

Novembro 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

M357 Marques, Maria Cristina
Lendas de Exu sob os holofotes da educação / Maria Cristina Marques.—2014.
xii, 176f. + anexos : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2014.
Bibliografia : f. 168-176
Orientador : Sérgio Luiz de Souza Costa

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Literatura infanto-juvenil. 3. Liberdade religiosa. 4. Exu (Orixá). I. Costa, Sérgio Luiz de Souza (Orient.). II. Título.

CDD 379.260981

Dedicatória

Dedico toda esta defesa, primeiramente, a Exu, orixá da dinâmica, senhor dos caminhos e da felicidade, por ter sido ele, o motivo destes estudos. Depois, dedico a você, Lauro Lamartine Salema da Silveira, por ter sido essencial em minha vida, nos momentos em que passei dias, sentada escrevendo. Você estava lá, como um pai, companheiro, amigo, independentemente de qualquer coisa relacionada às nossas vidas. Servindo-me, dando-me tudo de que eu necessitava para somente escrever. Você que contribuiu, comprando muitas bibliografias pedidas por mim. Você, que esteve presente em minhas angústias com o caso Lendas de Exu, e foi meu guia, socorro presente, quando a mídia anunciava o caso e eu sofria ainda mais. Você, que assistiu a todo o meu tormento, eis a nossa luta, o nosso compromisso com Exu. E, finalmente, aos meus netos: Thalles Tarcísio e Kauã, para que, um dia, se orgulhem da luta travada pela religiosidade afro, através de sua avó e quiçá, escrevam sobre ela.

Agradecimentos

Ao meu ilustre orientador, Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza Costa, companheiro desde o início da jornada, enviado dos Orixás, que me ajudou muito na pesquisa, dando-me direção, parando-me, quando fosse necessário parar, escutando as minhas angustias, enfim, um grande profissional da Educação. Obrigada pelo carinho, a paciência em me ouvir, em entender a minha história de vida, o meu propósito acadêmico e me incentivar ainda mais com o meu objeto de estudo;

Aos meus médiuns: Aída Lima Rodrigues, Marisa Motta Chaves, Carmem Lucia Braga Fernandes Caixeiro Talomei e Rogério Larama do CROHR – Círculo Religioso Ogum, Hórus & Rá, que me acompanharam e emanaram energias positivas nas inscrições do mestrado;

A Nelson Lopes Santiago, pelo primeiro impulso do mestrado, e por ter escrito sobre o caso Lendas de Exu, em sua especialização na UFRJ e assim, contribuir ainda mais inserindo o meu caso, nos meandros acadêmicos;

Ao meu ortopedista José Roberto Dias, que me incentivou a defender Exu, por ser o mesmo defensor de nossa religiosidade;

Ao meu companheiro de trabalho, na época, Superintendente Acadêmico da FUNEMAC, Meynardo Rocha, que me fez coordenadora do NEEDE – Núcleo de Estudos e Diversidade Étnico Racial, num momento em que o caso Lendas de Exu repercutia e ninguém queria por perto, “a professora que falava de macumba”;

Ao meu amigo Rodrigo Araújo, por cobranças constantes para que me tornasse uma mestranda;

In Memoriam à minha avó paterna e meu pai que tanto me incentivaram aos estudos, mesmo não tendo eles o devido conhecimento das letras.

"*O estudo do sentimento religioso é o melhor caminho para se penetrar na psicologia de um povo. Leva diretamente a esses estratos profundos do inconsciente coletivo, desvendando-nos essa base emocional comum, que é o verdadeiro dínamo das realizações sociais*."

Arthur Ramos, em *O Negro no Brasil*

RESUMO

LENDAS DE EXU SOB OS HOLOFOTES DA EDUCAÇÃO

Maria Cristina Marques

Orientador: Sérgio Luiz de Souza Costa

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O ponto central desta pesquisa é a Literatura ligada ao tema de África e Brasil, principalmente as narrativas ligadas aos mitos do panteão africano. O que se procura é buscar fundamentos que possam atenuar o preconceito religioso, com a aplicabilidade da mitologia africana nos estudos de Língua Portuguesa, que se insere na Lei 10.639/2003, legislação que introduz noções e conceitos de educação inclusiva num Brasil multicultural. Torna-se necessário suscitar intensos debates entre os diversos atores no cenário político, pedagógico, religioso e acadêmico de modo que se construa uma agenda para esses tipos de enfrentamento e amenize a aplicabilidade dessa mitologia. O mito envolvido nesse trabalho é Exu, personagem da obra de Adilson Martins (2009). Nesta concepção de defesa do panteão africano, adentra-se no conceito de Arquivo, não no sentido de se entendê-lo por completo, ou seja, de adentrar no mundo literário escolhido por quem separa os escritos, mas no sentido de restos, em especial na experiência de memórias, de retorno a um momento de seus escritos. Para tanto, a intenção foi introduzir ideias e análises que demandam um aprofundamento da demonização atribuída a Exu, através de escritos já empoeirados e quase inexistentes. Para estas fundamentações, abusa-se de teóricos como Derrida e Foulcault. Destacam-se as religiosidades de Umbanda e de Candomblé, pois estão nelas, inserida o panteão africano que corresponde a mitologia africana. Além disso, esses escritos têm exatamente o propósito de se tentar esclarecer o porquê da cultura religiosa do negro, ser tão temida pelos colonizadores, e atualmente, por outros credos. Construído a partir de um olhar misterioso, através de benzeduras, sangrias, manipulação herbária e outros processos magísticos, a população diaspórica africana trouxe consigo, nos calabouços dos navios negreiros, a profissão de curandeiro praticada em suas aldeias de sua terra de berço.Por esse vieses, percebe-se o embate em relação a essas narrativas nas escolas, no que tange a sua aplicabilidade quando um educador recebe as alcunhas pejorativas por parte de alunos, e pelos próprios profissionais da área da Educação. Nesses meandros, considera-se que a literatura infantil contribuirá para a formação identitária e a superação de estereótipos presentes, não apenas no meio escolar, mas em toda sociedade. Acredita-se que a prática literária que leva a sério o conteúdo da Lei, em ênfase, tem o compromisso ético para o fortalecimento de identidades.

Palavras-chave:

Lei 10.639/2003; Literatura Infanto-juvenil; Exu; Intolerância Religiosa

Rio de Janeiro

Novembro 2014

ABSTRACT

TALES OF EXU IN THE SPOTLIGHT OF EDUCATION

Por: Maria Cristina Marques

Advisor: Sérgio Luiz de Souza Costa

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, as partial fulfillment of the requirements for the degree of master.

The central point of this research is the literature in the subject area of Africa and Brazil, mainly the narratives linked to the myths of the African pantheon. What is searching for is to seek grounds that can mitigate religious prejudice, with the applicability of African mythology in studies of Portuguese Language, which is included in the Law 10.639 / 2003, legislation introducing inclusive education notions and concepts in a multicultural Brazil. It is necessary to raise intense debate between the various actors in the political, educational, religious and academic setting so that they build an agenda for these types of coping and soften the applicability of this mythology. The myth involved in this work is Eshu, the work character Adilson Martins (2009). In this conception of defense of the African pantheon, is entered on the concept of file, not in order to understand it completely, ie enter the literary world chosen by whom separates the writings, but in the sense remains, especially the experience of memories, return to a time of his writings. Therefore, the intention was to introduce ideas and analyzes that require a deepening of demonization assigned to Eshu, through written already dusty and almost nonexistent. For these foundations, abuses are theoretical as Derrida and Foucault. We highlight the religiousness of Umbanda and Candomblé, as they are in them, inserted the African pantheon corresponding to African mythology. Moreover, these writings have exactly the purpose of trying to clarify why the religious of black culture, is so feared by the settlers, and currently, by other faiths. Constructed from a mysterious look through enchantments, bloodletting, herbal handling and other processes magísticos, African diasporic population brought with it, the dungeons of slave ships, the healer profession practiced in the villages of its land berço.Por this biases, we can see the struggle for these narratives in schools, with respect to its applicability as an educator receives the pejorative nicknames by students, and the own Education professionals. In these intricacies, it is considered that children's literature contribute to identity formation and overcoming stereotypes present, not only in schools but throughout society. It is believed that the literary practice that takes seriously the content of Law in emphasis is ethically committed to the strengthening of identities.

Keywords:

Law 10.639 / 2003; Children's literature; Eshu; Religious Intolerance

Rio de Janeiro

Novembro 2014

Sumário

Introdução.....1

I Da biblioteca de um colégio – o aluno – o livro 6

I.1 - O fanatismo contra o deus mitológico 6

I.2 - Os contos lúdicos *Lendas de Exu*, a religiosidade e a sustentabilidade de seus deuses…..... 9

I.3 - O Exu na mitologia parafraseada de Martins 13

I.4 - A obra em sua totalidade: importância e aplicabilidade 16

I.5 - As imagens de Exu na concepção dos alunos 21

I.6 - As ilustrações do livro, a cor negra dos negros e elementos imagéticos Sagrados.....22

I.7 - Uma retomada do acontecido – o caso bem contado pelo lado de cá 23

I.8 - Começa, então, "a guerra santa" 26

I.9 - Considerações finais deste capítulo 32

II O conceito de Arquivo ligado à religião afro – Exu entra em cena 33

II.1 - O Arquivo e seus estudiosos 34

II.2 - Memórias da religiosidade africana, na contemporaneidade, pedem passagem na Educação 41

II.3 - Orixás, espírito desencarnado, personagem dos contos de África, transmutação do panteão religioso em mito africano, na Educação?..... 45

II.4 - Os Arquivos raros de memória de Exu 46

II.5 - Religiosidade e cultura 50

II.6 - Considerações finais deste capítulo 51

III Crenças religiosas, mesmo sem quere, fazem parte do *ethos cultural* brasileiro 54

III.1 - Os protestantes disputam espaço com o catolicismo 58

III.2 - O espiritismo pelo mineiro Xavier 59

III.3 - Os intelectuais negros Haúça maometanos 60

III.4- O candomblé – fruto da diáspora afro-brasileira 62

III.5-O autêntico sagrado brasileiro 66

III.6 - A cultura oral pela Língua Portuguesa 72
III.7 - A modalidade escrita 72
III.8- Considerações finais deste capítulo 78
IV Pelas vias ritualísticas e medicinal, a manutenção de saberes africanos.....79
IV.1- Rituais mágicos, a alternativa para os morimbundos da época 81
IV.2- Doenças e colonização – palco do Brasil 82
IV.3- Agentes milagrosos da cura – barbeiros e sangradores 86
IV.4 - Quem eram os sangradores? 89
IV.5 - As curas mágicas 91
IV.6 - A palavra oral tem força 93
IV.7 - O sacerdote, o mago e o médico – três em um.....94
IV.8 - Doença e cura – dualismo dependentes 95
IV.9 - O hálito da cura 97
IV.10 - Considerações finais deste capítulo 98
V Professores que ensinam macumba? Os percalços na Educação para ministrar os contos mitológicos africanos 100
V.1 - A história dos excluídos não constam nos cânones literários 102
V.2 - A narrativa dos deuses Xangô, Obá e Oxum 105
V.3 - Os mitos, os fantasmas, os contos de fadas – o fantástico na literatura iorubana 107
V.4 - Exu, orixá, entidade ou personagem controverso, longe ou perto dos holofotes da Educação? 110
V.5 - Considerações finais deste capítulo 111
VI A luta é infinita, amor à Educação é a chave das respostas.....114
VI.1 – O colégio escolhido no Município de Macaé 115
VI.2– Um andaime da escrita 116
VI.3 – Racismo e Lei 10.639/2003 caminham como um mal e um remédio 122

VI.4 – A Lei 10.639/2003 só na Amostra Cultura, ou em todo ano letivo?.....125

VI.5 – Como se dá o apoio dos gestores do espaço pesquisado?.....129

VI.6 – O autoritarismo de uma direção 129

VI.7 – Iniciativas da cidade de Macaé: mudou prefeito, mudou um secretário já se muda tudo 133

VI.8 – Religiosidade – o grande calcanhar de Aquiles da abordagem da 10.639/2003 - esse colégio driblou essa situação 138

VI.9 – O caso da Serra de Macaé teve influência nesta Amostra? 141

VI.10 – Abram alas, pois a Umbanda passou lá 141

VI.11 – Todos eram da mesma religião? 144

VI.12 – Abram alas “Lendas de Exu” passou lá.....145

VI.13 – Abram alas, pois os Orixás, deuses iorubanos, passaram lá.....147

VI.14 – A herança do negro está no mundo, está também em Macaé 148

VI.15 - Considerações finais deste capítulo 151

Conclusão 154

Referências Bibliográficas 168

Anexo I – Professora acusa diretora de escola em Macaé de perseguição.....178

Anexo II – Professora de Macaé denuncia colégio alegando ser perseguida pela diretoria... 179

Anexo III - imagem da palestra na Associação Brasileira de Imprensa.....180

Anexo IV – O livro carimbado pela escola 181

Lista de figuras

FIG. I.1 Os “deuses diabólicos” da introdução do livro. Esses trabalhos foram feitos de acordo com a ideia do autor na introdução do livro – o que causou muita confusão, pois disseram que a professora estava colocando muitos deuses diabólicos.....21
FIG. I.2 Trabalho dos alunos …….22
FIG. I.3 Provérbio Bíblico ……26
FIG. I.4 Provérbio Bíblico visto de longe na sala dos professores 27
FIG. I.5 Jornal O Globo – jornalista Ancelmo Gois ……29
FIG. I.6 A primeira reportage postada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa - CCIR …..……...29
FIG. I.7 Jornal O Globo – Stela Guedes Caputo – a mesma reportagem está Publicada em seu livro “Educação nos Terreiros” (2012) ……30
FIG. IV.1 Cartazes situados na Av. Maracanã, 229, RJ. Eles não diferem da propaganda do passado ……89
FIG. IV.2 A sanguessuga medicinal..…….90
FIG. IV.4 Símbolo de Ossaim..……..93

Introdução

Esse trabalho de pesquisa visa à valoração da Lei 10.639/2003[1], legislação que surgiu para trazer à tona a cultura dos negros da diáspora, nas escolas brasileiras. Mergulhando nesse universo da educação, indo nos mais de seus quinhentos metros de profundidade, como muitos já foram e testificaram, percebe-se o quanto ela é eurocêntrica, pois afogou as outras duas etnias que também fizeram parte da formação do Brasil. Essa Lei e suas respectivas diretrizes curriculares traduzem-se em liberdade de conhecimento, pois contém a ideia de que conhecer ou até mesmo reconhecer a cultura africana deve ser obrigatoriedade na escola, para a superação do racismo de todas as formas impregnado nas práticas sociais e pedagógicas.

No sentido estritamente acadêmico, percebe-se que deixar de lado o que trouxeram de África e sobre a trajetória dos que ajudaram a construir essa Nação, pode se tornar um campo fértil de ignorância da origem do povo brasileiro de quem fez parte de sua ancestralidade. Dessa forma, negar que a nação brasileira é multiétnica e pluricultural cria empecilhos para a construção de uma cultura anti-racista que caminhe na perspectiva da diversidade.

A sabedoria dos ancestrais de uma nação, de seus conhecimentos sagrados e de suas convivências sociais devem ser vistos como uma possibilidade de emancipação do velho e arraigado costume europeu. Frente a essa e outras situações de racismo é que essa legislação contribui para o fortalecimento e a possibilidade de ver o outro, conviver com outros universos culturais, compreendê-los em sua total dimensão e apontar caminhos na construção de outras possibilidades de interpretações que ajudem os educadores e educandos a respeitar o que se acha estranho a uma cultura subjetiva oriunda de cada um. Essas podem ser algumas das chaves interpretativas: avançar em interpretações diferentes das familiares não significa conhecer o outro para dominar, e sim caminhar no respeito, lado a lado.

Por conta dessa legislação, surge o ponto central desta pesquisa, é a Literatura. Na verdade, trata-se das narrativas ligadas ao tema de África e Brasil que resgatam os costumes dos antepassados dessas etnias, principalmente no que se refere ao continente africano. O que pesa e importa é que são literaturas feitas por escritores

[1] Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 **-** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/. Acessado em: 08 de julho de 2014.

negros ou não, que reivindicam um espaço na Educação, para que sua voz seja ouvida, após anos de massacre cultural sofrido pela ideologia do colonizador.

Em virtude disso, recebem as denominações simbólicas de literatura negra, negro-africana, afro-brasileira, são narrativas que pertencem a escritores com um "eu-enunciador" negro como o principal tema, ou seja, assumir sua condição no enunciado, como também poder se renovar no interior da Literatura Brasileira, um discurso negro que corresponda ao mérito de uma transformação da construção de preconceitos colonizadores em relação à cultura do negro de África. Na verdade, a proposta dessa literatura é a recuperação de uma identidade negra, e a mudança de pensamento de que tudo o que é do negro é inferior (BERN, p.269, 2004).

Na construção desse viés de literatura negra, polemiza-se, em todos os escritos vindouros, a defesa da leitura da mitologia, mas não a grega, a romana ou a celta, vale-se dizer que essas já adentram os espaços escolares. Na verdade, deixam-se esses imaginários europeus de lado para definir como recorte de estudo, a mitologia africana. Como toda história mítica relata a origem de alguma coisa e esse recurso tenta captar o leitor para uma viagem ao sagrado de alguns países africanos, eis o desafio maior, resgatar o perdido, mas que não se encontrava, assim tão disperso, porque as religiosidades de Umbanda e Candomblé sempre a mantiveram viva, através de seus ritos religiosos.

Apoiada pela Lei 10.639/2003, que insiste no ensino da cultura não valorizada pelo europeu, a africana, que se juntou às culturas do índio e do europeu e transformou-se em cultura afro-brasileira, por pertencer a essas três etnias formadoras de Nação, a mitologia destas duas etnias alcança, finalmente, o espaço escolar. Ainda que pouco encenada nesse ambiente, principalmente a ligada ao racismo, por sua vez, não causa tanta inquietação que a literatura mitológica dos deuses africanos.

Entretanto, percebe-se que o percalço é ainda maior, quando se refere aos escritos das lendas dos deuses africanos. Dentro dessa polêmica de rejeição e intolerância, esses escritos vêm ultrapassando e superando os obstáculos, de modo que se deixem veicular as salas de aula das escolas brasileiras. Porém, quando se chega ao mito polêmico, que permeia nos livros infanto-juvenis, na verdade, o transgressor, o diabólico do personagem protagonista da obra "Lendas de Exu", de

Adilson Martins[2] (2009) – o panteão africano Exu[3], os caminhos não foram assim tão fáceis de percorrer. De fato, ministrar as lendas africanas ligadas ao sagrado não é um ato prazeroso para o educador que tem coragem de fazê-lo, e será esse o relato dessa aplicabilidade em uma sala de aula na Região Serrana de Macaé.

Trata-se de um embrenhado de temas inseridos numa situação de intolerância religiosa ocorrida na Serra de Macaé que causou sérios problemas a uma educadora de Língua Portuguesa, por ter ministrado a obra que estava devidamente permitida naquela escola. Ao referir-se à mitologia dos deuses iorubanos, abrange-se a vários conceitos: racismo, cultura, Leis, resgates e o pior, a ousadia de transgredir ao iniciar os ensinamentos mitológicos africanos, com o panteão Exu. Mesmo que se leve em conta a laicidade da escola, a intenção em ministrá-lo nas aulas de Língua Portuguesa, perpassa o sentido religioso. Tal fato não descarta a ideia de que esse panteão do sagrado não possa transformar-se em personagem no mundo infantil e se embrenhar num mundo ficcional escolar.

Permitindo construir um retrato, através da escrita, ler a vida pela obra é a finalidade das narrativas da obra Lendas de Exu. Para tanto, ao percorrer suas narrativas ficcionais, vai-se delineando valores sociais que deveriam ser avaliados pelos seus leitores. Na verdade, são retratos de leituras irônicas, informativas, fragmentos do real e do mundo ficcional. Do jogo entre Deus e personagem, Exu mapeia as suas traquinagens de modo à reelaboração de olhares não preconceituosos de quem adentra em seu mundo de magia e oferendas de ebós[4], pedidos feitos a Exu para que possa concretizar os sonhos de quem lhe pede ajuda.

O que se pretendia, com LE[5], é um trato da educação inclusiva tendo como parâmetro a desconstrução das visões preconceituosas e da estereotipada cultura religiosa negra. Diante de tanta complexidade de realidade brasileira e da forma pela qual o racismo expressa na escola, a inclusão faz-se necessária ser clara, transparente e global, mas ainda continua distante dessa realidade, infelizmente.

---

[2] Adilson Martins (1940–2011) deixou as seguintes obras: “Erinlé o caçador e outros contos africanos” (2008) “O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas”, (2008), “A cabaça da existência” (2007) e “Lendas de Exu” (2009), todos relatam lendas de África e outras originárias do Brasil. São livros de grande valor da literatura africana.

[3] Exu, na realidade é guardião da Luz para as Sombras, e das Sombras para as Trevas, e é ele que COMBATE às entidades que possuem as formas mais horrendas e esquisitas. Estes seres ainda encravados no mal são os chamados KIUMBAS e são violentos, vingativos e cruéis. Extraído de http://www.ogumhorusra.com.br/, acessado em 04 de dezembro de 2013.

[4] Oferendas rituais da Umbanda e Candomblé

[5] Abreviatura e Lendas de Exu que pode acontecer em alguns momentos do trabalho

As abordagens epistemológicas desses escritos dão-se em seis capítulos. No primeiro, tem o intuito de relatar o ocorrido e defender o porquê da leitura de Martins ser tão importante nos meandros escolares e a sua importância. Desse modo, exemplifica como essa obra pode ser usada em sala de aula. É factível que defender as histórias africanas em seus aspectos sociais, é tarefa de todo o texto.

No segundo capítulo, adentra-se no conceito de Arquivo. A intenção foi introduzir ideias e análises que demandam um aprofundamento da demonização atribuída a Exu, através de escritos já empoeirados e quase inexistentes. Para estas fundamentações, abusa-se de teóricos como Derrida e Foucault que clarifica a importância dos restos escritos por grandes escritores de épocas em que esse panteão era conhecido. Seguindo esse caminho, apresenta-se a exemplificação de memória, remetendo-se a Arthur Ramos, com os seus mais de cinco mil escritos à espera de olhares pesquisadores da religiosidade e do cotidiano do negro, no passado dos solos do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, as religiosidades de Umbanda e de Candomblé tiveram destaques. Além delas, faz-se um pequeno recorte nas outras existentes entre os brasileiros. Nesse sentido, ver-se-á o quanto o brasileiro é um povo extremamente religioso.

No quarto, tem exatamente o propósito de tentar esclarecer o porquê da cultura religiosa do negro, ser tão temida pelos colonizadores, e atualmente, por outros credos. Construído a partir de um olhar misterioso, através de benzeduras, sangrias, manipulação herbária e outros processos magísticos, a população diaspórica africana trouxe consigo, nos calabouços dos navios negreiros, a profissão de curandeiro praticada em suas aldeias de sua terra de berço.

No quinto, ressalta a Literatura dos deuses africanos, com seus mais de quatrocentos panteões da religião nigeriana do povo iorubá, perdura, no Brasil, através dos ritos de candomblé e Umbanda transformadas em literaturas infantis. Por esse viés, percebe-se o embate em relação a essas narrativas nas escolas, no que tange a sua aplicabilidade quando um educador recebe as alcunhas não mais aceitas nos meios religiosos afro-brasileiros, como pessoas que praticam magias negras, dentre outros termos não mais ingeridos atualmente.

No sexto, e último capítulo traz a pesquisa de campo que consistiu em entrevistas junto a cinco professores da Rede Municipal de Macaé, de modo que se obtivessem informações acerca da implementação da Lei. Sabe-se muito bem que as

escolas da rede de Macaé não são unânimes na aplicabilidade da Lei, então, preferiu-se não comentar acerca das que não fazem e descobriu-se o trabalho que os docentes do Colégio de Aplicação vinham executando, e partiu-se para este universo. Na verdade, é melhor procurar fundamentos com quem ministra e socializar o mesmo. O que se pretende buscar é que quando se tem uma gestão que dá autonomia a seus professores, o trabalho escolar flui sem polêmicas. O tema do racismo, os deuses africanos como o caso de *Lendas de Exu* foram ministrados nos trabalhos desses professores militantes deste universo cultural.

Nesses meandros, considera-se que a literatura infantil contribuirá para a formação identitárias e a superação de estereótipos presentes, não apenas no meio escolar, mas em toda sociedade. Acredita-se que a prática literária que leva a sério o conteúdo da Lei, em ênfase, tem o compromisso ético para o fortalecimento de identidades.

Partindo desse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação contribuiu com o educador diante do desafio de ter que formar um profissional da educação cada vez mais familiarizado cada vez mais com a diversidade dos modos de construção de vida e de como se viver na sociedade brasileira.

CAPÍTULO I - Da biblioteca de um colégio – o aluno – o livro

Numa escola da rede municipal de Macaé, um aluno adquiriu um livro que fazia parte do acervo da biblioteca do colégio. Tratava-se da obra *Lendas de Exu*, de Adilson Martins, 2009, que trazia, em seu bojo, histórias lúdicas ligadas à cultura dos deuses africanos. Segundo o discente, pegara emprestado para leitura. Ao aderir a obra, oferecida pelo próprio aluno do 6º ano à sua professora[6] observara que se encontrava, devidamente, carimbada pelo próprio colégio e distribuída pelo FNDE[7], PNBE[8] no mesmo ano de 2009, e pertencia à editora Pallas.

Nesse percurso, o que parecia ser desviante, por ter o nome de um deus polêmico africano, Exu[9], tratado de modo demoníaco por algumas seitas religiosas, teria uma única finalidade, ministrá-la, junto aos discentes da turma, pois a leitura era interessante e indicada para faixa etária de seus alunos. Na verdade, sabia que estaria envolvida numa grande turbulência. Entretanto, se aquelas narrativas ligadas ao público infantil estavam lá, no ambiente de trabalho, devidamente autorizadas, não via mais o porquê de não aplicá-las. Nunca se ouvira falar, pelo menos naquele município, que alguém que apresentasse os deuses mitológicos iorubanos, e seria ela, a profissional com essa tarefa, pois estava amparada por uma Lei da Educação, a 10.639/2003. Para tanto, ministrou-as em suas aulas de produção textual e gramática. Para fins de resguardos, aplicava a obra, fotografava sua escrita na lousa e registrava num gravador portátil a sua fala.

I.1 O fanatismo contra o deus mitológico

É fácil compreender o interesse pelo livro de Martins. Primeiramente, por ser esta, talvez, na época, a única obra na educação que apresentava o deus mitológico exu permitida pelos órgãos competentes da Educação. O segundo motivo é que parte-se do princípio que em seus contos fantásticos, o mais intrigante e confortável para um educador, é que ela estava ali, num colégio do interior e com o seu devido respaldo

---

[6] Trata-se da professora Maria Cristina Marques que já estava ministrando aulas de Língua Portuguesa no Colégio Municipal Pedro Adami, na Serra de Macaé, por aproximadamente seis anos.

[7] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

[8] O PNBE do Professor tem por objetivo adquirir obras de referência para ajudar os professores da educação básica regular e da educação de jovens e adultos na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao. Acessado dia 08 de julho de 2014.

[9] Tentar-se-á grafar “Exu” da religiosidade com maiúscula, e “exu” personagem de LE, com minúscula

legislativo, ninguém a trouxera de seu espaço religioso, e o mais excitante, um aluno estava lendo a obra e indicou à professora.

É dado factível de se aceitar que a obra *Lendas de Exu* encanta o leitor com ensinamentos de valores de uma sociedade, numa camuflagem entre a ficção e a realidade, e apresenta um novo olhar para esse mito. Por essas vias, adentrar no mundo infantil com o protagonista exu significava ultrapassar o estereótipo que lhe fora atribuído por séculos, na religiosidade afro-brasileira, pois se embrenha no mito iorubano, o deus da religiosidade. E tal fato leva qualquer educador a acreditar que se pode eliminar os preconceitos religiosos causados, ao ministrar a obra. Com base nesse pressuposto, Immanuel Kant, um filósofo alemão, transcrito em Milton Meira do Nascimento, afirma que se aceita tudo o que se ouve, sem mesmo obter o conhecimento do que se é dito:

> *"em primeiro lugar, o que se opõe à razão é a força da tradição (grifo do autor). Costumamos pensar que tudo aquilo que foi aceito durante muito tempo por muita gente deve ser tomado como verdadeiro. Ora, o consentimento de todos em torno de uma opinião qualquer, por si só, não dá a essa opinião nenhuma garantia de verdade. Portanto, tudo aquilo que a tradição nos legou como certo e verdadeiro precisa ser examinado com cuidado, e não ser simplesmente aceito sem contestação (NASCIMENTO, 2008 pág.6)."*

Em relação ao exposto pelo autor, o que se pretende nesta pesquisa é tentar refazer a imagem diabólica de Exu, deus do panteão africano, que desde o período áureo da entrada das diversas etnias em nosso continente perpassa por um anjo decaído. Através disso, percebe-se que é objeto de furiosa exegese, pois fora expurgado do seu real significado, através do sincretismo católico que não encontrou para ele um santo correspondente.

Ainda, retorna-se ao conceito de razão, de Kant, por Nascimento, que apela ao seu recurso metalinguístico da razão, quando se pensa acerca da mitologia africana. Nesse percurso, aconselha-se o educador ministrá-la, de modo a não se referir ao cunho religioso e sim, como um personagem de qualquer autor de literatura infantil. Ainda, esse estudioso enfatiza que a razão enfrenta outro inimigo, o fanatismo. Diante desses indícios, argumenta que a barreira encontrada abala o uso da razão, que é a supremacia dos líderes e devotos de uma fé demasiada, e acrescenta:

> *"o fanático é um homem que tem tanta certeza sobre suas próprias opiniões que nem se dá o trabalho de saber se elas são verdadeiras ou não. [...] O fanático é intolerante, se pudesse, obrigaria todo o mundo a pensar como ele, até recorrendo à força (NASCIMENTO, 2008, pág.6)."*

Para o crítico, o fanatismo faz com que o sujeito só apele para o seu ponto de vista e ignore o verdadeiro significado do transgredido. Segundo a professora doutora Marlise Vinagre Silva em um de seus artigos, da obra *Intolerância Religiosa X Democracia* (2009), esse fanatismo está muito bem inserido nos "grupos religiosos que se julgam detentores da verdade e portadores em nome de Deus ofendem, individual ou coletivamente, adeptos das religiões de matrizes africanas [...] (SILVA,2009)" Neste contexto em que o fanático insere-se na sociedade atual e que também foi percorrido na cultura hegemônica do colonizador europeu, o que se deve enfatizar ainda mais, nos dias atuais é um trabalho de desconstrução errôneas dessas lendas africanas. Diante desses informes, juntar-se a essa tradição remete-nos a novos posicionamentos teóricos, pelas trilhas epistemológicas, de modo que se facilite o aparecimento desses deuses na literatura infantil e juvenil. Para tanto, a probabilidade de se trazer novas mudanças de paradigmas sociais é uma proposição que não está, assim, tão afastada com a nova legislação da Educação que defende a entrada desses enunciados literários.

Outras questões colocam-se, através dos educadores: as mitologias grega, celta e romana estão embrenhadas em seus deuses, então, como referir-se à mitologia iorubana, sem mencionar nos deuses de África? Para esses questionamentos, propõe-se ao se referir aos personagens ligados aos deuses africanos, o cuidado de não elaborar conceitos religiosos e trazê-los à tona somente em seus aspectos mitológicos, buscando analogias, inclusive, aos deuses romanos, gregos dentre outros permitidos na escola. Por conta disso, pode-se perceber a preocupação dos editores na introdução, onde dá conta desse processo e apresenta personagens com as características de exu, de forma a amenizar o trabalho do professor.

Na obra do autor, introduzem-se vários heróis vigaristas que são comparados a deuses astuciosos de vários folclores brasileiros e estrangeiros. Trata-se do Saci Pererê que se diverte às custas dos outros, do personagem Anansi da África Ocidental, que traz em suas histórias muitas malandragens. Outro exemplo é o coelho Pernalonga muito conhecido dos desenhos animados oriundos dos folclores dos Estados Unidos. Da Grécia, introduz-se o deus Hermes e da mitologia dos povos germânicos, Loki, companheiro do deus do trovão Thor, e da guerra, o deus Odin, dentre outros que fazem parte de cinco páginas da introdução de Lendas de Exu (MARTINS, 2009, pp 11-16). Na verdade, esses escritos fazem parte da desmistificação do personagem Exu, de

modo que seus leitores não sigam os estereótipos dados a esse deus por pessoas sem o devido conhecimento.

I. 2 Os contos lúdicos de *Lendas de Exu*, a religiosidade e a sustentabilidade de seus deuses

As histórias africanas são lúdicas, valorosas em seus aspectos sociais, trazem ensinamentos. Na obra de Martins, em relação a seus quarenta e quatro itan[10] do personagem exu, o autor articula a leitura mitológica às traquinagens do protagonista que, delicadamente, parte da premissa de trazer o bem a quem o procura. Mesmo sendo ele o deus iorubano transmutado de personagem, não deixa de ser, na história escolar, objeto de fúria e justiça, assim como os deuses da introdução da obra.

Na verdade, esse protagonista desencadeia soluções aos problemas, e durante toda a narrativa apresenta a figura de Orumilá, o Deus Supremo, suplicando-lhe por ajuda, respeitando, assim, a hierarquia dos deuses, como também favorecendo, nas entrelinhas, o entendimento de uma força maior que ele. Assim, diante dessas confissões exuniônicas, é que o enredo apresenta quase todo o panteão da mitologia africana de Nigéria.

Analisando a narrativa, percebe-se a contextualização da grande teia desses deuses, confrontando-se com múltiplos e variados textos que compõem a obra. Em virtude disso, abre-se espaço para a valorização desses referenciais que já estão imbuídos na cultura afro-brasileira há anos e que compõem a obra. Percebe-se que, embora não bem entendidos por muitos, fazem com que suas imagens metafóricas povoem o olhar que o imaginário europeu engendrou e transforme-as nos espaços acadêmicos num referencial de conceitos de autoajuda. Este tipo de narrativa se explica por que exu personagem sempre apoia seus solicitantes por ajuda, como também sabe muito bem punir os gananciosos e os que tentam ludibriá-los.

Na verdade, o educador pode apresentar os orixás de África fazendo analogias a deuses representantes da Natureza. A exemplo tem-se a deusa iorubana Oxum, que representa as cachoeiras, é ligada a tudo que se refere o amor, tanto fraternos como carnal; a mais velha dos deuses, Nanã, que tem a influência dos pântanos, pode ser

[10] **Itan** (nome singular e plural) é o termo em iorubá para o conjunto de todos os mitos, canções, histórias e outros componentes culturais dos iorubás. Os iorubás que aceitam o *itan* como facto histórico, confiam no *itan* como sendo a verdade absoluta na resolução de disputas. Os *itan* são passados oralmente de geração a geração. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Itan. Acessado em 12 de setembro de 2014.

traduzida pela que traz grandes sabedorias e aconselhamentos, como os avós assim fazem, por terem vivido o suficiente e aprendido as lições que a vida oferece-lhes; o rei da justiça, Xangô, é representado pelas pedreiras, que se traduz em justiça e representa o caminho certo que se deve seguir; Iemanjá, a matriarca, ligada aos mares; os ventos que pertencem à deusa Iansã, a mulher guerreira que sai em busca de sua sobrevivência, que luta por um status melhor na sociedade; Ogum, ligado ao ferro, traduz os ensinamentos africanos na metalurgia, representa o guerreiro que combate os perigos, assim como outros que sempre terão uma função específica de valor na sociedade moderna, encaixam-se perfeitamente em ensinamentos acadêmicos para o educador que tiver criatividade, basta se inteirar nos valores que os africanos trouxeram para a nação brasileira.

Baseando-se, ainda, nesses princípios de preservação da natureza, na contemporaneidade, o autor Moacir Gadotti enfatiza que: “a sustentabilidade é, para nós, o **sonho de bem viver**; (grifo do autor) sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes”, (Gadotti, 2009, p. 14)**.** Ele insiste que a cultura da sustentabilidade está em voga e assume diversas expressões significativas. A partir disto, enfatiza-se a grande importância dos deuses africanos e o tema da sustentabilidade na aplicabilidade dessa mitologia.

A tudo isso exposto, assiste-se à importância da preservação dos orixás, que não é só função das religiosidades de matrizes africanas, como também dos conceitos epistemológicos. Essa preservação está fundamentada em quase todas as religiões, inclusive na cidadania, e na ecologia. A partir disso, apresenta-se a “Carta da Terra”, Declaração de Princípios Éticos para a construção de sociedade global e justa, sustentável e pacífica. Para tanto, um documento que visa à proteção do meio ambiente, e que deveria ser mais administrado nos meios acadêmicos, como também nos religiosos, ao se mencionar esses mitos.

Nesses princípios, insere-se que a dedicação aos deuses iorubanos está ligada à Natureza, pois atualmente existe um grande movimento dentro do sagrado afro-brasileiro para que respeitem o meio ambiente, evitando assim, o desperdício de oferendas em locais públicos, preservados pela Natureza. O que se pretende é fazer das instituições de fé um exemplo de preservação dos arredores públicos de modo que se possa contribuir ainda mais para o entendimento desses deuses nas escolas. Tudo isso exposto levará a valoração da religiosidade afro-brasileira por muitos que não têm entendimento dela, pois sabe-se muito bem que encontrar oferendas espalhadas nos

sítios sagrados como mares, matas, cachoeiras, dentre outros espaços traz poluição à visão humana, consequentemente, causa repugnância à religiosidade.

Por isso, é importante ressaltar ainda mais a interação entre o movimento de sustentabilidade junto à religiosidade afro-brasileira e seus conceitos mitológicos, que propõem um olhar mais atento aos deuses africanos, pois, se acredita que os heróis, de uma maneira geral, são representações desses fenômenos naturais. Dando ênfase a esse importante documento, percebe-se que a sustentabilidade inserida na "Carta da Terra" é ainda pouco divulgada na Educação e, principalmente no cotidiano, e tem como objetivo primordial a legibilidade deste discurso. Para tanto, sua fundação está ligada a tudo o que causa harmonia ao ser humano, consequentemente, ao nosso Planeta. A proposta desta carta é bem enfatizada pelo autor Moacir Gadotti quando explana que:

> *"o projeto Carta da Terra inspira-se em uma variedade de fontes, incluindo ecologia, as tradições religiosas, a literatura sobre a ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada (...). Nesse sentido, ela é um complemento imprescindível da* ***Década da Educação*** *(grifo meu) para o Desenvolvimento Sustentável (GADOTTI, 2009– p.13)."*

É preciso considerar que o respeito aos deuses mitológicos de África desencadeia a construção do valor ao meio ambiente, e pode ser ministrado na escola. Nesse percurso de recuperação de referenciais africanos, parte-se do pressuposto que o preconceito em relação aos orixás pode ser colocado à parte, se for bem aplicado na Educação, através da representação da Literatura Infantil ou da disciplina de Ciências, além de outras matérias ligadas à Educação. A partir dessas considerações, essa narrativa fictícia vai delineando artifícios para a sua acepção em sala de aula, e com isso, muitos conceitos acerca dela podem ser transformados. Por conseguinte, o mito exu não foge aos princípios dessa valorização do meio ambiente, é preciso considerar e entender, com mais afinco, a sua participação nele.

Não obstante, os mitos revelam as histórias verdadeiras e falsas que relatam façanhas de um passado longínquo em que neles inserem-se personagens "Deuses e Entes Sobrenaturais" que tem a mesma finalidade, a de não pertencer ao cotidiano (MIRCEA, pp:14-15, 2011). Em se tratando de *Lendas de Exu*, além de relatar um passado ligado aos deuses africanos e adicionado o tema da obra a outros parâmetros, não se deve deixar à parte os valores morais que emergem no ínterim de seus itãs. Embrenham-se, também, nesse contexto de façanhas, a ousadia em transgredir e problematizar ao referir-se ao arcano exu, um personagem extremamente polêmico,

dentro ou fora da literatura infantil. Com este intuito, deve-se ter um olhar mais atento, com o cuidado de esboçar uma desconstrução de sua imagem negativa. Nessa concepção, fica patente que a obra infantil de Martins é um grande instrumento de contextualização entre o bem e o mal, o pesar a vida, o caminho trilhado, o modo de seguir na caminhada da terra, evitando tirar vantagens dos outros que estão ao redor. Para isso, ou seja, para que a mesma seja enfatizada com essas estratégias pedagógicas, há de se deparar primeiro com o banimento da imagem demoníaca desse personagem.

Considera-se, neste momento, a importância da temática mítica e religiosa na lei 10639/2003, um referencial que pode transmutar os problemas sociais advindos do colonizado ao ter se rendido aos chicotes do colonizador. Ela foi aprovada, exclusivamente, para introduzir conceitos de educação inclusiva, num Brasil multicultural. Parte-se do critério que é na escola e na família que se recuperam essas abordagens preconceituosas e que se aprende a aceitar o diferente. Em virtude disso, abrem-se espaços, para a recuperação de valores e referenciais afro-brasileiros que podem muito bem serem empreendidos e transformados na sala de aula. Essa legislação está na sociedade, e é a partir da Educação que tem a finalidade de combate ao racismo e de toda forma de preconceito.

A partir dessas considerações, retoma-se o conceito de Pestalozzi em Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006), quando enfatiza que “a criança tem potencialidades inatas, que serão desenvolvidas até a maturidade, tal como a semente que se transforma em árvore. Semelhante a um jardineiro, o professor não pode forçar o aluno, mas ministrar a instrução [..] (ARANHA, 2006, p.210). Nesse discurso, a autora traz a evidência de um saber de outrora transformado numa visão diferenciada do passado de seus familiares e do meio que convive.

Percebendo o cerne da questão quando se refere à mitologia africana, que se embrenha na religiosidade de Umbanda e Candomblé, estas que a impedem de permanecer nos espaços das escolas, pois a preocupação maior dos pais é a transformação de credos de seus filhos. Adentra-se no mundo educacional, mais uma vez, na voz de Maria Lúcia quando diz que:

> *“também é positiva a experiência religiosa íntima e não-confessional, que diz respeito à pessoa e, portanto, não se submete a dogmas nem a seitas. Em outras palavras, despertar o sentimento religioso na criança, não significa fazê-la memorizar o catecismo (ARANHA, 2006, p.211)”.*

A autora mais uma vez, parte-se do pressuposto que aprender sobre o credo do outro não quer dizer que mudará o seu conceito religioso. Para tanto, a leitura da mitologia dos Orixás não tem a intenção religiosa, e pode muito contribuir para desmistificar a demonização dada às religiosidades de matrizes africanas. Para tanto, cabe à escola e professores envolvidos nesse contexto de cultura e arte a contribuição para a extinção desses preconceitos.

I.3 O Exu na mitologia africana parafraseada de Martins

É necessário enfatizar que a obra de Adilson Martins não é inédita, é aprimorada e adaptada aos dias atuais por esse autor. Nessas vias, a saudação a Exu, *Laroriê*[11]*!* da religiosidade, camufla-se na obra de Martins, por muitas vezes. É bem verdade que se trata de um costume religiosos advindo da oralidade para cumprimentar Exu. Para tanto, provém de um vocábulo que transcende a um mero significado verbal, e a obra *Lendas de Exu* convida o leitor a se relacionar mais com o personagem do que o panteão da religiosidade. Além disso, insere o leitor, em sua ficção, com seus deuses e suas fábulas, presentes no imaginário dos contadores de histórias africanos. A obra possui, em seu *corpus,* variedades de vocabulários da língua iorubá que são decifrados em seu glossário, e que se faz embrenhar o leitor, num contexto de africanidades.

De maneira harmônica, mergulha-se no universo dos deuses do panteão africano e engendra-se em seu cotidiano, fazendo parte de seus costumes, regras e proibições. Além disso, depara-se com discursos lúdicos, que na linguagem iorubana são chamados de itãs, ora exibem personagens deuses, ora animais.

O mesmo acontece na tradução de Antônio Carlos Vianna, nas fábulas de Esopo e Voltaire, que também são contextualizadas, através de ensinamentos. Em suas narrativas de tradução, o autor ressalta a grande importância de Esopo quando diz que “acho que deveríamos colocar Esopo entre os grandes sábios de que a Grécia se orgulha, ele que ensinava a verdadeira sabedoria, e que ensinava com muito mais arte que os que usam regras e definições (ESOPO, 2011, p.6)”.

Nesse momento, divaga-se sobre o autor Esopo e suas lendas. Através de suas histórias fantásticas que adentram os espaços escolares, através de longas datas, alude-se à entrada das narrativas de Nigéria poderem estar nesse mesmo parâmetro. E nesses insólitos contextos que se remetem a outros em relação a datas, lugares e

[11] Saudação feita a Exu nos ritos religiosos

histórias lúdicas, fica-se a questionar o porquê de muitos autores dizerem que todo texto provém de outros e que nenhum é inédito. Nessa perspectiva, tenta-se entender as histórias de Esopo e de Adilson Martins, se as mesmas não têm a mesma função. Na verdade, o que fica patente é o imbricamento de vozes lendárias como patrimônio de cultura tanto europeia como africana.

Assim como nas fábulas daquele grande e imortal autor, *Lendas de Exu*, em seus desfechos, como toda história mítica, relata a origem de algo e tem como função única, corroborar ao crescimento individual de cada um. Pode-se inferir que, pela leitura atenta dos contos, o aluno-leitor poderá trazer questionamentos do que se considera certo ou errado, através das morais que são inseridas em cada final de capítulo feita por seu escritor.

> *"Desta forma, Exu ensinou uma coisa a Orunmilá: cada um é importante naquilo que sabe fazer com perfeição. Não existem profissões mais ou menos importantes que as outras. Todo homem que, com dedicação, exerce e dignifica o seu trabalho deve ser recompensado, não cabendo a ninguém estabelecer o valor do mesmo (MARTINS, p.113, 2009)."*

A partir disto, através das travessuras do personagem-principal partindo de uma autoanálise entre o que se considera certo e errado, pode-se entrever uma prática pedagógica que leve o educando ao diálogo de como conduzir melhor os seus atos do cotidiano. O que se pretende explanar é que se bem ministrada por um educador envolvido, o fantástico de Adilson Martins pode muito bem acirrar muitos interessantes debates em sala de aula.

É fato comprovável que a cultura oral, através de seus griots[12], trazem ensinamentos. Vale ressaltar que para a cultura religiosa africana, as palavras pronunciadas em voz alta, trazem o puro deleite da magia, além disso, o poder dela garante e preserva ensinamentos. Analisadas, ainda, pelo aspecto religioso, tais palavras possuem uma energia vital, tornam-se uma capacidade criadora e transformadora do mundo. Segundo Juana Elbein Santos (1986), para o povo iorubá, essa energia é denominada axé, que abre caminhos, que cura, e que resulta em uma ação reparadora e transformadora, que faz a ligação entre o céu e a terra, diz que:

---

[12] Os griots, jali ou jeli (djeli ou djéli na ortografia francesa), são contadores de histórias, vivem hoje em muitos lugares da África ocidental, incluindo Mali, Gâmbia, Guiné, e Senegal, e estão presentes entre os povos Mandê ou Mandingas (Mandinka, Malinké, Bambara, etc.), Fulbe (Fula), Hausa,Songhai, Tukulóor, Wolof, Serer, Mossi, Dagomba, árabes da Mauritânia e muitos outros pequenos grupos. A palavra poderá derivar da transliteração para o francês "guiriot" da palavra portuguesa "criado". Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Griot, acessado em 08 de julho de 2014.

> *“se a palavra adquire tal poder de ação, é porque ela está impregnada de àse, (axé) pronunciada com o hálito – veículo existencial – com a saliva, a temperatura; é a palavra soprada, vivida, acompanhada das modulações, da carga emocional, da história pessoal e do poder daquele que a profere (SANTOS, 1986, p.46).”*

De acordo com a autora, além da palavra ter grande poder de magia, acrescida, ainda, com a subjetividade religiosa de quem a prefere, torna-se ainda mais poderosa, quando proferida em alto tom. Para que esses dois universos, céu e terra, tenham ligação na cultura iorubá, oferecem-se os ebós (oferendas) e quem intermeia esse contato é Exu. De acordo com a leitura de *Lendas de Exu*, a todo momento, o personagem negocia seus trabalhos com o recebimento de ebós. A sua polêmica, na verdade, consiste em socorrer a quem lhe pede ajuda, entretanto, para que isso aconteça, ele deve receber algo em troca. Adotando um ponto de vista irônico, não é assim que o ser humano age?

Aludindo a outro autor e pesquisador da religiosidade afro-brasileira, José Beniste diz: “O que é prometido deve ser cumprido. Exu premia ou pune aquele que realiza o sacrifício e o que deixa de fazê-lo (BENISTE, 2001, p.26)”. Por essas vias, entende-se nas narrativas, quando se vê frente a frente aos castigos de Exu, é exatamente quando não lhe entregam os ebós solicitados. Para fins de exemplificação, em um desses contos assiste-se ao personagem central quando diz “Exu determinou então que cada um deles fizesse um ebó composto inteiramente de peixes e frutos do mar (MARTINS, p. 43, 2009)”. Há de se ressaltar, para quem não conhece a narrativa religiosa, que esta funde-se ao personagem principal de *Lendas de Exu* que num discurso claro, harmonioso e integrado, e tem o costume de barganhar sempre, seja na narrativa infanto-juvenil, seja na religiosidade afro-brasileira. Desse modo de agir tanto no sagrado quanto na ficção, ele premia com duas únicas dimensões: proteção e abertura de caminhos.

Mais uma vez, retoma-se à inferência das oferendas. No ínterim da obra, lê-se muito acerca da importância dos ebós, os quais segundo o autor, quando dá vida ao personagem, desde que bem apresentados e invocados, através da oralidade, escudam dos perigos da Terra e, transcendentalmente, aos do astral, aqui se infere o que não se vê. Percebe-se, então, que Exu, dentro da religiosidade iorubana, como outras Entidades, tem a tarefa de estabelecer esta ligação fluidicamente. Acompanhando ainda essa discussão, para que se explique a narrativa de Martins, o escritor Santos ressalta que Exu vai delineando os caminhos profícuos, de quem o procura e confirma esses princípios norteadores da vida. Para Juana Elbein Santos*:*

> *"[...] a função de Èsù (Exu) consiste em solucionar, resolver todos os "trabalhos", encontrar os caminhos apropriados, abri-los ou fechá-los e, principalmente, fornecer sua ajuda e poder a fim de mobilizar e desenvolver tanto a existência de cada indivíduo como as tarefas específicas atribuídas e delegadas a cada uma das entidades sobrenaturais (SANTOS, 1986, p.132)."*

Segundo os dois conceitos: ficção e religiosidade, ou seja, personagem e panteão, para trazer benefícios a alguém, precisam ser presenteados, como acontece com qualquer deus da mitologia ou de algumas religiosidades. Através dos ebós, é que se concretizam os pedidos, é que se faz a magia na religiosidade e que, também, se consegue algo na narrativa martiniana. Nesses percursos de sagrado e de ficção, o enredo tramado por essas trocas e pela alcunha a ele dado, exatamente, por isso, que sempre ficou em voga a demonização atribuída a Exu.

I.4 A obra em sua totalidade: importância e aplicabilidade

Ao se ministrar o livro de Adilson Martins, primeiro deve-se ter a consciência de que é indicada no 2º ciclo do fundamental, pois haverá mais entendimento para aliviar sua antiga alcunha, então, sugere-se caminhar com o autor desde suas primeiras páginas. A seguir, fazem-se necessárias algumas assertivas, de acordo com os deuses mitológicos iorubanos, de modo a entender o porquê de alguns conceitos e a aparição a mais, de outros personagens sagrados africanos inseridos nos contextos da narrativa. Nesse sentido, o livro não só apresenta exu, mas também quase todos os panteões africanos. Não se pode deixar de mencionar que a África é um continente e não um país, como muitos pensam. Nessa linha frutífera de discussão, há de se perceber que com os seus cinquenta e quatro países, esse espaço contém diversas mitologias, línguas como também diversas crenças.

Na Introdução da obra, constrói-se uma desmistificação de exu, apelando expurgar a negatividade que cerca esse ojerizado deus-personagem. O objetivo central é apresentar o protagonista como traquineiro, zombeteiro, o *trisker.* É fato, através de escritos martinianos, que exu caminha entre o espaço dos deuses e da Natureza e de seus sítios sagrados. A exemplos desses locais, eis as encruzilhadas, portões de fazendas, entroncamentos das florestas, todos esses lugarejos fazem parte desse mundo ficcional em que o autor percorre muito bem, lado a lado com o protagonista.

Por esses percursos de deuses, o autor ainda prepara o leitor para futuros comentários relacionados a Exu, devido à sua empoeirada denominação demoníaca,

que o deixou incompreendido. Para aliviar essa leitura, enfatiza que era apenas um herói trapalhão, o dono do caminho desse mundo e do outro, o fiscal dessas fronteiras, em suma, “Todos esses personagens nos levam ao herói das histórias deste livro. Exu é ‘irmão’ de todos eles (MARTINS, 2009, p.13)”.

Falaciosamente, os países africanos sempre foram vistos como um continente, sem história e criatividade. De fato, eram representados como um lugar sem mapa e que lá, só existiam leões, girafas e outros bichos selvagens. Entretanto, o novo olhar, depois da consciência acadêmica, desmente essa imagem. Nessa perspectiva, há de se ressaltar que esse continente tem história e criatividade, principalmente, quando é retratado pela mitologia de cada país que o compõem, e para ratificar ainda mais, deve-se enfatizar que em África não existe só a religiosidade dos orixás, e sim uma grande leva de mulçumanos que surgiram neste espaço, e mais, os neopentecostais já estão tomando conta dos espaços sagrados iorubanos, como também em todo continente.

Retorna-se, mais uma vez, à obra martiniana que se insere no mundo ficcional, analogicamente, ao real. Percebe-se que exu tem a mesma denominação do sagrado e na obra de “O Guardião”, aquele que guarda, que protege, por estar mais perto do ser humano, é ele que está sempre guardando a quem lhe solicita proteção. Ressalta-se que é desse jeito, ilustrado, nos espaços físicos delineadores da obra, como também na religiosidade, que Exu é encarado. Em alguns contos, são introduzidas várias personagens deuses que lhe pedem conselhos e ajuda, entre eles, o principal: Oludumare.

A exemplo, cita-se o que se torna um personagem valorado na obra, quase que um protagonista. Com toda a certeza, ele confia a exu, através de seu jogo de Ifá, a tarefa de encaminhamento espiritual e financeiro a quem procura ajuda. Esse deus maior, a força suprema, embora estando como personagem secundário, atua ao lado do personagem principal na obra. Apresenta-se, então, Olodumare para o estudo das nomenclaturas de um estilo narrativo, pode-se cogitar, tratar-se de um coadjuvante, de tão grande importância que lhe é atribuído na obra. Retoma-se, nesse momento, a Beniste, que afirma ser Oludumare, o intocável, por ser ele o mais importante deus mitológico iorubano, no bojo da teoria que se ressalta Exu o autor menciona:

> *“Èsù só não transporta oferendas para Deus – Olódùmaré -, pois os yorubás acreditam que Ele não pode ser influenciado por oferendas, daí o dito “Tani le f`Olódùmaré lébo? (Quem ousa ofertar sacrifícios a Olódùmaré?) (BENISTE, 2004, p.25).”*

Nesse sentido, através do olhar religioso, Oludumare é uma força tão poderosa que não lhe cabe oferendas e a obra retrata bem isso aos olhares mais atentos. Também conhecido como Ifá, o que interpreta a caída dos cauris – búzios – no jogo de divinação, denomina Exu, como o mensageiro dos deuses, aquele que tudo vê, o que tudo fala, através do jogo de búzios. Em cada caída dos cauris, ofertam-se ebós, para satisfazer aos deuses.

O grande estudioso e mestre de culto da religiosidade africana, Pierre Verger, afirma que Exu era, também, mal interpretado no Continente Africano. Por causa disso, é comparado ao deus da fertilidade e simbolizado com um falo (pênis) e através disso, tem a função de interceder entre os homens e os deuses, de manter a harmonia do universo e a integridade de cada indivíduo. Entretanto, deixa-se ser um transgressor dos bons costumes. Diante desses jogos de máscara, além de ser traduzido em um personagem exacerbado sexualmente, mostra uma faceta mais depravada o que, na certa, leva-o ao estigma do demônio católico, por várias razões históricas. O autor da importante obra *Orixás* insiste:

> *"(...) enfeita-se um falo do tamanho respeitável, objeto de observações de inúmeros viajantes antigos, que, erroneamente, o fizeram tomar pelo deus da fecundidade e da copulação. Na verdade, esse pênis ereto é a afirmação de seu caráter truculento, violento, desavergonhado e o desejo de chocar os bons costumes (VERGER, 2002, p.127)."*

O pesquisador insere que mesmo com a sua péssima interpretação, na lógica iorubá, o primordial, após todas as alcunhas, é que Exu é comunicação, movimento e sexualidade. Nesse percurso desviante e religioso, o essencial é conhecer e aprender a respeitar um orixá que está em tudo: na natureza, no universo e no próprio homem, e que também tem a tarefa de manter a lei do equilíbrio entre o *òrun* (céu) e àiyé (terra). Numa literatura infantil, o essencial é saber o poder desse personagem, comparando-o, quem sabe, a um Super Homem, e quem sabe um dia ele possa fazer parte do cotidiano dos jovens brasileiros, como mais um de tantos heróis da literatura infantil.

Com base em Verger e em outros estudiosos de religiosidade africana, Órùm e àiyé têm a tarefa virtuosa, através de Exu, de levar as mensagens dos jogos de búzios. Por causa disso, Exu passa a pertencer a cada um ser, na Terra. A partir destas considerações, ainda em Juana Elbein Santos Santos, através de suas múltiplas significações do universo afro, enfatiza o porquê de Exu (orixá) tornar-se muito importante para Oludumare:

> *"Olódùmarè criou Èsù como um ebora todo especial de maneira tal que ele deve existir com tudo e residir com cada pessoa. Em virtude de suas competências e poder de realização, de sua inteligência e natureza dinâmica, o Èsù de cada um deverá dirigir todos os seus caminhos na vida. É Ifá quem fala e revela para nos permitir sabê-lo (SANTOS, 1975, p.132)."*

Além de ser Exu, a energia mais próxima do homem é ainda o que intermeia os pedidos dos homens ao dono do jogo de búzios, Ifá, mencionado em vários contos, quando responde aos requisitos dele, através de seus adivinhos – babalorixás. Essas explicações, fazem-se necessárias para o entendimento acadêmico do personagem, de modo a se entender que se trata de uma obra estritamente apropriada a um espaço escolar. Assim, solidificam-se as narrativas da obra de Martins, mergulhado no universo do panteão africano e jogos divinatórios.

Em outro trecho de um capítulo, relacionados às adivinhações, assiste-se ao herói, cujos ensinamentos devem ser acolhidos, de modo que se dê conta da seriedade do personagem, em desmascarar os aproveitadores da religiosidade. "E foi desta forma que Exu (maiúscula do autor) desmascarou o velho e falso adivinho. Desmoralizado e desterrado pelo rei, o farsante foi substituído em suas funções pelo jovem Orunmilá (MARTINS, 2009, p. 26)."

Percebe-se que a obra *Lendas de Exu* é um discurso organizado de religiosidade e mito, que se enreda em duas funções da literatura infantil: entretenimento e ensinamentos. Para tanto, espera-se, a cada narrativa, um lúdico associável à sabedoria divina, que se traduzem em diretrizes positivas de vida.

Adilson Martins, que antes só escrevia Lendas *de Exu* para o público da religião de Umbanda e Candomblé, teve que aprimorá-la ao público infanto-juvenil e como recompensa de seu trabalho, a obra foi a primeira a ser autorizada a circular nas escolas brasileiras, pelos órgãos competentes da Educação. Por essas vias, atente-se ao fato de que *Lendas de Exu* foi editado, pela primeira vez, para o público da religião, e depois adaptado, em sua introdução, ao pretendente público. Nessa concepção, acredita-se que esse autor obteve a sua primeira vitória a partir disto, ou seja, colocar um personagem polêmico na Educação Brasileira. É preciso ratificar que a criação não é do autor, as histórias são oriundas de África e algumas do Brasil e são recontadas e adaptadas por ele. Para tanto não deixa de ser uma publicação que relata a herança cultural diaspórica, que fora deixada de lado com a colonização, devido a muitos preconceitos. O mais interessante do compêndio é a mensagem deixada no final de sua introdução:

> *“Exu, daqui a algum tempo, seja descoberto como o embaixador brasileiro no mundo das aventuras eletrônicas, animadas e quadrinizadas. Talvez alguém que hoje lê suas lendas se torne um criador de jogos e animes (grifo do autor) e possa elevar nosso amigo esperto à posição que ele merece entre seus irmãos heróis (MARTINS, 2009, p.16)”*

Ainda ressaltando a obra, mais uma vez, percebe-se que narra encontro de personagens secundárias, com diálogos enxutos com o protagonista da narrativa, consequentemente, dão forma à história, através de ensinamentos com um final de moral. Uma das coisas mais evidente é que os itans requerem um olhar mais educacional que religioso, como pensam. Parafraseando o autor:

> *“desta forma Exu puniu ao caçador e à caça. – O caçador, por ter oferecido apenas a metade do sacrifício exigido, só logrou capturar a metade da caça pretendida e a corsa, por haver, da mesma forma, oferecido só a metade do sacrifício, obteve proteção somente para si e passou pelo dissabor de ver seu filho morto pela flecha do caçador (MARTINS, 2009, p. 56)”.*

É factível inserir nesse contexto de moralidade a sua contribuição para debates em sala de aula, através das lendas de Martins. Retornando às aulas ministradas na escola, e deixando os devaneios exuniônicos de lado, após a leitura das páginas iniciais do livro, pode-se propor uma pesquisa de todos os seres mitológicos ou não, apresentados na introdução. Assim como o propósito foi amenizar a apresentação de Exu religioso para aqueles que não o conheciam, o educador pode se prevalecer da mesma didática elaborada pelos editores.

Vale um aparte neste momento, para ressaltar as atitudes dos gestores do colégio municipal da Serra de Macaé. Como se observa, trata-se de inferir que os gestores da devida instituição não prestaram a devida atenção à obra. Houve uma pesquisa feita pelos discentes a pedido da professora sobre os personagens traquineiros inseridos na introdução. Permite esclarecer que aludiram essa pesquisa, feita pelos educandos, à pesquisa demoníaca e que nada acrescentava na educação, a não ser à indução demoníaca religiosa.

Depois disso, a culminância dessa apresentação, adentrou-se ao momento artístico com imagens coloridas e histórias resumidas em trabalhos de cartolinas, com a criatividade oriunda dos alunos, que usaram vela para queimar a cartolina e cabo de vassoura, que servia de suporte ao papel. O que se entendeu, é que eles tentaram dar a ideia de pergaminhos, por causa dos deuses que eram antigos Fig.I.1.

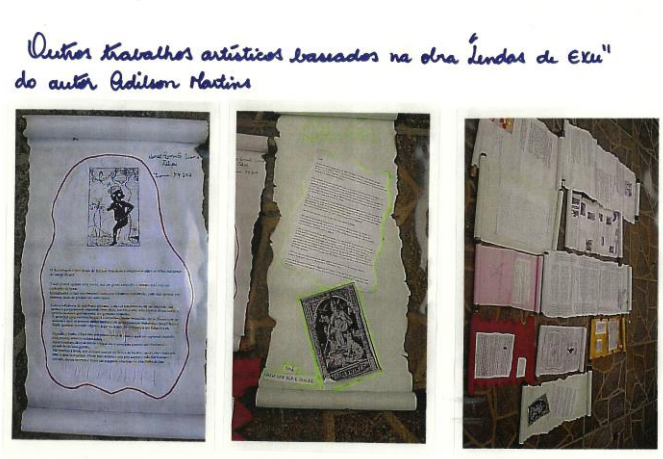


Fig..1 Os “deuses diabólicos” da introdução do livro. Esses trabalhos foram feitos de acordo com a ideia do autor na introdução do livro – o que causou muita confusão, pois disseram que a professora estava colocando muitos deuses diabólicos

I.5 As imagens de exu na concepção dos alunos

As ilustrações da obra estavam atreladas ao texto, todavia, eram consideradas em posição de menor importância, apenas pontuavam as histórias narradas, era uma forma de integração entre as narrativas. Ressalta-se que o primeiro passo estava alcançado, assim como exu, havia outros personagens demoníacos que eram lidos e entendidos, sem o devido aspecto.

Observou-se, naqueles momentos de aplicabilidade da obra, que os alunos nunca, em sua trajetória de vida, tinham ouvido falar de Exu, nem tão pouco de outros deuses da religiosidade afro. Eram novatos, não existia neles a raiz esmagadora do preconceito, e isso tornou-se ainda mais fácil o trabalho, podia ser possível, enxergar a mitologia de África, sem confundi-la com sua religiosidade e extirpar de vez, naquele momento educacional, o preconceito religioso, na vida daqueles jovens adolescentes. Não se pode olvidar que a Educação proporcionaria isso, com a Lei 10.639/2003, de todo modo, a luta contra o preconceito racial e a intolerância religiosa poderia ter brotado, naquele lugar, começando por aqueles jovens.

Recapitulando o trabalho ministrado pela educadora, a seguir foi posta a leitura dos contos. Era necessário ir a um lugar diferente de sala de aula, e a biblioteca era o espaço apropriado para isto. Lá, os alunos ficaram à vontade, sentados no chão, na mesa, como eles se sentissem melhor. A seguir, houve a explanação do que seria um

griot, para que se pudesse fazer a oralidade das narrativas da obra de Martins, de modo lúdico e africanizado, e a literatura oral foi enfatizada e a importância desses contadores de história africanos foi feita.

Pela primeira vez, conheceram a importância dessa tradição e souberam, também, dos preceitos iniciáticos que esses contadores de história perpassam para se tornar um *griot*. Partiu-se, após a leitura e a ilustração, feita a guache, para o trabalho com a gramática dada, de acordo com o currículo solicitado pela Secretaria de Educação de Macaé. Na verdade, teoria e a prática confundiam-se com exercícios de frases, retiradas dos fragmentos do primeiro e do segundo contos, porque não se foi além disso, por causa de toda encrenca atribuída à aplicabilidade da obra LE, ocasionando a seguir da ameaça de se colocar à disposição, ou seja, a professora ser banida daquela escola.

I.6 As ilustrações do livro, a cor negra dos negros e elementos imagéticos sagrados

Prepara-se, nesse momento, à parte gráfica da obra. A história de *Lendas de Exu* ateve-se a imagens em preto e branco feitas pelo próprio Adilson Martins, como também a parte do miolo. Trata-se de desenhos gráficos que se aludem à África e na borda inferior de cada página, instalado no interior da apresentação de cada conto, uma faixa com desenhos geométricos, remetidos a estampas africanas, em preto e branco.

A partir desse contexto ilustrativo, os editores desenharam a caracterização de exu, vista sob à mira do olhar infantil, através de um boneco que se veste de gorro vermelho, assim como o saci, e que carrega um cajado na mão, cujas cabaças são amarradas no mesmo, elementos bem representativos da religiosidade africana. Na verdade, fica a impressão que se trata de um trabalho pouco elaborado, entretanto, a capa do livro, acentua bastante as cores preta e vermelha desse personagem, tornando o desenho de dentro, muito mais lapidado do lado de fora, na capa.

Sabe-se que a atribuição de entender as imagens cabe a quem as vê, e consegue interpretá-las. Curiosamente, o personagem principal se apresenta, através de seu tamanho, de seu bio tipo esquálido, e encontra-se inserido em cada capítulo do livro, mesmo sem as cores preta e vermelha tradicionais de Exu, entretanto, essas imagens fornecem novos elementos intrínsecos.

Na verdade, *Lendas de Exu* deixou para os leitores, imagens sem cores no interior de cada conto, fatores que proporcionam aprender, apenas, com os seus escritos. Isso feito, parte-se do princípio que aprender a olhar, passa a ser um ato físico e importante, para que se tenha a capacidade de inventar, e compreender o que se vê.

Retomando, mais uma vez, aos trabalhos dos alunos do colégio da Serra de Macaé, é possível perceber que as imagens da obra de Martins foram redesenhadas, a partir da leitura de cada conto, através de riscos do personagem elaborados pelos próprios discentes.

Contextualiza-se, agora, a obra e figuras feitas pelos educandos, apresentadas anteriormente, percebe-se que exu era caracterizado de short de banho, com peito musculoso, negro, como eles, adolescentes, são vistos, atualmente. Num outro momento, usava pena na cabeça, e vários outros aspectos, sem o sinal demoníaco, pois eram livres desse estereótipo do orixá (Fig.1.2). Depois disso, várias outras ilustrações foram feitas e exu foi retratado de várias formas, confirmando, assim, que é possível redefinir esse valor descritivo desse panteão iorubano. Vê-se, portanto, que a etnia atribuída ao personagem era a negra, comprovando mais uma vez, na visão dos discentes, tratar-se de um mito africano. Na verdade, uma imagem, assim como um texto escrito, pode apresentar múltiplas leituras daqueles que a olham mais atentamente (RAMOS, 2011, p.35), assim afirma esse estudioso dos negros.



Fig. I.2 Trabalhos dos alunos envolvidos no projeto LE – os contos desenhados – Exu na visão dos alunos – sem o aspecto demoníaco

I.7 Uma retomada do acontecido – o caso bem contado pelo lado de cá

O racismo é inserido na cultura brasileira desde há muito tempo, principalmente nos lares, por exemplo, com as cantigas “boi da cara preta, pega essa criança que tem medo de careta”, nos meandros da escola, com nomes pejorativos de “macaco”, dentre

outros preconceitos com o indivíduo de tez negra. Para o bem das relações sociais, o branco deve reconhecer a diversidade do outro, e a Educação tem muito a contribuir para essa mudança, através da Lei 10.639/2003, que apesar de ter dez anos, muito já se fez para essa transformação.

Se ela ainda não conseguiu muita coisa é porque se depara com diversos obstáculos, principalmente, o não engajamento de profissionais imbuídos nela, por desconhecê-la, ou até mesmo por não ter interesse em aplicá-la. Mesmo assim, esta legislação ajuda a entender a ausência do lugar dos negros em nossa sociedade. Na verdade, essa Lei faz-se importante na escola, para que se olhe para um passado perdido, como também se respeite a alteridade do outro, principalmente no sentido religioso. É factível lembrar que o Universo se transforma e com ele o mundo, consequentemente, existem mudanças na sociedade. A autora Heloísa Toller levanta conceitos importantes na importância de outra imagem do povo que ajudou a construir a nação brasileira, e acrescenta:

> *"a questão que considero mais séria e passível de uma profunda reflexão é: será que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos que frequentam a escola, na atualidade, têm contato com outras imagens e com a história dos africanos escravizados vista pela perspectiva da luta e da resistência negras? Será que nossos alunos e alunas, ao passarem pela escola básica, hoje, têm a possibilidade de estudar, conhecer e aprofundar seus conhecimentos sobre o continente africano (GOMES, 2009, p.76)".*

Diante desta constatação, percebe-se a importância da escola no sentido de mudar as histórias alijadas dos livros didáticos que não produzem ainda a imagem dos descendentes africanos como heróis, como construtores dessa Nação. Não se deve ter receio de mudanças, da busca de conceitos alternativos, principalmente, no que tange à mitologia, que pode muito bem promover diálogos entre os docentes. Nessa perspectiva, busca-se, o tempo todo, por profissionais militantes na questão, por caminhos que respondam ou ajudem a responder o porquê do racismo com os afrodescendentes.

Retomando à escola que proibiu o livro *Lendas de Exu*, o que se percebe na época, que se tratava de uma instituição cuja direção era de profissionais negros e que nunca, em sete anos, até 2009, o tema do racismo fora ressaltado, em nenhuma aula, como também nos murais do colégio. Para tanto, não só a mitologia africana estava sendo ministrada, como também a problematização dos impasses do negro em relação ao racismo, à falta de oportunidades na sociedade, tudo se transformava, naquele momento, com os alunos envolvidos no projeto de LE. Ressaltava-se a valoração da

etnia, que se sentissem orgulhosos de serem negros. Depois de muitos comentários da diáspora, chegou-se também aos cabelos étnicos, que tradicionalizam a etnicidade africana.

Para tanto, ressaltou-se que na década de 60, havia a valorização desse tipo de cabelo com o estilo *black power*, cuja emblemática era a descolonização do continente africano, que mobilizava os negros das Américas e do Caribe e que teve grande influência nos movimentos negros brasileiros. Sabe-se que a principal função desse estilo de cabelo era a valorização do pertencimento cultural e o resgate da beleza do negro (LODY, 2004, p.91). O resultado dessa aula foi o aparecimento de uma aluna que adentrou no espaço escolar, exibindo, com orgulho, o seu penteado afro, feliz com sua cor e com o seu modo de pentear[13]. Retomando Lody quando diz que: "Pentear e mostrar os cabelos é comunicar, receber reconhecimento da cultura, manifestar beleza e padrão estético (LODY, 2004, p.59)" e é para isso que se contempla todos os temas ligados a essa legislação, racismo, cotas, religiosidades, artes dentre outras riquezas anônimas que se tenta pôr em voga na sociedade.

Considera-se pertinente ressaltar que o sub diretor, com o qual a educadora, em questão, mantinha um diálogo aberto acerca da religiosidade afro, por terem cargos sacerdotais, enfatizou com questionamento: "Por que você não trabalha "*A menina de laço de fita*[14]", em vez de *Lendas de Exu*?" Aliás, diga-se de passagem, quando ressaltam a literatura afro quase sempre se esquecem dos deuses mitológicos. Entretanto, o educador negro não era da disciplina de língua Portuguesa, e não tinha ideia do que dizia, pois essa abordagem literária indicada pelo mestre não condizia com a série curricular que se ministrava, nem tão pouco com a teoria que se pensava em aplicar.

Depois disso, a contadora de LE foi convidada, definitivamente, a deixar a escola. Embora sendo funcionária como os gestores daquele sistema de ensino pertencente à Prefeitura de Macaé, e não trouxera a obra de sua casa, de sua religião, não foi poupada de tamanha intolerância. Percebia que existia uma Lei na Educação e que a seguia, porque a estudava no curso de Pós Graduação, oferecido pela própria prefeitura para capacitação dos docentes da rede de ensino, acreditava no suporte que viria da Secretaria de Educação de Macaé, como também de outros Órgãos relevantes.

---

[13] Possuo a foto da aluna em meus arquivos particulares

[14] Disponível em: http://contandoradehistorias.blogspot.com.br/2008/01/na-espera-menina-bonita-do-lao-de-fita.html. Acesso em: 08 de julho de 2014.

I.8 Começa, então, "a guerra santa"

Comunicado o ocorrido à Comissão de Combate à Intolerância, foi noticiado o caso pelo jornal Extra com o seguinte título "Sobrou para o Saci". Isso gerou implicações para aguçar ainda mais a ira da diretoria, composta por três pessoas, o subdiretor, a diretora e a coordenadora pedagógica, da época, nascida no local. Depois da notícia, foi fixado, pela diretora, no mural da sala dos professores, um provérbio bíblico que dizia:

> *"estas seis coisas aborrecem o senhor e a sétima sua alma abomina: Olhos alusivos, **língua mentirosa** (este último termo destacado pela diretora), mãos que derramam sangue inocente, coração que maquina pensamentos viciosos, pés que se apressam a correr para o mal, **testemunhas falsas que proferem mentiras, e o que semeia contentas entre irmãos** (essas últimas expressões destacadas pela diretora)[15] (PROVÉRBIOS 6:16-19)"*

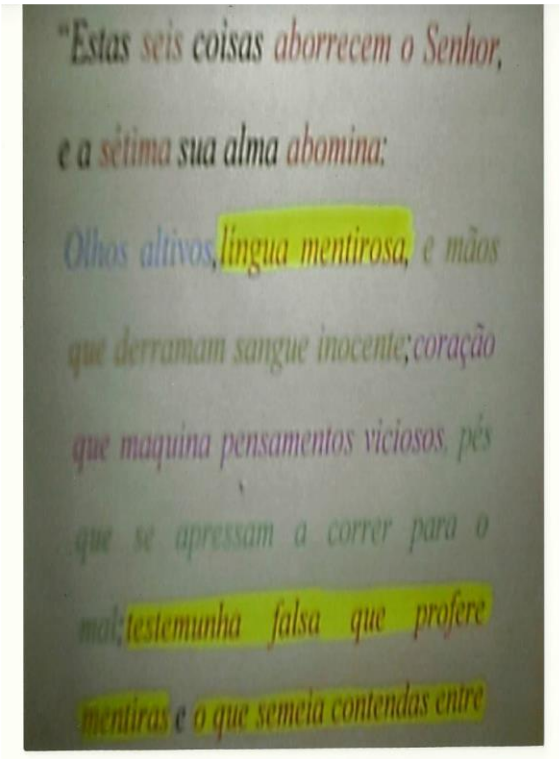


Fig.I.3 provérbio bíblico

[15] O mural foi fotografado por mim a pedido da minha advogada para compor os autos, segue ilustração no final dessa obra



Fig. I.4 provérbio bíblico visto de longe na sala dos professores

Sabe-se que todos os dias de aula, em comum a outros profissionais, a educadora tinha que conviver com os ditos sagrados oriundos por parte da gestora escolar, que por sinal, muito constrangedor. Percebe-se que a grande alavanca de sustentação do combate à intolerância, pela Comissão, foi a notícia jornalística que gerou ainda mais a ira dessa pessoa. Por esse motivo disse que precisaria resolver aquele anúncio do jornal, e que não poderia ficar daquele jeito, e usou do ambiente público, o refúgio de toda a sua raiva e vingança, ou seja, através de seu poder. Depois de sua postagem do provérbio no mural, ainda não satisfeita, fez-se necessária uma reunião, na Secretaria de Educação, a pedido dela.

A partir disso, nos horários de atividade[16], eram cobrados relatórios de 2008, sem nenhum critério de anotações de entrega dos mesmos, de modo a emitir problemas em relação ao trabalho da contadora das histórias de LE. No dia 11 de setembro de 2009, houve a reunião solicitada e aquele momento, fora angustiante. Vista, hoje, por

[16] Horário em que se dá encontro com os profissionais da Educação, dentro da escola, para que se tracem estratégias de ensino

outro ângulo, era como a educadora tivesse cometido um crime com seus alunos, foram muitos debates acirrados sobre o procedimento da docente, eram muitos e somente ela para se defender. A direção do colégio insistia que a professora aludia a uma religiosidade que não havia no local, e que a comunidade era formada de evangélicos, a questão, na verdade, tomou rumos diferentes do educacional.

Com o passar do tempo, um vereador local, sacerdote do Xangô Menino[17], através de uma entrevista no Jornal O Debate[18], na época, negou ser a Serra de Macaé, composta só por evangélicos. Esse religioso e político disse ter na Serra adeptos da religiosidade afro, e desmentia o que a diretora disse nos jornais. Enfatizou que aquela comunidade não era totalmente evangélica, que havia adeptos de seu Templo, inclusive, como moradores do local.

Outro espaço de embate da educadora foi numa apresentação de palestra na ABI[19], no Rio de Janeiro, a convite da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa[20], fez com que o impasse da Serra de Macaé viesse a público, de novo. E uma semana depois, uma nota no jornal O Globo, de Ancelmo Góis teve muita credibilidade no meio jornalístico, causando o *boom* do caso (Fig. I.5).

No decorrer dos acontecimentos, Macaé ficou na mídia. As televisões Intertv, TVE[21] chamaram autor e professora para entrevistas. Em um jornal, noticia-se "guerra santa numa escola municipal" e o caso toma ainda mais ênfase.

Somando a todo ocorrido, documentos oriundos de Brasília, vindos direto do Presidente, para o Governador, Prefeito e Secretários de Educação do Rio de Janeiro capital e Macaé, a pedido do SEPPIR[22], para que se investigassem o caso. A partir

---

[17] Casa de Umbanda cristianizada fundada em 27 de setembro de 1966, na cidade de Macaé. Disponível no local: http://www.xangomenino.org.br/dsl/component/k2/item/147-apresentacao-do-xango-menino.html. Acesso em 12 de setembro de 2014.

[18] https://br.groups.yahoo.com/group/historia_africa/message/737

[19] Professora denuncia discriminação – em 26/10/2009. Em entrevista à imprensa na tarde desta segunda-feira, 26 de outubro, no Rio, o advogado Carlos Nicodemos, representante da professora Maria Cristina Marques, disse que deu entrada na 123ª DP, de Macaé, com queixa criminal contra a diretora da escola municipal Pedro Adami (região serrana de Macaé, no Norte Fluminense), Mery Lice da Silva Oliveira e o pastor presbiteriano e Vice-diretor Sebastião Carlos Menezes, que afastaram a educadora da unidade de ensino, por causa de uma aula de Literatura Brasileira e Redação em que utilizou o livro "Lendas de Exu", de Adilson Martins, que aborda as tradições culturais e religiosas de matriz africana que se desenvolveram no Brasil. A diretora e o Vice-diretor — ela evangélica e ele presbiteriano — também foram denunciados administrativamente à Procuradoria-Geral de Macaé, acusados de desvio de conduta disciplinar com fins de discriminação. Disponível em: http://www.abi.org.br/professora-denuncia-discriminacao/Acessado em 12 de setembro de 2014.

[20] A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) é formada por umbandistas, candomblecistas, espíritas, judeus, católicos, muçulmanos, malês, bahá'ís, evangélicos, hare Krishnas, budistas, ciganos, wiccanos, seguidores do Santo Daime, evangélicos, ateus e agnósticos. Também são membros da Comissão o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Ministério Público e a Polícia Civil. Os religiosos da Umbanda e do Candomblé, em março de 2008, formaram a CCIR. Até hoje, já produziram seis vezes a 'Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa'. Disponível em: http://ccir.org.br/quem-somos/ Acessado em: 12 de setembro de 2014.

[21] A gravação do programa "Sem Censura" encontra-se em meu poder

[22] Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em http://www.seppir.gov.br/, acessado em 08 de julho de 2014. Os documentos farão parte dos anexos desse trabalho.

disso, não ficou meramente interno, e a pedido desses Órgãos, a Procuradoria da Prefeitura foi instalada dentro da escola, e desponta uma investigação interna pelo Município[23].



O GLOBO — Segunda-feira, 26 de outubro de 2009

Coluna de Ancelmo Gois

ANCELMO GOIS

oglobo.com.br/ancelmo

COP-15

O ministro Carlos Minc desmarcou vários compromissos esta semana e voa quarta para a Dinamarca.

Vai conversar com representantes de outros países numa tentativa de salvar a reunião da Convenção do Clima em Copenhague (COP-15), em dezembro.

Help, adeus

Este foi o último fim de semana de saliência na boate Help, em Copacabana.

Sérgio Cabral foi avisado sábado que um oficial de Justiça vai quinta à boate, "se preciso, com apoio da polícia", para a desocupação do imóvel e o início já das obras do novo MIS.

Dinheiro em braile

A OAB nacional prepara uma ação civil pública para que todo o dinheiro circulante no país permita leitura em braile.

Cezar Britto, presidente da Ordem, já consulta a Casa da Moeda sobre a possibilidade.

Caso escolar

Uma professora da Escola Municipal Pedro Adami, em Córrego do Ouro, Macaé, RJ, teria sido afastada pela direção por ter dado uma aula sobre religiões afrobrasileiras.

Na aula, usou o livro "Lendas de Exu", de Ademir Martins, recomendado pelo próprio MEC. A diretora teria alegado que a comunidade local é evangélica. A professora diz que vai à Justiça.

Fig. I.5 Jornal O Globo – jornalista Ancelmo Gois



GERAL

a, Extra!

Sobrou para o saci

► A diretora da Escola Municipal Pedro Adami, em Córrego do Ouro, região serrana de Macaé, ameaçou "colocar à disposição" a professora de português Maria Cristina por ensinar cultura afro-brasileira. O conflito começou depois que a professora pegou na biblioteca da escola um livro que fala sobre a "mula sem cabeça", "saci pererê" e "exu".

Insatisfeitos

► A diretora alega que os pais das crianças que são evangélicos — tal como a diretora e o subdiretor — estariam insatisfeitos com o "tipo de aprendizagem".

Só que...

► A própria Prefeitura de Macaé promove cursos de pós-graduação para professores de História da África

Reportagem do jornal Extra em que se noticia a intolerância etnorracial praticada contra a noticiante que foi reprendida de aplicar o Conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Fig.I.6 a primeira reportagem postada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa-CCIR

[23] Esses documentos fazem parte dos autos



Exu não pode?

Melhor Xilis

STELA GUEDES CAPUTO

Recentemente, um jornal carioca destacou o caso da professora proibida de usar o livro "Lendas de Exu" em uma escola municipal. A professora é umbandista e a diretora da escola é evangélica. É cada vez mais comum que professores e alunos de candomblé ou umbanda sejam discriminados nas escolas. A pergunta é: por que Jesus pode estar em um livro para o ensino religioso católico, destinado à rede pública, e Exu não pode? Exu não entra na escola porque este país é racista, e o racismo está presente na escola. Acredito também que atravessamos uma fase de avanço conservador na educação pública. A manutenção da oferta do ensino religioso na Constituição de 88, a aprovação deste como confessional no Rio, os livros didáticos católicos, a Concordata Brasil-Vaticano, são vitórias silenciosas que ampliam e legitimam as circunstâncias necessárias para discriminações como essa.

A mãe-de-santo Beata de Yemanjá diz: "Pensam que o Brasil é uma coisa só e nos discriminam. Isso é racismo." Para o pesquisador Antônio Sérgio Guimarães, o racismo brasileiro é heterofóbico, a negação absoluta das diferenças implicando um ideal, explícito ou não, de homogeneidade (ou uma coisa só, como diz Beata).

Quando uma escola proíbe um livro de lendas africanas ela discrimina culturas afrodescendentes. Exu é negro. Um poderoso e imenso orixá negro. É o orixá mais próximo dos seres humanos porque representa a vontade, o desejo, a sexualidade, a dúvida. Por que esses sentimentos não são bem-vindos na escola? Porque a Igreja católica tratou de associá-lo ao seu diabo e muitas escolas incorporam essa lógica conservadora, moralista e racista. O Exu proibido afirma que este país tem negros com diferentes culturas que, se entendidas como modos de vida, podem incluir diferentes modos de ver, crer, não crer, sentir, entender e explicar a vida. Positivo foi que muitos professores e professoras criticaram o ocorrido, o que mostra que também a escola não é "uma coisa só". É nas suas tensões cotidianas que devemos lutar contra o racismo.

As culturas com suas religiões fazem parte do ensino de História da África. Como é que vai ser? Pais e professores arrancarão as páginas desses livros? Ou eles já serão confeccionados mutilados pelo racismo? Respondo com a saudação ao orixá excluído da escola: Laro oyê Exu! Para que ele traga mais confusão e com ela, o movimento, a comunicação, a transformação onde reina.

STELA GUEDES CAPUTO *é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).*

Jornal O Globo - novembro/2009

Fig.I.7 Jornal O Globo – Stella Guedes Caputo – a mesma reportagem está publicada em seu livro "Educação nos Terreiros (2012)"

Deste feito, ouviram-se vários professores, inclusive os que se mostravam colegas da profissional, depuseram contra a mesma. Observam-se, nos autos do processo, os depoimentos desses profissionais que causaram surpresas com o contexto investigativo por parte da Procuradoria de Macaé, que se instalara dentro da escola, na época, para apurar o ocorrido. Sabe-se que os advogados da prefeitura questionavam à educadora por seus depoentes, e a mesma não possuía ninguém, ficara só, esperando ser apoiada pelos Órgãos competentes, enquanto toda a escola a favor da gestão, um verdadeiro cenário que se pode definir como o de telenovelas.

No dia 21 de outubro de 2009, o Secretário de Educação e a Direção do colégio marcaram uma reunião com os pais de alunos e exigiram a sua presença. Os representantes da Pro Afro[24] de Macaé, a pedido da Comissão de Combate à Intolerância, fizeram-se representar, primeiramente, trancando-se na sala do diretor, e nem sequer procuraram ouvir a docente, mas nada opinaram, também.

[24] Tratava-se de uma secretaria ligada à Promoção de Igualdade Racial da Prefeitura, naquela época do ocorrido.

Novas posições discursivas surgiram e o resultado da reunião foi o que se esperava, constrangedor, como se fosse um enclausuramento acadêmico que de nada serviu para viabilizar as soluções do problema. Em busca de socialização e troca de conhecimento, de modo a suscitar uma reflexão sobre o ocorrido nos educadores e responsáveis de dois de seus alunos, o material da *Cor da Cultura* fora emprestado às mães educadoras da mesma escola. Em vão, o livro de exu, a pesquisa de heróis demoníacos eram o assunto do universo daquele colégio, naquele momento.

A ordem oriunda da Secretaria de Educação, com receio da mídia, era voltar para sala de aula, e assim se fez. Mediante a isso, a diretora, que não tinha como hábito passar à noite na escola, estava lá para persuadir os alunos a assinarem abaixo-assinado, para a remoção da educadora. Por outro lado, a educadora passava abaixo-assinado pedindo aos alunos que comprovassem que não colocava religiosidade em sala de aula. Evidentemente ficou bem preocupante a falta de harmonia naquele ambiente, por causa da intolerância religiosa e dos conceitos solapados da cultura religiosa dos deuses de Nigéria.

Assegurando a ordem dos acontecimentos, solicitou-se um encontro entre a educadora e a subprefeita, cujo posicionamento parecia ser neutro, mas com o devido cuidado de acalmar os ânimos midiáticos. Depois disso, decidiu-se que todos deveriam se afastar imediatamente. Consequentemente, isso foi feito no dia 16 de novembro de 2009. Por muito tempo, todos ganhavam salários, sem trabalhar, férias coletivas, até que tudo se estagnasse, completamente, não se sabe se foi um recurso apropriado ou uma estratégia.

Nessa concepção, o resultado final foi que todos voltassem para seu ambiente de trabalho, pois ninguém errou, e esse foi o veredicto do inquérito administrativo. Isto posto, dar-se-ia o seu retorno na mesma escola, com os mesmos diretores. Diante desse obstáculo, era preferível assinar o seu atestado de derrota, não houve retorno. E desde então, a contadora de lendas se encontra como coordenadora de um Núcleo de Estudos Afros[25], até os dias de hoje.

[25] NEEDE – Núcleo de Estudos e Educação em Diversidade Étnico Racial, pela FUNEMAC criado por mim e Meynardo Rocha.

I.9 Considerações finais deste capítulo

O processo no Ministério Público de Macaé foi escrito por uma advogada do Projeto Legal[26] e nunca mais foi visto por ninguém, até que se desistiu da ONG. O inquérito na delegacia 123 encontra-se até os dias de hoje, sem nenhum resultado, de vez em quando chamam todos os envolvidos para depor.

Neste ano, faz cinco anos e sabe-se, exatamente, o que vai, realmente, acontecer com o caso, juridicamente. Nesses percursos desviantes, só resta deixar escritos acadêmicos, pois quem sabe, seja de interesse para outros pesquisadores no futuro, ou talvez, quando Exu vire personagem da mídia televisiva e de quadrinhos, assim como sonhou Adilson Martins.

Adentrar nesse mundo, talvez, possa renascer assim como o morador de Carapebus, Mota Coqueiro[27] que morreu enforcado, injustamente, em 1890, e virou obra de livro e de teatro. Vê-se, portanto, que com o passar do tempo, sobram vestígios enterrados ou em arquivos mortos de papeis ou de ossadas, como no caso de Coqueiros:

> *"que durante uma escavação junto ao muro do cemitério de Sant'Anna encontraram um esqueleto, em meio aos ossos, algemas com pesadas correntes presas por um grande cadeado de cobre. A notícia correu célere e causou um furor na cidade. [...] e aquele caso, no entender do dr. Amphrisio, podia mexer com a que Macahé padecia de um forte complexo de culpa pela execução de um homem inocente, 35 anos antes; se fossem mesmo seus despojos, esses restos poderiam transformar-se em estandarte e símbolo de manifestações políticas inconvenientes (Marchi,2008, p.295)".*

Através disso, verão o quanto foram preconceituosos e intolerantes com a literatura africana, nas dependências de um colégio da Serra de Macaé, devidamente, autorizada. Mais uma vez na História, essa cidade comete outro erro e nada se é devidamente punido, ou tão pouco apurado, em sua essência, o que se assiste é a falta de justiça e a politicagem que pondera.

---

[26] Disponível em: http://www.projetolegal.org.br/, acessado em 08 de julho de 2014.
[27] Obra verídica que retrata o enforcamento do fazendeiro Mota Coqueiro que foi considerado o matador de um fazendeiro nas redondezas de Macaé, que foi considerado o maior erro da justiça brasileira.

CAPÍTULO II - Os compêndios do passado ligados à religião afro – Exu entra em cena

Este capítulo apresenta ideias e análises que demandam um aprofundamento da demonização que Exu, orixá yourubano da cultura do continente africano, recebeu durante séculos de existência. Através de obra de escritores ligados à religiosidade afro-brasileira num passado não tão distante, a noção de Arquivo perpassa somente como ilustração desse conceito. Para enriquecer ainda mais essa teoria arquivalista, inserem-se algumas anotações das obras de autores como Derrida e Foucault.

O que se pretende na verdade é saber que são leituras que tratam diretamente ou indiretamente da questão, delineia-se a tentativa de transpor a mitologia africana dos terreiros de religiosidade afro à Educação. A partir disto, o que se pretende, na verdade, é trazer à tona, estudiosos do passado que estavam relacionados ao tema religioso de matriz africana que somados a um escrito da contemporaneidade, vão enriquecer, ainda mais, esses conceitos. Em busca de rastros preconceituosos de Exu, vistos pelos olhares epistemológicos, transporta-se ao presente, e por essas vias, introduzem-se os conceitos religiosos e a descrição da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro de Paulo Lins, que comprovam ser sua obra, dentre outras existentes, uma amostra cultural da presença ativa da etnia negra, em relação à musicalidade do samba e a presença religiosa com o formato cultural de uma Nação.

Em relação aos conceitos de escritores de outrora, ao manter um contato profícuo com eles, o que se pretende, na verdade, é trazer à tona discursos religiosos, que não são mais encontrados nas prateleiras das livrarias. Vale ressaltar que construídos a partir deste olhar, se certos ou errados, são arquivos e foram construídos em seu tempo, de acordo com os acontecimentos da época e que podem estar sujeitos a novas ressignificações, dentro de outros universos de saberes.

O que se busca, com afinco, é um leque de aberturas para transformar os discursos religiosos em pedagógicos[28], de modo que perpassem os discursos de intolerância religiosa advinda de comunidades preconceituosas, nos arredores da escola. Comentar acerca da religiosidade africana, principalmente, Exu renderia por si só diversos conceitos remotos e atuais. Além do mais, à medida que cada interessado

[28] Esse discurso é chamado por Eni Puccinelli Orlandi (2011) por “discurso autoritário”, no sentido em que se diz “isto é uma ordem” (p.17)

no tema produzir ainda mais a sua defesa, nessa desconstrução de visão demoníaca, certamente, haverá uma transformação advinda pelo cunho acadêmico, que reforçará esse discurso. Para somar ainda mais, o preconceito oriundo dentro da religiosidade possibilitará, também, a exclusão dessa alcunha negativa que assombra nos meandros dos terreiros de Umbanda e de Candomblé.

II.1 O Arquivo e seus estudiosos

Para se entender a posição de Derrida, faz-se necessário ratificar a importância de se recuperar um passado, através de programas de incentivo à preservação da memória. Derrida enfantiza que a palavra Arquivo não se refere à memória, ao contrário, ela tem seu referencial pautado na falta deste termo.

De todo modo, o lugar de autoridade está pautado no Arquivo. Dentro de todo esse contexto apresentado, retoma-se o conceito de Arquivo, a partir do significado de Jaques Derrida, em “Mal de Arquivo – Uma Impressão Freudiana”, quando diz que "O vocábulo "arquivo" remete ao grego arkhé, que designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da Natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* - [...] (grifos do autor) (DERRIDA, 2001, p. 11)”. O escritor enfatiza que era numa casa, numa residência, lugares onde se encontravam os arcontes, autoridades que escolhiam o que se deveria passar do privado ao transparente a todos os leitores, ou seja, o que era ou não permitido divulgar.

Como observa o autor, a destruição de arquivo está ligada ao processo de seu arquivamento. A lei do arconte, da escolha pessoal de quem organiza o arquivo, pode ser destruidora ou não, dependendo do interesse de quem assim o faz. A exemplo dos escritos particulares de Freud, Derrida argumenta que o sintagma freudiano refere-se a sentidos distintos: “ impressão” como a escrista, a grafia tendo a noção vaga. É a escrita em Freud, através de seu nascimento, e sua união pela sua circuncisão, de suas obra , dentre outros aspectos, chegando as suas mensagens particulares e públicas. A preocupação era o que e como falariam dele. Para tanto, os arquivos de Freud estão em um lugar de origem à espera de sua seleção de arquivamento.

Em sua obra, escrita em 1995, Derrida estabelece conexões capazes de produzir um novo conceito para os pensamentos filosóficos, amparando as noções atuais de questões que foram mal colocadas no passado. O autor propõe o retorno à origem, à busca de explicação e ao entendimento de um passado. Nela, encontra-se a ideia de

que todo Arquivo deixa marcas, preservação de memórias, retratos do viver de uma sociedade numa época determinada, o armazenamento de ideias de um tempo, cronologicamente, marcado.

Em referência ao vocábulo “Mal”, o estudioso diz ser necessário para mantermos um enlace de registros na história. Alerta da necessidade do registro de quase tudo, sem perda. Entretanto, a censura e a repressão sempre trabalharam para destruir o Arquivo, antes de apresentá-lo. Dentre muitos fatores que contribuem para essa estratégia, ressaltam-se a amnésia, a falta de interesse por pesquisadores, dentre outros aspectos, devido à erradicação de restos preconceituosos do passado ou até mesmo à falta de entendimento de uma ideologia que se sustentava como certa nesse passado, em relação à documentação escrita. Na verdade, trata-se de conhecimentos produzidos num momento da escrita de um discurso. Todo arquivo, diz Derrida, é o mesmo tempo instituidor e conservador, revolucionário e tradicional. O autor defende e convida a pensar que todo arquivo tem força de lei, que pode ser representado por uma casa (*oikos*), família ou instituição.

Nesse cenário, o autor disserta que a questão de arquivo não é só de um passado, mas sim de uma resposta para o futuro, de uma outra inserção para o amanhã. Nessa perspectiva, ele nos indaga se a nossa intenção é saber o que intencionava exprimir o dito, e essa questão só há de se saber num tempo que ainda surgirá. Ainda, seguindo os pensamentos de Derrida, quando se tem uma definição de lugar para arquivo, aquele que guarda documentos, histórias de vida particular e acadêmica, remonta-se a muitos registros.

Depara-se, então, com o grande emblema de não se poder traduzir o que seja um arquivo por Freud, Foucault, pois segundo Derrida, o que se tem é somente impressões, pois ele é o próprio objeto de estudo, seus modos de surgimentos, suas existências e coexistências, o acúmulo de aparição, de historicidade e de apagamento. Para tanto, se não temos seu total significado é necessário que se estabeleça um campo enunciativo ao qual ele pertença. Essa é a parte fundamental para Foulcault: não se busca um princípio, mas se questiona o que fora explanado no sentido expresso de sua existência.

Nesse cenário de mal de arquivo, Derrida enfatiza que o termo arquivo é muito pertubador pois envolve segredos, limita espaços de divulgação, o que cerra a visão e consequentemente, impede entendimentos verdadeiros. Por tal motivo de mal de arquivo, o autor infere que arquivo é também o arder-se de paixão. É a procura de seu

esconderijo, um desvendar do escondido, um desejo imensurável de memória, na verdade, o mal de arquivo é a paixão por ele.

Não mais seguindo os ancoramentos desse ilustre escritor e desviando a teoria para os escritos do passado em que o panteão Exu esteve inserido, retoma-se Arthur Ramos. Insere-se, então, que a memória dos documentos desse autor solapou muitos conceitos errôneos e certeiros, acerca do negro e de sua religiosidade. Através dela, dessas origens de bagagem intelectual de um passado, se bem pesquisada no presente, pode-se defrontar com muitos conceitos, que passaram despercebidos pelos olhos leitores em certa ocasião de um passado, não tão distante assim.

Nesse cenário, percebe-se que a busca incessante desses estudos, além de informar vários fatores acerca da democracia racial, proporcionam, também, imagens do modo de viver, através do reflexo do tempo, na reconstrução de lugares, como por exemplo, o subúrbio do Rio de Janeiro, em que se localizavam muitos terreiros de Umbanda e Candomblé. A partir de olhares observadores ligados ao sagrado, pode-se, também, verificar as tramas sociológicas de se ganhar dinheiro, através da religiosidade, sob o limiar criativo de um comércio mediúnico, além de outros aspectos afins encontrados, na época em que se elaboraram esses discursos.

No caso do arquivo de Arthur Ramos[29], depois de estar estagnado por uma vida inteira num local residencial, foi doado por sua esposa à Biblioteca Nacional. Como outros arquivos, ilustra toda a vida intelectual e pessoal do autor, e que serve para recuperar o grande esforço desse pesquisador, imbuído na causa da compreensão da cultura negra e dos problemas enfrentados pelos brasileiros, num certo período da história do Brasil. A partir disso, o contato com as obras e as anotações desse intelectual, produzidas por ele, e por seus auxiliares, recupera uma melhor compreensão da História das Ciências Sociais do Brasil. Por essa via epistemológica, é que se observam os conhecimentos críticos produzidos sobre a realidade nacional do Brasil da época referida.

---

[29] Arthur de Araújo Pereira Ramos nasceu no município de Pilar, atual Manguaba, em Algoas, na casa nº 195 da rua Amazonas (hoje Av. Wenceslau Batista), no dia 7 de julho de 1903, filho do médico Manuel Ramos de Araújo e Ana Ramos. Disponível em : http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=787:arthur-ramos&catid=35:letra-a&Itemid=1 Acessado em 29 de novembro de 2014.
Artur Ramos, também médico de formação e proclamando-se discípulo e continuador do que denomina a "Escola Nina Rodrigues", iniciou a publicação de seus principais livros sobre o tema. O negro brasileiro (revisto e ampliado em 1940) surge neste contexto sendo o primeiro volume de uma série que compreende O folclore negro do Brasil (1935), As culturas negras no novo mundo (1937) e a Aculturação negra no Brasil (1942).

Maria José Campos, 2003, em seus estudos de dissertação, que se transformaram na obra “Arthur Ramos – Luz e Sombra na Antropologia Brasileira”, uma das poucas obras publicadas, chama a atenção à necessidade de mais pesquisas acerca desse escritor, enfatiza que:

> *“exigiria o desenvolvimento mais exaustivo tanto de outras dimensões de sua obra como o de seu desempenho profissional, [...]. Até então, as referências existentes sobre Ramos não alcançaram a densidade suficiente para a compreensão de sua trajetória e da gama de intenções que seus textos sugerem (CAMPOS, 2004, p.25)”.*

Como se observa, espera-se, além de alguns artigos publicados pela internet, mais estudos, através de outros conceitos, além dos da grande contribuição feita por Arthur Ramos em relação ao negro. Para tanto, sabe-se que os escritos de memória de Ramos têm muito a contribuir e essa autora aborda, com destreza, em sua plenitude, o discurso da fantasmagórica democracia social brasileira, que se camufla, até nos dias atuais, na sociedade brasileira. Através da leitura de Campos, observa-se que, naquele contexto social, as relações raciais eram de total harmonia. Dentro dessa perspectiva, no Brasil não havia a polêmica do racismo, o povo brasileiro não o reconhecia. A partir disso, percebe-se o quanto se tem para desvencilhar nos escritos de Ramos, principalmente, em relação à esfera religiosa, e com isso revelar a grande contribuição que esse autor deu à cultura negra e quicá tentar entender por que ficou de fora dos estudos relacionados ao negro.

Nesse sentido, vale um aparte de Foucault (2012) quando chama atenção à existência de um processo de eternização, quando diz que não há como se pensar numa escrita estática, feita pelo dono do texto, porque a cada reescrito vê-se a renovação da ideia, a intenção de se mostrar aquilo que sempre escapa à ideia da escrita primeva. A partir disto, Foulcault ressalta a "crítica do documento", a sua legitimidade, se são sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, o que esses documentos, na verdade, queriam dizer. Percebe-se, então, que esses escritores não escreviam sozinhos, contavam sempre com a ajuda de outros pesquisadores que saíam a campo e vivenciavam muito mais o que era registrado. Ao informante, cabia toda a descrição a que assistia. A exemplo disso, eis um fragmento de uma pesquisa feita por Zilah[30] para Arthur Ramos:

[30] Trata-se de uma pessoa que auxiliava Arthur Ramos em suas pesquisas sobre o modo de atuação dos terreiros de Umbanda e Candomblé no Rio de Janeiro.

> ***"3ª pesquisa, abril, 1942, 21 – inf. Zilah***
>
> *RUA ANTONIO REGO 786. GENTE PRETA. Olaria. Trabalha com o africano Joaquim (recebe Pai Joaquim Miranda (!)) não cobra nada.*
> *Rua Jorge Rudge. Vila Isabel. Centro - Redentor. Linha Branca. Tem filial em Correias. Linha Auxiliar.*
> *Em Correias (linha Auxiliar) há muitas macumbas, grande quantidade. São Diogo (linha Auxiliar) também, assim como Caxias, São Mateus. São João de Merity.*
> *D. Virginia/falecida) quem está no lugar dela é o filho. TODOS OS SÁBADOS À NOITE INTEIRA. NOS LOGARES ACIMA REALIZAM-SE NO MESMO DIA. SÃO LICENCIADOS PELA POLÍCIA. PAGAM MAIS OU MENOS 100$ a polícia explora muito.*
> *(D. Maria r. Bento do Amaral 85. Espírita Branca. Linha de Umbanda.*
> *(Tenda da Verdade. Dr. Francisco Santana. Edifício Rex. Engenho de Dentro, rua Henrique Said 124. Branco com. 3ªs, 5ªs e sab. Médico médium receitista linha branca. Pior que macumbeiro. Ex de receita do Dr. Santana:*
> *luitoco para a febre 3 ao dia carquejo para a febre 3 ao dia alternando.*
> *"Dr. Santana toca os 7 instrumentos" diz Zilah, receita conforme a aparência da pessoa. Se vai bem vestida receita de farmácia, si é pobre receita de hervanario, etc*
> *(Rua da Abolição 440. Preta. D. Maria (vide pesquisa do dia 30.04.42 pg 2) recebe a vovó camaradinha. Perigosa, ignorante, explora e faz partos.*

O trecho aqui apresentado, retirado de forma integral dos manuscritos de Zilah, não tem a intenção de se aprofundar na bibliografia de Arthur Ramos e sim ratificar a importância desse escritor no contexto religioso afro-brasileiro, como também ilustrar a importância do Arquivo, através de manuscritos, feitos por seus pesquisadores. Com essas anotações, feitas em folhas de caderno, observa-se a importância dada aos terreiros de Umbanda do Rio de Janeiro, principalmente as suas localizações. Sendo assim, o que se percebe, e que caberia mais pesquisa, acerca de uma herança familiar ligada à religiosidade de Umbanda, é se há ou não uma continuidade da família ao culto dos Orixás. Vale notar, nas observações pesquisadas, a relevância de saber a cor da pele, a cobrança dos trabalhos de magia, como também as ervas utilizadas em tratamentos.

Assiste-se, a partir das anotações, à exposição da ritualística da religiosidade afro-brasileira, como também o grande interesse do médico Arthur Ramos, em relação ao tratamento profilático com uso de ervas, por ter sido ele um grande médico. Esses arquivos, ainda por serem pesquisados com afinco, trazem um grande panorama da sociedade do Rio de Janeiro, e estão lá, na Biblioteca Nacional, prontos por serem vistos por outros pesquisadores. Trata-se, portanto, de um despertar ao aprofundamento das vozes inseridas, em documentos de um passado e a transformação deles, com olhares

do presente, adormecidos, à espera de curiosos. No bojo dessa discussão, retoma-se Foucault quando enfatiza que:

> *"[...] reconstituir, a partir do que dizem esses documentos - às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável (FOULCAULT, 2012, p.7)".*

Na verdade, infelizmente, hoje, observa-se o pouco número de adeptos ligados à religiosidade afro, talvez até, devido a um modo peculiar do passado em administrar as magias dessa crença. A partir disto, nota-se que alguns hábitos que foram colocados na pesquisa de Zilah, ainda perduram. Vale dizer que esses documentos silenciados não estão mais em seu local de origem, mas num lugar à espera de outros observadores. Esses arquivos podem contemplar análises de ideias e de saberes, com a devida atenção às diferenças e às grandes transformações da religião e da sociedade, desde o tempo marcado pelas pesquisas de Ramos.

Somando a isso, perpassa-se, sorrateiramente, ao conceito de língua, o que sustenta o discurso do arquivo. Dentro desse enfoque, os sujeitos entrelaçam-se numa linguagem, numa teia de sempre mostrar o que não foi visto, num embrenhado de dizeres que não foram ditos ou até mesmo camuflados, através de outras ideias que se apontam. Neste contexto de conceituação, percebe-se que esses rastros analisados, no presente machucam, ferem o brio de um religioso da cultura africana. Devido a esses sentimentos, infere-se que a língua, o social e o histórico caminham ao mesmo tempo. Consequentemente, os homens têm a capacidade de transformá-la, e através dela, trazer à tona a sua historicidade, assim como sua função na sociedade, e transformar os discursos errôneos, mas que se pretendiam certos (ORLANDI, 2011, p.99). Despontam, então, duas importâncias, a do Arquivo e dos códigos que o compõem.

Dadas estas características, retoma-se mais uma vez o filósofo Michel Foucault. Convém salientar que, segundo esse autor, a História é considerada uma disciplina louvável quando se refere a documentos, porém não mais tem a imagem de memória de um passado. Além do mais, não é vista como depósito de lembranças do passado, que somente continha material, e que tinha a obrigação de transformá-lo apenas em documentos. Ela, a História, é mais que isso. Sua primordial função não é mais decifrar para autenticar a sua veracidade, mas descrever relações com outras formas de conhecimentos. Para tanto, não "memoriza" (grifos do autor) e sim transforma os registros em "monumentos" que têm a função de decifrar os rastros feitos pelo

homem. Ainda, acrescenta o autor, que a Arqueologia, considerada como disciplina dos monumentos mudos e dos rastros não mexíveis, só se valida pelo registro histórico. Entretanto, percebe-se a retomada da História para esta disciplina, com a finalidade de uma descrição intríseca do monumento, o que facilita os estudos de restos de memória (FOUCAULT, 2012, p.8).

Por outro lado, Derrida chama de "violência arquival" a vontade de não se mudar a História. Talvez esse enclausuramento possa não ser o indicado, mas se espera um novo porvir, uma nova transformação dos rastros deixados por estes Arquivos. É a partir destas relações que se menciona a possibilidade de se assistir às histórias vivenciadas por Arthur Ramos, e inferir que se pode transformá-las em outras histórias. Essas narrativas de época são transformadas a cada leitura feitas por pesquisadores. Se o interesse for estudos acerca somente do negro e do seu papel na sociedade, eles podem ser feitos por esse ângulo, caso o objeto seja pelo princípio religioso, pode ser visto de outro modo, tudo se encontra numa só teia de escritos. Partindo desse entendimento textual, percebe-se que um documento de Arquivo pode trazer à atualidade diversos pontos de vista, dependendo da direção, do tema estudado nele. Discursivamente, entende-se que vários assuntos são sugeridos em uma só pesquisa, pois os rastros deixados pelo autor dão essa oportunidade. No bojo desta teoria, que é pela religiosidade, tem-se a ideia de como eram os rituais, as magias, a prática do curandeiro, uma série de pormenores escritos, como também de imagens, deixadas nestes arquivos.

Nesse joguete de autores relacionados ao conceito de Arquivo, postula-se a proposta de Jacques Derrida (2001) quando conceitua Arquivo. Ele escreve de modo a entender que não se refere a um passado, um "conceito arquivável", porém se trata de uma questão para responder a indagações de um futuro (DERRIDA, 2001, p.50). Se quiser entender ou supor saber, realmente, a intenção de Ramos ao pesquisar o negro, só acontecerá através de muitos estudos num tempo futuro. Esta nova história, centrada no entendimento ao passado, busca de uma sobremaneira de um significado no futuro de uma promessa de resposta ou de uma responsabilidade para amanhã, ou talvez nunca será entendido. Derrida toma a palavra “messianidade” sem o sentido de messianismo, e sim como uma previsão, "uma messianidade espectral atravessa o conceito de arquivo e o liga, como a religião, como a história, como a própria ciência, a uma experiência muito singular da promessa (DERRIDA,2001, p.51)". Para tanto, sabe-se que o tempo para a pesquisa a ser feita é indeterminável, pois a Arquivo dá esta

dimensão, os restos ficam guardados em algum lugar e ficam prontos para novos olhares.

Retomando Ramos, em relação ao quantitativo bibliográfico doado por sua esposa à Biblioteca Nacional, ressalta-se, mais uma vez, que são quase 5000 escritos. Neles, destacam-se os discursos da religiosidade do negro, os de um médico sanitarista, os discursos de um pesquisador que pretendeu se expressar com toda objetividade. Como foi enfatizado, anteriormente, Ramos era percursor de Nina Rodrigues, imagina-se, então, que algumas de suas pesquisas surgiram, a partir de outros arquivos velhos. O que se pretende frisar é que Ramos fez uso desses objetos para novas interpretações. Contudo, o que se cogita, pela falta de interesse de pesquisadores ligados ao tema do negro, é que esses arquivos de memória feitos por Nina não foram assim tão renovados por Ramos. É preciso que se esclareça que o assunto abordado neste contexto é o religioso afro-brasileiro.

Por conseguinte, apesar de mortos, os mestres, os seus arquivos são sustentados com seus traços incompletos. Vale salientar que esses teóricos não colocam um pesquisador em uma posição confortável, na fonte religiosa afro, frente a alguns de seus comentários acerca do sagrado africano. Porém, servem-se da visão para o entendimento do cotidiano do negro, a compreensão de traços escondidos que podem ser encontrados na polissemia de outros discursos, onde os sentidos de arquivo sempre estão prontos a emergir. O fato é que o arquivo proporciona isso, o aparecimento de novos dados, o silêncio, que estava engavetado em pastas, em armários ou em gavetas, aquilo que deveria ser dito e não foi, uma multiplicidade de vozes num só discurso.

II.2 Memórias da religiosidade africana, na contemporaneidade, pedem passagem na Educação

Emergindo, nesse momento, num contexto da religiosidade afro-brasileira, e voltando-se à linha de pensamento de leituras ligadas à cultura religiosa no contexto africano, dentro das escolas, introduz-se a obra “Desde que o samba é samba”, de Paulo Lins (2012). Trata-se de uma trama fictícia baseada no estilo de vida de um grupo que mora no Estácio e arredores, na década de 20, tecendo problemas do cotidiano, tais como prostituição, musicalidade e religiosidade.

Acenando para autores contemporâneos ligados à cultura, que trazem sempre em seu bojo a religião e a música, principalmente, esse escritor retrata, em demasia, o

enfoque cultural da participação do negro no cotidiano da sociedade brasileira. Indícios disso podem ser observados em sua faceta mais depravada, sórdida e decadente quando retrata esse espaço, como uma cidade africanizada constituída de uma população pluriétnica com ciganos, judeus, europeus dentre outros. Para tanto, há de se considerar que embora se trate de uma narrativa fictícia, ilustra, com perfeição, imagens de um Rio de Janeiro, numa época em que o negro tinha destaque, e com ele, a sua religiosidade, com a qual essa obra dialoga intensamente.

Abre-se, agora, um espaço para o enfoque dado à cultura negra, o carnaval, essa festividade considerada o avatar da sociedade brasileira. Trata-se de um evento criado por negros. Neste âmbito, seja no morro, seja na favela, ou em qualquer outro campo, o que nunca se deve esquecer é que essa socialização é muito mais que isso, pois possibilita a construção de uma história e de uma identidade comum. Vale-se dizer que esta é uma obra ficcional que pode muito bem trazer contribuição acerca da cooperação da identidade do negro, nas escolas. Por outro lado, e o mais importante, a garantia de uma educação em termo de equidade cultural e histórica em que descendentes de negro possam ter acesso à informação acerca de seu passado e de seu legado cultural.

Pontua-se, novamente, o autor da ficção sobre a origem do samba, que relata essa hibridez e uma necessidade de desafricanização, ressaltada com a ideologia do branqueamento. No tempo da narrativa, pensar em progresso e modernidade é estar sustentado nessa limpeza étnica, e Lins ilustra isso muito bem. Observa-se, na trama traçada pelo escritor, intensos conflitos com paixões exacerbadas e a inserção da religiosidade africana, junta ao sincretismo católico. É importante salientar a importância dessa obra quando se assume um caráter especial, oferecendo elementos imagéticos, com personagens inseridos num tempo cristalizado que reconta a boemia, a prostituição dos espaços urbanos do Estácio, da Cidade Nova e dos arredores do centro do Rio de Janeiro.

Nessa ênfase cultural dada na leitura de Lins, ao mesmo tempo em que traz a sua memória e a de outros escritores nesse enredo, anuncia uma construção histórica e uma suspensão do tempo da cidade do Rio de Janeiro da época. Dentro dessa perspectiva, a discussão da diversidade religiosa é um grande referencial do autor, pois a apresenta, numa total simplicidade, um imaginário do sagrado, com a simples intenção de romper os preconceitos da época, o mesmo que se perdura na atualidade. Em termos mais práticos, o autor traz à tona a memória da religiosidade de Umbanda, a qual só é

conhecida, em profundidade, por seus adeptos. O enredo é cercado de conceitos denotativos extraídos do discurso religioso africano e que se mesclam à narrativa ficcional da obra. Desse modo, encontram-se falas de personagens tais como: “é essa religião nova a que a gente vem dando corpo e que você tá vendo aí. Ela mistura tudo, tem santo do Oriente, tem santo da Igreja Católica, tem orixá do Candomblé, espírito de índio, de exu, de criança, de malandro, pombagira, cigano, marinheiro, vovó e vovô (LINS, 2012, p.38).”

Para dar mais visibilidade ao enredo, Paulo Lins não só interpreta essa religiosidade, como busca a história de Zélio Fernandino de Moraes como fundador da Umbanda em 1908, que, na visão e no conhecimento de alguns autores religiosos, é verdadeira. Ele narra, através de cinco longas páginas e conta, exatamente, como ela é narrada nos livros religiosos. Essa literatura religiosa não deixa de ser uma história questionada, pois muitos estudiosos da religião, que não estão de acordo com o dito, não aceitam essa origem e cogitam que a Umbanda foi fundada antes de Zélio, que sua origem foi nos tempos imemoriais.

Entretanto, esses enredos pertencem à religiosidade, e o autor do *Desde que o samba é samba* abusa desse jogo de ficção e realidade. Por esse viés de conhecimento de uma religião genuinamente brasileira insere-se, então, que a Umbanda pode, quem sabe, ser inserida num contexto narrativo e com isso, sugere-se que faça parte do cenário educacional. Tais suposições remetem ao autor Jorge Amado que deveria estar mais centrado nas salas de aula, porém, de modo tácito, não é muito estudado porque perpassa também ao preconceito religioso dos deuses africanos. Da mesma forma, Lins exagera com termos e expressões marginais, o que talvez, cause alguns embaraços para esse público específico, mas se trata também de uma literatura que esbanja o uso do coloquialismo.

Continuando nessa vertente religiosa, que orbita quase todo o universo dessa obra, nota-se que o escritor dá conta, muito bem, de inserir o leitor num contexto religioso afro. A exemplo, a partir do momento em que traça um monólogo com Senhor Tranca Ruas e Maria Padilha e o protagonista da narrativa. Percebe-se a transgressão e os desdobramentos desses atos, quando retrata as divindades não apenas como uma forma humanizada, mas como suporte psicológico para tomada de ações na vida cotidiana do protagonista com Valdirene, a personagem polêmica da obra. Através disso, dá lhes vida e mostram-nas como portadoras de defeitos e inquietações, tais como os seres humanos, quando diz que:

> *"Seu Tranca-Rua da Calunga Grande lhe dissera que, se cumprisse a sua recomendação, sua vida caminharia no rumo que ele sempre quis: arrumaria um emprego, seus sambas seriam comprovados e moraria no mesmo cazuá que a mulher que lhe dava prazer de verdade. [...] (LINS, p.12, 2012)."*

Dentro dessa fantasia para alguns e realidade para os religiosos, do que acontece nos terreiros de Umbanda, os personagens místicos são apresentados como psicólogos, os Exus da Umbanda, incorporados[31], em seus médiuns.

Abrem-se, nesse momento, parênteses para explicar que Exus do candomblé, não são os mesmos na Umbanda. Nesta religião, são espíritos que tiveram vida terrena, cumprem o seu papel de aconselhador e atuam em seus solos físicos sagrados, para dar conselhos a quem os procuram, no caso, os consulentes de Umbanda. Para tanta artimanha, são lhes dados poderes de adivinhação, de abertura de caminhos e cura, consequentemente, esses desencarnados encaminham as pessoas que os procuram. Entretanto, os conselhos devem ser acatados, é como se fossem ordens, que os adeptos da religiosidade costumam seguir à risca. Na concepção do narrador do livro, "devia ter ido direto para casa comemorar com a esposa o êxito no trabalho. Seu Tranca-Rua tinha lhe dito para não ficar plantado em botequim, onde surgem as energias negativas de espíritos obsessores. E agora? O projeto de ser feliz para sempre se acabara antes mesmo de tomar fôlego (LINS, 2012, p.75)."

O que se induz é que os conselhos dados por essas Entidades de luz devem ser seguidos, uma vez que estes recados são para a abertura de caminhos ou solução de problemas, quando não acatados, podem trazer prejuízos no amor ou qualquer situação difícil da vida. Na obra desse autor, o leitor toma contato com outras Entidades, os antepassados dos negros, que morreram na escravidão, as pretas e os pretos velhos. Além desses, encontra-se outro protagonista famoso da Umbanda que é ligado à malandragem, que viveu na Lapa ou em qualquer lugar do mundo. Através desses conceitos de divindades, a musicalidade, o jogo e as seduções estão sempre presentes. Com esse encantado, o Senhor Malandro ou Zé Pilintra, é que se promove a realidade do samba, do espaço em que essa sonoridade é exaltada. Partindo dessas referências religiosas, há de se ressaltar que essa divindade é adorada na Umbanda, por seus adeptos da religiosidade afro-brasileira.

Diante dessas perplexidades de realidade religiosa umbandista, de prostituição, de vantagens e outras virtudes mais, o autor vai delineando a sua história e com ela,

[31] Incorporação – transe mediúnico, ação que acontece nos terreiros de Umbanda e candomblé quando se tem a presença de desencarnados no corpo físico de um aparelho mediúnico.

insere os aspectos da cultura africana; o autor não se esquece de trazer a musicalidade dos atabaques dos terreiros. Construídos a partir desses olhares, percebe-se que o campo em que esse ambiente de troca se estabelece é o da cultura.

Por essas vias de entrosamento de Entidades de Umbanda, novos posicionamentos são percebidos, a ficção e a religião são os motivos dos conflitos dos personagens dessa história. No que se refere aos Guias de Umbanda, consulta-se, negocia-se e conversa sobre a vida de quem lhes pede conselhos, diferentemente da religiosidade do Candomblé. Neste, caso precise falar com Exu, não será possível encontrar um médium incorporado. Faz-se necessário procurar o pai ou mãe de santo, e através do jogo de búzios é que se obtêm os conselhos de Exu, que é o primeiro a responder no jogo. Infere-se que a pureza da religiosidade é seguir as divindades e ela está sempre passando para seus fiéis o que se deve ser feito.

II.3 Orixás, espírito desencarnado, personagem dos contos de África, transmutação do panteão religioso em mito africano, na Educação?

Percebe-se, então, que as culturas de matrizes africanas não devem ser colocadas à parte de sua religiosidade. Assim, diante dessas confissões religiosas na ficção de Paulo Lins, é que se inserem os deuses do panteão africano, principalmente os exus. É a partir dessas relações, que esses orixás deuses pinçaram na cultura, e mantiveram-se vivos até os dias atuais, nos templos e terreiros de candomblé e Umbanda. Esse autor constrói um retrato religioso, inserido no cultural, o ler a vida da Umbanda com seus deuses e entidades. Nesse cenário, é factível inferir que os deuses iorubanos têm a chance de serem reconhecidos, através de obras de autores que compactuam com eles suas narrativas.

Retornando à proposta deste trabalho, repassa-se o que já foi dito até o momento, nesse joguete de Leis, literatura, racismo, cultura, samba trazendo para a religiosidade, para finalmente se chegar a Exu, o foco principal desses escritos. Neste momento, buscam-se ojerizas e preconceitos, nas narrativas com esse panteão religioso africano que se estabeleceu num modelo comparativo da figura de demônio, dado pelo europeu nos solos brasileiros. Seja ele orixá, espírito desencarnado, deus, personagem dos contos de África, o que se percebe é a transmutação do panteão religioso em mito africano nos enredos permitidos pelas legislações educacionais presentes, através de obras de autores atuais. Vale lembrar que uma vez que as outras

mitologias já foram apresentadas aos leitores brasileiros, o livro *Lendas de Exu*, além de outros, têm muito a acrescentar:

> *"uma mitologia que nada fica a dever às demais em matéria de encanto e originalidade. Apesar disso, um fato claramente observável é o de que os deuses africanos continuam a estar em segundo plano na preferência dos aficionados pela mitologia, como se fossem deuses menores ou de pouca importância. (Basta observar, p. ex., os manuais de RPG – jogo virtual caracterizado pela apropriação maciça de elementos ficcionais oriundos da mitologia universal -, para verificarmos a quase total ausência dos deuses negros no panteão das divindades consideradas dignas de tomarem parte nos seus rocamboles interativos.). Mas, afinal, o que acontece para que um deus audaz como Xangô, uma deusa sedutora como Iansã, ou um deus ladino como Exu (verdadeiro "mano Black" do Hermes grego e do Loki escandinavo) não mereçam dos entusiastas da mitologia o mesmo apreço que costumavam votar a Zeus, Thor ou Isís? (FRANCHINI, p.7, 2011)".*

Diante dessa defesa aos deuses de África, o propósito dessa mitologia nas escolas poderá suprir essa demanda a que se refere o autor, nos jogos virtuais. Esta revelação corrobora ainda mais para se fazer conhecer esses deuses mitológicos africanos, e é, através da Educação, que se pode implementar essa cultura, defendida pela Lei 10.639/2003. Dentro do contexto do fragmento acima, pode-se concluir que Loki é branco e "o mano" é preto, Thor é branco e Xangô é negro, Isís é branca e Iansã é negra, assim como enfatizou Stela Guedes Caputo (2012, p.246) acerca de Exu. Assiste-se, então, ao jogo da antítese branca e negra, marcado pelo discurso religioso e mitológico. Observa-se, com isso, a rejeição da cultura a que pertence o negro, seja por desconhecimento, seja por preconceito. Ainda dentro deste contexto, questiona-se qual o motivo de tanta rejeição a Exu.

II.4 Os Arquivos raros de memória de Exu

Considerou-se, até o momento, abordagens feitas acerca de um autor contemporâneo, relacionado à cultura e, principalmente, à religiosidade africana. Retomam-se, agora, os arquivos de escritos ligados a esses discursos. Parte-se, então, de Exu, o protagonista desta pesquisa e postula-se de onde vem toda essa ojeriza, e essa demonização. Será somente das religiosidades que o atacam ou da falta de esclarecimentos acerca dele? Algumas questões se colocam nesse momento, e há de se recorrer ao passado, aos arquivos, à memória desse panteão. Há de se lembrar o

que escreviam os antigos religiosos da Umbanda, escritos raríssimos, atualmente, que, às vezes, se encontram adormecidos em prateleiras de sebos.

No seio dessas vertentes, mais uma vez, Michel Foucault (2012) quando ressalta a importância de reconstrução desses antigos documentos. É importante mencionar que permear no mundo foucaultiano é descobrir a existência de um campo de memória, seja pela oralidade ou escrita, e que se traduz em uma riqueza de pormenores. Na verdade, o intuito de se observar as obras consultadas é que as mesmas estão abertas à repetição, à transformação dos que buscam trazer para a escrita atual, os enunciados antigos, com intuito de reativá-los, de modo a se buscar motivos, inserir-lhes outros conceitos (FOUCAULT, 2012, p.35-82). Para se dá início a outras reflexões, basta lembrar que o autor insiste em dizer que os discursos estão prontos a serem desconstruídos por outros discursos afins, “aberta à possibilidade de uma evolução”. Neste caso, o arquivo traz uma produção de sentido, uma reinterpretação sob as condições de produção de uma época. Visto por esse prisma, a sociedade vê no arquivo a real informação que está ligada ao aspecto histórico, um arsenal de cultura que remonta a um enredo do passado de um povo, facilitando o acesso à informação, e do que for preciso. Portanto, arquivo é a memória de um povo e que está pronto para ser consultado e questionado, através de encadeamentos argumentativos de conceitos vindouros.

Reforçando a sua importância, o arquivo traz o dito de um passado com sua multiplicidade de sentidos que se renovam. Através de outros conceitos, são sinagogas do passado, tanto lembram os escritores de sucesso quanto os rejeitados, como também, os conceitos certos e errados, sob o limiar da atualidade, em que se pesquisa um objeto. No processo investigativo do pesquisador, cumpre-se trazer nesse tempo e no espaço acadêmico, uma nova trajetória de conhecimento. Na verdade, um estudioso deve ser considerado como usuário de uma informação do passado, de livros, nos quais podem ou não serem atualizados, para que sejam vistos sob outro prisma, com o intuito de resgate do preconceito, do errado, do que sofreu demanda por não ter sido bem entendido.

Por essas vias, percebe-se a importância do arquivo na investigação histórica da alcunha demoníaca dada a Exu, retoma-se o porquê dele não ocupar os espaços escolares e recorre-se à explicação dos erros do passado, dando oportunidades para justificativas desses conceitos errôneos e trazendo à luz novos conceitos. Por esses meandros, postula-se que os escritos preconceituosos dados a esse Orixá não vêm de

fora, e sim de autores da própria religião. Na tentativa de ratificar o assunto, observa-se o que o autor umbandista Antônio Alves Teixeira diz, em 1957:

> *"Exu – Orixá, o Homem das Encruzilhadas; espírito mau, assimilado ao Demônio. O mesmo que Bará, Elegbará, Rei do Mal e Senhor Lêba. Apesar de se o considerar como tal, não é mais do que a consequência do seu antagônico – o Bem. Sem êle, na verdade, talvez muitas criaturas humanas (espíritos incarnados) não se melhorassem. Nada existe sem que haja, para tanto, uma forte e indispensável razão (NETO, 1957, p.108)."*

Partindo dessa perspectiva, na história dos Orixás existem valores éticos que revelam o penar entre o bem e o mal. Para tanto, mune-se de tal percepção, através desses escritos, e percebe-se que o sincretismo influenciava também os adeptos do afro, que denominavam a sua própria religião, de culto "fetichista" (grifo do autor). Quando se refere a Exu, diz que ele não é mal, mas isso era uma consequência de ser antagônico com o bem. Em meio a algumas vivências atuais dos adeptos de religiosidade africana, ainda se perduram alguns resquícios do passado, infelizmente, e tudo de ruim é atribuído a Exu. Vale ressaltar outra grande preocupação no espaço religioso, e que esta revelação coloca-se diante de próprios autores pertencentes à religiosidade. Era exatamente assim a visão demoníaca dada a Exu. Entretanto, felizmente, esse tipo de descrição dada a ele está bem longe do presente e, agora, só se perdura em alguns arquivos, pois a nova concepção umbandista, com sacerdotes ligados ao conhecimento acadêmico, vem modificando essa visão estereotipada, dentro de seus próprios espaços religiosos.

Nessa perspectiva de bem e de mal, chega-se ao da tragédia. Atente-se ao escrito de Paulo de Deus, quando relata em sua obra, as "perseguições provocadas pelos exus e que tiveram sua origem numa brincadeira ou falta de respeito para com eles, [...] (DEUS, 1965, p.69)". Na estruturação desse enredo, o autor revela muitos casos que tiveram vítimas acidentadas porque ofendeu Exu. Nesse contexto, o autor exemplifica usando um acidente acontecido na Praça Paris, com dois rapazes mais ou menos da mesma idade, quando chutou uma oferenda dedicada a Exu.

O que se observa é que, em muitos lugares sacros afros, essas tragédias atribuídas a Exu perduravam. Disso tudo, deveria ocorrer um novo princípio, o do conhecimento, para que houvesse mudanças. Na verdade, os acidentes acontecem com muitos indivíduos e de várias formas e não é Exu, o causador de tudo de ruim que acontece no mundo. Vale ressaltar que a religiosidade de matriz africana sempre foi e ainda continua sendo muito temida por esses conceitos de religião da maldade, da magia negra. Em relação a isso, pode-se perceber que havia mais respeito, também,

por parte de seus adeptos, o que não acontece nos dias atuais. O temor caminhava com o respeito. Hoje, assiste-se à desistência de cargos hierárquicos sem a mínima preocupação e valor aos deuses africanos. Mas isso é outro tema que deve ser debatido em outra oportunidade.

Percorre-se agora, para bem longe, para fora do país, através de uma escritora americana que veio ao Brasil para realizar pesquisas sobre o negro. Nesse percurso desviante exuniônico, caminha-se ao espaço religioso cobiçado, academicamente, pela escritora DrªRuth Landes, acompanhada pelo Dr. Edison Carneiro, nos meados de 1937-39, quando esteve em pesquisa antropológica de campo na Bahia e no Rio de Janeiro, apoiada pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais da Universidade de Colômbia.

Na verdade, sua pesquisa estava ancorada na vivência das mulheres negras dos terreiros de candomblé. Na tentativa de trazer à luz a função dessas sacerdotisas e adeptas do culto, o seu tutor acompanhante, Edison Carneiro, apresentou-lhe Exu, durante uma de suas visitas a um terreiro na Bahia. Em diálogo com o estudioso que a acompanhava, conheceu, pela primeira vez, o modo como se trata Exu no candomblé:

> *"Êle consultou o relógio e me disse:*
> *- Já são quase cinco horas e vai ter começo uma cerimônia especial, chamada padê. É para despachar o diabo para as estradas, é para afastá-lo do caminho dos deuses esta noite! O diabo se chama exu – uma espécie de demônio muito engraçado, que até parece um parente. A cerimônia é curiosa. Entremos para assisti-la. [...] Atrás da porta havia uma gaiola grande contendo uma massa de ferro, e aquilo era Exu, que não deve estar na sala ao mesmo tempo que os deuses (LANDES, 1967, p.50-51)."*

Para um conhecedor do culto, ficaria mais fácil decifrar o ocorrido, do que aqueles que estavam vivenciando o momento da narrativa. Dentro dessa perspectiva religiosa, uma cerimônia dada a Exu é vista sob múltiplos aspectos, ora para acalmá-lo, ora para satisfazê-lo, ora para dar-lhe obediência, como também para hierarquizá-lo a um patamar maior referente aos deuses. Isso ocorre para que Exu tenha quase o mesmo privilégio que os outros deuses do panteão. Problematiza-se que o sincretismo influenciava também os adeptos do culto "fetichista", ele não é mal, mas como dito, isso era uma consequência de ser antagônico com o bem.

Retoma-se o vocábulo, *padê*, de Édison Carneiro, na verdade, *Ipadê,* nome dado à oferenda constituída de farofa, dendê e outros paramentos, que é ofertada antes de qualquer cerimônia no terreiro de candomblé ou de algumas Umbandas mescladas com outras Nações Africanas. Na concepção de um entendedor do culto, não é para mandar

exu para outro lado, afastá-lo dos caminhos dos deuses, pois são estas estratégias que colocam Exu mais perto da Orbi terrestre. Na religiosidade de candomblé, os Orixás, são superiores e muito densos para se manifestarem num templo religioso, através do ser humano, então, enviam o seu mensageiro, Exu, e quando os médiuns estão incorporados, trazem as mensagens dos deuses, através dos erês, espíritos de criança. Por essas vias, oferta-se o *Ipadê* a Exu, para que proteja um ritual ou converse sobre a vida de quem procura no jogo de búzios.

Voltando à linha de pensamento de Carneiro, retoma-se a expressão “é para despachar o diabo” que só poderia ser dita por quem não estava envolvido dentro da comunidade religiosa, pois os adeptos do candomblé e da Umbanda, de fato, não consideravam Exu, desse modo. Direciona-se ainda mais nesta memória, que pode ser conceituada pelos preconceitos a Exu, e retoma-se a outro fragmento do passado, o tratamento íntimo dado pelo autor a Exu: “parente”, o que se faz alusão à nomenclatura dada pela Umbanda, a exus e pombagiras: compadres e comadres, que se perduram até hoje.

Visto por esses vieses, o Arquivo perpassa por algumas errâncias de alguns autores que construíram paradigmas discursivos religiosos, e dão chances à reconstrução de conceitos. Traduzindo toda essa amplitude, retorna-se ao estudioso Michel Foucault, quando relata sobre “a busca de significações ocultas, da análise do erro (FOUCAULT, 2012, p.68)”. Esse autor expõe um fato importante em relação a uma pesquisa, a importância do “sujeito falante” estar envolvido no contexto, vivenciando o objeto, a partir do campo de estudo, para estar imbuído no que fala e no que escreve, ele deve estar vivenciando o objeto, de modo que se profira o discurso com status de direito [...]” (FOUCAULT, 2012, p.61-62)”.

Retoma-se, com isso, a importância das pesquisas feitas por estudiosos que cooperam com os grandes escritores. Ao observador-pesquisador fica mais fácil as explicações dos conceitos, se ele fizer parte daquilo que se pesquisa, pois seus escritos serão de autoridade no assunto, como foi o exemplo dado por Foucault, sobre os médicos e seus escritos. A vivência nos hospitais, o atendimento a pacientes são ações que lhe deram prática e entendimento maior, para discursar sobre as terapias médicas.

II.5 Religiosidade e cultura

Na formação cultural brasileira, fé caminha com a religiosidade e são traços fortes da cultura negra, branca e indígena, em nossos dias.

No entendimento desses estudos, os orixás, deuses iorubanos, chegaram ao Brasil como deuses e divindades que tinham uma participação efetiva na vida do cativeiro. A partir disto, insere-se que havia um papel a desempenhar no contexto que surgiram. Eles tiveram seus feitos reconhecidos por uma grande parcela de pessoas, que extrapolavam a seu nível social e a seu núcleo familiar, é bem verdade, estavam imbuídos nos valores da sociedade.

Quando os orixás, aqui, se instalaram nos terreiros sacralizados da religiosidade afro-brasileira, percebeu-se que havia várias etnias africanas oriundas de várias nações. Portanto, não existe somente o sincretismo com a religiosidade católica como também, os diversos modos de se cultuar a religiosidade dos deuses do continente africano. Para tanto, não existe uma pureza africana porque existem várias Áfricas, vários povos que possuem cultos e rituais diferentes. Pode-se dizer que isso continua sendo um grande problema das religiões africanas, que à procura de uma padronização, acaba-se criando uma África que não existe neste continente. Na verdade, não existe, também, a necessidade de se legitimar o culto afro-brasileiro, em relação ao culto africano porque se tem fatos e acontecimentos originais, que não têm significados no continente africano, mas que aqui, têm. Desse modo, os rituais quando acontecem no continente africano, não só através de seus paramentos e músicas, quando chegam aqui, ganham novas funções, novos ressignificados. Para tanto, não só adquirem outros elementos como também, são usados em situações diferentes.

Disso tudo decorre um novo princípio, o da diversidade, da pluralidade religiosa que nenhum momento está preocupado com a finalização do que se pratica em um terreiro da religiosidade afro. Diante disso, levanta-se o famoso conceito da colcha de retalhos, que sempre foi explanada nos meios religiosos, pegam-se vários elementos cultuados e formam a religiosidade afro-brasileira e tudo é uma colcha de retalhos, isso se torna uma fácil explicação. Para muitos, essa não é a nova ideia, e sim a da bricolagem, uma vez que há a junção, não se guarda particularidades, resultam de uma ressignificação. A partir disto, infere-se que a religiosidade afro tem essa facilidade de adaptação constante e sempre tenta se modelar e se reestruturar, de acordo com o modo em que está inserida.

II.6 Considerações finais deste capítulo

A partir das considerações expostas nestes estudos, pode-se entrever que o Brasil conserva, ainda, a herança religiosa afro-brasileira, por causa dos terreiros de

Umbanda e Candomblé, e com isso, a tentativa de se perdurar a cultura oriunda depois da diáspora.

É notável que compreender a trajetória dessa religiosidade por estudiosos do passado é muito importante porque emerge a causa do preconceito enraizado com os deuses de África. Para tanto, essas obras de autores antigos são como forma de arquivo, importantes para se tentar ultrapassar esses percalços demoníacos atribuídos a esse Orixá, como também ter registros de uma sociedade, e de um modo de viver de uma época. Segundo Jaques Derrida, “O arquivo sempre foi um *penhor* e, como todo penhor, um penhor do futuro” (DERRIDA,2001, p.31). Através disto, o arquivo fica a frente para o futuro, para ser reavaliado, reescrito, retomado e modificado, pois através desses escritos, analisar-se-á a história da sociedade, da religiosidade, e de outros campos do discurso, e com isso, o surgimento de outras comparações acadêmicas.

Pode-se entrever que essas obras são exemplos de lugares de memória e de espaço onde se constroem enredos. Para tanto, abusa-se da análise desses discursos que tem o intuito de trazer à tona os pormenores ocultos no processo da escrita do autor. Nesse percurso, o que foi dito, fixado e permeado através do tempo e de suas ligações, e do espaço com o arquivo, pode ser ressignificado. Compactuar com esse mundo de pesquisa histórica dá a chance de obter outros argumentos, a desconstrução de outros paradigmas discursivos, trazidos, inclusive, pela compreensão dos mitos africanos que permitem o cruzamento harmônico da religiosidade e da literatura, com uma estrutura de linguagem que compõe o real, representado pela diversidade de deuses. Por esse viés, é factível dizer que o arquivo tem o poder de mudar a memória do panteão Exu, a sua definição e criação de novos olhares, de outras significações.

Diante desses contrapontos e tentativas de acertos, percebe-se que o processo investigativo do pesquisador é trazer nesse tempo, e no espaço acadêmico, a informação do passado, de livros influenciados pelo sincretismo de outras religiões, de conceitos bons ou ruins, de modo que se recupere o dito de forma errônea, ou que não tão errada, mas que influenciado pelos estereótipos da época.

Sendo assim, urge o aceleramento para a recuperação desse cognome demoníaco dado a Exu, que de jeito algum pode se encerrar nessa investigação e através desses documentos. Na verdade, o trajeto requer muito mais percurso, pois além de alcançar os meios educacionais, que chegue aos meios religiosos africanos, principalmente, em outras crenças. Diante de outro contexto de renovação de ideias,

solicita-se o respeito à crença do outro, que só pode ser alcançado, através do conhecimento e da desmistificação.

Cabe ainda esclarecer que o arquivo permite distintas discussões enunciadoras e algumas específicas, desde que se acompanhe o seu tempo. Partindo deste princípio, a cada consulta do arquivo, dependendo do momento em que se situa, existirá uma leva de variedades discursivas, redefinindo o dito. A partir destas relações, que eles podem ou não estar interligados, através de uma transformação ao longo da história. No arquivo, tem-se a chance de atualizar significados, com isso, percebe-se que um enunciado se faz através de muitos outros e que sofrem modificações.

Pontuam-se, novamente, os mitos, que, por sua vez, não deixam de ser arquivos, à medida que são salvos por ele. Diante disto, a memória, nesse contexto, torna-se objeto de estudo para ser analisada e dissecada. Ressalta-se que os personagens mitológicos dão sentido à vida social, pois remontam aos primórdios da oralidade que sem a escrita, não se deixa apagar os indícios de civilização do aparecimento da humanidade.

Construídos a partir desse olhar de arquivo, o princípio do Universo, de conflito dos deuses, essas referências do passado, de crenças, de simpatias, de poder e de medo estão inseridas na construção identitária de um povo, e são depósitos de possibilidades de resgate de valores sociais de uma nação, pois funcionam como vastos relatos produzidos, com a função de narrar, e perpetuar o dito que podem ser transformados em restos.

Finalizando apenas neste momento, Exu, um narrador personagem, que tem um traço peculiar de apresentação de uma identidade religiosa trazida pelos negros da diáspora, transforma-se em ficção no arquivo, pois comporta uma cultura e uma identidade, uma memória como fonte desses conceitos, o mitológico e o religioso. Portanto, retoma-se, aqui, um aspecto religioso, que não foi o propósito desse trabalho, mas que perpassa, sem querer, por ele, e finaliza esse discurso, temporariamente.

Capítulo III - Crenças religiosas, mesmo sem querer, fazem parte do *ethos* cultural brasileiro

> ***"O brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro." (Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, p.283)."***

Neste capítulo, abordar-se-á o polêmico tema da religiosidade que oferece muitos subsídios para inquietudes de quem escreve e de quem lê. Mesmo sendo objeto de furiosa exegese, as próximas linhas escritas permearão nas interfaces de algumas religiosidades consideradas pelos brasileiros, instrumentos de apoio e de fé. Não se pretende nenhum aprofundamento teórico acerca dessas crenças brasileiras que serão apresentadas a seguir, para tanto não se fez um estudo profundo das mesmas, salvo a Umbanda e o candomblé, por pertencerem à religiosidade afro-brasileira. Optou-se por escritos de um estudioso e resumiu-se seus apontamentos. A essas enunciações embrenhou-se, também, em alguns conceitos de autores importantes nesse tema, para enriquecer ainda mais essa parte da pesquisa. Na verdade, o intuito aqui, foi apenas de ilustração dessas religiosidades que fazem parte da esfera espiritual do povo brasileiro.

O ser humano, por ser social, tem uma capacidade nata de se ligar a uma realidade sensorial, para dar conta dos embates do seu subconsciente. Para tal, agarra-se a um mundo espiritual e por essas vias, carrega dentro de si um sentimento de unidade, em decorrência da fase antropocêntrica que envolve o indivíduo. É factível sua necessidade de compreensão do oculto ao real e para orquestrar todo esse fenômeno é que nasce a maioria das religiões, que o próprio substantivo indica, religar, conectar a algo para dar conta das demandas subjetivas de um indivíduo. Na construção desse viés de fé, é que se desperta a abordagem de que a religião tem uma dupla função de dar conta das demandas aportadas na vida de um indivíduo e de salvação de seus males.

Em decorrência do sagrado, surge o termo "seita", embora utilizado por alguns como pejorativo, quer, na verdade, designar um grupo de uma determinada corrente religiosa, filosófica ou política. A partir dessa definição, fazer parte de uma seita é ser sectário de algum culto religioso, e para dar mais enfoque acerca disso, seitas são ensinamentos religiosos baseados na doutrina de um indivíduo ou grupo de pessoas que, intercorrentemente, orientam, dão apoio e ensinamentos. Sabe-se que existem

muitas seitas no Brasil, mas a ênfase, nesses escritos, será dada ao Pentecostalismo, Cristianismo e Kardecismo.

Um destaque especial deve ser dado aos cultos aos Orixás do Brasil, que nasceram de vários povos oriundos do continente africano. É importante para servir de orientação e legitimação desse culto, a maior ênfase da influência da cultura Yorubá, que nos oferece dentro de seu aporte cultural, social e religioso, uma teogonia que lhe é própria, calçada na existência das divindades, dos Orixás, encontrados na Umbanda e no Candomblé. Não se pode deixar de ressaltar, também, a largueza e profundidade de muitas inferências africanas encontradas no candomblé, religião trazida pelos africanos, adaptada aos solos brasileiros, *a priori*, na Bahia.

Com efeito para esse aparato introdutório, apresenta-se a noção de que todo brasileiro é extremamente religioso, um povo de fé. Em sua vida cotidiana, quando necessita da ajuda de algum santo do catolicismo, de uma Entidade de Umbanda ou de um Orixá do candomblé, deixa-se vencer através do sagrado, dessas forças que considera parte de seu dia-a-dia. Nesse sentido, comunga-se com inúmeras atitudes ligadas ao sagrado, que são traduzidas em condutas e crenças religiosas, que mesmo sem querer passam a constituir parte do *ethos* cultural brasileiro.

No curso desse processo, remonta-se ao engessamento do sistema colonial português com seu projeto salvacionista e demonizador que se concretizou nos primeiros séculos do descobrimento. *A priori*, pelas catequeses dos índios e a criação de irmandades religiosas, usadas como instrumentos para impor a evangelização e coibir o que veio com o negro africano e com o que já estava aqui, na pajelança dos índios. O desmascaramento salvacionista que assimilou o catolicismo à sua moda, com crenças diversas, unidas às indígenas e negras, acrescidas às que veio com o colonizador, foi o suporte sagrado na construção da nação brasileira. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Luiz Zveiter:

> *"desde a descoberta das terras brasileiras (1500) até a instituição da Primeira República do Brasil (1891), a intolerância religiosa tomou conta da Nação. No período colonial, por exemplo, exigia-se que todos os colonos fossem católicos, pois essa era a religião oficial do País. Com o fim do período colonial e entrada do período monárquico, a Constituição Imperial (1824) passou a tolerar cultos de religiões não católicas, entretanto, esses cultos deveriam ser domésticos, pois o catolicismo continuava sendo a religião oficial (ZVEITER, p.17,2009). "*

Em decorrência disto, a religiosidade imposta e que era a indicada pelos colonizadores, o catolicismo, as outras religiosidades eram vistas como demonizadas,

e não verídicas, principalmente a crença trazida com a diáspora africana, que sob esta perspectiva, não se podia cultuá-la, principalmente por pertencer ao negro escravizado.

Em particular, a que mais seguiu os parâmetros religiosos africanos, o candomblé, que ao longo do percurso, existiu uma plêiade enorme de estudiosos dessa religiosidade de matriz africana, embora ainda presos a certos cânones ritualísticos oriundos da oralidade vivenciada nos barracões[32], dizem não poder desvendar, pela escrita, e que se deve aprender pela oralidade. Durante décadas, essa religião se fechou em seu universo sagrado.

Numa visão mais do sincrético religioso, apresenta-se a Umbanda, religião genuinamente brasileira, considerada inferior na concepção de alguns candomblecistas ou até mesmo um passo obrigatório para a chegada ao candomblé. “A Umbanda é considerada por muitos médiuns uma via de acesso ao candomblé, uma espécie de preparação para atingir um nível superior. Iniciar-se no candomblé significa um retorno às origens, uma maneira de tornar-se “africano” (grifo da autora) (CAPONE, 2004, p.27)”. Calçada na mistura de crenças e rituais africanos, indígenas e europeus, essa religiosidade fez 105 anos, em 15 de novembro de 2013.

Nessa perspectiva, um destaque especial deve ser dado às elaborações conceituais acerca das religiões homogêneas brasileiras, e a problematização da presença delas, no espaço público no Brasil. Tais reflexões orientadas por Emerson Giumbelli[33] são estudos interessantes sobre a presença das religiosidades que dominaram o contexto estudado pelo autor. Ressalta-se, porém, que mesmo depois de uma abordagem rápida dessas crenças expostas pelo autor, o que se pretende assinalar é uma ancoragem maior, aos estudos das religiosidades afro-brasileiras.

Para reabrir a conversa com esse estudioso, é factível assinalar que suas pesquisas foram feitas nas áreas de história e ciências sociais. É essencial a localização do tempo marcado dos estudos, que no caso, pertence aos anos 50 do século XX, cujo campo religioso predominante era o catolicismo.

Vale detalhar, pelas anotações de Giumbelli, que o filme *O Pagador de Promessa*, que envolveu a presença do Brasil no Festival de cinema de Cannes, no

---

[32] Terreiro de candomblé é como são geralmente conhecidos os templos de candomblé ou Espaço de Religião de Matriz Africana. Mas também são chamados de casas, roças e, dependendo da nação, podem ser chamados de barracões ou, ainda, pela palavra correspondente a *casa* nos vários idiomas africanos, ou seja: em yoruba, terreiro é egbe e casa é ilé [...] Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro_de_candombl%C3%A9, no dia 31 de maio de 2014.

[33] Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS; Autor de *O Cuidados dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo* (1997). Disponível em: www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a05v28n2, acessado no dia 30 de maio de 2014.

começo da década de 60, é lembrado na intenção de expor as questões da migração da população rural para a cidade, e a mais conflitante, a religiosa, como pano de fundo para a construção desse enredo. O personagem Zé- do-Burro vê seu animal ficar curado, após magias dentro de um terreiro de candomblé, e ao mesmo tempo passa por situações de ojeriza pelo padre da Igreja católica situada na Bahia, ao tentar pagar sua promessa no templo sagrado dos padres de Salvador. A situação é apontar que o catolicismo, que sempre foi uma religião dominante, não aceitava o pagamento de uma promessa em seu espaço, feita em outro solo, considerado por eles, profano, inferior, mas bem atuante na época, de adeptos dessa religiosidade.

A seguir, o autor direciona seus estudos para o censo daquele tempo e caminha suas reflexões para os meados de 50. Sustenta que o catolicismo era composto de 94% da população brasileira, e ao se passarem dez anos, quase nada havia mudado. Para corroborar tal assertiva, é factível dizer que existiam outras nuances da presença maciça dessa religiosidade, desde o período do descobrimento, a igreja católica detinha o controle de 60% das escolas secundárias e 30% das escolas superiores. Havia uma força social e uma proximidade maior com o Estado por essa religião. É a partir destas relações que essa crença detinha a “força, poder e prestígio” (grifo do autor) e obrigava o povo brasileiro a participar de seus rituais de batismo e missa de sétimo dia.

Alguns acontecimentos importantes surgem nesta década como uma resposta a um sentimento de crise dessa religião, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil - CNBB, a Juventude Universitária Católica – JUC e a Juventude Operária Católica – JOC que terão seus destaques na incorporação de preocupações sociais e pelo distanciamento da população brasileira, em relação às suas instâncias eclesiásticas. Corroborando com essas estratégias de siglas de movimentos católicos, a principal função da Igreja seria o seu aprimoramento espiritual dos indivíduos pela missa, pelos sacramentos impostos e a defesa da moral católica na vida familiar e social.

Por fim, a análise de Giumbelli fica centrada nas estatísticas oficiais que ofereciam uma lacuna e não apresentavam informações sobre os dados da variedade dos cultos de denominação “espírita” a que se referia às religiosidades que tinham o transe mediúnico em sua doutrina, como também o pentecostalismo. Tudo isso, para o pesquisador, permite estabelecer que o catolicismo estava deixando de ser homogeneizador. Julga-se, portanto, que os católicos ficaram em alerta, com os dados censitários entre 1950 e 60, 83,5% de católicos, 8,1% de protestantes, 6% de espíritas e 2,4% sem religião (apud Camargo, 1973, GIUMBELLI, 2008, p.80-85).

III.1 Os protestantes disputam espaço com o catolicismo

Surge, então, o ameaçador da igreja católica, os protestantes. Nesse sentido, vale um aparte histórico do autor acerca da religiosidade pentecostal. Enfatiza que ela está no Brasil desde a segunda década do século XX e as primeiras igrejas criadas foram as “Assembleias de Deus” e a “Congregação Cristã do Brasil”, que são duas denominações pentecostais criadas na década de 50, que trouxeram inovações a essa religiosidade.

Considerando essa abordagem da historicidade evangélica, primeiramente, vale-se dizer que sua origem deu-se num evento chamado A Cruzada Nacional de Evangelização, através do missionário americano H. Williams, em 1946. Depois disso, esse religioso esteve no Brasil, em 1953, e percorreu toda a São Paulo acompanhado de um guitarrista, ator de filmes de faroeste. Em solos brasileiros, implantou uma filial da Igreja do Evangelho Quadrangular, que tinha como foco principal, a cura religiosa inspirada pelo Espírito Santo. Nestes quadrantes, percebeu-se a intenção verdadeira de inovação da doutrina do pentecostalismo anterior.

Dentro desse contexto de renovação pentecostal, havia uma necessidade de criar uma religiosidade, extremamente, brasileira, em consequência, foi criada, por Manuel de Mello, migrante pernambucano, a Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Esse religioso estabeleceu-se em São Paulo, nos anos 40, em que trabalhou como operário, e segundo esse senhor, desejava uma religiosidade com raízes brasileiras e fundou a sua doutrina.

Dessa forma, sabe-se que essa congregação alugava vários espaços para sua ocupação de evangelização, tais como: cinemas, ginásios e estádios. Reitera-se que em 1958, durante um evento, encheu o estádio de Pacaembu. Em consequência, em 1979, surge um grande templo na capital paulista. Paralelo ao movimento doutrinário, esse religioso investiu em programas de rádio e seus líderes congregados apareciam em programas de TV.

Pode-se dizer que a intenção era disputar espaço com o catolicismo e dialogar com ele, mas diferente da linguagem do latim usado nas Bíblias católicas, essa doutrina, “O Brasil para Cristo”, ensejava por uma linguagem simples na leitura da Bíblia. Consequentemente, “O Brasil para Cristo” tinha como referência uma religiosidade extremamente brasileira e abria caminho para outras seitas muito importantes, como a

“Deus é Amor”, nos anos 60, e nos anos 70, a “Igreja Universal do Reino de Deus” (GIUMBELLI, 2012, pp.85-88).

III.2 O espiritismo pelo mineiro Xavier

Para dar início às reflexões de Giumbelli, sobre o espiritismo de Kardec, parte-se do excerto do importante médium brasileiro nascido em Minas Gerais. Nas décadas de 30, surge na psicografia de Francisco Cândido Xavier que o Brasil seria “pátria do evangelho”. Para reiterar a importância desse homem, basta dizer que se tornou conhecido nos anos 30.

Com nenhuma noção acadêmica, lançou os seus primeiros livros, entre eles *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Com isso, o espiritismo de Kardec, importado da França, firma suas raízes no Brasil. Nestes quadrantes, basta acrescentar que sua conquista se dá através de adeptos e propagandista escolarizados e suas práticas terapêuticas, movidas pelo critério exclusivo da “caridade”. Vale dizer que a década de 50 marca a trajetória de Chico Xavier e sua primeira biografia é publicada em 1954. Nesta obra, realça-se a conduta de um médium cristão que se calcifica em temas de sofrimento, missão, perdão e do afastamento do mundo. Imbuídas nesse contexto, as referências católicas, principalmente a de São Francisco de Assis e Maria.

Ainda por esses vieses espíritas, sabe-se que o ano de 1958 é marcado pela estabilidade de Francisco Cândido Xavier em Uberaba, que se dedica a práticas de assistência social, através do transe mediúnico, e mobilizava caravanas de visitantes. Partindo desta perspectiva, infere-se que a característica desse religioso era a sua comunicação com linguagens populares que destacavam a importância da caridade, de suas práticas terapêuticas. Paralelo ao movimento kardecista, surge então o aparecimento de uma nova modalidade de cura, as cirurgias espíritas.

Por esses percursos de cura, surgem as terapias com incisões ou manipulações, através de um indivíduo em transe pela entidade de um médico. Em meados dessa década, José Pedro de Freitas, o Zé Arigó, funcionário público de Congonhas, cidade mineira, chama atenção com as curas de “Dr. Fritz”. Postula-se que só não foi condenado e processado porque Juscelino Kubitschek, então presidente da República, livrou-o, através de um indulto[34]. Para tanto, em 1964, foi novamente condenado. Na

[34] O indulto é um ato de clemência do Poder Público. É uma forma de extinguir o cumprimento de uma condenação imposta ao sentenciado desde que se enquadre nos requisitos pré-estabelecidos no decreto de indulto.

verdade, essa modalidade de cura pretendia conhecimentos médicos que eram dados, somente, ao Espírito incorporado, ou seja, em transe mediúnico. Configura-se de modo a contemplar que Religião, Ciência caminhavam juntas com a tradição e modernidade (GIUMBELLI, 2012, pp.88-90).

III.3 Os intelectuais negros Haúça maometanos

Como se viu nos ensinos Guimbellianos algumas religiosidades que compõem a sociedade brasileira, dentre outras que por aí perpassam, parte-se ainda nesse contexto religioso para os espaços africanos, nas entrelinhas de *Casa Grande e Senzala*, para ressaltar outra religiosidade de cunho africano, composta pelos negros oriundos de África.

Como toda história religiosa relata a origem de alguma influência, há de se retroceder de 1950 para os idos de 1835, e habitar as páginas de Gilberto Freire, para refazer a presença dos africanos no Brasil, em face a alguns fortalecimentos de saberes afros. Nessa emergência de novos enfoques da presença da etnia negra e de sua cultura que contagiou os solos tupiniquins, através da diáspora africana, alcança-se o Sudão Ocidental, área de cultura maometana (FREIRE, 1987, p.309-313).

Nessa formação e transformação de cultura, surgem os Haúça maometanos com suas grandes monarquias ou reinos – Daomei, Benim, Axanti, Haúça, Bornu, Ioruba, sociedades ditas como secretas com habilidades exuberantes da vida política, agricultura, criação de gado e comércio. É a partir dessas relações que se infere ser um povo com grande habilidade artística nos trabalhos com pedras, ferro terracota dentre outras mais.

Segundo Freire, quando se refere aos escritos de Nina Rodrigues, os Haúça maometanos eram por demais intelectuais e sociais aos extremos e se organizam religiosamente. Em 1835, na Bahia, provocavam revoltas nas senzalas e usavam por demais as suas habilidades de dominação. Na verdade, eram tidos como aristocratas nas senzalas e causavam grandes revoluções. Além disto, possuíam uma organização política adiantada, como também uma literatura religiosa escrita, e não se conformavam terem posição de inferioridade aos portugueses.

Os decretos de indulto costumam ser publicados em dias particulares. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Indulto, acessado em 15 de junho de 2014.

De acordo com relatos de Freyre, ao mencionar os escritos de Abade Étienne, o islamismo ramificou-se no Brasil numa seita poderosa e permeou os escuros das senzalas. Sabe-se, portanto, que da África vieram “mestres e pregadores a fim de ensinarem a ler no árabe os livros do Alcorão”. De acordo com esse estudioso da Casa Grande, aqui funcionaram escolas e casas de oração maometanas (FREYRE, 1987, p. 310).

Pontua-se, novamente, com os conceitos de Freyre, quando se diz que na Bahia houve uma intensa ênfase nessa religiosidade entre os escravos, para tanto, lia-se o alcorão, que pregava a doutrina do profeta Maomé, contrária a de Cristo. Na contramão religiosa, praguejavam as missas católicas e diziam ser essa religião adoradora de pau, e enfatizavam que os rosários cristãos, que continha a cruz de nosso senhor, opunham aos deles com noventa e nove contas de madeira, que se sobrepunha a cruz dos rosários católicos.

Por isso, infere-se, por alguns momentos, que o catolicismo rendeu-se a essa influência maometana, assim como fez com as crenças indígenas e dos negros menos cultos. A exemplo desse sincretismo mulçumano, têm-se as orações para livrar o corpo da morte, guardar a moradia dos ladrões, além de outras mais. Ainda, segundo Freyre, havia uma predisposição de negros e mestiços para o Protestantismo, que era um “inimigo da missa, dos santos, dos rosários com a cruz, que se explique pela persistência de remotos preconceitos anticatólicos, de origem maometana (FREYRE, 1987, p. 312). ”

É fato que os escravos malês tiveram grande influência na cultura desenvolvida pela formação do brasileiro. Todas essas críticas descritas pelo autor, induz-se que o catolicismo, que permeava as casas-grandes, se rendeu aos conceitos mulçumanos causando submissão aos religiosos de poder do catolicismo. Na verdade, houve uma “interpenetração de influências de cultura no desenvolvimento do catolicismo brasileiro e da língua nacional (FREYRE, 1987, p.313). ”

Parte, nesse momento, pela abordagem bastante peculiar do francês Pierre Verger, que se configura sobre os negros que pertenciam à religiosidade do alcorão, mas não perderam o contato com a África. Percebe-se que nas áreas de cultura mais adiantada, mesmo estando espalhado pelas terras do Brasil, principalmente os negros fetichistas não deixaram seus laços familiares no outro continente. A exemplo, os Nagô, do reino de Iorubá, que importavam, de modo luxuoso, assim como os maometanos,

objetos de culto religioso, e de uso pessoal tais como: cauris[35], Noz- de- cola[36], pano da costa[37], sabão da costa[38] e azeite-de-dendê. Segundo o autor de *Orixás*, "Quanto aos mulçumanos, a preocupação era a mesma: a de conduzir esses idólatras infiéis em direção à Arábia, à Pérsia e à Turquia, a fim de convertê-los à verdadeira fé, mas – já agora – àquela pregada por Maomé (VERGER, 1996, p.23). "

Para finalizar esses discursos maometanos, parte-se do excerto de Maria Helena Farelli, em *Malês, Os Negros Bruxos*, quando enfatiza que "a religião mulçumana é um amálgama do judaísmo com o cristianismo". A autora corrobora que mesmo quando os africanos Mali tornam-se mulçumanos, trouxeram em seu bojo religioso, o culto a seus deuses ancestrais, e misturaram-se, mais uma vez à Igreja católica, pois os Malês pertenciam à Confrarias Negras das Igrejas Católicas (FARELLI, 2008, p.75).

III.4 O candomblé – fruto da diáspora afro-brasileira

Com o propósito de integrar a cultura do negro da diáspora africana, nesses estudos, infere-se acerca da troca cultural ocorrida no novo mundo, através da religiosidade oriunda dessa etnia. Engajados, forçosamente, nestes contextos de colonização, trouxeram de sua saudosa terra, particularmente chamada de Costa dos Escravos, todo ingrediente formador da cultura afro-brasileira. "Durante três séculos, os diversos grupos étnicos ou "nações" de diferentes partes da África Ocidental, Equatorial e Oriental forma imprimindo no Brasil suas profundas marcas (SANTOS,1986, p.27)".

Sabe-se que cambiaram muitos conhecimentos oriundos do velho continente e um dos símbolos culturais dessa cultura afro-brasileira deu-se, primeiramente, através

---

[35] búzios

36 A noz-de-cola, que tem uso sacro na África Ocidental, no Brasil, tem uso sagrado no candomblé, na qual é conhecida como obi (seu nome iorubá). Para a mitologia iorubana preservada no Brasil na cultura religiosa dos terreiros, os orixás retornam à terra tomando o corpo dos devotos mortais. Nos rituais de preparação, entre outras coisas, é utilizado o obi (Prandi, 2005, apud Fusconi e Rodrigues Filho, 2009).
Disponível em:gunfaremim.com/?p=1217, no dia 30 de maio de 2014.

[37] Também conhecido como alaká, pano-de-alaká ou pano-de-cuia, o pano-da-costa é de origem africana e compõe a indumentária da roupa de baiana. Seu uso está intimamente ligado ao âmbito das religiões afro-brasileiras e obedece às cores simbólicas dos orixás. Sua denominação faz referência à costa africana, mais precisamente a ocidental, local de origem dos muitos produtos trazidos para o Brasil, especialmente para o recôncavo baiano.
Disponível em: http://omidewa.com.br/public_html/arquivos/1135, em 30 de maio de 2014.

[38] Sabão é de origem da Costa do golfo da Guiné, África. Sendo que, na África tem o nome de "ose", sua cor é escura, a textura é pastosa e o perfume amadeirado, é usado em "rituais" tanto na África como no Brasil. Osé dudu era o nome dado pelos africanos ao sabão da costa.
Disponível em: http://deyiteular.blogspot.com.br/2010/08/sabao-da-costa.html, em 30 de maio de 2014.

do candomblé, religião que deveria se considerar genuinamente africana, mas que não pode receber essa denominação por ter sido recriada em berços brasileiros.

Engajados nas complexas discussões acerca de genuinidade dessa crença, retoma-se os conceitos de Stefania Capone, na obra *A Busca da África no Candomblé*, em 2004, quando enfatiza que:

> *"[...] a fidelidade a um passado africano se torna um sinal positivo de coesão social e cultural. A 'memória negra' marca a fidelidade às origens e, portanto, a pureza do culto em questão. Em compensação, a traição às origens, causadas pela perda dessa memória coletiva, caracterizaria os cultos 'degenerados' ou 'degradados' (grifos da autora) (CAPONE, 2004, p.29)".*

Percebe-se que estudos dessa natureza, através da oralidade, demanda extensa e intensa pesquisa documental não existente, até há pouco tempo, nessa religiosidade. É sabido que os estudiosos do passado tiveram que adentrar os terreiros dos candomblés da Bahia e muitas vezes, sem a devida vocação religiosa, transformarem-se em adeptos do culto, somente para concretizarem suas pesquisas em campo de estudos. À linha de pensamento de Stefania Capone:

> *"Nina Rodrigues e Arthur Ramos, nos anos de 1930, fizeram suas pesquisas no Gantois; Édison Carneiro no Engenho Velho; Roger Bastide, Pierre Verger, Vivaldo da Costa Lima e Juana E. dos Santos, entre outros no Axé Opô Afonjá. [...] Essa concentração implicou também o estabelecimento de vínculos muito especiais entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Assim, Nina Rodrigues e Ramos se tornaram ogãs [...] Da mesma forma, Édison Carneiro era ogã do Axé Opô Afonjá [...] e Pierre Verger, que havia recebido o título de Oju Oba[39], assim como muitos outros antropólogos receberam cargos rituais nesse terreiro [...] (CAPONE, 2004, p.20)".*

Quando se trata de candomblé, estudo que não se tem total domínio neste trabalho, há de se induzir que não se deixarão de suscitar outros debates acerca de seus segredos na religiosidade. A pureza do culto, a manutenção de seus segredos, a vivência no espaço sagrado para a aprendizagem do culto, através da oralidade, são conceitos básicos e engessados nesta cultura religiosa. Salienta-se, quase com uma certeza de que aqueles estudiosos não tiveram acesso aos seus segredos, e se assim o fizeram, depois de comprometidos no culto, não seguiram adiante com seus escritos,

[39] Oju obá é uma palavra da língua yorubá que significa Olhos do Rei ou Os Olhos de Xangô, é um Oyê (título honorífico africano dado àqueles que se tornassem altos sacerdotes e dignitários do culto de Xangô na África). Disponível em: http://www.triangulodafraternidade.com/2014/01/oju-oba-os-olhos-de-xango.html, em 01 de junho de 2014.

ou porque tiveram consideração com a sua egrégoras[40] ou se relatassem, através da escrita, poderiam sofrer alguma represália por parte de seus sacerdotes e adeptos.

Na apresentação da obra de Alexandre Cumino, *A História da Umbanda, uma Religião Brasileira,* Rubens Saraceni comenta acerca da mistura provinda, atualmente do candomblé:

> *"eu vivo repetindo que médiuns, mediunidade e manifestação de espíritos sempre existiram e sempre existirão. Mas também vivo afirmando que, como tudo isso acontece na Umbanda, só nessa religião isso é possível, ainda que atualmente o seu 'sistema de trabalho' já esteja entrando em outros cultos miscigenados, criados antes e por outros fundadores, também eles com suas missões sagradas.*
>
> *Tanto isso é verdade que até o tradicional candomblé, com seus vários "cultos de nações" africanas, está abrindo as suas portas para que em suas 'roças' os nossos caboclos, os nossos Pretos-Velhos, os nossos Exus, etc., lá também se manifestem e auxiliem quem precisar (SARACENI, 2010, p.21)".*

Dessa forma, que não se exaure em objetivos estritamente religiosos esses conceitos, mas que perpasse mais ainda pelos objetivos didáticos à explanação dessa cultura religiosa. Na verdade, não se pode falar do candomblé sem levar em consideração outros cultos afro-brasileiros, que percorre o mesmo caminho religioso, ainda que ajude a definir fronteiras, não se almeja dizer qual o certo e qual o errado, qual o melhor e qual o pior, não são esses os objetivos destes escritos, e sim valorizar essas culturas religiosas que carregam importantes conceitos do sagrado de certos países do continente africano.

À linha do pensamento do autor Fernando Costa, em "A prática do candomblé no Brasil", 1974, a palavra "*candomblé* é uma palavra africana que significa "dança". Para tanto, passou a significar, depois, o Culto aos Orixás. Trata-se de uma religiosidade oriunda dos nagôs-yorubás. Sua origem tinha raízes com reinos menores administrados por soberanos líderes de seu povo, sendo assim, o autor acrescenta:

> *"a cultura Nàgô, tal qual é vivida pelos grupos tradicionais do Brasil, reencontra seus elementos de origem nos grupos mais afastados das grandes cidades africanas[...] dezenas e pequenas vilas e vilarejos ao longo da fronteira da Nigéria com o centro e o sul do Daomé, na memória dos velhos sacerdotes de palácios e templos, e, sobretudo, na riquíssima tradição dos textos orais preservados e recitados pelos Babaláwo, sacerdotes de Ifá, hoje desaparecidos do Brasil (SANTOS, 1986, p.14)."*

[40] Doutrinas, templos em que participa

Pontilha-se, portanto, que essa religiosidade teve um grande reconhecimento em certos lugares no Brasil, sobretudo na Bahia, considerada como o centro dessa tradição negro-africana, cidade, segundo Juana Elbein dos Santos, considerada a Roma Negra, graças à grande sacerdotisa Nàgô, a célebre *Ìyálôrìsà*[41] Aninha de São Gonçalo do Retiro (SANTOS, 1986, p.14).

Considerando, até o momento, abordagens bastante peculiares dos autores ligados a essa religiosidade, configura-se os estudos de José Beniste, 2003, que insere conceitos explicativos acerca da genuinidade dessa ritualística. Esse autor retorna à África e remonta a história de suas guerras, enfatizando as suas cidades saqueadas e destruídas e depois desses atos brutais, a comercialização e seu povo para o Brasil. Nesse sentido, os navios negreiros transportavam para a terra tupiniquins, prisioneiros capturados pelos reis Dahomé, durante as guerras contra os nagôs-yorubás, que eram seus vizinhos.

Pontua-se, novamente, que a Bahia era o local de descarga desses negros, assim com focos menores em Pernambuco e São Luís do Maranhão. Para tanto, em 1790, aproximadamente, negros foram despachados para as terras brasileiras, e junto a eles, sacerdotes religiosos e gente de conhecimento de suas ritualísticas, sem outras influências, em oposição aos que aqui, já estavam. Consequentemente, a tradição do candomblé possui uma só forma de culto, quase idêntico ao de sua origem. Sabe-se, portanto, que os integrantes do culto Yorubás, através de seus sacerdotes, reuniram uma série de cultos e divindades oriundas de suas etnias e provenientes de diferentes locais africanos (BENISTE, 2003, p.17-19). E foi, portanto, dos cultos iorubás, também chamados de nagôs, que deu origem ao candomblé. O culto, no candomblé, é feito, exclusivamente, aos Orixás, insiste o autor Pierre Verger:

> *"desde muito cedo, ainda no século XVI, constata-se na Bahia a presença de negros bantu, que deixaram a sua influência no vocabulário brasileiro. Em seguida, verifica-se a chegada de numerosos contingentes de africanos, proveniente de regiões habitadas pelos daomeanos (gêges) e pelos iorubás (nagôs), cujos rituais de adoração aos deuses parecem ter servido de modelo às etnias já instaladas na Bahia (VERGER, 2004, p.23)".*

Observa-se, nas pesquisas de Verger, a contribuição desse povo na formação cultural do povo brasileiro. Percebe-se que os orixás vindos de África para o Brasil foram deuses e divindades que tinham participação efetiva na vida do cativeiro. Para tanto,

[41] Líder maior de uma comunidade de terreiro do candomblé

sabe-se que a religiosidade dos africanos era colocada a duras provas de subordinação por parte dos colonizadores.

Pode-se afirmar, peremptoriamente, que essa religiosidade tem um sentido maior de comunidade que perpassa ao religioso, seus adeptos estão ligados além do sagrado. Trata-se de uma estrutura hierárquica que deve ser sempre acatada, que se calça na família-de-santo. Consequentemente, o processo iniciático dentro dessa doutrina é que se dá esse grau parentesco religioso. Para Maria Alice Rezende Gonçalves:

> *"os membros dessas comunidades obedecem a uma estrutura hierárquica que se divide em duas categorias de afiliados perfeitamente distintos: os que estão vinculados às atividades litúrgicas e aqueles ligados às atividades administrativas. Dessas duas categorias saem às hierarquias dirigentes do terreiro (GONÇALVES, 2007, p.31)".*

O que se percebe, segundo a autora, é a supremacia da família de santo à biológica e o processo iniciático é o principal meio mítico entre a composição desse grupo. Para tanto, ressalta-se o respeito, a subordinação, a obediência aos mais velhos é o que ainda persiste nestas doutrinas oriundas do africano da diáspora, trata-se de uma cultura do passado, que está se perdendo na vida mundana do presente. Assim, a religiosidade africana ainda tem muito a contribuir nesse aspecto.

III.5 O autêntico sagrado brasileiro

A partir das considerações acerca de religiosidades ligadas à cultura africana, não se pode deixar de lado, a Umbanda, considerada uma religião autêntica brasileira. Em sua vertente espírita, diz-se que surgiu em 1908, através do Caboclo Sete Encruzilhadas, incorporado no médium Zélio Fernandino de Morais, numa sessão espírita kardecista, na Fundação Espírita de Niterói, neste lugar, na verdade, obteve o seu registro.

Entretanto, há quem diga que a Umbanda já existia muito antes desse episódio, mas, que naquele momento, houve a necessidade de ser reconhecida devido ao áspero caminho percorrido por seus adeptos. Mesmo porque os aspectos de benzeduras, passes e manifestações espirituais já existiam há muito tempo. O autor de *Das Macumbas à Umbanda,* José Henrique Motta de Oliveira esclarece:

> *“quando o assunto é religião afro-brasileira, o caráter folclórico ocupa espaço significativo no imaginário popular. Ainda mais quando estamos diante de um imenso espectro de religiões entendidas como tal: candomblé, jurema, macumba, tambor de mina, umbanda, Xangô do Nordeste etc. A Umbanda, entretanto, apresenta uma peculiaridade que a diferencia das demais: enquanto os adeptos das religiosidades mais africanizadas buscavam legitimar suas práticas exaltando a pureza das tradições nagô, os líderes do “movimento umbandista” fizeram questão de apresentá-la como religião brasileira (OLIVEIRA, 2008, p.19)”.*

Para esse autor, a composição das três etnias formadoras da nação brasileira era também a composição religiosa: o catolicismo do branco, a pajelança dos índios, e os orixás do africano. Entretanto, o que se percebe, por se tratar de desencarnados, e incorporação dos mesmos, a característica da etnia branca europeia inserida nessa religiosidade está ligada mais aos franceses da doutrina de Kardec, do que a dos católicos. Sabe-se que, no catolicismo, não existe o fator mediúnico e nem tão pouco a incorporação. Com efeito, o uso de imagens católicas foi apenas um referencial aos orixás africanos, de modo a não sofrerem repulsas por parte do colonizador, nas Casas Grandes.

Na verdade, essa abordagem acaba se configurando na emancipação da figura imagética dos santos católicos nos congares[42] de Umbanda. Aproveitam-se esses escritos para elucidar que em alguns espaços religiosos já não usam imagens de santos católicos, e sim dos deuses negros africanos. Entretanto, existem controvérsias a respeito e o que se percebe é a falácia por ser a Umbanda brasileira, deve-se respeitar a religião que pertenceu ao colonizador. Na verdade, os africanos se renderam e foram obrigados a aceitar um sagrado que não lhes pertencia, mas assim o faziam para poder cultuar os seus deuses. Para tanto, enfatiza-se que o problema do sincretismo é muito mal interpretado, ao mesmo tempo que se sabe não existir uma pureza africana, como a do candomblé, uma kardecista, que pertence aos franceses, ou até mesmo como já foi visto com o catolicismo em relação à cultura dos maometanos no Brasil, pode-se prever uma modificação da Umbanda deixando de cultuar os preceitos dessas religioes.

Nessa concepção, o que se pretende nos dias de hoje, em alguns lugares religiosos de Umbanda, não é mais a presença dos santos da Igreja católica para evocar o sincretismo e sim da presença dos encarnados recebendo os espíritos desencarnados, os caboclos e pretos velhos. Sabe-se, portanto, que a mediunidade é gratuidade nata do ser humano, e não objeto de aprendizagem. Para tanto, toda a

[42] altares

amplitude ritualística de África no domínio da religiosidade de Umbanda faz-se necessária para enfatizar com a eminência da cultura africana nessa crença. Entretanto, respeita-se que assim pratica o culto umbandista com as imagens de santos católicos, por se tratar de uma tradição.

Então, partindo desses pressupostos de imagens de gesso, questiona-se, existe mesmo, nos dias atuais, a necessidade de expor santos católicos nos congares de Umbanda? A religiosidade católica exporia os orixás em seus altares para lembrar a mão de obra do negro em suas catedrais? O que não se deve esquecer que a Umbanda não é uma religião estática em seus dogmas, ela constantemente passa por evoluções, de acordo com o progresso da sociedade em que está inserida, por isso é digna de modificações.

Dadas as informações acerca do surgimento da Umbanda, em relação ao ocorrido na mesa kardecista em Niterói, convém salientar a necessidade, na época, de outro tipo de ritualística que não chocasse a quem assistia aos rituais de matança do candomblé, o que não se deve ser considerado nada de anormal, pois faz parte desta ritualística. Nessa emergência de novos enfoques para a ritualística africana, surgia a Umbanda que tinha como fator primordial, a não matança de animais em seus cultos.

Contudo, atualmente, esses conceitos dialogam com o respeito a outros modos de prática da fé de cada um, assim como nas mudanças no modo de pensar dos adeptos umbandistas, de acordo com a evolução do Universo. Outro fator que não se pode deixar de lado, é que ela foi registrada num momento de total conturbações em que a polícia perseguia, com afinco, as religiosidades afro-brasileiras. Os pioneiros escritores da religião de Umbanda, Tancredo da Silva Pinto e Byron Torres de Freitas, naquela época, deixaram registros dessas perseguições à religiosidade afro-brasileira:

> *"o Sr. Chefe de Polícia de Brasília, capital da república, informado pelos falsos 'entendidos' ameaçou fechar os terreiros de 'macumba' em virtude de coisas absurdas acontecidas e os embusteiros açodadamente esquentaram a cabeça do Sr. Chefe de Polícia, que imediatamente com a febre do veneno atuando em seu cérebro, tomou esta decisão drástica. É preciso pôr um ponto final nisso tudo; chamar esses mistificadores à razão e denunciá-los não só ao Sr. Chefe de Polícia, mas também ao público (PINTO & FREITAS, 1972, p.10)".*

Observa-se, também, na fala do autor, a necessidade de se criar um "código de Ética" da Umbanda, para evitar, assim, os manobristas fincados na religiosidade com a intenção de deturpá-la.

Considere-se, neste sentido, outro aspecto da Umbanda. Vista também sob outro ângulo esotérico, cultua os ciganos, o indianismo e às vezes tem simpatia pelo budismo. Para ratificar esses conceitos, insere-se Alexandre Cumino, um jovem escritor:

> *"ela amadurece com capacidade ímpar e recicla-se o tempo todo em busca de uma identidade. Tem a vantagem de aprender com os acertos e erros das outras religiões, buscando uma visão mais universalista para explicar a realidade que nos cerca (CUMINO, 2010, p.29)."*

Percebe-se que o campo em que esse ambiente religioso se estabelece não deixa de ser o cultural. É sabido que religiosidade caminha simultaneamente com cultura, e a presença da cultura negra nessa religiosidade dá-se, através do culto aos Orixás, nos percalços de suas narrativas que só permanecerão intactas, se essa figura de narrador ficar para sempre ou se não for distorcida, para tanto a necessidade de registros. Para se tornar esse conhecimento precioso e mais acessível aos leitores é o desafio contundente da escrita.

Vale-se dizer que essa religiosidade traz também a ancestralidade do negro, através da figura dos pais e mães velhos, espíritos que foram escravos no Brasil ou na África. Junto a essas denominações, vem de suas raízes: angola, congo, dentre outras afins a lugares africanos. Convém registrar que assim como o candomblé, o respeito aos mais velhos prevalece.

Considerando, neste momento, uma abordagem de nomenclaturas, vale lembrar que no bojo da literatura umbandista, existem muitas tentativas de definição do vocabulário Umbanda. Tais conceitos nominais provém de vários discursos escritos que tentam explicar a origem dessa religião. Em síntese, laureados escritores deixaram seus registros nessa Orbi, porém, o que importa, para um adepto do culto, não são conceitos e sim a prática e a fé nessa religiosidade.

Para W.W.Da Matta e Silva,1996, grande intelectual dos anos 50, através de seus estudos esotéricos, diz que:

> *"encontramos na **CORRESPONDÊNCIA FONÉTICA** do vocábulo MBANDA, a CORRUPTELA DA PALAVRA **UMBANDA**, que os africanos deturparam da SONÂNCIA ORIGINAL que, por, sua vez, foi novamente corrigida pelos próprios ORIXÁS mais elevados, que militam num plano evoluído da Lei de Umbanda (grifos do autor) (SILVA, 1996, p.64-65)."*

Segundo esse grande intelectual, que menciona os estudos do prof. Heli Chatelain (Folk tales of Angola), "que dentro da raça negra se conserva ainda, como

dissemos, algo do sentido original (SILVA, 1996, p.65)". Depois de traduzido o trecho em Inglês, para a Língua Portuguesa, tem-se a definição do nome "Umbanda":

> *"deriva-se de Ki-mbanda pela oposição do prefixo "U", como u-ngana vem de ngana. (A) A Umbanda é faculdade, ciência, arte, profissão, ofício de: a) curar por meio de medicina natural (plantas, raízes, folhas, frutos) ou da medicina sobrenatural (sortilégios, encantamentos); b) adivinhando o desconhecido pela consulta às almas dos mortos ou aos gênios ou demônios, que são espíritos, nem humanos nem divinos; c) induzindo estes espíritos, humanos ou não, a influir sobre os homens e sobre a natureza, de maneira benéfica ou maléfica. (B) As forças, agindo na cura, adivinhação e na influência dos espíritos. (C) Finalmente, Umbanda é o conjunto de sortilégios que estabelecem e determinam a ligação entre espíritos e o mundo físico (SILVA, 1996, p.65-66)."*

Para o autor, o nome remonta a épocas pré-históricas, e a tradução feita por Chatelain é relacionada ao sistema africano moderno. Diz que M-Banda é considerada como vértice religioso africano por esse estudioso, e que a anteposição do simples prefixo "U", transformou-se o significado da palavra, ou seja, de um substantivo puramente personalista e individual (sacerdote-feiticeiro), passou a ser um substantivo absoluto e eclético (faculdade, ciência, arte, ofício, etc).

Para Alexandre Cumino, que em sua obra atenta para diversos autores com diversos significados para a Umbanda, esta religião perpassa pela Origem Espírita ("Kardecista") em que ressalta a primeira manifestação com Zélio Fernandino de Moraes na Fundação Espírita de Niterói. Em sua vertente espírita, para o sacerdote, a nomenclatura Umbanda é de África e se refere à prática ritualística, e por isso ser essa religião de várias origens, tanto brasileira quanto africana (CUMINO, 2010, p.245).

Outra grande preocupação dos adeptos das religiões afro é a denominação "espírita". Como já foi dito, a Umbanda bebeu muito na fonte de Kardec, o estigma espiritualíssimo atrapalhou os censos a mascararem as religiões afro. Quando se perguntava qual era a religião a que pertencia a um adepto do candomblé e da Umbanda respondia-se "espírita", então, era computado o kardecismo e as religiosidades de cunho africano ficavam de fora. Além do mais, seria mais cômodo dizer que além de espírita era também católico, menos atenuante na sociedade, que nunca viu com bons olhos os adeptos do culto aos orixás.

Outro fato a ser ressaltado, além das Entidades de Umbanda adentrarem em alguns terreiros do candomblé, também o fazem em centros kardecistas. A saber, existem médiuns de mesa de Kardec que recebem seus pais velhos e caboclos sentados, e o que se ouve falar, através da oralidade dentro dos terreiros de Umbanda,

é que os caboclos se levantam e pedem para trabalhar de pé, e os pretos velhos solicitam seus cachimbos e banquinhos para fazerem suas magias com os elementais do fogo e do ar, além do copo de água e da vela acesa.

Em linhas gerais, já se mencionou que a Umbanda também carrega em sua composição litúrgica a origem indígena. Contudo, não se deve confundir com o culto dos caboclos chamados de pajelança. Os caboclos que incorporam na Umbanda são desencarnados que foram índios. Alexandre Cumino enfatiza a importância desses mentores quando diz:

> *"são os Caboclos verdadeiros mentores da Umbanda apresentando-se como linha de frente e de comando dentro da religião, sendo, na maioria das vezes, quem responde pela "chefia" e pela responsabilidade do que é realizado dentro de uma Tenda de Umbanda (CUMINO, 2010, p.57)."*

Conforme comentado pelo autor, é certo que em todos os terreiros de Umbanda existe um comando vindo pelo lado espiritual, onde a última palavra acordada é dada por essas Entidades de comando. Essas orientações administrativas de um local sagrado pode vir, através da força de um Caboclo, que representa a vitalidade do índio, e de um preto-velho, que se traduz na sabedoria de um negro africano.

É factível, então, inferir que a Umbanda, por estar sob a supervisão dessas duas etnias, nada mais tem a consagrar dos santos católicos e nem carregar em seu interior a ênfase no Kardec. No entanto, sabe-se que é uma tradição dessa religiosidade ter as imagens católicas nos altares. Sob esta perspectiva questiona-se mais uma vez se a igreja católica teria em seu altar os Orixás.

Retomando a pajelança dos índios, Gisela Macambira Villacorta e Raymundo Heraldo Maués (2001) explicam que é praticada por populações rurais ou, de origem rural não indígenas, encontradas na Amazônia com diversas ritualísticas. O estudioso enfatiza que há uma desvalorização do termo "Pajé", prefere-se o "Xamã". O termo "pajelança" é usado somente por pessoas que não convivem no meio rural, usados por indivíduos que têm um certo grau intelectual, por isso se escondem a sua participação nesses rituais. Preferem usar o termo "medicina invisível", em oposição à "medicina ocidental", pois a pajelança não se refere somente às práticas de cura (VILLACORTA, 2001, p.12).

Na pajelança, a crença se dá com a presença de encantados, "que se refere a seres que são considerados normalmente invisíveis às pessoas comuns que habitam 'no fundo', isto é, numa região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou

subaquática, conhecida como ‘encante’ (VILLACORTA, 2001, p.17). Na verdade, são poucos os adeptos desse culto, pois ainda não se tem muito escritos a respeito ou até mesmo pouco interesse, ou então, a Umbanda por si só, já cultua a ritualística do índio.

Para complementar este capítulo, cumpre fazer uma rápida referência à linguística e à luz desta teoria das linguagens escrita e falada, perceber a sua importância, em relação à religiosidade afro-brasileira, que vem sido considerada por alguns indivíduos, que desconhecem a sua ritualística, como não religião por não ter um registro como outras religiosidades.

III.6 A cultura oral, pela Língua Portuguesa

Partindo do pressuposto de Joaquim Mattoso Camara Jr.(2012), quando ressalta que as comunicações dão-se através, primeiramente, do som e da visão para depois se transformarem em símbolos, para ele, a palavra escrita não passa de um *ersatz* da fala, ou seja, um substituto da oralidade. Por outro lado, não há de se esquecer que a comunicação oral foi muito importante nas civilizações antigas consideradas, assim, as mais básicas. Além disso, para se perceber o funcionamento da linguagem humana é preciso partir desta modalidade de linguagem.

A respeito da oralidade, tem-se os gestos com as mãos, as expressões faciais, o timbre de voz, a entoação pela qual se dão as mensagens, enfim, uma série do jogo fisionômico, que é traduzido por outros códigos na escrita, que por muitas vezes, estão ausentes nessa modalidade. Em virtude desses aspectos, pelas riquezas de recursos que facilitam a comunicação linguística, a oralidade se sobrepõe à escrita. Além desses efeitos, os fenômenos psíquicos estão inseridos na oralidade, tais como antipatia e empatia, sem pensar no fato de que essa modalidade tem a primazia de prender mais a atenção que a grafia (CÂMARA JÚNIOR, 2012, p. 14-16).

Cabe ressaltar que na modalidade oral tem-se mais flexibilidade, pois se diz, hesita-se, reduz-se, volta-se atrás e corrigem-se interpretações.

III.7 A modalidade escrita

Desde que o homem começou a organizar o pensamento por meio de registros, a escrita foi se desenvolvendo e ganhando espaço na sociedade com a finalidade de se propagar ideias e divulgar informações.

É válido lembrar que os hieróglifos foi o início dessa escrita que estava ligada com propósitos sacros e cotidiano, dessa forma, só depois com o contato com o grego e o romano esses símbolos evoluíram para o hierático. Os hieróglifos eram usados em túmulos e são os registros mais antigos da civilização. Considere-se, neste sentido, que a escrita exige estudo e experiência em seu manuseio sob um grande número de regras gramaticais que resulta numa língua.

Um dos laços importantes da comunicação da humanidade é a escrita rupestre que, por um carinho da natureza, ainda deixa vestígio da comunicação do homem pré histórico. Assim, na evolução da humanidade, a utilização de registros impressos torna-se indispensável às relações socioeconômicas e da cultura. Para tanto, sabe-se que a escrita coloca em símbolo o vivido, exige que se invente palavras para traduzir o perdido e resgatar memórias. Sua função é seguir regras de seu universo literário para tentar compreender o ininteligível. Neste contexto, ela evidencia vestígios que servem de clareiras para novos debates, tece tramas e desbrava formas composicionais de diferentes gêneros.

Nesses estudos, apenas seis segmentos religiosos foram abordados, sendo que alguns deles tem a escrita como código sagrado. Consequentemente, o mais importante, a Bíblia, é a forma mais antiga de escrita da humanidade. Este instrumento sagrado é importantíssimo para o catolicismo e neopentecostalismo que a tem como referencial de fé. Ratificando, é a palavra de deus com o homem, em busca de fundamentos religiosos, e com isso, cria-se um vínculo do profano com o sagrado, para que se siga as palavras de Deus.

Por esse viés literário escrito e religioso, recorda-se, também, a formalização do sagrado dos muçulmanos que se dá pelo alcorão ou Corão, que é registro de palavras reveladas por Deus ao profeta Mohammad. E como já foi mencionado, Kardec, que assinala O Livro dos Espíritos como referencial de escrita do Espiritismo.

Parte-se do princípio que a oralidade é a modalidade mais importante na sustentação dessas crenças afros, entretanto, ressalta-se a necessidade da escrita como código para obtenção de respeito e legitimidade na sociedade, o que não se pode deixar à parte. Cabe ressaltar que não é fácil lidar com a resistência de manifestações em considerar esses sagrados de menos importância e o pior: menosprezá-los como cultura formadora da Nação, por não ter um código único para representá-los.

A tudo isso exposto pode se inferir que são formalizações de discursos, tendo a escrita como importante meio para a elaboração dos mesmos. Portanto, instiga-se o

leitor a pensar que os pesquisadores apontam que o acesso a estudos de experiências religiosas dá-se pelos textos escritos ou por testemunhos de fé. Esses são exemplos de vieses culturais que reavivam a memória do sagrado, que carregam consigo um forte vínculo pela veracidade, através da escrita sagrada.

Na verdade, o conceito de místico, entre os estudiosos, dá-se pela tentativa de colocar, por escrito, momentos experimentais desses sagrados, consequentemente, o escrito pode ser interpretado a cada tempo. Na tradição religiosa em que a escrita está imbuída, a palavra é acatada por quem a profere, por quem a domina, este passa a ser o guardião da mesma, e com isso, adquire o poder, ritualmente, transmitido. Para tanto, o propósito final desse contexto é que cada religião deve ser considerada em si mesma, em sua totalidade, em seu modo de cultuar e que deve ser acatado o seu *modus operantis*, e é o que se necessita as religiões afro-brasileiras.

Ao contrário das religiosidades mencionadas, a Umbanda e o Candomblé não possuem um código único de escrita, consequentemente, toda experiência religiosa gira em torno dela, através de oralidade hermética, ou seja, suas doutrinas ou modos de rituais são abertos, mas os seus fundamentos são para acesso de poucos e são protegidos por essa oralidade. Não se deve esquecer de que judeus e cristãos trouxeram negros em navios encharcados de doenças para o trabalho escravo, e com eles, sua crença em seus deuses e entidades. Foi, exatamente, através da religiosidade que conseguiram suportar o saudosismo de suas terras e de seu sagrado, e por isso, para que se tornassem poderosos em magia, havia a necessidade de preservar as suas ritualísticas.

Embora não se tenha uma escrita codificadora, essas religiosidades são apoiadas por imunidades tributárias no artigo 7, inciso da VI da CF/1988, tidos como "cláusulas pétreas", ou seja, dispositivos que não podem ter alteração, nem mesmo por meios de emenda, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas. Consequentemente, são inerentes de alterações.

Para enriquecer, ainda mais, essas teorias de linguagem nas religiosidades, toma-se a entrevista dos estudiosos Peter Burke[43] e Maria Lúcia Pallares Burke,

[43] Atualmente, Peter Burke é professor emérito da Universidade de Cambridge. Especialista em História Moderna tornou-se referência na área por elaborar teorias ousadas que evolvem cultura, sociedade, mídia e produção de conhecimento. [...] Recentemente, junto a sua esposa, a brasileira Maria Lúcia Palhares-Burke, lançou a obra “Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre” (2008), na tentativa de traçar um amplo panorama do pensamento do sociólogo. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/agenda/peter-burke-de-volta-ao-brasil, no dia 31 de março de 2014.

realizada em junho de 2004, historiadores de Cambridge[44], ao africanista e etno-historiador Jack Goody sobre oralidade e escrita.

Para Goody, a escrita tem uma função muito importante no que tange a elaboração do registro de um discurso. O estudioso procura mostrar que, na Grécia, sempre houve a escrita, e que há registro quase que indecifrável, apesar de terem o alfabeto, o entendimento era pouco. Nessa perspectiva, os gregos eram fortemente influenciados por grupos israelitas e egípcios, a fala e a escrita estavam se desenvolvendo, naquela época, no Oriente Médio e não somente os gregos estavam a frente dessas culturas.

Em relação à escrita sagrada, um fato interessante ressaltado por esse pesquisador é que a Bíblia foi escrita com um alfabeto sem vogais, assim como no alfabeto fenício. Acrescenta dizendo que havia muita redundância nos sistemas, por isso a ausência de símbolos para as vogais, contudo o entendimento se dava na contextualização dos textos.

No bojo da teoria Goodiana, infere-se que os mulçumanos não entendiam a língua árabe escrita, mas aprenderam a ler, através da memorização e visualização, tendo assim um melhor teste de suas memórias, sua capacidade de memorização. Na verdade, os mulçumanos respeitam uma escrita que tem 2000 anos e privam os seus seguidores de uma infinidade de atos ligados à tecnologia.

Em seus escritos, enfatiza que, na África, existem tribos que possuem os mesmos aspectos de cultivos e tecnologias, mas as religiosidades são distintas, numa área muito pequena. Por fim, através da análise do autor em relação à oralidade, diz que grandes mudanças acontecem para os olhos de quem não está inserido na cultura local, e que não são sentidos pelos envolvidos, ou seja, os que lá vivem não percebem as transformações sofridas com a cultura oral.

A tudo isso exposto acerca da oralidade e da escrita, é justamente para introduzir a demanda causada por um juiz[45] que, de modo que não tendo conhecimento a respeito de história das religiões afros não reconheceu as religiosidades de matriz africana como religiões, por não possuírem um código único, como a Bíblia e o livro do alcorão.

---

[44] Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-7183**2004**000200013&script.... Acessado no dia 31 de maio de 2014.

[45] O juiz federal Eugenio Rosa de Araújo, da 17.ª Vara Federal do Rio, que disse não considerar religiões as manifestações afro-brasileiras. Disponível em: http://www.blogdajoice.com/lideres-religiosos-criticam-juiz-que-nao-considera-religioes-cultos-afro-brasileiros/ Acessado em 12 de junho de 2013

Enfatizou ao dizer que por não terem um livro base para se guiar, e não cultuarem uma única divindade, não se consideraria como religiosidades, o candomblé e a Umbanda. Logo depois, voltou atrás com uma retificação do caráter religioso dos cultos africanos.

Neste contexto de explicação, desponta a falta de conhecimento advinda do magistrado em não saber que a exteriorização dessas crenças vem através dos tempos, com transmissão, puramente oral que, de geração em geração, foram trazidas pelos antepassados, sem que houvesse a formalidade de reuni-las em compêndios. Através dessas crenças que se reconhece a pluralidade cultural que cerceia a nação brasileira.

Na verdade, a tradição oral trata de memórias individuais na transmissão um a um para diversos envolvidos no processo, é desse jeito que se adquire os conhecimentos. Pontilha-se, portanto, que a disseminação de valores é imbuída na cultura de tradição oral; de fato há um mecanismo de memória coletiva de geração passadas. Entretanto, para alguns pesquisadores, não se pode dar valor a uma tradição oral porque não se encontram vestígios de experiências místicas para que alguém possa servir de testemunhas. Para tanto, a falta de registros formais da Umbanda e do candomblé faz com que essas religiosidades não sejam vistas como seitas, por indivíduos que desconhecem todas essas tradições.

Retomam-se os conceitos de Goody, quando diz que existem mudanças com um mito que é passado “intacto” (grifo meu) de geração a geração, os envolvidos falam que não há mudanças nessa transmissão, mas quem está de fora percebe o que não foi perceptível a quem dele participa. Neste momento, aponta-se para os mitos como narrativas, memórias do que ocorreu. Por esse viés, percebe-se mesmo que se tente a perfeição das narrativas orais sempre vai escapulir algo, contudo as diferenças são enormes e não perceptíveis pelos envolvidos nelas.

Para ele, existe a necessidade da escrita para que não perca os meandros dos textos orais. Além do mais, através desse código, evita-se o surgimento de novas versões. “Se tivesse que fazer uma análise estrutural, ou uma funcional daquele mito, eu não poderia realmente fazê-la. Eles tiram um pouco daqui, outro pouco de lá, e depois juntam tudo e o elaboram (BURKE,2004, p.341)”.

Na verdade, o escritor enfatiza que não há, realmente, uma certeza de que a escrita substitui um discurso oral, mas o ajuda a desenvolver outras formas de elaboração dessa oralidade, além do mais, ratifica o autor, a escrita impressa ajudou aumentar o número de leitor na sociedade. Por este viés, retoma, ainda, o conceito de

que as sociedades são letradas. Portanto, para ele, é necessário o ajustamento dos mitos com a atualidade, para se seguir as mudanças da sociedade.

Por outro lado, o ilustre e estudioso do passado de um arquivo morto, Tancredo da Silva Pinto, disse que desde há muito tempo, comentou acerca da falta de registro doutrinário dos cultos afro-brasileiros. Sabe-se, portanto, que, infelizmente, só se pensaram em Federação[46]. Para tanto, sabe-se muito bem que tal órgão não dá, assim, muita legitimidade ao culto. Muito se tenta perpetuar as religiões de matrizes africanas, de tal forma que a PUC-RJ elaborou uma cartilha que diz:

> "a *legalização, e consequentemente a institucionalização das casas de religiões de matriz africana, dará um passo importante na valorização e reconhecimento do seu legado cultural, e também favorecerá a construção de um caminho virtuoso de respeito as diferenças e garantia da igualdade entre os segmentos religiosos em nosso Estado (Cartilha para Legalização de Terreiros, 2012, p.4*.[47])."

De fato, esse foi um passo importante para as religiosidades de matriz africana, pois conduz como legalizar, inserindo CNPJ, nas comunidades de terreiros de modo que sejam reconhecidos pelo Governo Federal, com religiões importantes e que podem receber os mesmos privilégios de outras, através deste Órgão. Portanto, é a partir desta documentação que se dá a legalização e não através de Federações. Sabe-se que a partir da preservação dessa cultura dos terreiros, é que se concretiza o reconhecimento da pluralidade cultural da Nação brasileira. "Oxalá chegue em breve o dia em que haverá igualdade, ausência de hierarquias e mesma dignidade entre todas as formas de exprimir a crença religiosa. Que esta cartilha possa ser útil na construção deste ideal (Cartilha para legalização de Terreiros, 2012, p.10)".

Retomando, agora, o aspecto de legalização de dogmas, através da escrita das religiosidades para que as mesmas tenham credibilidade, conforme apelação do juiz acima mencionado, há de se convir que nas religiosidades de matriz africana é quase impossível, pois não se tem como codificar a doutrina de Umbanda, uma vez que esta pertence a um leque de doutrinas, como também codificar o candomblé, pois é uma religiosidade velada em seus parâmetros rituais. Entretanto não se deve fugir à ideia de

---

[46] As religiões afro-brasileiras, Candomblé, Umbanda e outros cultos afro, devido à sua expansão e atual divulgação pelo Brasil, Portugal, América do Sul, Europa e África, encontram-se representadas por federações, associações, núcleos, grupos, etc., que tutelam, legalizam e representam os religiosos e suas casas de culto, assim como seus filhos (seguidores). Disponível em: Wikipédia pt.wikipedia.org/ acesso em 12 de junho de 2014.

[47] Disponível em: http://www.jur.puc-rio.br/depto/wp-content/uploads/2013/08/Cartilha-para-Legaliza%C3%A7%C3%A3o-de-Casas-Religiosas-de-Matriz-Africana.pdf, acesso em 15 de junho de 2014

que se pode construir uma literatura que traga o conceito geral de ambas, candomblé e Umbanda. O que se assiste, na verdade, é a grande competência de escritores envolvidos nessas religiosidades.

III.8 Considerações finais deste capítulo

Apontar discussões que problematizam os aspectos religiosos é uma tarefa árdua para quem escreve. As ideias aqui proferidas não devem ser seguidas por quem, assim, discorde delas. Porém trata-se de um diálogo intrínseco de quem vive a religiosidade afro em dois templos de Umbanda[48]; por conseguinte, a prática perpassa a teoria, nos desdobramentos dessas caminhadas religiosas.

Em relação ao reconhecimento das religiosidades afro, através de registros literários, sugere-se uma literatura comum a toda Umbanda, sem mesmo tocar em ritualísticas, como também no candomblé. Discursivamente, entende-se que a oralidade faz parte destes contextos, mas o receio da perda de mais detalhes destas religiões vem permeando entre os escritores dessas religiosidades. Muito se fala nesse contexto de deturpações de códigos de magia, como também de conceitos religiosos.

Sem discutir a complexidade dessas afirmações e suas implicâncias, revisita-se todas as demandas de intolerâncias religiosas do passado e do presente acerca desses cultos e insiste-se em um diálogo maior travado entre grandes escritores da memória dos arquivos, junto aos contemporâneos, de modo a conferir novas dimensões para essas religiosidades para que as mesmas adquiram o devido respeito.

[48] Aqui, a autora refere-se a seus dois templos de Umbanda, um situado na Região dos Lagos, Praia Seca, que declara imposto de renda por possuir CNPJ, e outro, no Rio de Janeiro. Informações podem ser alcançadas em: www.ogumhorusra.com.br

CAPÍTULO IV - Pelas vias ritualística e medicinal, a manutenção de saberes africanos

> *“ [...] Primeiro, a pessoa que cura precisa ter uma convicção ou fé na existência de um poder que é maior que ele próprio, a partir do qual ele pode atuar. Segundo, ele tem de, naturalmente, possuir um real senso de solidariedade e um sincero desejo de ajudar os outros.[...] (KUNZ, 1995, p.294)”*

Esse capítulo tem exatamente o propósito de tentar esclarecer o porquê da cultura religiosa do negro ser tão temida pelos colonizadores e atualmente, por outros credos. Construído a partir de um olhar misterioso, através de benzeduras, sangrias, manipulação herbária e outros processos magísticos, a população diaspórica africana trouxe consigo, nos calabouços dos navios negreiros, a profissão de curandeiro praticada em suas aldeias de sua terra de berço.

Na tentativa de trazer à luz, nesse momento, a questão desse “poder” exercido pelos negros, há de se remeter à questão da diáspora, que reflete muitos conhecimentos do vivido por seus habitantes, como também da mistura de seus saberes, de forma familiar, para se explicar o surgimento das Nações. Novos argumentos abrem conceitos diversos para se saber de onde se iniciaram e terminaram essas fronteiras.

Dentro dessa perspectiva, Benedict Andersen (2008) aponta para o conceito de “comunidades imaginadas” a partir da qual a junção de etnias suscita os vários pensamentos e modo de agir, onde se produz, segundo ele, um “sujeito imaginado”, construído através dessa união forçada. Através de convivência, pergunta-se onde se inicia e se termina estas fronteiras, pois a cultura que cada um traz consigo, a sua história, que juntas as outras, traduzem-se em uma nova trajetória, a hibridização de conhecimentos que cada um traz marcada, na mente e no modo de agir e pensar, para que se forme uma nova comunidade. Na memória, fica somente o saudosismo de sua terra de origem, tentando assim preservar a sua identidade original. A partir disto, Hall (2009) denomina esse conjunto formado de etnias que dão origem a outra, de “identificação associativa” que tenta mostrar a solidificação das culturas de origem, em gerações vindouras (HALL,2009,p.26).

Para tanto, percebe-se que a convivência com negros, colonizadores e imigrantes, no Brasil, mapeam modos de convivência multifacetados. Na diáspora, percebem-se as múltiplas identidades formadoras de Nações que contribuíram em suas construções e, principalmente na identificação de populações identificadas como minoria.

Nesses escritos, a fim de orientação ao leitor, observa-se a pobreza dos negros curandeiros, o modo como tratavam das mazelas que os estudiosos, médicos, não conseguiam concretizar, senão através de muitas dores. É interessante saber que os negros não possuíam lugares específicos para realizar os seus preceitos de cura, faziam-nos na rua ou em qualquer lugar que lhes conviesse. Nesse percurso de cura e de magia, salienta-se a sua sabedoria africana em benefício da saúde com ervas e sangrias.

Em relação à Identidade Cultural, Stuart Hall pontilha que ela é feita desde o nascimento, “que seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linguagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior (HALL, 2009, p.28)”. O autor, em sua abordagem teórica, explana ainda que, na maioria das vezes, o processo de migração é forçado a ser feito pela falta de oportunidade social, levando ao “espalhamento – a dispersão”. Entretanto a saudade, a vontade de retorno ao seu país de origem fica sempre latente (HALL,2009,p.28). Conectando esse pesquisador ao que vai ser explanado, assistimos à confirmação desse espalhamento com a diáspora afro-brasileira quando muitos curandeiros negros faziam o retorno à África em busca de novos negros escravizados pelos colonizadores, e os magísticos negros tinham o dever de acompanhar a viagem desse povo, de modo que amenizassem as mortes dentro dos navios negreiros.

Indícios sobre a cultura brasileira podem ser observados em Renato Ortiz (1985); ao colocar uma argumentação ao assunto, reconhece que “toda identidade é uma construção simbólica (a meu ver necessária), o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou falsidade do que é produzido (ORTIZ, 1985.p.7)”. Para ele, não existe uma só identidade e sim muitas que vão se construindo através da história. Nesse percurso, quando se aborda o conceito de mestiçagem brasileira, retoma-se do auto a “metáfora do cadinho”, no espaço brasileiro. Nesse contexto, edificou-se sempre a cultura da raça branca, é claro, transformando o que o negro e o índio tinham em sabedoria de pouco valor.

Conforme se discute até agora e retomando os conceitos de Hall, atente-se ao conceito de Tradição. Para que se possua uma tradição, faz-se necessária a união, seja de uma comunidade, tribo, seja de uma pátria que liga o passado e ao futuro com originalidade, imutável no modo de ser e perdurar o que fora aprendido por muito tempo, passando de gerações a gerações. Para o estudioso, o “cordão umbilical” é o que se chama de tradição (HALL, 2011, p.29).

IV.1 Rituais mágicos, a alternativa para os morimbundos da época

Neste momento, elaboram-se reflexões acerca dos curandeiros e sua importância, em uma época em que a ciência médica e farmacêutica buscavam se consolidar e estabelecer terreno na vida social.

Por conta dessa demanda, a população recorria a esses curadores populares, porque eram altamente solicitados, sejam por exercerem um grande fascínio pelo oculto e místico, causando interesse da sociedade, sejam porque realmente praticavam a cura. Emergindo nessa onda promissora de cura do passado, salienta-se que os curandeiros eram visitados por pessoas importantes, desde um mero analfabeto. Nesse contexto, é válido ressaltar que havia uma predisposição desses profissionais da cura a recorrer a variados recursos não concatenados aos preceitos da medicina científica, praticada no século XVIII.

A procura pelos rituais mágicos tornava-se alternativa para os morimbundos da época. Além dos os males físicos do corpo, incluíam-se também os da mente e os corriqueiros amorosos da vida pessoal. É bem verdade que o poder de sugestionamento das práticas místicas atraia para os curandeiros uma grande procura de seus serviços magísticos, com uma significativa clientela que se dispunha a consultá-los. Por esse viés, era necessário livrar-se das agruras do corpo, e a medicina científica, ainda, não estava em seu auge em relação à cura.

Nesse percurso de magia, ressalta-se a medicina acadêmica que se encontrava não desenvolvida o suficiente; por outro lado, os tratamentos dados pelos médicos aos seus pacientes eram por demais dolorosos, o que ocasionava o afastamento da população à procura desses cuidados. Na verdade, nestes espaços físicos e acadêmicos da tão esperada cura, não se obtinha, na prática, os resultados esperados pelo doente que os procurava. Tal fato não descarta a assertativa de que a população tinha verdadeira aversão a hospitais, pois eram considerados depósitos de pessoas enfermas. Diante desses contrapontos daquela época, há de se ressaltar o alto índice de indivíduos sem conhecimento da arte de curar, através dos meios acadêmicos; por conseguinte, a falta de mão de obra especializada no campo da medicina. Por essas vias, só havia a alternativa da procura aos feiticeiros e curandeiros, para o preenchimento dessa mão de obra não especializada, deixada pela medicina oficial.

Na estruturação deste enredo, atente-se ao conhecimento empírico desses agentes populares, o que se podia contar na época. A repressão legal a esses profissionais da cura não era só com a intenção de se firmar a medicina científica, que era normatizada, mas também tinha o propósito de eliminar as práticas medicinais que circulavam, através da feitiçaria, da magia ou de qualquer outra ritualística discriminada pelos padrões religiosos católicos, tais como moral e científico da época. Cabe ressaltar que havia um imaginário de ocultismo, ainda povoado de crenças seculares, fortemente enraizadas e também contribuíam para a adoção de métodos tais como: feitiços, rezas, benzeções e orações. Dentro deste contexto, os curandeiros eram imbuídos de qualquer tipo de conceitos magísticos encarregados na arte de curar.

Outro aspecto que deve ser considerado é em relação à mentalidade religiosa disseminada na sociedade colonial. Com raízes ligadas ao cristianismo tradicional, trazia à tona que tudo relacionado a doenças era oriundo do sobrenatural, ou seja, de feitiços que deveriam ser extinguidos. Através desse viés, assistimos a afrontas e à falta de credibilidade dos curandeiros e praticantes de rituais mágicos, de tal forma que recebiam a alcunha de demônios, praticantes de rituais maléficos. Contudo, sabia-se da necessidade de tê-los, devido à falta de mão de obra no campo da medicina tradicional.

IV.2 Doença e colonização – palco do Brasil

O Brasil foi palco de comentários alusivos e paradisíacos, como também, o mais pertubador, a demonização do imaginário europeu colonizador, oriunda pela religiosidade católica. A autora Laura de Mello e Souza recorda a noção de demonização é antiga, veio com eles, com os colonizadores europeus:

> *"Provavelmente, frei Vicente do Salvador não tinha conhecimento da presença do nome Brasil nas cartas medievais, e parece-me que foi o primeiro a explicar a designação pela presença da madeira tintorial de cor avermelhada. [...] associou "esta porção imatura da Terra" ao âmbito das possessões demoníacas; sobre a colônia nascente, despejou toda a carga do imaginário europeu, no qual, desde pelo menos o século XI,* ***o demônio*** *(grifo meu) ocupava o papel de destaque. [...] O Brasil, colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo [...] O primeiro movimento – o de Pedro Álvares Cabral – se fez no sentido do Céu: a este acoplar-se-ia a colônia, não fossem os esforços bem sucedidos de Lúcifer, pondo tudo a perder." (SOUZA,1986, p.28)"*

No seio desta vertente, sabe-se que a exploração dos espaços marítimos brasileiros também deu-se através de misticismo. Vai se delineando para o passado, nos estudos históricos da colonização, e traçando um imaginário de que as naus que

perpassavam por mares bravios, quando eram abatidas pelas tormentas, aludiam a causa ao demônio. Esse ser imaginário e mitológico do cristão é que era o responsável pelos impasses sofridos nas viagens de Cabral. Construídos também a partir desse olhar, não se deve deixar de lembrar que a flora brasileira cuja matiz vermelho foi associada à imaturidade da terra *brasilis*, o demônio era o protagonista da história do Brasil.

Na estrutura desse enredo, surgem os espaços das curas carregados de misticismos demoníacos e preconceitos oriundos do colonizador. Contudo, apesar de toda essa demonização, sabia-se do conhecimento empírico dos curandeiros e que era a solução dada aos moradores da metrópole colonizada, principalmente porque ainda não se podia contar com profissionais da saúde. Por essas vias, percebe-se que não só os negros sofriam com essa perseguição, como também os indígenas. A terra brasileira tinha muito a oferecer, através de seu ouro, que encheria os cofres de Portugal e a sua vegetação, que é considerada, ainda hoje, a maior riqueza de nosso País.

Através de registros históricos, inferimos a valorização dada à flora e à fauna brasileira. “O descobrimento do Novo Mundo, no entanto, teve influência das mais significativas no que se refere à introdução de espécies vegetais no continente africano (BARROS, 1993, p.35)”. Por causa disso, o Brasil causou deslumbramento ao povo da América, por sua riqueza e pelo seu verde; era preciso enchê-lo de gente, e vieram todos, trazendo consigo as suas culturas, os seus saberes, as suas etnias e, com tudo isso, as doenças.

Segundo Márcia Moisés Ribeiro em *A Ciência dos Trópicos – A Arte Médica no Brasil do século XVIII* (1997): “Europa e África povoaram a Terra de Santa Cruz infectando-a, espalhando suas mazelas por todos os cantos, contribuindo significativamente com a formação e o enriquecimento do quadro patogênico colonial. (RIBEIRO, 1997, p.22)”. Com esse enfoque dado pela autora, acrescenta-se em seus estudos a noção de que o colonizador foi o maior disseminador de doenças. Por esse viés, brancos e negros espalharam várias epidemias como sarampo, varíola, tuberculose, doenças venéreas, dentre outras moléstias edêmicas. O que se quer frisar é que eram aguilhoados a bordo de um navio por dois ou três meses, africanos e portugueses, com alimentação precária, e traziam consigo as suas epidemias oriundas de suas localidades ou de seus trajetos marítimos.

Simultaneamente à doença, as tentativas de cura iam se aprofundando. Neste contexto, é certo que a falta de condições de saúde trouxe saberes luso, afro e

ameríndio que se juntaram em um único convívio de interesse, na arte de curar. Conseguinte, tal fusão deu origem a um novo saber do uso do diagnóstico e profilaxia da mazela física do corpo. Não se deixa de lado,também, o conhecimento histórico de que a terra conquistada tinha um laboratório natural, para sanar os males do corpo, entretanto seria necessário a exploração, e com ela, a destruição, através do desmantamento, que se pensa ser um modismo atual, mas tem origens cabralísticas. Compreende-se que a flora medicinal brasileira passou a desempenhar grande importância no mundo português, em que o colonizador teve, também, que aprender a cultivar e valorizar a vegetação da terra conquistada.

No início, apesar de se saber que os índios já estavam adaptados à Terra, não contavam com a presença de outras culturas e, com isso, o que lhes acarretaram, através de intensas relações forçosas interétnicas, foram as mazelas que se infiltraram no país colonizado pelos desbravadores e trabalhadores que chegaram ao solo brasileiro. A autora Márcia Moisés Ribeiro insiste em apontar que mesmo assim, com tamanha diversidade cultural, o Brasil pode contar com o conhecimento de todas essas etnias:

> *"enquanto divulgava ao mundo os segredos que aprendia com índios e negros, o colonizador lançava sobre o nosso solo as sementes de seu acervo de crenças que, sob o signo do sincretismo, germinou e floresceu, dando origem a um universo específico (RIBEIRO, 1997, p.65)."*

Mesmo sem se dar conta, cada povo não deixou de perder seu alicerce, as feitiçarias de negros e índios mescladas à religiosidade do colonizador passaram, então, a ser associadas à própria estruturação colonial, em todos os seus sentidos. Despontam, então, as ervas, seja pelo viés medicinal ou religioso que propocionaram aos escravos, principalmente pela via ritualística e medicinal. Dentro desse contexto, a flora do Brasil não possuía todas as espécies vegetais da África e para tanto recorria-se à analogia desses vegetais inexistentes no Brasil, de modo que se mantivesse a manutenção dos saberes africanos. Além disso, em relação à religiosidade, na falta de uma erva usada para um Orixá, que não se encontrava em solo brasileiro, coletava-se outra com verossimilhança ritualística, e esses conhecimentos perduram-se até os dias atuais. Disso tudo decorre o novo princípio de que negros e índios praticaram suas funções terapêuticas, na crendice das doenças, no sobrenatural, e que já fazia parte da cultura desses povos. Como observa Márcia Moisés Ribeiro:

> *"o conhecimento que tinham das virtudes de muitas ervas e raízes e a aptidão no preparo de mezinhas e nos procedimentos rituais de seu universo cultural entrelaçaram-se ao legado da medicina européia e*

> *africana, dando origem a uma arte médica fortemente marcada pela diversidade. (RIBEIRO, 1997, p.44)"*

Desta feita, permite-se afirmar que a disseminação de saberes trouxe para o Brasil um grande comércio, principalmente, através dos jesuítas, que aqui se aportaram com muitas intenções. Sob esse prisma, sabe-se que esse País era grande possuidor de uma extensa e diversificada flora, com uma variedade de vegetação. Dessa forma, essa autora reforça que "Afora as numerosas levas de homens que viviam embrenhados pelos sertões, os jesuítas constituíram outra importante via de divulgação da farmacopéia indígena (RIBEIRO, 1997,p.29)". como afirma a autora, somando à catequização dos índios e negros, havia outras intenções nos saberes e na flora rica brasileira.

Para tanto, no decorrer dos acontecimentos, sabe-se que o negro desenvolveu estratégias, para que outras espécies fossem trazidas do continente africano. Ao que assistimos é a grande divulgação de receituários indígenas que ainda continua, junto à exploração e o extermínio de nossa flora, pela ambição mercantil de drogas medicinais, para a autora:

> *"ao que tudo indica, o uso de amuletos, a crença no poder de certas concreções calcáreas produzidas nas víceras de animais e mesmo a sangria teriam precedido o encontro do colonizador com os índios, fato que certamente contribuiu de maneira significativa para a perpetuação de certos hábitos curativos" (RIBEIRO, 1997,p.57)"*

No bojo destas informações, infere-se que os saberes medicinais já se encontravam com os indígenas que, somados aos dos negros, contribuíram muito para o tratamento das doenças trazidas pelo colonizador. Contudo o fornecimento de medicamentos europeus era, exageradamente, excasso. Não se podiam contar com remédios, pois "a penúria das boticas era tanta, que acabou por tornar as autoridades mais flexíveis no tocante aos assuntos relacionados à salubridade na Colônia (RIBEIRO, 1997, p. 26)." A partir disto, a corrupção dos remédios importados por fármacos europeus predominava. Além do mais, cabe ressaltar que o desembarque de remédios dava-se esporadicamente. Surge, então, a A Fisic mor[49], órgão responsável pela fiscalização de práticas curativas, fazia raras visitas e não conseguia controlar a

[49] Em Portugal, o lugar de físico-mor foi criado em 1430, durante reinado de d. João I (1357-1433), cabendo-lhe a superintendência dos negócios de saúde e higiene em todo o Reino e domínios. A carta régia de 25 de fevereiro de 1521 regulamentou suas atribuições, distinguindo-as daquelas que eram de responsabilidade do cirurgião-mor dos Exércitos do Reino, responsável pela fiscalização das artes físicas e cirúrgicas. Retirado do local: http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2662, acessado em 02 de dezembro de 2012.

demanda das falhas de organização da entrega dos remédios, por ser grande a extensão do solo brasileiro. Considerando ainda essa autora:

> *"desprovidos de recursos adequados diante dos males do cotidiano, os colonos recorriam às curas informais e às precárias boticas. Desfalcadas de muitos fármacos europeus, [...] e poucos acessíveis às populações mais desfavorecidas, as lojas de drogas estavam quase sempre sob a tutela de indivíduos incapazes de exercer a função de boticário. (RIBEIRO, 1997,p.29)"*

Em vista disso, entram em cena os cirurgiões que desempenhavam as funções de sangradores. De acordo com a pesquisadora, esses negros faziam escarifações, extrações de balas, aplicação de ventosas e outros métodos medicinais de cura. Nesse percurso, passaram a ter grande importância, naquele momento, e o mais importante, com o aval da Colônia que lhes dava consentimentos das práticas, devido à precariedade de profissionais acadêmicos da saúde. Ao buscar, por exemplo, mais uma vez em Márcia Moisés Ribeiro:

> *"Mulheres e homens despossuídos de bagagem teórica, cirurgiões com pouca práticas, curandeiras, raizeiros, benzedores, parteiras feiticeiros e até mesmo charlatães preencheram o vazio deixado pela medicina oficial. Eles socorreram, prestaram auxílio e até mesmo agravaram estados de morbidez. Na sociedade colonial, o recurso ao empirismo foi, portanto, um mal extremamente necessário, e todas as camadas sociais usufruíram. (RIBEIRO, 1997,p.39)"*

Embrenham-se nesse contexto os curandeiros que participaram com seus saberes empíricos, já existentes e trazidos pelos europeus e africanos. Dentro desse contexto, há de se convir que são retratos de um País jogado na responsabilidade desses indivíduos que contribuíram com a medicina alternativa da flora e da magia.

IV.3 Agentes milagrosos da cura – Barbeiros e Sangradores

Pode-se intuir que os agentes da cura informal não eram bem vistos pelos médicos. Em termos mais práticos, era uma categoria considerada de menor valor que causava disputa com eles no mercado de trabalho, naquela época. Dentro dessa perspectiva, faltavam médicos em todo território brasileiro e, por esse motivo, foi o momento adequado aos adeptos da magia, da benzação, do curandeirismo, como também dos sangradores.

Por outro lado, a Fisicatura Mor tentava fiscalizar todas as atividades médicas e a arte do curandeirismo, praticada pelos agentes informais da cura. Ela concedia

autorizações e licenças para atuação desses terapeutas. Recomendava-se que todos os especialistas na arte de curar teriam que ter sua licença, como também a delimitação da tarefa de cada um. Então se dividiam: ervas eram função de curandeiros, as parteiras só poderiam fazer partos, as escarificações e a aplicação de ventosas e sanguessugas ficavam a cargo de barbeiros, que cortavam cabelos e praticavam a arte da sangria.

Entretanto, essas regras não eram seguidas e faltava a esse órgão o devido controle. O que acontecia na verdade era que quanto mais distante, havia menos médico, portanto, menos fiscalização, então, a importância dos curandeiros e parteiras fazia-se necessária naquele momento. Por outro lado, não se deve esquecer de que eles não possuíam nenhum conhecimento acadêmico, e não tinham nenhum aprendizado oferecido por este órgão fiscalizador. Contudo, ao receber a autorização para atuarem, tinham habilidades idênticas as de um especialista autorizado, o reconhecimento dado a eles era do mesmo patamar dado aos médicos acadêmicos.

A partir do século XIX, as perspectivas relacionadas a quem adquiriu cultura, modificam o enredo da trajetória do curanderismo, pois médicos, com cursos formais no Brasil e na Europa, passaram a ocupar uma posição de grande prestígio. E começava a escala hierárquica da cura; depois deles, vinham os cirurgiões, que obtinham mais conhecimento ainda que os agentes informais da cura, os barbeiros e parteiras . Abaixo de todos, os curandeiros, que faziam uso de ervas e benzeduras, totalmente desvalorizados, por estarem imbuídos na cura popular. A maioria deles era formado por escravos alforriados ou não, que contribuíam com os bolsos de seus senhores, isso implica dizer que praticavam a cura nas ruas e levavam dinheiro de suas consultas para os seus donos. Por outro lado, tinham grande importância, pois trouxeram em sua bagagem esse conhecimento de sua terra natal; muitas das vezes, esses curandeiros também praticavam a sangria.

Nesse contexto, sabe-se que a sangria foi, sem dúvida, um dos recursos mais empregados pela medicina até meados do século XIX. Na verdade, sabia-se que a própria natureza do ser humano tinha que se livrar do que era prejudicial à saúde, e ela se incumbia disso. Nessa concepção, percebe-se que por ser uma medicina de princípios purgativos, era sempre indicada. No entanto, no fim da década de 1820 e início de 30, os curandeiros e sangradores foram desautorizados, mas continuavam exercendo sua profissão ilegalmente.

Segundo Tânia Salgado (1998), as Academias Médico- Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Bahia foram transformadas em Faculdades de Medicina. A autora destaca o

monopólio da cura vinda através dos médicos. Por esse viés, não mais a Fisico-Mor atestava as autorizações para os agentes da cura, e sim as faculdades ficaram a cargo dessa certificação.

Nessa acepção, os sangradores foram, imediatamente, desvalorizados a boçais, sem cultura. Mesmo assim, insistiram em suas práticas, através de anúncios em jornais, usavam a parte em que era dedicada aos anúncios colocados por médicos, para fins mais atrativos de serem visualizados. Contudo causava revolta à medicina social, pois a predominância de curandeiros deixava os médicos alucinados. Gabriela dos Reis Sampaio enfatiza que "[...] em meados do século XIX: uma esmagadora presença de práticas de cura alternativas à medicina científica perpassava em todos os meios sociais (SAMPAIO, 2001, p.50)".

Por esse caminho, percebe-se que a receita mística dos antepassados continuava em voga. O crédito dado a esses profissionais era bem acentuado, entre a população que os procurava: "[...] se recorria muito mais aos curandeiros, aos remédios de fórmulas secretas, elixires, pós variados, ou mesmo a receitas caseiras antigas, com as quais tinham familiaridade, do que à medicina de origem europeia" (SAMPAIO,2001, p.51)". Disso tudo, decorre o novo princípio: o do charlatanismo, doutrina que visa à exploração da boa fé do público, visto ainda nos dias de hoje, seja para a cura, seja para os males do coração.

A exemplo, nos dias atuais, em Abadânia, Goiás, assistimos ao médium João Teixeira de Faria, o João de Deus, 69 anos, que faz procedimentos médicos que incluem cirurgias com corte, e dizem ser ele, charlatão[50]. Tal fato ocorre quando o médium anuncia a cura e quando o questionam como ocorre a cura e o mesmo responde que esta acontece através de um meio secreto e infalível. É fácil observar uma analogia ao passado dos curandeiros africanos.

À guisa de ilustração, o que se percebe são velhos posicionamentos de charlatanismos do passado, passam na contemporaneidade quando assiste-se, também, a promessas vindas de cartazes fixados, em postes nas ruas que oferecem tratamentos imediatos para todos os males, usando da religiosidade do africano para iludir aqueles que os procuram[51].

---

50 Comentários retirados do local: http://direito.folha.com.br/1/post/2012/04/joo-de-deus-e-os-limites-entre-curandeirismo-charlatanismo-exerccio-irregular-da-medicina-e-a-proteo-da-f.html, acessado em setembro de 2012.

51 Cartazes fotografados em julho de 2013.



Fig.IV.1. Cartazes situados na av. Maracanã, 229, RJ. Eles não diferem das propagandas do passado.

Conforme tão bem ilustram, o misticismo sempre esteve presente na vida do povo brasileiro. Na verdade, carrega-se sempre a curiosidade, e o charlatanismo, doutrina que consiste em tirar proveito da boa fé do público, existe por causa disso. Mesmo nos séculos passados, na visão dos acadêmicos, essa falcatrua era ressaltada e desafiava os profissionais da saúde que viam o poder desses agentes de falsa cura, descritos como charlatanismo, pois, segundo os médicos, eles não possuíam os devidos estudos que eram conferidos a eles, portanto, tinham os seus descréditos; a autora enfatiza que:

> *"assim, curandeiros, espíritas, sangradores, parteiras, ervateiros, farmacêuticos que produziam remédios e não revelavam suas fórmulas, enfim, qualquer diferente era igualmente um perverso charlatão, que agia sempre de má fé, enganando as pessoas para enriquecer, chegando até matá-las (SAMPAIO,2001, p.51)."*

Não se pode afirmar, também, que todos eram dessa espécie. Para tanto, batalhas entre os profissionais formais e informais aconteciam, a todo o momento, na mídia jornalística da época. Tal fato não descarta a assertiva de que a medicina precisava se fortalecer e os curandeiros atrapalhavam a sua caminhada. Médicos denunciavam erros de curandeiros e vice versa.

IV.4 Quem eram os sangradores?

Os sangradores, na verdade, eram negros africanos que vieram com o saber da sangria, arte que se dava, através de ventosas ou sanguessugas[52]. Esses profissionais

[52] A sanguessuga medicinal europeia (*Hirudo medicinalis*) é a espécie mais famosa, seu corpo chega a 20 cm de comprimento, e é utilizada para fins terapêuticos há mais de 2500 anos. Em lugares como Roma, Grécia e Síria, estes animais eram usados para chupar o sangue de muitos lugares do corpo. Eram as chamadas sangrias, realizadas porque se acreditava que podiam curar desde dores locais (algo comprovado) e processos inflamatórios até obesidade, gota,

eram importantes, dentro da medicina acadêmica e suas atividades requeriam uma habilidade motora, e passaram a ser bastante procurados pela população. Suas atividades constituíam em aplicar sanguessugas e ventosas. Ambas tinham a finalidade de limpar o organismo e melhorar o seu funcionamento. A prática, com as bichas, acontecia com o enchimento de sangue, no corpo do animal, desprendendo-se do físico do doente.



Fig IV.2. A sanguessuga medicinal

Além dessas funções, os barbeiros também tiravam dentes e cortavam cabelos. Como se explanou, para obter permissão para a prática da cura, havia a necessidade de autorização da Fisicatura- Mor, que aplicava exames teóricos e práticos, dando uma licença, para liberar a atuação desse ofício. Caso fossem realizar tais atividades em viagens de navio negreiro, deveriam solicitar licenças de viagem. Para Tânia Salgado Pimenta (1998), "a Fisicatura-mor nunca utilizava a palavra barbeiro nos documentos que emitia, nenhuma relação tinha com as habilidades de um sangrador para cortar barba e cabelo". Tal fato deu-se porque a profissão de barbeiro era subalterna à de sangrador, entretanto havia distinção entre os sangradores ambulantes e os com a licença da Fisicatura- mor, que possuíam o seu lugar específico para o trabalho. A partir desta constatação, infere-se que aqueles que não possuíam a documentação exigida pelo órgão responsável pelas práticas curativas não tinham um lugar para as suas tarefas de barbeiro e sangrador e, além do mais, cobravam menos por seus serviços.

No decorrer do século XIX, principalmente após a criação das Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1832, começa a desenvolver-se a construção

tumores, distúrbios mentais, nefrite, etc. Acesso no site http://www.infoescola.com/anelideos/sanguessugas/, no dia 28 de abril de 2014.

de um discurso médico oficial que passava a defender o monopólio das práticas de cura na sociedade brasileira. Por causa disso, os terapeutas populares, por sua vez, adquiriram uma forte confiança da população e mesmo com o fim da Fisicatura, em 1826, continuaram oferecendo seus serviços para um vasto público.

Mesmo antes disso, curandeiros, sangradores e parteiras praticavam suas curas desrespeitando a Lei imposta pela Fisicatura-Mor. As pesquisas de Tânia Salgado Pimenta, em sua dissertação de mestrado, em 1997, destacam que mesmo depois do acirramento da fiscalização imposta pelo monopólio dos médicos, os próprios "fiscais de freguesias mais afastadas faziam a ressalva de que não havendo médico nem farmacêutico, as pessoas que sabiam curar eram necessárias para o povo indigente". Consequentemente, isso tudo era somado à "dificuldade de se punir os delinquentes nos campos e sertões". Portanto, era essa a razão da contrariada Academia Imperial de Medicina em criticar o curandeirismo, ao afirmar que "a impostura não afrontará a ciência e o charlatanismo irá vegetar nos mais obscuros recônditos da mais obscura aldeia".

IV.5 As curas mágicas

Através desse conceito de sabedoria milenar, sabe-se que as curas mágicas tinham grande importância nas culturas primitivas e se analisarmos, com afinco, esse quadro não mudou. Mediante à pluralidade cultural de povos, muitos conceitos foram mantidos, através de nossos antepassados.

Dentro da temática cujo enfoque é dado ao místico, a pesquisadora Laura de Mello e Souza (1986), em *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, diz que "As curas mágicas com palavras refletiriam velha crença no poder curativo da Igreja medieval, e eram comuns em toda Europa (SOUZA, 1986,p.179)". Chegando até aqui, com conceitos religiosos do índio e do negro, surge o sinal de que os colonizadores também praticavam a magia da cura, através dos conjuros, dos dizeres orais. A origem dela não pode ser mensurada, mas presume-se a predominância, nos dias atuais.

Desde que o mundo passou a ter seus registros escritos, na busca de se reconstituir os fios de uma história, percebe-se a presença dos talentosos feiticeiros que faziam parte dessa clã, com a maior participação do sexo masculino, isso não quer dizer que somente eles é que praticavam tal sortilégio. Para tanto, faziam uso de ervas, amuletos junto a palavras recitadas, que ganhavam poder. Com o seu saber empírico,

aproximado à feitiçaria, curavam doenças do corpo e males da alma, usando feitiços de todos os tipos. Nesta perspectiva, Laura de Mello diz:

> *"[...] em Minas, na segunda metade do século XVIII, um negro feiticeiro era capaz de curar e, ao mesmo tempo, rezar umas palavras quen deixavam uma pessoa tolhida e inapta ao trabalho. Na Bahia quinhentista, falava-se de uma Mineira e do Velho Quatro Olhos, que curavam com ervas pela arte do diabo – o positivo da cura sendo neutralizado pelo negativo do diabólico. (SOUZA, 1986,p.168)"*

Observa-se mais uma vez, a presença demoníaca ligada aos feiticeiros que ora eram alcunhados de demônios, ora de charlatões e, com isso, sofriam a mais terríveis perseguições, por parte dos colonizadores. Percebe-se que o curandeirismo é tão antigo quanto a doença. O homem sempre acreditou que existe uma força invisível, capaz de curar graças a um simples toque das mãos ou a um simples gesto. Por causa disso, percebe-se a força mental, o querer, o poder sugestivo imbuídos neste ato.

Nesse sentido, envolve todo um conjunto de práticas de sacerdotes, xamãs, pajés, médiuns, babalorixá, pais de santo, dentre outros líderes de culto. Dentro desse molde, situa-se entre duas arenas de discussões: a liberdade religiosa curandeira e o reconhecimento pelos órgãos da medicina. Nesse último caso, como já se mencionou, o curandeiro não possuia nenhum prestígio perante a medicina e passa pelo descrédito do reconhecimento oriundo desse órgão.

Segundo a pesquisadora Laura, "no Brasil, as curas desse tipo eram feitas sobretudo para quebranto, mau-olhado, erisepela (SOUZA, 1986,p.179)". No seio dessa vertente, questiona-se: força da mente, sugestão? Não há resposta, nada pode explicar o sobrenatural que cura, principalmente, através de versos cantados ou de qualquer outro meio terapêutico. Atente-se mais uma vez para Laura Mello de Souza quando diz que:

> *"no Nordeste brasileiro, ainda hoje se conservam fórmulas mágicas, muitas delas em versos, para combater quebranto e mau-olhado. Como nos tempos coloniais, terminada a reza, faz-se oferenda à sagrada paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, concluindo:*
>
> *'Assim como ele ficou livre*
> *São e salvo das suas chagas,*
> *Assim tu creia Fulano*
> *Que tu és de ficar livre de olhado quebrante*
> *E de todos os males encausados... (SOUZA, 1986,p.179)"*

Proferidas, através da oralidade, atente-se para a rima, que é parte integrante da magia quando se pretende a cura, ou qualquer outro feitiço. Infere-se que a musicalidade, através dos versos ou cantigas, transporta as súplicas de qualquer

assunto. Para tanto, sabe-se que, na religiosidade africana, toda Natureza é imbuída de força, de poder. “Os grãos de pimenta-da-costa (*Xilopia aethiopica* A. Rich, ANONACEAE, Ba-121) que são mascados à entrada do mato destinam-se a reforçar tanto o poder da fala, quanto o do coletor (BARROS, 2003, p.40)”. Dentro desse contexto místico, a ritualística candomblecista e umbandista tem fundamentos nas palavras, como também o respeito à natureza.

Apresenta-se, neste momento, o deus Ossaim, orixá responsável pelas folhas e seu preparo, que toma conta do espaço que tem plantas e ervas sagradas de um templo religioso. Retoma-se à obra de José Flávio (1993), em *O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé Jeje-nagô do Brasil* quando se aprofunda acerca do uso ritualístico das ervas nos terreiros e o simbolismo do deus que é ligado aos vegetais e diz: “a representação simbólica de Òsányìn[53] é de ferro e constituída por uma haste central, encimada por um pássaro, sustentada por uma base da qual se elevam seis outras hastes em forma de leque[...](BARROS, 2003, p.24)”.

A simbologia do Orixá ligado a essa ritualística herbária dá-se, através de uma imagem de árvore e um pássaro sob ela. O que se procura mostrar é a participação do negro que trouxe de África a sua ritualística e seus saberes religiosos, para que pudesse ser disseminado entre os brasileiros. Sabe-se que em alguns templos de candomblé e Umbanda cultua-se esse deus da mata.



Fig. IV.4 Símbolo de Ossaim

IV.6 A palavra oral tem força mágica

Muito se sabe sobre a força que a palavra oral tem em relação à magia. Através de tempos remotos, muitos conjuros[54] eram feitos e tinham o intuito de curar doenças,

[53] Grafia em yorubá, língua africana
[54] Ajuramentar, convocar para conspiração. Maquinar. http://www.dicionarioweb.com.br/conjuro.html, acessado em 02 de dezembro de 2012.

trazer a pessoa amada, dentre outros tipos de súplica, assim como os cartazes mencionados, anteriormente.

Em certas sociedades tradicionais africanas, a palavra falada possui grande força e é ela a transportadora do axé[55]. Em contrapartida, sabe-se, através dos meios religiosos afro-brasileiro, que as palavras ditas, de acordo com quem as profere, traz a cura porque faz associações à divindade requisitada, na hora da invocação. Firmando a mente no pensamento religioso, ela é um agente mágico e um grande vetor de forças etéreas. Nesta concepção, evidente ser o homem o seu suporte, o agente que desempenha a função de dizê-la, explorá-la, ritualisticamente. Isto posto, ressalta ser ele o privilegiado pela força vital que move esse Universo desconhecido e que anima a palavra proferida por quem faz a suplica.

A partir deste princípio, temos condições de entender o contexto mágico-religioso e social no qual se situa o respeito pela palavra nas sociedades africanas de tradição oral e a força dos *griots*, os contadores de histórias. Por esse viés, os curadores populares ganham força, em qualquer trabalho de cura ou de feitiços.

Nesta percepção, alude-se que as súplicas feitas em voz alta nas igrejas pentecostais e hoje, também, pelas religiões cristãs, têm um propósito final. É factível dizer que a palavra tem força, por isso deve-se tomar cuidado quando se desejar o mal a alguém e faz uso da mesma.

IV.7 O sacerdote, o mago e o médico – três em um

A título de exemplificação das funções de um agente da magia, chega-se, então, a Francisco Rivas Neto[56], médico, sacerdote e professor da FTU[57] , e que se mantém nas três funções, atualmente: sacerdote, mago e médico. Em seus estudos, de acordo com o adágio ocultista[58], era condição das culturas primitivas, um sacerdote ocupar as

---

[55] **Axé** (***Àse***, em yoruba, "energia", "poder", "força"). No contexto do Candomblé, axé representa um poder de força sobrenatural. A palavra também pode ser usada para se referir ao terreiro, Ilê Axé (Casa de Axé). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ax%C3%A9- acessado em 02 de dezembro de 2012.

[56] Dirigente espiritual da Ordem Divina Cruzeiro do Sul, professor da FTU, médico cardiologista, autor de várias obras relacionadas à Umbanda.

[57] Faculdade de Teologia Umbandista-FTU, a primeira instituição de ensino superior que busca estudo sistematizado da Teologia, com ênfase nas religiões afro-brasileiras, [...] autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura por meio da portaria nº3864 de 18 de dezembro de 2003. (http://www.ftu.edu.br/ftu/ftu/historico.html). Acessado em 02 de dezembro de 2012.

[58] Adágio ou ditado, dito, rifão, máxima, etc. É uma forma de sabedoria popular. É aquilo que vem sendo repetido por muito tempo e tem sempre uma lição embutida. http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/ad%C3%A1gio/2601/. Acessado em 04 de dezembro de 2012.

três profissões. Esse pesquisador tem a sua definição de doença, de acordo com seus estudos ocultistas.

Para tanto, ressalta que no início em que não se existia a escrita, atribuía-se à doença a causa das intercessões malignas, pois é fato que a ciência, ainda, não era evoluída. Por essa vertente, era atribuído à fitoterapia as curas dos males do corpo e da alma para afastar influências maléficas. Em virtude disso, ao pajé e ao chefe maior de uma aldeia era dado o dom de curar com os espíritos da Natureza, através da magia.

A esse respeito, o escritor Rivas Neto enfatiza que "doença é sinônimo de desarmonia, de baixas vibrações", nessa perspectiva, diz o sacerdote, "se há doença é porque o delicado balanço do processo de manifestação espiritual foi corrompido (RIVAS, 2003, p. 319)". O autor discorre, ainda, ser a doença um sinal de indivíduo desarmônico; diz que o indivíduo doente ou desarmônico deflagrou-se sobre si mesmo a doença, que é simples manifestação de suas imperfeições ou baixas vibrações (RIVAS, 2003,170). O que ele tenta frisar com esses conceitos é que existem diferentes métodos de cura, em diferentes culturas e religiões, e que as mesmos têm estado conosco por milhares de anos. Ressaltando outra estudiosa, Dora Knz Van (1995), para acrescentar os conceitos de Rivas Neto, e o modo de como se dá o processo da cura:

> *"a intenção é a focalização de nossa mente. A pessoa quer projetar sua energia em determinada pessoa ou ponto de pertubação. A focalização da mente do profissional é que é importante, porque a mente costuma estar dispersa e não focalizada. A centralização acalma tanto a mente quanto as emoções, ajudando desta forma, a desenvolver a força de centralização e da intenção." (KUNZ, 1995, p.300)"*

É factível lembrar que a autora tenta decifrar, de acordo com o seu modo de pensar, como ocorre a cura. Permite esclarecer que a mente é, ou seja, a força dela e a fixação de pensamento centrados no indivíduo doente ajuda a concretizar a cura.

IV.8 Doença e cura – dualismo dependentes

Sabe-se que doença , entre os terapeutas populares,como já se mencionou, era vista como algo sobrenatural do espírito, talvez fosse Deus não contente, por algo cometido pela pessoa morimbunda.

Segundo Márcia Moisés Ribeiro (1997), tudo se entrecruzava, o céu e inferno, homem e natureza, real e imaginário. A autora procura mostrar como o ato de sangrar e colher uma planta dependia de fatores externos como o dia da semana, a Lua vigente e, outros fatores. Insiste em dizer que "assim como a agricultura, a medicina estava

subordinada a inúmeras influências cósmicas (RIBEIRO, 1997, p.69)". Deste feito, Deus era razão de tudo, do homem, dos animais, da natureza dentre outros seres e todo doente ficava à disposição da Natureza e distante das boticas, das medicinas acadêmicas. Então era importante recorrer ao uso de medicamentos naturais: pólvoras, ervas, inclusive excrementos de animais, dentre outros artifícios.

A autora ainda ressalta que tudo o que o organismo exteriorizava, tais como: fezes, muco, menstrução, esperma eram considerados impuros e continham magia, além de ter outro aspecto, o da função regeneradora.Em linhas gerais, Márcia Moisés Ribeiro entende que:

> *"tudo o que era expelido pelo organismo, como as fezes, o muco nasal, o sangue menstrual e principalmente o esperma, era considerado impuro; acreditavam-se que tais substâncias portavam "forças mágicas decaídas", isto é, podiam ser utilizadasem rituais mágicos destinados a prejudicar alguém. (RIBEIRO, 1997,p.71)"*

Na estruturação desse enredo milagroso, surgem os envenenamentos, sendo curados por outras ervas peçonhas, uso de frutos, tudo isso fazia parte das famosas mezinhas dos curandeiros informais. No curso desse processo medicinal, tem-se também as ervas que eram manipuladas na quebra de feitiço, através de banhos de descarrego e defumadores para espantar os males do corpo. Percebe-se que a medicina informal era muito cogitada, nas primeiras metades do século XVIII. Portanto, tudo pela cura da doença. Retomando, mais uma vez, Laura de Mello e Souza quando diz que:

> *"talvez tenham existido diferenças entre curandeiros que curavam doenças, curandeiros que curavam feitiços e promotores de feitiços (feiticeiros propriamente ditos), a homogenização destas atividades tendo sido encetada pelos aparelhos repressivos e desta forma chegada até nós. Fica aqui a dúvida. (SOUZA, 1986,p.168)"*

Através dos escritos acima, induz-se que a cura só pode ser conceituada como a eliminação dos sinais e dos sintomas da doença, que é tratada, através da medicação. A satisfação da cura dá-se mediante aos cuidados feitos pelos responsáveis da saúde. Consequentemente, o paciente fica satisfeito, caso o esperado funcione. Enfim, o sucesso é a eliminação da doença, fracasso é a inépcia de se fazer isso. A pesquisadora Dora Van Kunz, *Aspectos Espirituais na Arte de Curar insiste:*

> *"a natureza espiritual do indivíduo é uma parte essencial do processo de cura. Queiramos ou não, Deus é quem nos cura, e o Espírito de Deus é a energia para nossa cura. As várias técnicas curativas que empregamos, todas atuam como canalizadoras da energia do espírito a nosso favor. (KUNZ, 1995, p.101)"*

De acordo com o pensamento da autora, todo curandeiro tem como cursor de seu tratamento, em primeiro lugar, o crédulo em algo divino. Percebe-se o quanto a religiosidade faz parte dessa arte de curar. Nesta concepção, retoma-se à época, na história da humanidade, em que o espírito era o foco central em questão de saúde, doença e cura, e com o advento da Ciência, esta perspectiva mudou. Importa perceber como o domínio do espírito foi relegado à religião e à filosofia. Para tanto, a Ciência é o mensurável, o observável, o impessoal, o objetivo, o racional, ela é o oposto do imensurável, do inobservável, do inexprimível, do pessoal, do subjetivo, do intuitivo, da crença.

IV.9 O Hálito da cura

Como vertente espiritual, compreender como se dá a cura, ou tentar cogitar alguns conceitos é o que se pretende nesse momento, de modo a não se perder que quase tudo relacionado à magia começou com o processo da diáspora africana e europeia, ou até mesmo não se saiba o início, pois desde que o homem se sentiu doente, procurou buscar meios de se obter a cura para seus males. Dessa forma, muitos artifícios são usados para alcançá-la, seja através de palavras ditas, de plantas medicinais, dos toques das mãos , dos sopros ou dos hálitos, e de uma infinidade de meios. Paralelamente a tudo exposto, recorre-se a outro meio, como estudo, "o sopro e a sucção tiveram papel de destaque nas curas mágicas na motivação de doenças e malefícios (SOUZA, 1986, p.168)". Com o aprofundamento sobre esse método de cura, percebe-se a grande importância que ele tem na religiosidade africana.

Neste contexto de explicação, sabe-se que o primeiro sopro é representado pelo nascimento, a vida na Terra, o encarne. Retomando as lendas africanas, assinala-se que estão carregadas dessa simbologia do hálito e dentro dessa perspectiva, vale salientar que Laura de Mello e Souza (1986) ressalta que os índios usavam essas práticas, feitas pelos Pajés, através dos índios doentes, que lhes sopravam a parte molestada.Dentro deste contexto, a autora relembra a tribo Tupinambá que soprava seus pacientes, na tentativa de curá-los, a partir de seu hálito impregnando de elementos mágicos.

A exemplo, a pesquisadora menciona a curandeira "Leonor Francisca, a Sarabanda, que curava seus enfermos em Lisboa chupando-lhes os dedos dos pés e a

cabeça; curava crianças “chupando-as pela moleira, umbigo e solo dos pés” (Apud, Rego, op. Cit.,pp.176-177).

> *“a sucção era comum entre os africanos, e praticava-se ainda em Portugal [...] . Em meados do século XVIII, no Sabará, a curandeira Luiza Pinta mandava que os doentes se ajoelhassem diante dela, assoprando-os e cheirando-os para conhecer sua queixa e saber de que doença padeciam. Era negra, natural de Angola. (SOUZA, 1986,p.169)”.*

Observa-se que “Chupar, assoprar, vomitar, defecar, desenterrar eram portanto procedimentos norteados por um princípio comum: expelir, fazer expelir, neutralizar uma espécie de energia negativa, destruidora, responsável por doenças e desgraças.” (SOUZA, 1986,p.170). Em extremos de desespero, recorria-se a todos os métodos cabíveis à cura.

IV.9 Considerações finais deste capítulo

Portanto, as práticas de cura, através do método de sangria, tiveram, no século XVIII, o seu momento mais expressivo que ocasionou uma profunda interação entre as camadas da sociedade brasileira. Dessa forma, o elo entre a medicina culta e a popular era sólido. Nesse contexto, com tanta excassez de médicos, os curandeiros foram os encarregados de funções mais elementares, como sangrias e propriedades magísticas curativas. É factível inferir que mesmo recebendo a alcunha de demônios, era a solução encontrada, pois davam conta da demanda, naquele momento.

Dentro desse contexto, se a magia não atendia à população, o uso de ervas medicinais produzia algum efeito, pois a clientela não se esquivava em procurá-los. Com base nesse pensamento, o que se acreditava era no saber empírico daqueles agentes da cura. Percebe-se que a religiosidade fazia parte desse universo e, com ela, o sincretismo dos deuses africanos, indígenas e europeus. Dentro dessa perspectiva, o poder da sugestão agregado a propriedades medicinais encaminhava o doente ao processo da cura e, talvez, fosse a única solução momentânea.

Com o avanço da medicina social, problematizou-se a luta entre os profissionais formais e informais da saúde. Em virtude disso, as disputas de cura e soluções para as mazelas físicas do corpo foram acirradas, até o momento em que os curandeiros foram deixados de lado, pela maioria dos doentes. Nessa luta inconclusa de saberes científicos, empíricos e magísticos, sobrou para a medicina formal o poder de vez, da descoberta e cura das doenças. Ao que assistimos hoje, em alguns lugares religiosos,

é a medicina do “casaca branca”, termo usado na religiosidade afro, junto à medicina do Astral, a religiosa. Desse modo, o médico da Terra conduz a sua prática medicinal com o médico espiritual, através da mediunidade de um indivíduo religioso na doutrina espírita.

Assegurando a perenidade dos curandeiros, alguns religiosos vêm tentando recuperar a memória dos ancestrais da cura, e continuam na arte de curar, através de rezas ou outros métodos concebíveis a cada particularidade de ritos litúrgicos, com habilidade exclusiva à caridade. Alheio a isso, surgem os charlatões que aproveitam da religiosidade, com promessas de cura e o enriquecimento ilícito, através dela.

No seio dessas vertentes, a diversidade cultural imbuída no Brasil, incluiu o negro e os seus deuses, orixás; junto aos índios, com a sua doutrina xamânica, somados aos deuses católicos, dos europeus, todos, trazendo com a diáspora, seus conhecimentos, e usando-os, através dos curandeiros. Portanto, diante de todos esses contrapontos, a participação das religiosidades europeias, africana e ameríndia contribuiu muito para a formação da identidade e perduração desse povo.

CAPÍTULO V - Professores que ensinam macumba? Os percalços na Educação para ministrar os contos mitológicos africanos

(...) Invocando estas leis imploro-te Exu
plantares na minha boca
o teu axé verbal
restituindo-me a língua
que era minha
e ma roubaram
sopre Exu teu hálito
no fundo da minha garganta
lá onde brota o
botão da voz para
que o botão desabroche
se abrindo na flor do
meu falar antigo
por tua força devolvido
monta-me no axé das palavras
prenhas do teu fundamento dinâmico [...]

(...) transporta-me nas asas da
tua mobilidade expansiva
cresça-me à tua linhagem
de ironia preventiva
à minha indomável paixão
amadureça-me à tua
desabusada linguagem
escandalizemos os puritanos
desmascaremos os hipócritas
filhos da puta
assim à catarse das
impurezas culturais
exorcizaremos a domesticação
do gesto e outras
impostas a nosso povo negro (...)
Abdias do Nascimento[59]

É preciso enfatizar, por muitas e muitas vezes, que a Literatura dos deuses africanos, com seus mais de quatrocentos panteões da religião nigeriana do povo iorubá, perdura, no Brasil, através dos ritos de candomblé e Umbanda e transformou-se em narrativas escolares, por escritores religiosos ligados à obras infantis. Tratam-se de narrativas que introduzidas, por intermédio do tráfico de escravos a várias ramificações do Brasil, foram, também, espalhadas na Jamaica, Cuba e Caribe, prosperando como Santeria. Pensando assim, há de se reconhecer a riqueza cultural perpetuada por essas religiosidades e pelo fortalecimento de credos de seus deuses que, de fato, transmitem valores e que narram verdades, mesclada a fantasias.

Por esse viés, percebe-se o embate em relação a essas narrativas nas escolas, no que tange a sua aplicabilidade. Então, questiona se a mitologia é religiosidade, se religiosidade é mitologia e se religiosidade é cultura. E, a partir dessas indagações, vão-

[59] PADÊ DE EXU LIBERTADOR, Disponível em: http://www.abdias.com.br/poesia/poesia.htm, acessado em 30 novembro de 2013.

se construindo percursos teóricos para se chegar a uma conclusão que, por mais que se tente, ainda não está acabada.

Cumpre ressaltar que existe, ainda, um grande impasse, por parte de alguns educadores, em implementar a Lei 10.639, principalmente quando se alude aos deuses iorubanos. Essa legislação traz em seu bojo toda a cultura do negro africano e seus embates de racismo étnico e religioso. Percebe-se que toda essa dificuldade apresentada concerne, também, em o não comprometimento por parte de alguns educadores. Segundo alguns profissionais, a grade curricular anual é extensa e, se ministrar esses conceitos, podem atrapalhar o andamento de suas aulas. Entretanto desconhecem que tudo isso pode caminhar junto, porque essa legislação de resgate cultural pode ser ministrada de diversas maneiras, de modo que se ensine esses conceitos, naturalmente, inseridos, inclusive, no plano de aula, tornando-se assim um fato habitual da escola.

Para tanto, os percalços são diversos para se contar as histórias da oralidade africana onde os deuses mitológicos estão inseridos. Frente a essa situação, quando um educador assim o faz, recebe as alcunhas pejorativas por parte de alunos, e pelos próprios profissionais da área da Educação. Por essas vias, expressões como “macumbeiros, o meu professor está ensinando macumba em sala de aula, aquele colega é praticante de magia negra” são alguns comentários produzidos por essa comunidade. E se houve uma transgressão maior a um profissional da educação, considerada grave, por parte desses acusadores, o estigma persegue, por muito tempo, com outras expressões marcantes, como : “essa professora vai ensinar religião, aqui, na minha escola, vai causar problema?”. Na verdade, até que essas marcas desapareçam, um grande desgaste emocional persistirá na vida desse educador, até testificar que ministra, sem cunho religioso, as lendas dos deuses de África.

No sentido estritamente acadêmico, percebe-se que desconhecer o que trouxeram de sua origem e sobre a trajetória de racismo dos que ajudaram a construir essa Nação, torna-se um campo fértil de ignorância do que somos e de quem fez parte de nossa ancestralidade. Dessa forma, negar que fazemos parte de uma nação multiétnica e pluricultural cria empecilhos para a construção de uma cultura anti-racista que caminhe na perspectiva da diversidade. Nesses mais de quinhentos anos de anonimato cultural dos indígenas e dos africanos, o que restou para a Educação foi a tradição cultural do colonizador. Na verdade, houve uma camuflagem dos conceitos dessas etnias calçadas na minoria.

Adotando o viés do conhecimento cultural, percebe-se que a sabedoria dos ancestrais afro-brasileiros e de seus sagrados e o seu modo de atuar, despertam uma possibilidade de emancipação do velho e enraigado costume europeu. Frente a essa e a outras situações de rejeição, é que se percebe que essa legislação contribui para o fortalecimento e a possibilidade de ver o outro a conviver em seu universo cultural. O que falta, na verdade, é compreender essa cultura em sua total dimensão e apontar caminhos na construção de outras possibilidades de interpretações que conduzam os educadores e educandos a respeitar o que se acha estranho, o que foi rejeitado por centenas de anos. Postula-se, então, por essas chaves interpretativas, e aguardam-se novas atitudes do professor, em relação ao racismo e ao preconceito racial. Observa-se que avançar em interpretações diferentes das impostas não significa conhecer o outro para dominar, e sim caminhar no respeito, lado a lado.

Por conta dessa legislação, surge o ponto central da Literatura de Lendas de Exu, de Adilson Martins (2009). Na verdade, tratam-se de narrativas ligadas ao tema de Brasil e África, pois os dois, país e continente caminham quase juntos, em costume, além de resgatarem os antepassados dessas etnias, principalmente no que se refere ao continente africano, que ainda é desconhecido. O que pesa e importa é que são literaturas feitas por escritores negros ou não, que reivindicam um espaço na Educação, para que sua voz seja ouvida, após anos de rejeição cultural, sob o olhar da cultura do colonizador.

V.1 A história dos excluídos não constam nos cânones literários

Esses percursos do passsado, e que foram apoiados por alguns escritores abolicionistas, inclusive de fenótipo branco, trouxeram alguns resultados, e em que cada batalha, a vitória ainda é comemorada. Enfatiza-se que a temática negra libertadora nunca teve acesso aos cânones literários e tão pouco aos espaços acadêmicos. Indícios disso, nota-se que o negro sempre ficou à parte, na cultura do Brasil. Em sua trajetória, teve pouca ascensão acadêmica e social. Ressoa, fortemente, que a história dos excluídos não entrou, ainda, na história oficial do Brasil. A questão fica mais clara sobre os cânones, quando Roberto Reis (1992) enfatiza acerca das regras do cânon, quando diz que:

> *"ao olharmos para as obras canônicas da literatura ocidental percebemos de imediato a exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais do cânon literário. Entre as obras-primas que compõem o acervo literário da chamada "civilização" não estão representadas*

> *outras culturas (isto é, africanas, asiáticas, indígenas, muçulmanas), pois o cânon com que usualmente lidamos está centrado no Ocidente e foi erigido no Ocidente, [...] o cânon está impregnado dos pilares básicos que sustentam o edifício do saber ocidental, tais como patriarcalismo, o arianismo, a moral cristã.[...](REIS, 1992, p.72)".*

Percebe-se, também, que na Educação, ao se referir a seu material didático, não estão inseridos os indícios da participação do negro e do índio na construção cultural do Brasil, principalmente, quando se refere ao seu sagrado. Por esse viés, tratando-se do negro, fica claro que só foi visto através de correntes e pelourinhos e que ficou de fora dos escritos didáticos brasileiros.

Protegidas pela Lei, assiste-se à possibilidade de ministrar essas narrativas, que são raramente apresentadas aos educandos, devido às dificuldades enfrentadas por educadores. Tal perspectiva induz que se deve ter a intenção de ser um profissional engajado nesse movimento de defesa aos deuses mitológicos africanos e, para tal situação, não precisa estar integrado em nenhum contexto religioso, principalmente o relacionado aos orixás. O que se deve ter em vista é que esse tipo de trabalho educacional deve ser analisado, exatamente como são exibidas as literaturas grego, romana, celta e egípcia,para que se rompa, de uma vez por todas, esse estereótipo de macumba.

Disso tudo, decorre um antigo princípio de que os currículos, até hoje, acometem-se de narrativas alicerçadas nas instruções aportuguesadas. À guisa de ilustração, presenciamos, por centenas de anos, as histórias de Branca de neve e os Sete Anões brancos, personagens europeus, tendo como ponto crucial o foco da tez branca, como símbolo de beleza da mulher dócil e com a pureza coroada pelos tronos de reis europeus. Aos príncipes, assistimos a figuras loiras de olhos de cor. Por essas vias, Arroyo (2010) ratifica quando explica:

> *"a contribuição estrangeira para o setor educacional brasileiro, embora se tenha mantido em alto nível de abertura de perspectivas, é fora de dúvida, parece-nos que foi um dos fatores que acarretaram o atraso no processo de formação da literatura infantil brasileira (ARROYO, 2010, p.100)".*

O autor corrobora a afirmativa de atraso literário e parte para o mundo onde somente as histórias com personagens infantis de tez branca foram as valorizadas. Diante desse universo lúdico e literário, insere-se outra temática abordada, dentre muitas outras, aquela que simboliza o trabalho e a preguiça, "A Cigarra e a Formiga", narrativa lúdica e infantil que insere exemplos que aceitos ou não, estão até hoje, permeando os espaços literários infantis. Segundo o autor, não deveriam ser

interiorizados pelo público infantil. Na verdade, são histórias contadas no contexto ideológico europeu e que recebiam sentidos múltiplos do bem, e do mal. Nessa concepção, de acordo com o pensamento do estudioso, o conceito do bom menino que esbanja de boas maneiras era passado pela literatura, quando enfatiza:

> *"o código de bom tom, de J.I. Roquete, que ensinava aos meninos as regras de civilidade e de bem viver no século XIX, publicada em Paris em 1809, nesse mesmo ano, era lido no Brasil pelos meninos educados. [...] constitui-se em uma espécie de bíblias de boas maneiras para a criançada brasileira (ARROYO, 2010, p.105)".*

.

Esses são exemplos das histórias contadas, através da oralidade, que representavam a primazia do belo com abordagens que mereciam destaque na época, e que agora possam merecer alguma revisitação em seus verdadeiros contextos. Nesse sentido, essas narrativas de cunho moralista sempre foram, e ainda são contadas nas escolas e, talvez, na hora de dormir, consequentemente, são aceitas pelo público leitor.

Por esse viéis, a literatura mitológica africana pode ganhar força pelas mesmas línguas portuguesas, ou através de algumas traduções ou linguajares de cada nação. Vale ressaltar que esses escritos reportam-se ao divino, ao lúdico, ao insólito, aos saberes que tomam o ser de quem a estuda. Nisso tudo, ressoa fortemente que essas narrativas afro e brasileira fazem refletir, através do mesmo idioma, as diferenças, o misticismo que traduzem o *modus vivendi* de um povo. Percebe-se, então, através dos fenótipos brasileiros e africanos, a semelhança de viver desses povos.

Qualquer olhar atual brasileiro, seja da educação, seja da sociedade, deve ser necessariamente diferente, pois o mundo evolui, mas esses escritos, embora sofram modificações na oralidade, perduram em sua essência de valores referenciais. É preciso considerar que a postura na produção do conhecimento na área das ciências sociais e humanas deve ter como segmento a visão dessa diáspora e procurar encontrar consonância de vozes de outros sujeitos que não eram envolvidos nas narrativas de padrões eurocêntricos, uma revisitação a outros espaços. A escrita literária afro-brasileira tem o dever de ir mais longe, com personagens ficcionais, e contar o que não foi dito e não ficar só pela visão sedimentada das correntes, troncos e chibatadas, mas por sua riqueza.

Percebe-se que as Áfricas trazidas com os seus habitantes sempre estiveram presentes entre os brasileiros e portugueses. Os costumes, a culinária e, principalmente a ginga das brasileiras misturadas à sua sensualidade fazem parte de um continente que engendrou na diáspora, trazendo negros principalmente da Bacia do Congo e as

regiões costeiras da Guine e do golfo de Benin. A África foi cantada em versos por Castro Alves, ressaltando a escravidão em "A canção do africano" e o tão famoso "Navio Negreiro", assim como a realidade retratada nos versos de " rei negro" de Coelho Neto, que ilustrava o espaço físico de África, com suas vegetações em várias partes africanas, por Jorge Lima, que relatava as nações africanas onde os vocabulários africanos eram ressaltados.

De maneira geral, o que se pretende é trazer à tona o esquecido, o ignorado da cultura brasileira. A partir disso, o que se deve fazer é promover um amplo movimento em relação a essas discussões e o redimensionamento do currículo escolar. No curso desse processo, a cultura da diáspora África e Brasil ganhará a sua vez nas instituições de ensino. Em decorrência dessas atitudes é que essas vozes camufladas terão vez, nas escolas brasileiras. O que se pretende na verdade é educar através da diferença, ressaltando as especificidades e o respeitando ao outro. Cabe assinalar que o aluno brasileiro traz de seu berço os estereótipos racistas e intolerantes. Considerados, deste ponto de vista, a escola será o lugar de redescoberta e quebra de resistência de preconceitos. A partir disso, o discente será o desencadeador da esmagadora forma de ver a cultura afro-brasileira que levará para o seu meio familiar o outro modo de se relacionar com o desconhecido.

Retoma-se mais uma vez a importância do mito, retratos de leitura de valores e cria-se, então, uma motivação de retorno a outro mundo de fantasia e convincente, não obstante, estranho, na perspectiva dos atores, personagens das narrativas de ficção, que se elucidam nas loucuras fantasmagóricas, nos credos, nas proibições dos deuses que se permitem no domínio da loucura, dos sonhos e das utopias.

V.2 A narrativa dos deuses Xangô, Obá e Oxum

A exemplo da importância dessas narrativas, em referência a valores de vida, retoma-se a bem famosa do conto fabuloso dos deuses mitológicos africanos. Na verdade, é um recurso que tenta captar o leitor para uma viagem ao sagrado, pois sua leitura torna-se puro deleite. Por essas vias, quando se entra no fantástico que opera como surpreendente e transgressor, mostra-se o mundo do insólito que advém do maravilhoso, ou do sobrenatural, do extraordinário dos acontecimentos. Neste processo de busca, manifesta-se sempre um desejo de um deus herói, ressaltando

outro de prazer e de dor de uma vida reprimida, dos desejos de prazer e do bem do homem, esses são exemplos de alguns entrelaçamentos do mítico.

De acordo com Renato ORTIZ (1996), esses mitos e essas práticas ritualísticas constituem-se como “processos de reatualização e revivificação” que acontecem nas ritualísticas dos terreiros de Umbanda e Candomblé. Por causa dessas religiosidades com seus rituais, é que existe a reprodução das práticas dos ancestrais negros. “A cosmologia dos deuses africanos introduz assim no mundo afro-brasileiro do candomblé, a dança e o transe reproduzindo os gestos e os atributos imemoriais dos orixás (ORTIZ, 1996, p.131)”.

Na estruturação de um enredo mitológico narrado, nos escritos de Ortiz, a transgressão e os desdobramentos da história destacada pelo autor retratam as divindades não apenas como forma humanizada, mas como portadoras de fraqueza, defeitos e inquietações dos seres humanos. Na estruturação desse enredo, eis o fragmento escolhido por ele:

> *“uma lenda conta que Xangô, deus do trovão, tinha três mulheres: Iansã, Oxum e Obá, das quais Oxum era a favorita. Um dia Obá pede a Oxum o segredo que fazia com xangô, a considerasse sempre como mulher preferida. A maliciosa deusa do amor, escondendo seu rosto mentiroso por detrás de um lenço, contou-lhe que havia cortado uma orelha para cozinhá-la na comida de Xangô. Este, comendo o fetiche, ligou-se a ela para sempre numa aliança erótica. Obá, acreditando na mentira, corta a sua orelha e segue as prescrições de Oxum. Quando Xangô prova o seu prato predileto, enojado, chama Obá, que aparece com seu rosto desfigurado. Sua feiúra aumenta ainda mais a fúria de Xangô, que agora, possuía novos argumentos para rejeitá-la de vez (ORTIZ,1996, p.132)”.*

Diante de uma ritualística religiosa, assiste-se à divindade em seu “aparelho”, corpo do médium, pondo a sua mão na orelha, de modo que se retrate a história mitológica dos deuses africanos. Percebe-se que a lenda é imitada na vida real, até os dias atuais[60]. É sabido, dentro dos meios lendários dos deuses, que essa história é a mais contada entre os religiosos afro-brasileiros.

[60] Refiro-me a incorporações mediúnicas, dentro dos terreiros de candomblé e Umbanda.

V.3 Os mitos, os fantasmas, os contos de fadas – o fantástico na literatura iorubana

Alguns pensadores sustentam inúmeras definições de mito, através de diversos gêneros literários, como, o épico, quando se trata de heróis, o dramático e o lírico. O mito, além desses gêneros, circunda sobre as tradições orais com composições históricas, através de relatos mirabolantes. Ele é associado, muitas vezes, a histórias absurdas que não existem na vida real, pois está além da simbologia do conhecimento mítico e religioso.

Em sua obra *Introdução à Literatura Fantástica,* Tzvetan Todorov, por sua vez, retoma o conceito de gênero e enfatiza que "todo texto pertence à literatura e que manifesta propriedades comuns ao conjunto de textos literários ou a um subconjunto da literatura (a que precisamente chamamos de gênero) (TODOROV, 2012, p.11)". O autor enfatiza que nenhuma obra é inédita, todas têm ligações com outras do passado. Por isso, para bem se compreender, mostra a sua preocupação com o abandono da classificação de gênero, que atualmente não está sendo, assim, tão importante, devido essa divisão em gênero ser pouco notada. Entretanto, insiste nessa relação, senão uma obra literária não manterá correlação com outras no passado.

Indícios disso podem ser observados quando o estudioso percorre vários autores para ressaltar que nada é inventado na Literatura e sim reinventado. Coube-lhe desenvolver uma estrutura metodológica para explicar a subdivisão de gêneros, e fez uso dos conceitos de Nothrop Frye em *Anatomy of Criticism* (1967) que, em relação ao herói, e a leitores de uma obra, disse existirem cinco classificações. Entretanto, destaca-se a que interessa a esse trabalho, a relação do herói com o mito. Enfatiza o autor pesquisado por Todorov: "1. O herói tem uma superioridade (de natureza) sobre o leitor e sobre as leis da natureza; esse gênero se denomina *mito* (grifo do autor) (TODOROV, apud Frye, p. 15)."

Podem-se entrever novas observações desse autor para o conceito de mitos, quando se apontam, incessantemente, que são bem úteis, e com eles, a inserção dos panteões iorubanos da religião afro-brasileira. O autor parte para a definição do "Fantástico,[61]" na Literatura, e conceitua esse gênero por se tratar de uma relação com

[61] O termo "fantástico", é oriundo do latim *phantasticus* (-a,-um), que, por sua vez, provém do grego φανταστικός (phantastikós) - ambas as palavras provenientes de "fantasia". Refere-se ao que é criado pela imaginação, o que não existe na realidade [...]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Literatura_fant%C3%A1stica, acessado no dia 02 de maio de 2014.

um mundo que é nosso, sem as demonizações e que se traduz em uma ilusão possível de sentidos, ou seja, de um produto da imaginação. Geralmente ocorre na incerteza, desse modo, diz que "[...] é uma hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural (TODOROV, 2012, p.31)."

Ressalta-se, agora, a literatura mitológica e percebe-se que os povos ancestrais afro-brasileiros imprimiram imagens simbólicas ao longo dos séculos, que perduraram na imaginação e na fé de cada um. As narrativas de personagens míticos evoluíram com as outras disciplinas afins, com prática de ensinamentos, através de suas divindades e dos protagonistas heroicos, de acordo com o ser humano, ou seja, inseridas no arquétipo de cada um. Com o passar do tempo, com a evolução do mundo no que se concerne à evolução científica, surgem as histórias maravilhosas dos contos de fada, e o sagrado perde-se no panorama da civilização, mas perdura-se nas tradições populares, na religiosidade, e adapta-se a novas formas de identidades.

Em sua concepção, o autor Mircea Eliade, em seu livro *O sagrado e o Profano*, escrito em 1992, esclarece que todo mito conta uma história sagrada que teve um começo, num determinado tempo. Entretanto, uma história sagrada tem um mistério a ser revelado, pois não se trata de personagens humanos e sim deuses ou heróis civilizados. Nesses termos, acredita-se que o mito esteja ligado ao "fantástico", além disso, conecta-se a um tempo determinado na história, e uma vez profanado, torna-se uma verdade única. Para tanto, não se questiona, se é assim ou de outro jeito, não tem como mudar o rumo da história, portanto, é dessa maneira e pronto, não se tem escolha, tudo é verdadeiro e vai ser assim. Então, a história sagrada está ostentada ao contado e sem explicação. Sabe-se, de acordo com esse autor, que ela é sempre um acontecimento único, ligado ao sagrado. O autor, ainda, ressalta que:

> *"a função mais importante do mito, pois, 'fixar' os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc. Comportando-se como ser humano plenamente responsável, o homem imita os gestos exemplares dos deuses, repete as ações deles, quer se trate de uma simples função fisiológica, como alimentação, quer de uma atividade social, econômica, cultural, militar etc. (ELIADE, 1992, p.87)."*

A ideia defendida por Elíade, é a de que muito se criou, através do mito. A exemplo disso, explica que a agricultura surgiu com os ensinamentos dos deuses, e praticar esse ato com a terra, era algo sagrado, que obedecia às estações, à indicação

de Lua etc. Entretanto, com o passar do tempo, tornou-se um ato indispensável à sobrevivência humana, e se inseriu à economia, tornando-se, portanto, um ato "dessacralizado". Para tanto, faz-se necessária e passa a ser feita sem o aspecto do sagrado. De acordo com o pesquisador, o mito descreve as "irrupções do sagrado do mundo (ELIADE, 1992, p.85-86)".

A partir dessas considerações teóricas, há de se observar como a literatura com referências a personagens negros e à mitologia iorubana acrescentam ao trabalho de um professor, seja em qualquer disciplina, mas com a ressalva de que se deve estar imbuído e disposto de que a implementação da Lei 10.639/2003 aconteça, nesses aspectos. A tudo isso exposto, permite-se estabelecer a importância dos dez anos dessa legislação que tem o dever de dá o devido respaldo a um profissional da Educação, inserido neste contexto de "macumba[62]".

De forma específica, a literatura constrói-se também,através desses gêneros do fantástico ligados à religiosidade. Em termos mais práticos, o autor Thomas Bulfinch, com a tradução de David Jardim, insere a ideia de que "As religiões da Grécia e da Roma antigas desapareceram. As chamadas divindades do Olimpo não têm mais um só homem que a cultue entre os vivos. Já não pertencem à teologia, mas à literatura e ao bom gosto (BULFINCH, 2006, p.13)". Observa-se que oriundo de deuses, a literatura tomou o apogeu da religiosidade e fez perdurar os seus ídolos mitológicos. Mais uma vez, convém relembrar que se as narrativas africanas ainda existem, é porque estão engessadas nas religiosidades afro-brasileiras.

À semelhança de tão conhecida mitologia grega e romana, apresentam-se os odus[63], versão da teogonia iorubá, com inúmeras narrativas do sagrado africano, que podem muito contribuir nos espaços escolares. Na estruturação de seus enredos, inserem-se personagens protagonistas que transgridem, através de ações que se desdobram, mostrando a sua forma humanizada portadoras de fraqueza e inquietações

---

[62] A primeira definição de Macumba que se encontra em qualquer dicionário é de: antigo instrumento musical de percussão, espécie de reco-reco, de origem africana, que dá um som de rapa (rascante); e Macumbeiro é o tocador desse instrumento. Exemplo do uso da palavra Macumba: Popularmente, a palavra **macumba** é utilizada para designar genericamente os cultos sincréticos afro-brasileiros derivados de práticas religiosas e divindades dos povos africanos trazidos ao Brasil como escravos, tais como os bantos, como o candomblé e a umbanda. Entretanto, ainda que **macumba** seja confundida com o candomblé e a umbanda, os praticantes e seguidores dessas religiões recusam o uso da palavra para designá-las. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/macumba/3086/, acessado em 14 de julho de 2014.

[63] Odu é um conceito do Culto de Ifá mas também usado no candomblé, interpretado no merindilogun, na caida de búzios. A palavra odu vem da língua yorubá e significa destino. Cada Homem (Ser) possui o seu destino, hora com passagem que se assemelham a de outros mas sempre com alguma particularidade. Isso é melhor compreendido com o estudo do Odu, pois odu é o destino de cada um. Para esse estudo são usadas diversas técnicas ou métodos, como por exemplo Cabalas, Oráculos, Merindilogun, Ifá, Ikin, ect. Retirado do site: http://umbandadejesus.blogspot.com.br/2012/04/odus-e-explicacoes-jogo-de-buzios.html, acessado no dia 02 de maio de 2014.

de vivência. Para tanto, assim como as religiões da Grécia e Roma desapareceram, e a sua mitologia perdurou, o mesmo pode acontecer com o preconceito arraigado na religiosidade afro-brasileira, que passa por momentos críticos em sua perpetuação.

V.4 Exu, orixá, entidade ou personagem controverso, longe ou perto dos holofotes da Educação?

Retoma-se, nesse momento, a epígrafe inicial da apresentação, um tanto atrevida, assim como o arquétipo do Exu, de Abdias do Nascimento, grande poeta engajado na luta constante na valorização do negro. A ousadia desse grande estudioso, que joga com as palavras, ao referir-se ao panteão negro que dialoga como recorte especial desta pesquisa, o mito mais polêmico, Exu.

Nessa hibernação milenar que se traduz em movimento, comunicação, traquinagens, todos os atributos análogos ao "jeitinho de viver do brasileiro", cabe muito bem a Exu e seu arquétipo[64] na ritualística. Observa-se, também que é, na religiosidade afro, o deus que mais se encontra perto da Terra, pois não existem intermediários entre a comunicação dos Orixás ao homem, e exu se encontra nesses espaços, e dialoga, diretamente, com o ser humano. Dentro desse contexto, atenta-se à riqueza metodológica que assinala nesses entremeios narrativos e que contribuiriam muito para enriquecer as aulas de literatura.

É importante esclarecer que a literatura mitológica negra, em que os panteões estão inseridos, é um recurso para captar o leitor a uma viagem a esse tempo sagrado dos Orixás e contextualizar a mitologia iorubá, com propriedade e respeito a Exu, deus africano demonizado, temido e menosprezado nas narrativas de obras infantis tais como *Eleguá*, de Carolina Cunha, Exu, livro infantil de Maurício Pestana e *Lendas de Exu*, de Adilson Martins, como também a narrativa cinematográfica relacionada à vida de Ailton Carmo que chegou ao cinema, *O Besouro*, o maior capoeirista de todos os tempos, que relata as riquezas culturais africanas. Para tanto, embrenhar-se nos enredos mitológicos desse personagem é quase que impossível nas escolas.

Isso implica dizer que numa educação inclusiva, o que se deve ter como parâmetro, também, é a desconstrução das visões preconceituosas e estereotipada dos mitos africanos que podem muito bem reproduzir as experiências cotidianas de valores sociais; entretanto, ao que se assiste são algumas bibliografias não aderidas, por puro

[64] Modelo, padrão, estigma

preconceito religioso. Firmando a base nesse pensamento, o escritor Alexandre Marques Cabral joga com as palavras quando ressalta que está na hora de acabar com essa guerra milenar e enfatiza ainda mais quando menciona:

> *"a estratégia a ser adotada não é outra senão a pacificação da guerra. Mas como? Favorecendo tanto a Deus quanto ao Diabo a dialogarem e "superarem as dissensões". A solução para o problema é tornar Deus e o Diabo comparsas de uma só caminhada. É difícil, pois eles já se odeiam há milênios. Não importa. Nossa tarefa é favorecer a amizade dos dois. Para isto precisamos pensar. Necessitamos lutar contra conceitos milenares que sempre nos levaram a ser instrumentos de perpetuação dessa guerra insana (CABRAL, 2012,p.22)".*

Enfatizando ainda mais, o filósofo Flusser ressalta que "O diabo é possivelmente imortal, mas certamente surgiu em dado momento. Ele nada na correnteza do tempo, quiçá a dirige, ele é histórico no sentido estrito do termo (FLUSSER,2008. p.21)". Nessa leitura, percebe-se que essa alcunha milenar vem impedindo Exu e que livros que remetem ao seu mito permanecem nas prateleiras das bibliotecas escolares, por causa das urdiduras dos fios dessas histórias. A proposta do autor é que, numa leitura, pode-se domesticar os preconceitos, e quiçá, vermos o demônio como o lado que todo ser humano tem: a maldade, a cobiça, a desunião, além de outros adjetivos. Particularmente, ele poderia ser até um antagonista que se penetra normalmente em uma história qualquer, senão fosse tão julgado assim, por longas datas.

Emergindo nessa onda demoníaca, recorre-se mais uma vez à explicação de mito por Mircea Eliade, quando o trata como uma história sagrada que se perdeu na história de vida do homem. Dentro deste cenário sagrado, revelam-se mistérios cujos personagens não humanos passam a deuses ou grandes guerreiros invencíveis. Suas histórias fizeram-se no Tempo e aludem ao fato de que uma vez dito ou revelado, tal mistério passa a ter a característica de verdade absoluta (ELIADE,1992, p. 84 e 85).

Pontilha-se, portanto, que os ensinamentos desses heróis, na maioria das vezes, educam e ressaltam os valores que permeiam na sociedade.

V.5 Considerações finais deste capítulo

Assim, diante dessas considerações, fazem-se esforços para a reconstrução das identidades afro-brasileira, por um retorno à divulgação dessa cultura primeva. Por essas vias, a recuperação cultural, seja em seu aspecto social, seja principalmente no religioso, faz-se necessária, e é iminente. Por esse viés, rever as Áfricas, de modo que sejam observadas todas as fraquezas da colonização, as perseguições racistas do

passado em que o processo de branqueamento da população estava em voga, enfim, apresentar o que não foi inserido nas escolas brasileiras tem sido um desafio que vai além do que se tenta ressignificar.

As culturas emergentes, as que tentam contra a cultura nacional advinda com a diáspora em que se envolve o panteão dos Orixás, sentem-se, a todo tempo, ameaçadas pelas forças místicas da religiosidade dos panteões africanos. Percebe-se o grau de intolerância e a tentativa de dominação de indivíduos humildes. Na verdade, esses dominadores religiosos não se dão conta da diversidade e fazem da hibridização um fenômeno totalmente insensato, não respeitando a sua origem. Não mesclam as culturas religiosas com o devido respeito ao outro, e sim tentam sobrepor a sua como a melhor, a mais certa. A partir disso, invadem os locais, inclusive as Áfricas, entrando como imigrantes nos terrenos dos outros, trazem o seu particular, o seu ideal religioso, como o certo, elaborando uma apoteose de suas crenças e ressaltando o espectro demoníaco religioso desses panteões, dizendo ser só a sua religiosidade, a certa. A consequência disso tudo é que assistimos ao extermínio de mais uma religiosidade.

Pensa-se, então, na permanência dessa cultura até os dias atuais pela religiosidade da Umbanda e do Candomblé. Por esse viés, faz-se necessário a construção de muralhas defensivas por indivíduos engajados na causa. A alternativa não é impor nenhuma religiosidade nas salas de aula, mas enfatizar o retorno ao “pertencimento cultural” (HALL, p.45, 2009). Como se não bastasse a estratégia do colonialista em ter inserido o colonizado como um indivíduo sem herança, formou-se um vazio cultural, porque foi-lhe extirpado a sua tradição. Mais uma vez, Hall ratifica quando diz que “As culturas nativas, deslocadas, senão destruídas pelo colonialismo, não são inclusivas a ponto de fornecer a base para uma nova cultura nacional ou cívica (HALL, p.54, 2009)”. Urge e sugere-se que se faça algo a respeito dessa tentativa de cair no esquecimento uma cultura tão importante e tão rica. Por esse viés, estão inseridos, também, a cultura indígena, que muito contribuiu para a formação étnica do povo brasileiro.

Visto assim, não se pode deixar de retomar, mais uma vez, os fragmentos de Abdias que fora de seu contexto poético, facilmente e confunde-se com a voz de adepto ou sacerdote de religiosidade afro, confirmando a imagem de que estudar, ler e conhecer literatura, muitas das vezes, perpassa o acadêmico e se volta ao sagrado quando invoca o Universo nas carteiras escolares.

Entretanto, poderia, também, dependendo do que o professor faz com esse conjunto de versos de Abdias do Nascimento, observar de que modo faz chegar aos alunos, simplesmente, na expectativa de funcionar como elo entre gerações "pós-modernas", a sua forma de sentir e se relacionar com o mundo, e essa fala viva que vem de um passado diaspórico, inteiramente impregnado do presente. A percepção com o sagrado seria apenas uma das decorrências do contato desses leitores com o restante do poema, mas não com tanta importância, a ponto de tocar na crença que os alunos trazem consigo. Há de se perceber que a experimentação do aluno defronte ao universo exuriano, com um mundo em que ler mitologias é se encontrar com valores e resgatar os tempos imemoráveis em que os *griots* apoderavam-se dela, de modo sagrado e iniciático, com a única intenção de dar conselhos e vivificar sua cultura, para que se perdurasse em todas as aldeias africanas.

Diante do que foi exposto pelos pesquisadores, ressalta-se o processo de rememorização dessas lendas iorubanas que corroboraram a sua estadia, durante várias gerações ligadas ao povo do santo. Constrói-se, então, a memória do orixá polêmico, Exu que, segundo uns desprovidos de sabedoria desses deuses, é o mais maligno de todos.

Nesse percurso desviante, longe ou perto dos holofotes da educação, surgem adeptos da religiosidade de matriz africana, atualmente, mais esclarecidos do que no passado, e têm a tarefa de desconstrução dessa visão preconceituosa dos deuses africanos. Retoma-se o dito acima, para enfatizar que se não fossem os religiosos de matrizes africanas, com suas oralidades nas cantigas e no trato religioso, quiçá a cultura religiosa dos deuses de África não seria mais reconhecida. Enquanto houver umbandista, candomblecista haverá a perpetuação da cultura religiosa africana, que se lute, então, pela perduração dessas religiosidades.

Capítulo VI - A luta é infinita, amor à Educação é a chave das respostas

> *Quem forma, se forma e ré-forma ao formar, e quem é formado, forma-se e forma ao ser formado (Paulo Freire, 1996).*
>
> *"Eu estou aprendendo sobre a religião do outro, para respeitar o direito que ele tem de ter a própria religião. Eu não vou me converter em outra religião, ao aprender sobre aquela religião, ao conhecer aquela religião, ao contrário, eu vou respeitar para aprender, para conhecer melhor para desmistificar preconceitos, falas errôneas. É isso que eu falo para os meus alunos" (Prof. Mauro).*

Este capítulo, em verdade, traz a pesquisa que consistiu em entrevistas junto a cinco professores da Rede Municipal de Macaé, de modo que se obtivessem informações acerca de como implementaram a Lei. Escolheu-se uma escola de Macaé[65], por ser um espaço em que a Lei 10.639/2003 é ressaltada com quase frequência, e não só em dias festivos da cultura afro-brasileira. Partiu-se, então, para entrevistas feitas no gravador com os profissionais daquela instituição de ensino. Desse modo, optou-se por criar nomes fictícios aos entrevistados, de modo a não passarem por nenhum constrangimento futuro.

Como dito, no início dessa pesquisa, se for pesquisar qual o colégio de Macaé que tem envolvimento com a Lei 10.639/2003, em dias não festivos somente, ter-se-á que gastar muito tempo para encontrar tal instituição. A intenção não é granjear aplausos para esse colégio, e sim, através das falas dos educadores, de um exame pormenorizado, o suficiente para que não se acresça, ainda mais esses estudos, buscar reflexões tecidas por esses profissionais, de modo que possam contribuir com outros educadores engajados nesses conceitos, a experiência vivenciada naquele espaço. Em particular, trazer à tona o objeto de estudo desse trabalho: a mitologia africana, e lá, pode-se dizer que ela fez parte desse processo de implementação da Lei.

Na verdade, sabe-se que nesse espaço tem seus temas modificados a cada ano no Setor Cultura, divisão dada a cada equipe de projeto, nem sempre a mitologia ou o racismo é tão enfatizado, mas esses assuntos perpassam por outros, em alguns momentos. Portanto, não deixa de cumprir com a Lei, entretanto, observou-se, através das entrevistas, que nem todos aderem ao projeto, os que na verdade, envolvem-se são alguns profissionais militantes no assunto, que anseia por ver essa legislação acontecer, talvez, por serem negros, o que contribui ainda mais para essa ação.

[65] Optou-se por não identificar a escola nessa pesquisa

VI.1 O Colégio escolhido do Município de Macaé

Trata-se de uma uma escola que oferece ensino médio, e serve de campo de ensino, pesquisa e extensão, voltada para o desenvolvimento de diferentes práticas pedagógicas e atividades de estágios dos alunos dos cursos de licenciatura em educação das instituições conveniadas.

O colégio possui um Projeto Político Pedagógico que visa ao atendimento de qualidade no serviço público de Macaé. Essa escola tem como um de seus objetivos calcificar os parâmetros de igualdade seja no sentido racial ou no enfrentamento a qualquer outro tipo de preconceito. Para tanto, tem como prioridade o fomento ao comportamento ético, como seu ponto de partida, no sentido de reconhecer os deveres e direitos de uma cidadania. Para tal destreza, salienta-se muito bem ao critério humanístico contemporâneo em seu currículo de estudos, de modo que se reconheça, se respeite e se acolhe a identidade do outro, e principalmente, dê ênfase a uma solidariedade, que está cada vez mais difícil entre o corpo discente. Com esse intuito, prevê-se que este espaço está sempre ligado a reinvidicações políticas de ações afirmativas, reparações, valorização de histórias, culturas assim como identidades, o que formalizam os objetivos deste trabalho.

Como se percebe, o objetivo primordial desta pesquisa é observar se houve alguma escola do município de Macaé que enfatizou a mitologia dos Orixás iorubanos em seu currículo pedagógico, pois é muito mais fácil aderir o tema do racismo, quando se quer do que ministrar os deuses iorubanos, e essa escola foi a indicada para tal ação.

O corpo docente é formado por professores do quadro efetivo do magistério da Prefeitura Municipal de Macaé, selecionados através de currículo e entrevista. Eles trabalham em regime semanal de 16 tempos de 50 minutos cada, sendo 12 de tempos em sala de aula e 04 tempos em atividades pedagógicas diversificadas como reuniões e estudos. A equipe de docente é formada pela maioria de Mestres.

Sabe-se, também, que o corpo discente é composto por mais ou menos 140 estudantes, dos quais 80% são provenientes da Rede Municipal de Macaé e 20% provenientes de outras instiuições privadas, municipais e estaduais. Através de uma pesquisa feita pelo setor cultural em março de 2010, quando o Colégio tinha 70 alunos, constatou-se, conforme interesse desta pesquisa, que 56% declararam-se pardos e 23% negros e 15% brancos. Destas especificidades, destaca-se uma importante, 97%

declararam-se não racistas[66]. O corolário desta constatação é que se faz necessário ministrar, também, o tema do racismo dentre outros presentes no engajamento da aplicabilidade da 10.639/2003. Na verdade, o perfil desse corpo discente funciona como sujeito a aprendizagem na medida em que participa do processo de construção do saber, da discusão do fazer e do repensar o próprio saber.

Curiosamente, a matriz curricular do Ensino Médio desse colégio se divide em uma parte diversificada que são as disciplinas obrigatórias e uma base comum nacional que se divide em três setores curriculares: **Trabalho,** que está imbuído nas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Educação Física e Artes; **Cultura,** que tem inseridas as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia; e **Ciências,** (grifos originais do documento do colégio) que tem as seguintes disciplinas: Física, matemática, Química e Biologia. Portanto, o compromisso dele é estar no século XXI, promovendo uma educação à altura das exigências da nova sociedade.

VI.2 Um andaime da escrita

O contato inicial aos meandros dessa instituição deu-se nas reuniões pedagógicas dos professores. Precisava-se convencê-los de cooperar, mesmo porque sabiam que a pesquisa envolvia o embate de *Lendas de Exu*, a mídia e ainda o processo no Ministério Público. Com relação a esse ponto, era preciso cautela e convencimento, consequentemente, confiança no pesquisador. Entretanto, devido a profissionais engajados no enfoque do racismo, não foi obstáculo algum. Nesse contato, não se usou o gravador, apenas a argumentação oral por parte do entrevistador. O autor Jorge Eduardo Aceves Lozano, 2006[67], explica:

> *" a história oral é concebida como instrumento de apoio, para e em função somente da trama teórica à qual se confere mais valor e consideração. Pelo seu caráter subjetivo (grifo do autor), os depoimentos orais são considerados em segundo plano e são utilizados na qualidade de ingrediente atrativo, fácil de digerir ou consumir (LOZANO, 2006, p.23)".*

Partindo dessas reflexões do autor, entende-se que as entrevistas gravadas seriam subsídios para a escrita, na verdade, um andaime, um ponto de apoio para que não se deixasse perder nenhum detalhe. A primeira visita a campo, aconteceu nas

[66] Fontes oriundas do colégio estudado
[67] . Na obra "Usos & abusos da história oral, 2006, já na sua oitava edição, as autoras organizadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, retirado do artigo "Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea"

dependências do Colégio, no horário de atividades pedagógicas dos professores, os quais se reúnem para a troca de experiências profissionais.

Em conversa descontraída com os professores Mauro, Flávia e o coordenador de área, Pablo, professores envolvidos no setor Cultural do colégio, descobriu-se que, nos anos de 2011 e 2013, a cultura africana foi enfatizada, porém, de acordo com os educadores, a Lei 10.639/2003 é aplicada durante todo ano letivo porque o projeto original do Colégio está baseado nesta legislação. Por ora, valia ressaltar que era aquele o caminho, o lugar de pesquisa.

Faz-se necessário enfatizar que os projetos pedagógicos são encaminhados à Direção e existe um relatório anual das atividades que foram colocadas em prática referente à Lei 10.639/2003, como também registros fotográficos e filmes dessas culminâncias[68] que, no caso, recebe o nome de "Amostra Cultural". De acordo com os docentes, a concepção de inclusão está no currículo da escola, e enfatizam que a questão do racismo tem que está, sistematicamente, em Sociologia, História e Filosofia, além de outras disciplinas do currículo. De tudo o que foi feito até o momento, a Lei foi exaltada em profundidade em 2011, quando tiveram como temas, o índio e o negro. Em 2012, trabalharam o tema oriental e 2013, a diversidade, em 2014, pretende-se ministrar a diversidade da América Latina no que tange a imigrações, o que certamente, envolverá a participação da mestiçagem brasileira nesse contexto. Ainda ressaltaram que em 2015, voltarão à temática do negro e do índio. Como foi dito anteriormente, a Lei é enfatizada bienalmente, entretanto, não se deixa de mencionar a caminhada do negro e do índio e de outras diásporas pelo mundo.

A importância desse primeiro contato deu-se para se ter uma base do que buscar, onde e com quem buscar os pormenores do início da pesquisa, de modo que o objeto a ser estudado pudesse ter um encaminhamento. A autora Rosália Duarte dá notabilidadea importância de:

> *"registrar o modo como são estabelecidos esses contatos, a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, o grau de disponibilidade para a concessão do depoimento, o local em que é concedido (casa, escritório, espaço público etc.), a postura adotada durante a coleta do depoimento, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz etc., tudo fornece elementos significativos para leitura/interpretação posterior daquele depoimento, bem como para a compreensão do universo investigado (DUARTE, 2002, p. 145)".*

[68] Esse material foi fornecido pela professora Daiana e encontra-se no final desta pesquisa

Os primeiros contatos foram favoráveis à continuidade de ir outras vezes a esse espaço no futuro, e partir para uma melhor estratégia de trabalho, de modo a saber dos meandros de como se dava a prática desses projetos voltados à Lei 10.639/2003. Empenhou-se, então, em começar as entrevistas nos meses de março e abril de 2014, nas novas dependências dessa instituição de ensino, para um exame mais pormenorizado.

A linha da pesquisa que se seguiu foi a qualitativa, por ser mais adequada ao objeto desse estudo. A autora Mirian Goldenberg alerta para que não se perca numa pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Sua preocupação concerne em se perder num caminho extenso a que essa categoria propõe. Enfatiza que a finalidade da pesquisa é descobrir regularidades ou Leis, sem julgamentos prévio do pesquisador nem tão pouco o seu envolvimento com preconceitos e suposições. (GOLDENBERG, p.17, 2011). Dentro dessa reflexão, através de pesquisa de campo de caráter qualitativo,esses estudos tiveram como objetivo mapear e analisar as práticas pedagógicas do CAP. O estudioso Pedro Demo ressalta:

> *"a informação qualitativa é, assim, comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que duas condições sejam satisfeitas: do ponto de vista do entrevistado, ter a confiança de que obteve o que procurava ou de que realizou a proposta (DEMO, 2001, p.30)."*

Por esses vieses teóricos metodológicos, a pesquisa qualitativa é de suma importância nesse trabalho, pois estabeleceu um diálogo reflexivo entre teoria e objeto de investigação, de modo que apontou estratégias futuras para modificar o preconceito enraizado na cultura dos currículos escolares, em que só dá ênfase à cultura do branco que passou por cima de outras culturas, que contribuíram para construir essa terra chamada Brasil.

O instrumento usado, primeiramente, foi o gravador, depois a reescrita fidelíssima da gravação. O que se espera é a neutralidade na escrita por parte de quem entrevista, como também, não perder nada do que foi falado pelo entrevistado.

Esse recurso de gravação foi muito importante para que não se perdesse a fala do outro e os pormenores escondidos nela. Marília Amorim ressalta a interferência que esse *outro* abrange num texto científico, exemplifica o assunto com a influência de um mito grego, Dionísio, pertencente ao mundo helênico, que mostra como é que se deve sentir o problema do outro. Comparado aos estereótipos[69] dados a Ogum[70], da mitologia

[69]características
[70] Minha observação, ao ler sobre Dionísio na obra da autora

africana, esse deus grego branco Dionísio, é guerreiro e tem a condição de estrangeiro, ao chegar a um lugar, quando o desbrava (AMORIM, 2004, p.52). Seguindo, ainda, o conceito de se transportar ao problema alheio, a autora propõe que:

> *"a alteridade do 'descobrir-se outro' ou do 'descobrir o outro em mim', que aqui nomeamos como dionísica, possa estar presente no texto científico de outro modo além daquele admitido por Lévi-Strauss. Para ele, essa ocorrência é apenas um princípio de estranhamento, um pressuposto a partir do qual o trabalho da conceptualização se realiza. As marcas que o 'outro' deixa na pesquisa, instaurando uma crise, transformando-a e obrigando-a a falar de outra maneira, apagam-se atrás do conceito (AMORIM, 2004, p.79)."*

A partir dessas considerações, um texto, seja ele referente ao estudo de campo, ou seja, de pesquisa, passa a ser uma "produção de saber" e, com isso, não importa os conceitos defendidos de quem o escreve, pois há de se respeitar o conceito do *outro* e traduzi-lo exatamente do jeito que fora construído.

Por conta disso, recorda-se o que William J. Goode e Paul K. Hatt quando diz que "é importante anotar pormenores durante as primeiras fases do trabalho de campo, pois mais tarde muitos desses pormenores tenderão a ser incluídos entre os esperados e os supostos (1977,p.162)". A partir dessas considerações, a escrita das entrevistas e dos questionários abordados com os devidos profissionais deram enfoque ao trabalho de educadores comprometidos, como também servirá de exemplos para muitos profissionais, que poderão seguir os caminhos trilhados por quem realmente está imbuído na implementação da Lei 10.639/2003. Tais ações evidenciaram vestígios que podem servir de clareira para debates e interpretações futuras, sejam boas ou ruins, o importante é buscar caminhos para se falar da religiosidade temida, por falta do trato acadêmico.

Por essas vias, pretende-se, a partir deste momento, analisar os conteúdos e costurar a fala do sujeito pesquisado com o texto teórico, resultante das pesquisas feitas em que se apresenta o momento da fala de outrem, com o conceito do pesquisador. Neste trabalho, há de se perceber que se embrenham a fala do entrevistado e a fala teórica de quem escreve o texto. Pode-se entrever que é através das pesquisas que o sujeito pesquisado ganha voz e, consequentemente, conhece-se a realidade resultante delas. Para corroborar tal assertiva, Antônio Joaquim Severino, 2007, ressalta:

> *" interpretar', em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a*

> *fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor (SEVERINO, 2007, p.59)".*

O autor destaca ainda que essa etapa é a mais difícil, pois o olhar com excesso de subjetivismo de quem escreve pode esbarrar na conclusão de sua pesquisa e ocasionar riscos na escrita, mas não é o que se espera aqui, uma vez que a fala do entrevistado é colocada com profundidade" à mercê de quem duvidar do dito. O modo de como conduzir essa pesquisa dar-se-á, *a priori*, apresentando os profissionais envolvidos no projeto da Amostra Cultural desse espaço educacional.

Pablo[71] que atua desde 2010, e como profissional de Educação, desde 2004. Considera a sua formação de professor em relação às questões étnico-raciais, da seguinte forma:

> *"como eu fiz Ciências Sociais e graduação de mestrado em Ciências Sociais na UERJ, a impressão que eu tenho é que essas discussões estão mais que colocadas. No final da década de 90 e começo de 2001, alguns professores já traziam a questão, mas acredito que ela esteja mais institucionalizada, [...] eu acho, de transição de entre não falar nada e começar a falar alguma coisa."*

Ao questioná-lo em relação à sua etnia, diz considerar-se negro até por uma questão política, como também ser sua mãe negra.

Outra profissional envolvida na entrevista foi a professora Flávia que atua nesta instituição desde 2011, e como profissional da Educação, desde 2004. Ao indagá-la como considera a sua formação de professora em relação às relações étnico-raciais, respondeu:

> *"na faculdade, na parte de licenciatura propriamente dita, nas disciplinas pedagógicas, não senti muito teoria a própria discussão da Lei. Fiz a faculdade entre 2005 e 2008 então, pouco tempo, comecei dois anos depois da Lei, mas não senti muito debate sobre isso, fiz na UFF. Lá tem um grupo, que fiquei conhecendo, sozinha, passava pelos murais e via atividades daquele grupo, comecei nas palestras deles, PENESB[72], faculdade de Educação na UFF, e lá eles tinham uma discussão, até anterior à Lei, sobre a questão de cota, ações afirmativas, sobre a própria questão da escolarização das pessoas negras, formação de professores negros, eles tinham um trabalho já consolidado sobre o tema e com a Lei, eles só vieram a reforçar.*

[71] Lembrando mais uma vez que todos os nomes inseridos nos escritos desse texto são fictícios

[72] Penesb - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira - É um espaço de educação continuada para profissionais docentes sob a temática "Educação para as Relações Étnicorraciais", que além do debate teórico sobre a temática racial, busca, sobretudo, orientar ações para a transformação do cotidiano escolar, visando aplicar a Lei 10.639, bem como atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (Parecer 003/2004). Disponível em: http://www.uff.br/penesb/index.php/quem-somos. Acessado em 20 de junho de 2014.

> *Depois de formada, fiz um curso de extensão com eles, também. Mas na Educação, na parte formal, não vi muita coisa. [...] Então, na parte de História, acho que a minha formação foi muito importante da parte da Lei, agora, na formação pedagógica, foi mais indireta, [...]"*

Ao indagá-la em relação de como se considera do ponto de vista étnico, diz considerar-se negra até por uma questão política, também, e que vem de uma mistura racial, sua mãe é branca e seu pai é negro e se considera negra. Diz que nunca se identificou como mulata, moreninha, e que isso a incomodava muito. Depois que fez a faculdade, então, se identificou de vez como negra. Ressaltou que "a educação é essencial para que se assume a identidade verdadeira."

Mauro atua desde 2010, atua como professor desde agosto de 2004. Ao pergunta-lhe sobre a questão étnico-racial, em sua formação, respondeu: "Não tive nenhum tipo de discussão voltada a essa temática, nem nas matérias pedagógicas, nem na parte de didática, da específica de geografia, em nenhuma delas, foi tratado esse trabalho de África. Estudei na UFF".

Em relação a seu ponto de vista étnico racial, disse que até adolescência definia-se como uma pessoa mestiça, e não se conseguia ver, a partir de uma ou outra coisa; a partir da Universidade, por sua tomada de consciência, definiu-se de vez como negro. Disse ter feito isso por dois motivos: por questões políticas para que as pessoas vissem-no e se reconhecessem na história dele e de seus parentes, de seus antepassados, de sua avó. Disse ter sido criado numa casa, numa família que só ouvia música negra, pagode e *black* negra americana e nunca ouvia música branca e sempre se via mais próximo culturalmente dos negros, não na questão da religião, mas nas questões culturais, mais próximo do que as dos brancos.

O professor Ivan atua no colégio estudado desde 2010, e na Educação há quinze anos.

Ao questioná-lo se estudou conteúdos ligados à relações étnico-raciais, respondeu: "Não vi nada. Na minha formação? Se for falar, especificamente, do trato da Lei, eu não vi nada". O profissional se formou na UFRJ. Em relação à sua etnia, respondeu:

> *"do ponto de vista, como assim? A minha cor? Ah, isso aí, particularmente, não gosto de responder nesse sentido, porque eu nem saberia dizer o que que seria, né, poderia ser a cor branca, do que é a tradicional, mas acho essa pergunta um tanto quanto difícil de responder porque isso implica em várias outras questões, implica em separações, porque você vê muito mais o conjunto do que separada questões de raça, de gênero, acho muito complicado. Sempre senti*

> *dificuldades para responder essa questão. Até porque se eu for te responder pela minha família tem uma certa mestiçagem, que diz não negra...quem não tem no Brasil... então [confuso]. Minha ex esposa é negra, minha filha, então, então... para mim fica muito difícil, então eu preferia ser brasileiro, porque implica ser miscigenado, não a nível de cor de pele, mas pela questão cultural mesmo, por ter influência de todas essas culturas".*

Apresenta-se, neste momento, o último entrevistado em relação ao corpo docente, o profissional Edvaldo que atua nesses espaço de educação desde 2010, começou seus trabalhos junto a sua inauguração. Em relação à sua formação e às questões ligadas às relações étnico-raciais, diz se ver, totalmente contextualizado com essa situação. Enfatiza a necessidade de leituras para trabalhar a temática de maneira diferenciada porque as demandas são outras e insiste:

> *"agora, na minha formação eu tive abordagens na graduação que fiz na FAFIMA[73]. Na graduação, eu tive essas abordagens na Literatura africana. Na pós graduação, que também fiz aqui na FAFIMA, uma delas, nós tivemos uma disciplina chamada Literatura Africana que a gente trabalha, especificamente, a situação. Tratamos de toda a abordagem do negro como atuante, do negro como personagem, a gente trabalhou isso direcionado quando fizemos isso na Faculdade. No caso, trabalhamos com texto de José Craveirinha, de Mia Couto dentre outros autores."*

Em relação a como se define pelo ponto de vista étnico-racial diz ser negro, "essa questão de falar que é pardo, particularmente, eu sempre me defini dessa maneira, embora respeite o direito dos outros acharem, mas eu sempre coloquei assim, e sempre me inclui nessa situação".

VI.3 Racismo e Lei 10.639/2003 caminham como um mal e um remédio

O tema do racismo foi o foco da gravação, naquele momento. Questionou-se se os educadores haviam assistido a algum impasse em suas aulas, e como eles resolviam a situação. Cada profissional tem a sua história para contar, principalmente aquele que carrega o fenótipo do negro consigo. Deve-se aproveitar o campo em que esse ambiente de troca se estabelece e partir para reflexões profícuos em relação ao tema do racismo.

[73] A Fundação Educacional Luiz Reid – FELR, entidade fundacional de direito privado de teor sócio-educacional e cultural, tem sede e foro na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, com estabelecimento principal situada à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro nº 200, centro, no Município de Macaé. Disponível em: http://www.fafima.br/, acessado em 20 de junho de 2014.

A partir disto, entra em cena o apoio legislativo, a Lei 10639/2003 que não é, somente, uma conquista de dez anos.

O professor Pablo diz que percebe o racismo em sala de aula, através de piadas nos apelidos, mas nunca passou por nada mais grave em relação a seus alunos.

A professora Flávia disse que ao apresentar o filme "Amistad[74]", numa cena em que mostra desde que os negros saíram do continente africano até a parte em que jogavam as pessoas no oceano e presenciou os alunos falarem "olha lá o macaco, igual a fulano", "ih, só tem preto nesse filme". Enfatizou que quando entrava uma parte em que:

> *"eles iam pro porão e era tudo escuro, o filme começa a ficar todo escuro, e você só costuma escutar as vozes e começa a ficar com medo, não entende as línguas, aí eles todos ficavam muito quietos e ali aquilo tudo parava e no final do debate sempre rendia. Aqueles alunos que ficavam fazendo sempre gracinhas falavam: nossa professora! Isso teve mesmo, era assim?"*

O mestre Mauro, ao ser questionado sobre o tema, disse ter vivenciado um momento em que um aluno falou "fulano é uma escuridão" e aquilo o incomodou, pois um era pardo, e outro bem negro. Então, insistiu em apaziguar os ânimos, não sabendo se realmente estava correto, se a atitude que o tomava era a certa, disse: "eu não sei por que você está fazendo isso, você também é negra, você é negra, olha o seu cabelo, olhe como você é, você acha que você é branca, eu sou negro também". Naquele momento ele insistiu ainda mais em se colocar como negro, "eu sou negro, fulano é negro", e apontar para cada um na sala que era negro. Surpreendeu-se com o próprio racismo de uma escola que predominava negros. Disse ter sido bem radical "todos aqui são negros, tem parentes negros, de repente, aqui, só fulano, só fulano, que não tenha um pé, que não tenha os dois pés na África, mas o restante, todos...".

O educador Ivan disse que a princípio não se lembrava de ter vivenciado o racismo no ambiente escolar: "posso estar enganado, porque senão eu saberia porque ficaria muito incomodado com essa questão do racismo, não só na escola, mas, [...]

---

[74] Um filme realizado por Steven Spielberg, e com roteiro escrito por David Franzoni. A história remonta ao ano de 1839 e é baseada em factos verídicos que ocorreram a bordo do navio *La Amistad*. O filme relata a luta de um grupo de escravos africanos em território americano, desde a sua revolta até seu julgamento e libertação. Através desta trama de forte conteúdo emocional, é possível conhecer as condições de captura e transporte de escravos africanos para os trabalhos na América do Norte, a máquina jurídica americana de meados do século XIX e o germe das primeiras medidas para a abolição da escravatura naquele território. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Amistad, acesso em 21 de junho de 2014.

senão eu lembraria porque é uma coisa que absolutamente ... eu não compartilho e não gosto".

O professor Edvaldo mencionou um fato que não ocorreu em sala de aula, mas exatamente com ele mesmo. Numa escola do interior, ele estava no portão, recebendo os alunos e também os professores. Então, uma mãe veio procurar o diretor. Então, ele pediu-lhe para aguardar um pouco que já iria providenciar, já iria chamar o diretor e atendê-la, que de certa forma, era ele mesmo. Quando foi atendê-la e quando falou que era o diretor, notou surpresa em seu olhar, que não deixou claro se foi por ele ser negro, mas no momento em que se dava o diálogo entre os dois, teve toda a clareza de que era por esse motivo.

Em relação à ocorrência de tratamento pejorativos aos alunos negros é um dado antigo realizado no espaço escolar, que vem passando de geração a geração, evidenciando, assim, a existência do antagonismo racial no cotidiano escolar. Vale ressaltar que a escola tem sido o espaço de reprodução desses acontecimentos que geram sofrimentos para as crianças de fenótipo negro e tem como consequência a construção de uma identidade negativa. Essa é a reprodução do padrão da sociedade hemogênea que ainda não deixou de ocupar os bancos das escolas. Pode-se encontrar tais argumentos no texto de Eliane Cavalleiro, 2001, para fins de reforço do dito, quando a autora afirma:

> *"ao se achar igualitária, livre do preconceito e da discriminação, muitas escolas têm perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças. Sabemos não ser tarefa apenas da educação a transformação da sociedade. Mas esperamos que ela acompanhe as transformações sociais e as mudanças históricas (CAVALLEIRO, 2001, p.147-148)".*

Diante do exposto, percebe-se que a escola, com seu ideário racial, se opôs aos movimentos de resgates que pretendiam erradicar a violência contra os negros e a falta de oportunidades igualitárias aos brancos. Não obstante, não de dava conta de que nada mudava para transformar esse ambiente irônico de alcunhas. Na verdade, trata-se de uma violência do passado que trouxe consequências para o presente das crianças negras, como também para indivíduos que não têm oportunidades de ascensão junto aos brancos, em relação a cargos e salários, assim como, o embate aos estereótipos causados às pessoas de pele negra.

Sintomaticamente, racismo e Lei caminham como um mal e um remédio. Ela propôs transformações, mas, infelizmente, não são aderidas por todos educadores.

Para tanto, existe uma necessidade de se fazer debates calorosos acerca dos temas relacionados a ela. Consequentemente, esse compromisso desemboca da boa vontade de quem não está inserido no contexto, ou seja, branco ou negro.

A intenção dessa legislação é refletir o verdadeiro *ethos* cultural brasileiro, mostrar o oculto. Diz-se que ela é obrigatória, mas as autoridades não se dão conta dessa demanda de obrigatoriedade. Ironicamente, a impressão que se tem, na verdade, pelos educadores envolvidos no espaço em que essa obrigatoriedade poderia se dá, é que nada se fiscaliza, nada interessa, mesmo por que é uma legislação ligada à oportunidade que poderia ser dada ao negro. É um trabalho hercúleo que será resolvido, somente, se tiver interesse dos Órgãos competentes e educadores interessados. Na verdade, é um total descaso por parte das Secretarias de Educação e outros órgãos afins. Nesse caso, pode-se dizer que está havendo uma omissão, por parte, também, do agente educador, pois se sabe que muitos educadores, ainda, desconhecem essa legislação. Vale-se dizer que houve melhoras, mas que poderiam ter muito mais transformações, se todos se envolvessem de verdade. É factível dizer que o professor carrega uma grande força de persuasão, quando bem estruturado aos temas de defesa aos afrodescendentes.

VI.4 A Lei 10.639/2003 só na Amostra Cultural, ou em todo ano letivo?

O professor Pablo disse que o cumprimento da Lei é um processo de construção, que vem sendo construindo, nas dependências do colégio. Não afirma que o colégio já tenha consolidado, mas que vem buscando construir isso. Por ele ser da área de humanas, que contempla sociologia, filosofia, então, é mais fácil de engendrar os temas relacionados à Lei. Entretanto, que não tem certeza em relação a outros setores. Disse que sempre procura integração com outros setores, mas não tem como afirmar nada a não ser de seu trabalho:

> *"a gente procura, além da amostra da diversidade étnico racial, contemplar nos nossos planejamentos de cursos, eu, por exemplo, como professor de sociologia, procuro trabalhar com eles, já nos dois anos, isso é matéria do 2º ano, a questão do racismo e a origem do racismo, o etnocentrismo e o processo colonizador, o mito da democracia racial, Gilberto Freire, a gente trabalha "Casa Grande e Senzala", vemos bem a proposta do Freire para problematizar dados de pesquisa e acesso a mercado de trabalho e acesso à Universidade, por exemplo. Ou seja, isso eu posso falar mais especificamente da minha matéria, no caso de Sociologia, procuro trabalhar com isso, mas*

> *no aspecto mais geral, é através da Amostra de diversidade étnico racial, isso é através de um conjunto de professores".*

A professora Flávia disse que a Lei veio num bom momento que, na área de História, sempre ouve dizer: "oh, você tem negro aqui como escravo, [...] e não tem mais negro em todo País? "Prossegue e tece informações de que nenhum professor de História que reflita um pouco consegue negar que a Lei trouxe um avanço quanto a forma de se perceber como o negro era retratado na historiografia e no próprio livro didático. Entretanto percebe muito uma "resistência Lei, por parte dos professores de Língua Portuguesa, História e Artes e uma resistência de várias formas porque acha que é mais trabalho, [...] uma resistência por falta de informação, que essa é facilmente solucionada [risos]". Prossegue dizendo: "olha, a formação está aqui, agora adapta isso a seu mundo, à sua prática".

Não obstante, passou a informação de que o colégio da pesquisa possui disciplinas eletivas e, que nessas, ela aproveita para aplicar a Lei com afinco. "A média das eletivas é com 25 alunos no máximo ou 20 no máximo. Eles são obrigados a fazer três eletivas no tempo em que estiverem na escola, os três anos, e a escola já tem muita coisa para oferecer". Continua dizendo que "São 120 alunos para escolherem entre dez ou doze disciplinas eletivas". Prossegue e ressalta que a Lei não deve ser implementada somente através de projeto:

> *"*"acho que a Lei é muito mais que isso, a Lei é cotidiano". *No setor cultura a gente tem um projeto. Um ano a gente está voltado para a questão étnico-racial, então, índios, negros e influência africana no Brasil. No outro ano, tem um tema livre que já foi além do Ocidente, que a gente estudou, principalmente, sociedades asiáticas, mas vemos também alguns trabalhos sobre a sociedades africanas e esse ano, vamos fazer sobre a América Latina, eu por exemplo, já tenho dois temas que são os negros na Argentina e os quilombos em outras partes da América. Colocamos todo ano, mas depende da nossa seleção, no ano que passou foi "Além do Ocidente", eu cheguei a colocar "Movimentos de Libertação dos agentes africanos", mas ninguém escolheu esse tema, então, ele não saiu. O professor de Sociologia colocou a questão da mutilação feminina, num País africano específico, que agora não me lembro o nome, e aí esse tema foi escolhido, falou-se sobre a questão do Islamismo, os lugares que praticam a mutilação feminina nos Países africanos. Esse ano, vou colocar os negros na Argentina, em Cuba, na Jamaica, mas só vai entrar se os alunos escolherem porque a gente põe mais temas que grupos. Eles decidem o que vão estudar. A gente sempre acaba colocando pelos estudos próprio de cada professor, mas só vai acontecer se os alunos escolherem, mas ela é colocada quando se fala de étnico-racial do Brasil".*

O educador Mauro disse que o colégio está muito próximo de implementar a Lei em seu cotidiano, desde que todos os educadores se apropriem disso. “Ela aborda, ela discute, ela trabalha a temática, falta a escola inteira se apropriar em outras áreas, não só no setor cultura mas se apropriar nos setores também, só isso.” O professor Ivan complementou dizendo que ele está implementando, e explana:

> *“efetivamente acho que é difícil para saber o quanto a ação é efetiva. A Amostra eu sei que é uma ação efetiva. Agora, se entender a Lei alguma coisa que tem que ser no conteúdo curricular, talvez, [confuso] então eu tenho que perguntar para o professor de Português e de Artes”. De História, acredito que sim. Artes, eu também vejo o professor trabalhando com máscara africana. Então, mais especificamente, português, mas se a gente for entender a Lei como alguma coisa, você pode trabalhar, não engessadamente, sim, já implantamos sim”.*

O professor Edvaldo comentou somente acerca do Setor Trabalho, por ser coordenador do mesmo, diz que conversa com seus professores com frequência e continua sua explicação:

> *“ainda temos muito que arrumar bastante coisa, de maneira coletiva, para que funcione melhor, não vou mentir, a gente não tem essa coisa, vamos dizer assim urgente, mas não é uma coisa que seja essencial, por termos uma escola que trabalha a interdisciplinaridade. A gente tem consciência que tem um Setor que aborda isso com validade, em todo momento [confuso], mas nós trabalhamos, do jeito que falamos com você, de uma maneira transdisciplinar, procurando, sempre, tirar o máximo que pudermos e focarmos nesse contexto, a minha preocupação essa. Mas posso te garantir que todos nós fazemos esse tipo de [...] não é uma abordagem, eu já falei, nomeada, mas é uma abordagem interdisciplinar”.*

Sabe-se que muitos movimentos sociais para a cultura de diversidade têm contribuído muito para uma sociedade consciente com desejo avassalador de recuperação da cultura brasileira. O que se pretende é resenhar a história do Brasil, com a Lei 10.639, inserindo-lhe os conceitos perdidos das manifestações artísticas dos negros, como também dos indígenas.

A escola brasileira tem grande oportunidade de remediar essa recuperação, de modo a refletir, fiel e favoravelmente, no *status quo*, e tentar transformações na formação de educadores e educandos brasileiros. Além disso, o compromisso dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas universidades, que têm trazido grandes oportunidades indispensáveis aos temas dos currículos e das opções de pedagógicas no trato da transmissão cultural em respeito a essas diversidades, é de grande importância.

Para tanto, falsa ideia de democracia racial que existe no Brasil direciona a acreditar que as questões culturais ainda estão por se alinhar no que diz respeito à liberdade racial relacionado à etnia negra, contribuinte na formação da cultura brasileira. Acredita-se que as mudanças não devam ser difíceis, a partir do ângulo de quem as querem fazê-las. O brasileiro deve despertar para o reconhecimento de seu DNA, aquele que o negro deixou na construção da etnia brasileira. O processo de amalgação étnica brasileira põe em ênfase o jeito africanizado, não só na cor escura da população, como também no ritmo da ginga, nos rebolados das danças, da culinária, da religiosidade, dentre outros aspectos culturais.

A Lei pretende refletir o verdadeiro *ethos* cultural, através de transformações oriundas, principalmente na Educação e propõe mudanças, contudo não menciona inclusão de conteúdos na escola. Com habilidades oriundas de sua própria profissão, cabe aos professores analisar o modo de como se dá isso, para tanto, é através de aberturas, dentro do próprio planejamento que o educador pode inserir os conceitos dos negros, como também o estigma do racismo. Não se precisa ministrar conteúdos à parte de sua disciplina e sim delinear, inserir, ter a boa vontade de se atualizar, estudando conteúdos que não foram ensinados na Graduação, em todo o trajeto de sua formação.

No que diz respeito ao foco dessa escrita, não tão somente os movimentos externos à Educação devem efetivar movimentos à valorização das religiões de matriz africana, tais como: passeatas na Orla de Copacabana[75], como também outros movimentos de recuperação que tentam romper com o embasbacado processo demonizador atribuído a elas. A Lei 10.639/2003, ratificando, tem dez anos, e com ela, nos dias atuais, existem muitas publicações. Entretanto, nos inícios de seu lançamento havia um certo apelo à publicação de material, pois os que circulavam eram somente nas obras dos Movimentos negros, que estão tomando formas à espera de olhos de educadores engajados em suas capacitações profissionais.

---

[75] Cerca de 2 mil pessoas participaram, na Praia de Copacabana, na Zona Sul, da Sexta Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, promovida pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR). O objetivo dos participantes era mostrar que, independente do credo, o bom convívio entre cidadãos é possível. O evento foi pacífico. Candomblecistas, umbandistas, evangélicos, católicos, wiccas, espíritas, bahá'ís, judeus, muçulmanos, seguidores do Santo Daime, budistas e ciganos estavam entre os participantes. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/cerca-de-dois-mil-participam-de-caminhada-contra-intolerancia-religiosa-em-copacabana-9875578, acessado em: 22 de junho de 2014.

Alguns educadores ainda resistem nessa oportunidade de remediar esta situação, não se atualizando nos conceitos culturais dos negros. A escola é espelho do racismo, é a falta de auto estima das crianças de fenótipo negro, a erradicação da pobreza, fenômenos que precisam, urgentemente, serem recuperados pela não resistência da maioria dos professores que são omissos e coniventes com a meritocracia dos brancos. É preciso que os educadores tornem-se práticos, que deixem de utopias, de parasitismo curricular eurocêntrico. Há de se elaborar debates mais intensos e qualificados, na esfera educacional, desde a infância, e principalmente, na formação de educadores Há de se trazer para perto os educadores desatualizados e dispersos ao problema do racismo, para que se faça uma luta conjunta. Não importa quais as cores étnicas inseridas nesse contexto: brancas, amarelas ou negras.

VI.5 Como se dá o apoio dos gestores do espaço pesquisado?

O professor Pablo disse que seria muito fácil para um educador se encontrasse gestores que dessem tanto apoio como os daquele colégio, “você pode ter até igual, mas eu acho difícil, no sentido de deixar trabalhar, no sentido da confiança, eu acho isso fundamental, ouvir, podemos dizer que naquele ambiente de educação, a relação com a gestão é bastante horizontal, no sentido mais pleno da palavra mesmo[...]”

A professora Flávia argumentou que é preciso que o diretor aceite a ideia proposta pelo educador, mas que também cabe ao coordenador acompanhar mais de perto as ações, que ocorrem em cada disciplina.

O professor Mauro enfatizou que tem autonomia muito forte e que a diretora dá liberdade para desenvolver os projetos e acrescenta:

> “ela só vai interferir se ela achar que precisa desenvolver algum tipo de questão específica, mas não vai interferir, não vai limitar, não vai cercear a nossa visão, e dá apoio total ao nosso trabalho, e inclusive, dando apoio à questão como essa, de levar a discussão para outros setores, ela concorda e apoia essa questão”.

VI.6 O autoritarismo de uma direção

Como se viu, a tarefa da escola de hoje não é reproduzir conteúdo e sim contribuir para o desenvolvimento dos educandos no que tange a habilidades,

inteligências diversas e atitudes democráticas, para tanto, a liberdade dada ao professor para essa nova visão, dada pelos gestores da escola, na certa, é fundamental.

A direção deve criar oportunidades de integração entre educadores, educandos e comunidade, para tanto, a conivência, a liberdade dada aos professores na elaboração do Projeto Político Pedagógico faz-se necessária, por parte do gestor escolar. Cabe ressaltar que esses conceitos estão amparados na Constituição Federal do País que somada Lei de Diretrizes e base da Educação, como também o Plano Nacional de Educação[76]. Dessa forma, o autoritarismo de uma direção só oportuna transtornos para emancipação do trabalho do educador. Na verdade, alguns gestores apoderam-se de seus cargos para levar ao seu ambiente de trabalho a continuidade de sua crença, de seu autoritarismo que lhe sobe ao pensamento por possuir domínio do ambiente escolar.

Para conhecimento de muitos, o oportunismo de cargos políticos vem assombrando a colocação de alguns gestores sem capacidade de ocupar o espaço de direção de uma escola, e tomando a vez de profissionais engajados na construção de uma escola mais libertadora, com perfil democrático, emanando grande arcabouço teórico pedagógico. O que se percebe, também, é a falta de engajamento do educador-gestor em se atualizar, adquirindo mais conhecimentos pedagógicos, para lidar com situações do dia a dia do cotidiano escolar. Com relação a esse ponto, profissionais com mentes abertas ao novo, à liberdade racial e de crença, são educadores-gestores inseridos no contexto de busca de mais informações de novos conceitos relacionados à liberdade de criação de novos modelos pedagógicos vinculados à sociedade.

Na verdade, não cabe ao gestor só estar presente na escola, mas ouvir, entender, estar aberto a novas tendências educacionais de renovação. Com efeito, deve-se tentar mudar o estagnado, que causa desiquilíbrio na escola, e estar atento às diferenças de etnias, de credos, da classe social, enfim, de todo envolvimento da vida de seu público discente. Nessa perspectiva, a democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessita de ações, de práticas que possam corporificá-la.

---

[76] Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, 09/01/ 2001). Na CF no Cap. III que se intitula “Da Educação, da Cultura e do desporto” o Art. 206, VI afirma “gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII – “garantia de padrão de qualidade”. A LDB/96, no Art. 3º. Item VIII reafirma tal idéia, utilizando os termos: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art. 12, item VI). Disponível em: http://www.rieoei.org/deloslectores/2420Borges.pdf, acessado em 22 de junho de 2014.

Em particular, o diretor não deve ter como a sua palavra, a única, a verdadeira discussão deve ser coletiva, transparente e pacífica. A escola pertence a todos, pais, alunos, professores, profissionais pedagógicos, de limpeza, enfim, é pública, e não pode ter o apoderamento por parte de um só diretor.

Não obstante, tenta-se, por interessados, práticas de fortalecimento de inclusão e democracia nos espaços desses ambientes culturais, o engajamento profícuo na implementação de conceitos relacionados à diversidade cultural brasileira. Retomando, neste momento, o objeto desses estudos, ao longo do percurso dos docentes, há de se comprometer com o fortalecimento da escola pública como parte de um bem social e possibilidade de exterminação de intolerâncias voltadas à religiosidade africana, por falta de conhecimentos de essa estrutura cultural oriunda do continente africano e a inclusão racial que, por muitas vezes, já foi ressaltada nesses escritos.

Segundo Rosa Maria de Carvalho Rocha, 2009, em sua obra “Pedagogia da Diferença”, as escolas passam por algumas fases para inserir em seu contexto a inclusão racial em seu ínterim pedagógico. A primeira fase é a da "invisibilidade" em que a escola se anula perante a tantos acontecimentos midiáticos, tais como o caso Claudia, mulher que foi carregada por policiais na caçamba de um carro, dos jogadores que são golpeados a bananas no campo, o caso do juiz que não considera as religiosidades de Umbanda e candomblé como religiões e infinitas, enfim, discussões recentes oriundas dos meios de comunicação. Sob estas perspectivas racistas, quem deixa de aprender a se defender são os estudantes negros que se omitem em participar de uma sociedade mais atuante no engajamento do extermínio do preconceito racial.

A segunda fase elaborada por Rocha é a da "Negação " caracterizada pelo mito da democracia racial. Partindo dessas reflexões, que vêm permeando esses escritos, a todo momento, a estudiosa relembra que mesmo após a Conferência de Durban[77], esse fantasma ainda permeia os solos brasileiros. Na verdade, são histórias alijadas nos livros escolares, na mídia e que continuam insistindo que a imagem do Brasil é a de um país que todos vivem em harmonia racial e tem os mesmos direitos na sociedade. Dentro desse contexto, um ideário de igualdade do branco, negro e índio, e o pior de

[77] **“**Ao acabar os horrores da segunda guerra mundial, os autores da Declaração Universal pelos Direitos Humanos, emitiram o desejo de o mundo nunca mais fosse testemunha de persecuções fundadas sobre a origem racial e enunciaram que cada um, sem distinção de côr, de raça, de sexo, de idioma o de religião, poderia se recomendar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância associada, que se organizou em Durban na Àfrica do Sul em setembro 2001, constituiu uma ocasião para se concentrar nas etapas práticas para lutar contra o racismo e editou recomendações para combater os prejuízos e a intolerância (Revista Iberoamericana de Educación ISSN: 1681-5653 n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008, Maria Célia Borges Dalberio
Disponível em: http://pt.abolitions.org/index.php?IdPage=1181738751, acessado em 21 de junho de 2014.

tudo, esse fenômeno está inserido entre os educadores que têm dificuldades de reconhecer o que se passa a seu redor nos bancos da escola, ou que não notam os racismos que envolvem seus alunos por não estarem inseridos no contexto preconceituosos que envolve o brasileiro de pele negra. A autora retoma um antigo assunto, o trabalho da escola somente em dias festivos relacionados ao negro e questiona se a escola é mesmo capaz de cumprir o seu papel pedagógico no embate ao racismo enfrentados na contemporaneidade.

Considerando, ainda, a abordagem da estudiosa, eis a terceira fase, a do "Reconhecimento" em que professores engajados nesse processo fazem da escola um espaço de luta contra o racismo e, mesmo sem saber como fazer, alguns profissionais envolvidos se abrem de modo benéfico a criar estratégias para abordagens teóricas relacionadas. Envolvidos em projetos que remetem à expressão cultural das raízes e matrizes africanas, datas comemorativas e começam a se inserir no contexto de democracia. Neste momento, relembra que a escola é o *locus* importante para discutir esses embates, mesmo porque ali se encontram vários adolescentes de variados fenótipos, com religiosidades contrastantes entre eles, espaço com regras e que as ensinam para convívio democrático participante com a diferença.

Costurando esse viés de fases, surge a quarta fase é chamada pela autora de "fase do avanço". Trata-se da verdadeira função da escola de desempenhar-se como agente transformador de sociedade, em que se trabalha a autoestima do aluno negro ao seu pertencimento étnico, o reconhecimento das diferenças. Para tanto, a pesquisadora questiona e preocupa-se na inserção de elevada média de escolas neste contexto, neste embalo de avanço. Relembra acerca dos dados estatísticos que comprovam que a exclusão não é só herança do passado e sim construída ao longo do tempo. Discursivamente, além desse questionamento, insere outro relacionado aos educadores, insiste que os educadores fiquem atentos às marcas identitárias de seus discentes. Algumas impressões rodeiam os espaços escolares dos gestores e dos educadores que se devem questionar que tipos de estratégias, que caminho a trilhar, como prosseguir com essa luta com uma sociedade com diversidade étnico-racial e cultural (ROCHA, 2009, p10-16).

Considerando as abordagens bastante peculiares de Rocha, que responde a essas questões, em "Pedagogia da Diferença" da seguinte forma, "além de ultrapassar a política da oferta de vagas, garantindo o sucesso escolar para todos, deverá se pensar em concretizar uma proposta de currículo que visualize positivamente a realidade

brasileira [...] (ROCHA, 2009, p.17)". Nesse sentido, à linha de pensamento da autora, uma simples sentença insere em todos os contextos na legislação vigente acerca da história e resgate do negro na sociedade brasileira. Não obstante, há de se alinhavar que muito se avançou para sair dessa invisibilidade, negação e avança-se, paulatinamente, nestas questões.

VI.7 Iniciativas da cidade de Macaé: mudou um prefeito, mudou um secretário já se muda tudo

Parte-se, neste momento de gravação, para o questionamento acerca do apoio oriundo da Prefeitura de Macaé, em relação à implementação da Lei.

O professor Pablo diz que "o problema de 99% dos municípios nas políticas públicas elas são pensadas no sentido de governo e não de Estado, isso já é problemático. Mudou um prefeito, mudou um secretário já muda tudo". Enfatizou que isso prejudica muito as políticas públicas por não adquirirem uma continuidade. Diz acreditar nos cursos de capacitação de docentes. Diz que um município deve criar facilidades para atualizar os professores na Lei e que o município é que ganha com isso e acrescenta:

> *"me preocupa muito essa concepção: "você tá dando um curso para o professor" (ênfase), "mas o professor vai te dá um retorno" (emoção). Então, isso é investimento, então às vezes a gente sabe que existe, eu sei disso, pois já fui diretor, que existe dificuldade de liberação do professor para fazer essa qualificação".*

Na concepção do educador, esse diálogo deve ser construído, sem pressa. "O passo fundamental é a capacitação dos profissionais, pensar na cultura, como promover eventos que promovam a difusão de manifestações, trazer essas práticas para o cotidiano da cidade".

A professora Flávia disse ter trabalhado em algumas escolas privadas que contratavam pessoas para darem palestras. Para tanto, enfatiza que esse trabalho existe tanto nas escolas estaduais como municipais e continua sua explanação:

> *"mas eu acho que essa lei, como ela é uma lei de baixo para cima, não é de cima para baixo, não é uma Lei que surgiu na cabeça do Lula ou ele fez. É uma lei com resultados do Movimento Negro, principalmente, dos anos 70 para cá. Então ela é uma lei que veio de baixo para cima, só por isso eu não acho que é uma lei que tem muito grilhão".*

A docente insiste que a Prefeitura e os Órgãos gestores, de uma forma geral, deveriam muito mais que cobrar a aplicação da 10.639, na verdade, deveriam dar subsídios para que a aplicação fosse feita. Enfatiza que se deveria valorizar mais o professor, para que ele tenha tempo de pensar o seu trabalho e não ser somente um simples reprodutor da Educação que vai repetir o que aprendeu há vinte anos atrás. Acrescenta sua fala dizendo que deveriam ter Centros Culturais que contemplassem essas questões, Bibliotecas equipadas, que mandassem livros para as escolas, e ter grupos de teatro e espaços que pensem sobre os temas relacionados à Lei.

O professor Mauro pensa que a prefeitura poderia promover formações continuadas nas escolas. Insere o "NEEDE[78], por exemplo, se ele fosse mais equipado para poder oferecer a ir às escolas e realizar cursos e palestras com os professores, isso é uma ideia". Segundo o docente, a prefeitura deveria promover mais eventos, não somente na época do 15 de novembro, mas ao longo do ano. Pondera que deveria dar mais visibilidade com verbas para ações nas escolas, pelas ONGS, por outros setores. Continua esse diálogo, "A Secretaria de Educação tem que acompanhar isso mais de perto, tem que ter reuniões com as OP[79]s, os setores responsáveis por isso na SEMED tem que ter reuniões com os setores". Na verdade, Eduardo acha que se esse órgão governamental deveria questionar como a Lei está sendo tratada, se existe algum impasse para não estar sendo divulgada por todos educadores, e questionar, também, se os diretores estão apoiando o corpo docente de sua escola, se as Orientadoras pedagógicas estão envolvidas em projetos da Lei. Ele insiste:

> *"eu acho que tem que ter um acompanhamento sistêmico, senão a gente vai sempre está dependendo de ações individuais, consciências dos professores, da boa vontade da comunidade, da relação da comunidade...por exemplo, Botafogo[80], a escola que trabalhei, isso era muito forte, a questão da Lei, o evento mais importante do Colégio Municipal Botafogo, assim como o Engenho da Praia, é o dia 20 de novembro, o evento máximo da escola, onde eles participam, cantam, dançam a cultura negra na escola".*

Através de dados da "Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão – órgão vinculado à Prefeitura de Macaé", segundo o autor Luiz Fernandes de Oliveira, 2005, refletiu que a cidade do petróleo sofreu mudanças na economia, como também, na área da Educação. Para o autor, "Desde 1997, quando contava com cerca de 16 mil alunos

[78] Núcleo de Estudos de Educação Étnico- Raciais, criado por mim, em 2011, na FUNEMAC- Fundação Educacional de Macaé, a qual ainda atuo como coordenadora desse projeto.
[79] Orientadoras pedagógicas
[80] Escola da Rede Municipal de Macaé

na rede pública, Macaé teve uma escolaridade em massa, tornando a cidade conhecida pela grande quantidade de vagas existentes nas escolas municipais (OLIVEIRA, 2005, p. 87)". As estatísticas do passado, na certa, sofreram alterações com dados aumentados nessas vagas nas escolas.

Vale apenas voltar ao passado de Macaé com o escritor Carlos Marchi,2008, com intuito de deixar registros nesses escritos um pouco de sua história. Relembra-se, nesse momento, a maldição de Mota Coqueiro, a partir do enforcamento injusto desse fazendeiro, que lançou praga que o município sofreria cem anos de atraso, começou-se assim, essa sina. Resume-se em naufrágios nas cidades litorâneas no tempo em que se havia frágeis embarcações, "[...] Mais supersticiosos que nunca – até porque tinham uma razão notória para temer a força do além, os macaenses achavam que suas costas tinham a marca do diabo (MARCHI, 2008, p.269)". Pouco depois, uma epidemia de cólera-morbo em Campo de Goytacazes, deixou sequelas em Macaé, dentre outros males, até que "Ninguém se deu conta, no entanto, de conferir o fim da maldição e seus desdobramentos. Ela aconteceria silenciosamente e projetaria Macaé como um dos pontos estratégicos da economia brasileira (MARCHI, 2008, p.284)". Consequentemente, de município rural passou a, com a chegada da Petrobrás, em 1978, ser o principal polo de desenvolvimento Norte-Fluminense. Retomando o autor Luiz Fernando de Oliveira:

> *"à luz das primeiras análises sociológicas sobre a questão étnico-racial em Macaé [...], seguindo pesquisas de Cesar Rocha da Costa, sociólogo e professor da Rede Municipal, afirma que "[...] os níveis de escolarização, alfabetização e frequência escolar na Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão revelaram muitas questões e, no caso em análise – a questão das desigualdades étnicas – apontam e confirmam, nossas indagações quanto à exclusão de afrodescendentes e seus níveis baixos de participação frente à produção branca (OLIVEIRA, 2005, p. 88-107)."*

Acresce-se que muitos órgãos de pesquisa vêm proporcionando o entendimento das desigualdades contra os descendentes africanos, e trazendo a desconstrução da democracia racial, e o município de Macaé está inserido neste contexto, pois, através de uma pesquisa não muito longínqua, percebe-se a necessidade de mais envolvimento pelos prefeitos, Secretaria de Educação e órgãos ligados à Educação, em ações mais profícuas, em relação à Lei 10.639/2003, e outras demandas afins.

Não obstante, sabe-se que existe uma Hierarquia política, e se o Município de Macaé, através de trocas de governo, vem se esquecendo, ou não dando conta da

importância dessa legislação, cabe, então, à Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial promover tais envolvimentos.

Partindo das reflexões da pesquisa feita por Oliveira, é notável que em todo o "universo" a presença do negro é extrema, pois não há de se esquecer dois importantes fatos: de que o continente mais antigo é o africano e as ostensivas diásporas ocorridas aos arredores do mundo em que se buscavam, à força e ferro, as mãos de obras desse continente. Consequentemente, um esvaziamento intenso da riqueza braçal africana.

Ao tratar do "Mítico ao Real de África", Carlos Moore, em seu livro "A África que incomoda", 2010, chama a atenção para a necessidade dos deportados africanos manterem uma África viva que fora arrancada deles. O autor caminha sua reflexão ponderando que se necessita de uma nova abordagem metodológica para o continente de cinquenta e três países, com infinidades de problemas. Neste sentido, os seus escritos trazem à tona o que muitos alunos e professores desconhecem em relação a esse continente. O que distingue a África é ser o "berço da civilização brasileira", lugar onde tudo começou, o princípio.

Por outro lado, Eliane Cavalleiro (2001), em seus escritos de defesa à afrodescendência, cita Elisa Larkin Nascimento, cujo artigo "Educação e Identidade afrodescendente" menciona que "Na discussão da formação do povo brasileiro, há ricas e detalhadas referências às diversas origens culturais europeias, enquanto do negro, diz apenas que veio de África como escravo". É certo que não há referência às altamente desenvolvidas civilizações antigas africanas, transmitindo-se a ideia de que a civilização "universal" constitui o monopólio do Ocidente (Cavalleiro,2001, p.118)."

Segundo, ainda, Moore, o que se infere, através da sociedade, é a correlação da imagem de África à demonização relacionando à inferioridade dos africanos, por terem sido escravos ao redor do mundo. Há de se informar nas escolas, que foram vários séculos de escravatura e que começou bem antes da escravidão feita pelos europeus, antes do século IX d.C.

Neste sentido, dados importantes são percorridos pelo autor quando diz que, antes disso, o Oriente Médio e a Ásia Meridional já havia feito **dezenas de milhões** de africanos escravos. Através deste ato de escravidão, descendentes dessa ação brutal encontram-se hoje, espalhados em "todo o Oriente Médio, na Turquia, no Irã, no Paquistão, no Afeganistão, na Índia e no Sri Lanka (MOORE, 2010, p.53, apud JAYASURIYA & PANKHURST, 2003). Na verdade, foi uma grande **diáspora asiática**. Postula-se, pelo estudioso, que o Paquistão e o Afeganistão desconhecem, inclusive, a

sua origem e o espaço de onde vieram seus antepassados, a sua herança genética oriunda do continente africano, **há mil e trezentos anos** (negritos do autor) (MOORE, 2010, p.55).

Para alguns educadores não ligados à área de História, principalmente, pensa que o fenômeno da diáspora deu-se apenas em solos brasileiros, a dimensão é extensa e muito importante para se entender como os negros foram grandes participantes de construções de Nações e não são reconhecidos, através desse valor, dentre outros aspectos culturais que os envolvem.

Moore segue a sua linha de raciocínio se perguntando por que tamanha troca desigual de pessoas jovens sãs, "capital precioso", foram negociados por quinquilharias sem valor comercializadas no Oriente Médio ou na Europa, tais como bebidas alcóolicas, bíblias, e um aglomerado de doutrinários do Islã ou missionários. Isso significa dizer que houve uma relação comercial desigual, que tem consequências atuais na África (MOORE, 2010, p.58-60).

Retoma-se os escritos de Cornel West em "Questão de raça" (1994), que é enfático quando, ao se referir à entrada do africano no Novo Mundo, ressalta com classe, o fenômeno do niilismo[81] como algo não recente na América. Refere-se à luta do negro contra a degradação e a desvalorização em sua condição de escravo, a falta de esperança, de propósito e amor caíram sobre os negros e esse fenômeno ainda ocorre nos dias atuais. "A ameaça niilista encerra uma profecia que se cumpre justamente porque foi feita: sem esperança não pode haver futuro; sem propósito não pode haver luta" (West, 1994, p.31).

Dentro desse universo de informações, mais uma vez traz à lembrança, o ano de 2003, em relação à implementação da Lei 10.639 e de suas respectivas diretrizes, tais como o seu Parecer[82]. Essas documentações estão bem claras em relação às demandas dos movimentos que a sociedade reinvidica acerca da etnia negra, principalmente nos bancos escolares. Mesmo após dez anos de sua existência, assiste-se a poucos docentes envolvidos na temática. Com este intuito, quando faz referência

[81] Niilismo é uma doutrina filosófica que afirma um pessimismo e ceticismo absolutos perante qualquer realidade possível. Consiste na negação de todos os princípios religiosos, políticos e sociais.

[82] Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1° do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf, acessado em 20 de junho de 2014.

à Vera Lúcia Candau, em seus textos, Nilma Lino Gomes[83] enfatiza que existe uma crítica em relação à Lei e continua sua explicação:

> *"há até mesmo aqueles que a chamam de autoritarismo do Estado e, outros, de racismo às avessas [...] é importante refletir sobre o que essa lei representa no contexto das relações raciais no Brasil e, sobretudo, no momento em que as ações afirmativas começam a fazer parte do cenário nacional, extrapolando os fóruns da militância negra e dos pesquisadores interessados pelo tema. Essa reflexão é um caminho interessante para ponderarmos sobre os limites e as possibilidades da lei, suas implicações na formação de professores e professoras e na sala de aula (CANDAU, 2009, p.69)".*

Tentando compreender todo este processo, assiste-se a um envolvimento demasiado dos profissionais da Educação para enfatizar o trato da diversidade sociocultural nos currículos escolares, entretanto, espera-se um maior envolvimento na capacitação dos envolvidos neste processo, principalmente dos Órgãos competentes do Município de Macaé. Para tanto, há de se ter um comprometimento maior nas histórias alijadas dos livros e bancos escolares no que diz respeito à participação do negro na construção da sociedade brasileira, basta de se passar uma imagem de país harmonioso em suas relações raciais, através de uma falsa democracia racial.

VI.8 Religiosidade - o grande calcanhar de Aquiles da abordagem da 10.639/2003 – esse colégio driblou essa situação

As raízes culturais afro-ameríndia-europeia estão vivas nos os indivíduos formados etnicamente por essas três nações. Por isso, o educador é um sujeito livre para deliberar, prever e antecipar as consequências de suas atitudes em abordar o tema das religiosidades afro-brasileiras, pois esse é o principal embate, atualmente. Questionou-se como eles abordavam esse tema.

O professor Pablo diz que "não tem como falar da cultura negra e não falar, por exemplo, nas religiões, isso aí talvez seja o grande calcanhar de Aquiles da abordagem na escola". Diante do exposto, segundo o sociólogo, através desses embates, muitas vezes, encontram-se dificuldades com a comunidade, com o aluno e com os professores. Acredita ser uma questão de geração, de longo prazo, para ser solucionada. Diz que a escola deveria inserir o tema e continua sua explanação:

> *"desde pequenininho, isso é objeto de pesquisa, prefiro nem entrar falar sobre isso, "o que você vai trabalhar na formação infantil ?" acho*

[83] Extraído do artigo "A questão racial na escola: desafios colocados na implementação da Lei 10.639/2003".

> *que não estaria preparado para propor nada , mas acho que é algo que você tem que pensar e discutir, acredito que se não tiver um investimento maciço de formação continuada dos professores de primeiro segmento, qualquer iniciativa se torna muito mais difícil, não digo que isso seja impossível, pois fazemos isso aqui, mas se torna mais difícil porque você já está na fase dos quinze anos, você já foi socializado dentro de certos valores, de certas linhas de pensamento de concepção de mundo, que é difícil você romper, não é impossível".*

Quando lhe foi questionado acerca do envolvimento de deuses nos trabalhos daquela instituição de ensino, disse que a melhor pessoa para responder a esta questão seria a Flávia, porque em seu projeto a educadora teve grandes resultados. O professor acrescenta:

> *"se eu tivesse que situar, historicamente, dentro do colégio, diria que no ano passado, foi o ano em que pudemos contemplar esta temática dos Orixás, é assim, muito importante, isso muito favorecido pela chegada dos alunos que são do candomblé, eu acho que ela te responderia melhor, a gente está num processo de análise nossa, enquanto profissionais, enquanto corpo docente, coordenação de setor, para ver até que ponto essa temática foi internalizada pelos alunos, para desconstruir certas concepções, pois aqui, nós temos aqui, um grupo de alunos evangélicos e a gente, pelo menos no cotidiano, não percebe mais comentários intolerantes, que eram percebidos, talvez, há três anos atrás. Acho que essa pesquisa deve ser feita, que seria legal conversar com os alunos, até que ponto, não só a abordagem da amostra nesse sentido, de trazer essas temáticas para eles, mas até a chegada de dois alunos adeptos da religião afro-brasileira, acho que seria interessante[84]".*

O professor Mauro é evangélico; em relação ao questionamento da temática religiosa na Amostra Cultura, respondeu que:

> *"como é cultura geral, orientei o trabalho em 2011, sobre a questão da culinária africana e esse ano, orientei dois trabalhos, uma de a discussão sobre a feijoada e uma discussão sobre a influência da relação da culinária baiana, em relação daquele trabalho... você não chegou a ver, não é? Da culinária baiana, que eu orientei, foi um trabalho de choque, busquei o choque, fui eu quem quis, foi uma proposta minha, e o grupo abraçou e fez, e foi incrível, com a ajuda do Marcos[85], nosso assessor para assuntos da religião afro, foi incrível, ele que deu assessoria para montar toda aquela questão. A gente fez o seguinte: a gente trabalhou a importância da Cultura Negra na Bahia, o artigo está dentro desta perspectiva[86], A Cultura Negra, A Influência Negra na Culinária e a Religião [...] por fim, quando ia se falar sobre a importância da religiosidade na culinária, entrava na sala fechada e quando entrava, tinha um assentamento para um Orixá da comida, daquela que eu pedi para fazer. Então não me lembro agora para qual*

[84] Essa pesquisa já foi feita por mim, esperando outra oportunidade para ser contextualizada.
[85] Aluno candomblecista
[86] Refere-se ao artigo produzido pelos alunos

> *foi, mas foi para um orixá do xinxin de galinha[87]. Foi feito um assentamento para quem oferecer essa comida, e aí, antes, eles comiam a comida, as pessoas, e depois eles viam aquele Orixá da comida".*

Ao questionar-lhe se toca em religiosidade quando se fala na culinária dos negros da diáspora África-Brasil, o mesmo respondeu que teve que tocar no tema nas duas vezes em que trabalhou a culinária africana. Na primeira, quando fizeram o bobó de camarão como forma de degustação e enfatiza:

> *"dessa Amostra agora, foi mais forte, foi mais profunda, a pesquisa, foi mais densa, foi melhor que 2011, o trabalho, de melhor qualidade, porque a gente já sabe como orientar, a gente tem mais experiência. Na 3ª Amostra foi um trabalho mais profundo, com mais bibliografia, com mais detalhes, com assessoria dos alunos da religião, isso nos ajudou muito a fazer um trabalho extremamente mais rico e isso nos mostrou muito essa questão dessa relação e dessa cultura que existe entre religião e comida, no caso da Bahia, a gente fez isso com mais clareza, a gente estudou mais essa questão".*

Partindo dessas reflexões, ao se comentar acerca de sua religiosidade pentecostal, se esse fato incomodava-o, respondeu:

> *"eu estou aprendendo sobre a religião do outro, para respeitar o direito que ele tem de ter a própria religião. Eu não vou me converter em outra religião, ao aprender sobre aquela religião, ao conhecer aquela religião, ao contrário, eu vou respeitar para aprender, para conhecer melhor para desmistificar preconceitos, falas errôneas. É isso que eu falo para os meus alunos".*

Sob esta perspectiva religiosa, segue a fala do professor Edvaldo, não mais diretamente, sobre a religiosidade em seu todo mas, neste momento, buscou-se, devido às circunstâncias da conversa, o tópico da mitologia africana. Para tanto, acredita-se que o professor não havia ministrado nada em relação às lendas africanas, ou até mesmo não havia se envolvido nesse trabalho da Amostra. Não obstante, ele trouxe de sua experiência um conceito próximo relacionado ao assunto e diz:

> *"é uma situação complexa. Os alunos de uma outra escola foram convidados para assistirem no SESI a uma peça, chamada "Feijoada". [...] A personagem principal entrou para começar a apresentação. Ela veio vestida a caráter, aquela negra, aquelas negras idosas, cantando aquelas músicas relacionadas aos escravos, mas na verdade, não eram escravos, eram negras. E como eles foram preconceituosos, eles falaram: "Nossa, é macumba, eu não quero ver isso não!" E quando eles começaram a se expressar, foi uma aceitação bacana. Mas eu queria explicitar isso para a gente ver o quanto é difícil trabalhar com essas questões que estão entranhadas no negro, da macumba, do*

[87] O Xinxim é uma comida típica dos rituais do Candomblé e de outras religiões afro. O Xinxim é uma comida para o Orixá Oxum.

> *negro, em sala de aula, fazendo algo diferente, produzindo, sendo um negro protagonista da história".*

Segundo o educador, existe uma necessidade urgente de demarcação desses conceitos, através da literatura africana com todos os seus mitos e suas histórias. Acrescentou que tem procurado inserir esse conceito em suas aulas e que também conversa com outros profissionais, e diz que a Lei dá margem para isso.

VI.9 O caso da Serra de Macaé teve influência nesta Amostra?[88]

O professor Pablo disse que acompanhou o caso *Lendas de Exu*, através dos noticiários e comentários dos alunos, mas acredita que não se deva contemplar, somente a Lei e sim a parte de Direitos Humanos. Enfatiza que procura, de qualquer jeito, contemplar o que a Lei vem dizendo em relação à Educação, 'eu particularmente não veria essa influência'.

O professor Mauro, com exortação, responde que: "A Flávia trabalhou *Lendas de Exu*, e você sabe alguma coisa desse trabalho?". Disse saber da história desde o início, ou seja, desde o momento que teve a questão. Complementou dizendo que assistiu à apresentação dos alunos coordenados pela professora Flávia, mas que não teve participação, somente na hora de dar a nota geral.

O professor Edvaldo disse nunca ter ouvido falar do assunto.

VI.10 Abram alas, pois a Umbanda passou lá

Alinhava-se, neste momento, por estas linhas religiosas, o trabalho do Colégio de Aplicação e percebe-se que o Setor Cultura, composto pelos professores entrevistados consiste em implementar a Lei 10.639/2003, através de diferentes olhares, em que a etnia negra está envolvida, de modo disciplinar, sem nenhum envolvimento religioso ou de doutrinação.

Segundo a educadora Flávia, um ano dedicam-se às questões étnico-raciais, a influência dos negros e índios no Brasil, no início da colonização; em outro ano, um tema

[88] Entrevista minha disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=E7smRjWAa7M, que usaram para elaborar os trabalhos do CAP, acesso em 21 de junho de 2014.

livre, assim como as sociedades asiáticas; neste ano, estudam a América Latina, mas sempre com um olhar voltado aos negros, na Argentina e em Cuba. Através de disciplinas eletivas, são os alunos que escolhem o que querem estudar. A educadora disse que tratam de cada assunto, de acordo com o conhecimento e domínio do tema, por parte dos docentes envolvidos no projeto.

A religiosidade foi tratada no colégio porque faz parte da cultura africana, dos seus deuses, de sua mitologia. Para a educadora, houve a necessidade de dar mais conhecimentos aos discentes devido à presença, assumida, de um aluno convertido do candomblé, que exibe seus colares referentes a essa religiosidade, como também, um umbandista que não usa muitos signos, até porque a própria religião não se faz necessária tal indumentária, diariamente. A mestre insiste:

> *"no início que ele veio para cá, no início do ano, em 2014, [erra a noção do tempo, 2013], ele estava no primeiro ano, e de vez em quando estava na fila do almoço e começava a cantar pontos de candomblé, e os alunos ficavam meio assim, e aí no dia seguinte ele vinha com uma guia, e os alunos ficavam meio assim. E a gente já tratava do assunto, mas nunca foi um projeto da escola, mesmo quando ele chegou. "Ah, vamos fazer um projetinho para a gente combater a intolerância religiosa",*

A educadora acrescenta a informação de que existe um Grêmio Estudantil na escola, desde 2012 e que funciona muito bem. Por isso, esse aluno, o candomblecista, por um acaso, faz parte do Grêmio, assim como outros alunos evangélicos. Ressalta que:

> *"eu acho que a questão principal que a Tolerância, o Respeito e a Igualdade são muito debatidos na escola, principalmente pelo setor cultura, não quero "puxar sardinha", mas...[risos] História, Sociologia, Geografia e Filosofia. Isso acaba transparecendo em algumas atitudes de nossos alunos, a ponto do Marcos, e ele pode falar isso melhor para você, ele sempre ter colocado para a gente que ele não se sentia excluído, pelo contrário, sentia curiosidade das pessoas, conhecerem mais, e eu acho que foi por isso que no ano passado, um aluno, que é o aluno umbandista, o Wilton, que você também vai conversar, escolheu o tema do Surgimento da Umbanda para falar, não sei se ele era mais tímido, mas falava bem menos que esse outro e quando o grupo veio para mim, disse logo "eu me interessei por esse tema porque meu avô é do terreiro, ele é da Umbanda é muito ativo lá dentro, e eu também vou desde novo e eu queria mostrar para as pessoas como é, pois as pessoas têm muito preconceito".*

Na fala da educadora, o trabalho é feito de modo ecumênico. "O importante é ressaltar que o grupo era composto por mórmon, metodistas, além dos discentes que

pertencem à religiosidade afro". Embora, a intolerância religiosa não seja tratada na disciplina de História, conforme a professora, na Amostra, o trabalho de "Mitos e Criações do Mundo", "os Orixás foram tratados como mito, do ponto de vista, do mito, [...] envolvidos na criação do mundo, [...] fora do eixo cristão, a explicação do surgimento do mundo".

Para a educadora, a leitura sobre os Orixás foi levantada, sem nenhuma dificuldade, pelos alunos. Resolveram estudar acerca da cultura dos iorubás, pois ser de mais fácil acesso aos estudos, "só porque tinha mais fontes sobre os Orixás, mas porque eles tinham uma repercussão grande no Brasil, a gente poderia ter tratado de uma outra mitologia, mas a gente escolheu essa".

Além da pesquisa sobre a Criação do Mundo, no mito africano, outro grupo em que o aluno Talles participava, o aluno umbandista, o tema foi o "surgimento da Umbanda". A professora insiste:

> *"eu também não conhecia muita coisa sobre a Umbanda. Eles apresentaram num dia específico, fizeram uma dramatização da primeira aparição do Caboclo Sete Encruzilhadas numa sessão espírita de mesa branca e esse caboclo defendendo a descida, digamos assim [risos] de pretos velhos e indígenas e como não era consenso de que isso fosse feito nas sessões espíritas, esse Caboclo incorporado no Marcílio [parece estar confusa] perdão, agora não recordo direito o nome da pessoa. Isso, o Zélio, incorporado no Caboclo, diz que como as pessoas não aceitam, ele precisa criar um novo lugar onde essas pessoas não se sintam repelidas, e aí começa a religião da Umbanda. Então é apenas nesse momento que é retratado na apresentação. A gente tem um narrador que começa dizendo que o Zélio estava tendo muitas tonturas, desmaios que os pais de Zélio o tinha levado a médicos, a igreja, chamando o padre para exorcismos, e nada deu certo, até que um tio que era espírita o leva nesse centro, então, começa a dramatização e no final, eles também falam sobre a expansão da Umbanda no RJ e no Brasil inteiro. Depois há uma discussão com as pessoas que assistiram ao debate sobre dúvidas sobre o trabalho ou aprofundamentos dos debates".*

Através de informações dadas pela profissional, é factível perceber que os trabalhos apresentados nesta culminância são estudados e planejados durante todo ano letivo, após a escolha do tema, pelos alunos. Eles partem em busca de trabalhos acadêmicos na Internet, assistem a filmes referentes aos temas escolhidos, embora tivessem alguns percalços, cabia a ela, como orientadora, dar o caminho para que a religiosidade fosse apresentada, não como doutrinação ou imposta aos alunos do colégio, mas como forma de mais conhecimentos com intuito de exterminar o preconceito religioso, naquele espaço e o respeito aos dois alunos assumidos da religiosidade afro.

Ficou claro, na entrevista, que nem tudo transcorreu às mil maravilhas. Conforme dito, a orientadora do projeto, Flávia, enfrentou algumas questões impostas pelos alunos. “ah, e se pessoal começar a rir da gente, depois de se fazer a dramatização, e se começarem a dizer que todo mundo aqui é capeta, como é que a gente vai fazer?”. A educadora reforçou a importância do tema e disse-lhes que dependia da postura deles, que deveria ser clara e objetiva, que era um trabalho de divulgação de conhecimentos que poucas pessoas tinham. A professora ressignificou a imagem da religiosidade de Umbanda, mesmo sem ser adepta ao credo, e insistiu: “o surgimento dessa religião, que era a única religião afro-brasileira, quer dizer, que é genuinamente brasileira, a mistura dos espiritistas, que é francês, com os indígenas, e africanos. Então, é uma religião genuinamente brasileira”.

Enfatizou, ainda, que se tornaria um trabalho interessante, a partir do momento que fosse dramatizado, contudo, de modo acadêmico. Tentando compreender e direcionar todo o processo, ela dizia:

> *“bastava ter só uma mesa, e um toquinho, e eles vestidos daquela forma simples, [...] Olha Talles, é você quem vai fazer o Zélio, porque eu acho que é você que tem que fazer, você é o único aluno que é da Umbanda” e todos os outros concordaram e em nenhum momento algum aluno disse “ah, eu não vou fazer, não vou sentar à mesa de um espiritismo, isso não vou fazer”, em nenhum momento isso aconteceu.*

Na verdade, o tópico da intolerância foi o foco do trabalho, segundo a mestranda, e toda reunião com os alunos, era discutido. A intolerância pode unir muita gente. E através da educação, pode contribuir isso, com a nova geração. “[...] tem que respeitar a religião do outro, a forma de viver do outro, o modo de vestir do outro. Então foi por aí que a gente caminhou e aí o trabalho aconteceu. Eu até tive muito receio.”

VI.11 Todos eram da mesma religião?

Ao questioná-la se houve problemas acerca das religiosidades dos alunos, a mesma responde que “nenhum deles, além dos alunos oriundos de religiosidade afro, os outros quatro eram todos evangélicos e de denominação diferente, um mórmon, um metodista e outros da Assembleia de Deus”, disse não ter tido nenhum problema com mães ou responsáveis. Ressalta-se, entre os educadores daquela escola, a necessidade de ver o mundo sob outro foco, senão o da intolerância religiosa, e esse aspecto é compensador para os adeptos da religiosidade afro-brasileira, pois se sabe a força que a Educação tem, para que se melhore esse conceito.

Havia uma certa preocupação em relação à visitação no dia da culminância. Para ela, se colocasse na porta o título como “Surgimento da Umbanda”, talvez, o trabalho sofresse alguma discriminação, por parte dos não envolvidos que, na certa, não teriam o mesmo conhecimento adquirido por aqueles alunos. Então, decidiu-se por “Jesus Cristo e Oludumare na terra de [confusa] esqueci o outro nome que é um deus indígena [...],”

É importante mencionar para fins de experiências didáticas, como se concretizou a culminância do projeto feito pelos educadores daquele espaço. De fato, havia uma estratégia de adaptação do espaço, pois na época, era pequeno, foi feita através de circuitos[89], para que os visitantes assistissem a todas apresentações, guiadas por monitores, que eram os alunos do 3º ano, que participavam do projeto, não mais com pesquisas e sim como orientadores dos alunos envolvidos que, no caso, primeiro e segundo ano do ensino médio.

Para complementar seu raciocínio, enfatiza que a disciplina de Artes tem grande participação na montagem do espaço físico com exposição de máscaras e na ambientação da cenografia. Todo aparato necessário foi feito pelos compromissados no projeto: alunos que checam o andamento da exposição e passam para os professores que, no mesmo dia, aplicam notas. Por fim, ratifica que o trabalho não é só avaliado no dia da apresentação, este é um quarto da nota. Por isso que existiam reuniões semanais, para que gerassem a escrita de “um artigo que acaba contemplando o tempo de gestão do trabalho, enquanto a apresentação só mostra o que eles querem dar público”.

VI.12 Abram alas, pois “Lendas de Exu” passou lá

Em busca de mais informações acerca do caso *Lendas de Exu*, a entrevista com Flávia era de suma importância para este trabalho, além, é claro, dos outros profissionais que demarcaram muito bem suas ações em defesa do uso da Lei no currículo desse ambiente de socialização e aprendizagem.

“Eu fiz aquele curso que o NEEDE promoveu em 2011, e lá fiquei sabendo do seu caso”. Segundo a educadora, a forma como ela concebia o caso, era de “intolerância religiosa”. O fato motivou-a na implicação de um dos trabalhos, embora

[89] O espaço físico do CAP, no ano de 2013, era pequeno. Então dividiu-se em circuitos com cores diferentes. Davam pulseiras aos visitantes para serem guiados por monitores, pertencentes às cores de cada circuito. Esse método evitava que o trabalho de alguns alunos não fosse prestigiado. Essa logística, segundo a educadora, foi dada por alunas de produção cultural da UFF.

não tinha colocado esse tema, no projeto da Amostra. Na verdade, foram os alunos que lhe deram a ideia do assunto e continua:

> *"ah, a gente podia falar de algum caso..." e o Lauro disse: "ah, quando eu estudava lá na Serra, tinha uma professora, que ela falava coisas de africano e me lembro que eu desenhava um Exu na sala, e tinha um livro na Biblioteca que eu mostrei pra ela, aí eu me toquei que era no seu caso, que ele estava falando então eu disse: "conta mais sobre isso..." e deixei ele ir falando. Esse caso aconteceu com a professora Maria Cristina, "não é no Pedro Adami, que vocês estão falando?" "O Lauro você é testemunha ocular, vivenciou o caso, propriamente dito". Então, eles acharam a ideia muito legal e ai foi tomando forma até chegar ao trabalho da Intolerância Religiosa. Eu orientei esse trabalho. A princípio, eu pedi para eles pesquisarem na Internet e fazer uma cronologia como o tema foi tratado na imprensa. Era um grupo muito competente tudo que eu pedia, aparecia na semana seguinte. A gente descobriu que o grupo de intolerância acolheu e começou a botar pra frente e ganhou espaço nos jornais. A gente chegou a ver a questão da Assembleia Legislativa que você também foi. Toda uma cronologia que eu cobrei no trabalho e que está no artigo. No meio disso, a gente tinha comentado que eu iria na Serra e conversar com ela: "Pra conversar com ela, é fácil, chamo, ela vem aqui, tenho certeza que ela vem, não vai haver problema". Agora, lá na Serra a gente tem que tomar cuidado porque a minha ideia era ir até lá para conversar com o diretor da escola, os diretores. Só que como o Lauro mora lá, em Córrego do Ouro, ele foi sem eu pedir. Na segunda semana, deu uma louca, ele foi à escola e conversou com o diretor. Então, o diretor passou todo material para ele, a cópia do inquérito, inclusive, e falou para ele, mais ou menos, os nomes das pessoas envolvidas e os pais que foram na escola Ele voltou, eu repreendi, pois achava que ele não tinha que ir sozinho, ele já tinha feito.*

Ao explicar sobre a organização da exposição do trabalho com o caso *Lendas de Exu*, no dia da culminância, a educadora disse ter sido de forma neutra, apenas foi exposto o caso e deixou-se para o público julgar se houve ou não um caso de intolerância religiosa por parte dos gestores do colégio. Cada envolvido apresentou a sua versão da história verídica, num ambiente de labirintos feitos com material de TNT[90]. "O cenário era bem escuro, e os personagens relacionados ao caso, acendiam uma lanterna, e cada um dava o seu depoimento, para que o público que ali estivesse, julgasse o ocorrido". Para a educadora, de maneira alguma, identificou-se a escola, como também, os envolvidos no caso, que não ficou claro para os visitantes, na apresentação, ter sido real.

[90] O TNT é um material confeccionado em tecido a base de polipropileno e viscose que apresentam entre suas principais características o fato de serem atóxicas e semipermeáveis, impedindo a passagem de partículas de gotas de fluidos contaminados, obedecendo assim os rígidos padrões de qualidade. O TNT é conhecido como "tecido não tecido", pois é feito de maneira convencional. Disponível no site: http://sacolapratica.blogspot.com.br/2011/02/tecido-nao-tecido-tnt.html Acessado em 13 de setembro de 2014.

Analisa-se, portanto, que tudo isso pode ser feito devido à cooperação da Direção, “ao diretor é preciso que ele acampe a ideia para que o projeto pudesse ser discutido, sem ouvir dos professores, uma gracinha”. Para ela, cabia às diretoras ratificarem que aquele espaço é plural e esses debates fazem parte de um ambiente escolar. Segundo a educadora, não se deixou de ouvir argumentos que, por incrível que pareça, vieram dos seus próprios colegas de trabalho e prossegue:

> *“- Fazendo trabalho sobre Umbanda?*
> *- Sim, professor, sou eu que oriento, qual é o problema?”*
> *- “Isso é trabalho científico?*
> *- Claro que é, existem monografias. Não tem trabalho científico sobre a reforma religiosa, qual o problema de ter trabalhos sobre a Umbanda? Eu vivi isso.*
> *A gente já teve caso dos alunos defenderem, de alunos escutarem de professores: “ah, não, isso não é de Deus!”, mas os alunos falaram: “como assim, professor, a gente estuda intolerância religiosa” nós temos casos assim”.*

Percebe-se, através desse diálogo que, por sinal, muito importante para se fazer uma Análise Discursiva, a boa orientação dada por estes profissionais a seus alunos. Para tanto, entende-se o comprometimento com a causa do racismo, da intolerância religiosa relacionados à Lei 10.639.

VI.13 Abram alas, pois os Orixás, deuses iorubanos, passaram lá

Ademais, na história dos Orixás, como já foi dito várias vezes, percebem-se os valores éticos que somente têm a intenção de revelar a fragilidade dos conceitos de bem e mal, como também, a coexistência de ambos. Ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de outro meio de ver o mundo da família brasileira, reconstituída após a diáspora Brasil e África. Cabe enfatizar que não é nada fácil lidar com a aversão atribuída a essa crença, tão menosprezada por ser mal entendida como não cultural. Instiga-se, então, a busca de fundamentação para o apogeu libertário da religiosidade afro-brasileira, de modo que se possa cultuá-la com a devida liberdade.

A professora Flávia insiste em dizer que a Lei é algo comum no cotidiano escolar. O resultado surpreendente de uma ida ao museu afro de São Paulo fez com que vários alunos perguntassem se iriam mais uma vez à exposição, com o objetivo de assistirem às novidades.

Diz que o colégio teve progresso é que é uma escola em construção. A partir disso, alunos de religiosidades africanas devem ter orgulho de seu pertencimento religioso, pois numa escola em que prestigia a diversidade e o respeito ao outro, à sua crença, só ganha por preparar futuros profissionais que verão a religiosidade africana como parte cultural de um povo que ajudou na construção de várias Nações. Daiana continua sua explicação:

> *"por exemplo, "agora chegaram os calouros que não conhecem o aluno que vem de guia, como ele faz parte do Grêmio, e vai nas salas, para passar informes e recados. Então, todos acabam conhecendo, então os calouros sentem aquele choque e começam a comentar com outros alunos, mas "fulano é da macumba?" Os alunos do ano passado, que ficavam assim, que não sabiam como eram, esse aluno ri, e dá uma risadinha: "não, marcos é muito tranquilo, é religião dele, não é isso não, calma aí"*

VI.14 Herança do negro está no mundo, está também em Macaé

A diversidade é um grande legado de riqueza deixada pelo negro escravizado, em qualquer parte do mundo, e Macaé, através de alguns pesquisadores, tem escritos sobre a presença dele.

Segundo o autor Paulo Roberto Patrocínio, 2007, Macaé, cidade das lavouras, das canavieiras também tinha a presença de escravos vindos da Gana, Angola, e Quissamã, uma região da África. As embarcações dos navios negreiros seguiam para os Distritos de Barra de São João e Quissamã, nome dado a um lugar de Macaé, por causa da grande quantidade de escravo oriundos deste lugar. Por isso, no continente africano, com a proibição da vinda de escravos para o Brasil, surgem os traficantes de escravos, e Macaé não ficou à parte. Ademais, sabe-se que José Marques de Abreu, pai de Casimiro de Abreu, foi um dos maiores traficantes de escravos da época. Através de pesquisadores da região, permite-se saber que o código usado para anunciar a chegada de escravos era referente às "galinhas de angola". Na Praia do pecado, até pouco tempo, tinha vestígios dessa população (PATROCÍNIO, 2007, p.36-37).

Não se pode deixar de mencionar uma figura muito importante para os macaenses, Curucango, negro que veio de Moçambique, que era muito arredio e apanhava o tempo todo, após matar seu feitor, passou noite vagando e arrumou um local para ficar e acolher outros negros fugitivos, em Macaé. Os donos de fazendo, observaram que havia um espaço onde negros ficavam, após fuga. Disse que só se entregaria, após falar com o filho de seu patrão, e quando assim aconteceu, matou o

jovem, e depois teve o seu fim. Então, Macaé era local em que se tinha um quilombo chamado Curucango (SIQUEIRA, 2004, P.86).

Descortinam-se, então, frestas de religiosidade em duas obras escritas sobre Macaé. Pode-se entrever, em algumas linhas referentes à cidade, o momento em que o escritor Carlos Marchi (2008), em “Fera de Macabu”, ao referir-se à personagem da negra cabinda Balbina, nascida em 1815, escrava de Coqueiro, o fazendeiro enforcado, injustamente, em Macaé. O estudioso relata:

> *“ que a negra [...] tinha uma personalidade forte, [...] foi castigada muitas vezes, odiava todos os brancos que cruzassem sua retina. Nas senzalas da fazenda Bananal, exercia forte liderança espiritual sobre os outros escravos. Promovia ritos satânicos que Coqueiro desdenhava – ao contrário de outros fazendeiros, que proibiam enfaticamente a prática de crenças africanas. [...] Balbina cultuava entidades malignas, praticava bruxarias, roubava frangos no terreiro para promover sacrifícios de sangue, manipulava magias e poções para a curas e vivia contando histórias terríveis para amedrontar e submeter outros escravos (MARCHI, 2008, p.96)”.*

Mais uma vez, este fragmento apresenta a deturpada imagem da religiosidade africana que sempre foi ojerizada desse modo, demoníaca. Entretanto as curas, aberturas de caminhos, dentre outros recursos profiláticos para a vida humana, feitos por essa religiosa, ninguém relatou, na época. O medo do desconhecido sempre causou pânico aos brancos colonos, consequentemente, os religiosos escravos eram obrigados, para sua própria defesa, causar temores, para serem respeitados pelo seu próprio povo, como também, pelos donos de fazenda. Para tanto, relatos de ritos satânicos, bruxarias, mesmo para o processo de cura, eram rejeitados por muitos de outrora. Por conseguinte, esses conceitos perduram até os dias atuais, e como já se sabe, quem recebe essa demonização é o protagonista desses escritos, Exu. Muito já se defendeu e falou acerca desse temido Orixá, nas linhas do educador que já pertenceu ao quadro de funcionários da Prefeitura de Macaé. Em 2005, antes do fato ocorrido na Serra, Luiz Fernandes de Oliveira parecendo prever o ocorrido, resolveu defender esse panteão para os leitores macaenses. Desse modo, o panteão é defendido por esse educador:

> *“exú era princípio demoníaco da feitiçaria, da bruxaria e da maldade. Além disso, a representação simbólica de Exú com chifres talvez possa ter influenciado, pelo ideário caricaturado dessas religiões dominantes, a sua identificação com o diabo. [...] Longe de ser o diabo, Exú é o princípio dinâmico de comunicação e existência cósmica e humana. [...] Por analogia, Cristo também é avesso, como Exú, aos dogmas, preconceitos e Autoritarismo que predominam as instituições. Ele parte em busca de seu espírito de*

> *liberdade na festa do fogo, de Pentecostes, que, como princípio dinâmico, continua a animar a vida dos homens e mulheres na liberdade, na ternura e na luta (OLIVEIRA, 2005, 183-184)".*

Com o objetivo de trazer à tona que Exu já esteve nos escritos de alguém em sua defesa, na cidade de Macaé, transcreveu-se o fragmento da obra de Oliveira. O autor percebia, durante a sua escrita literária, a necessidade de defender a religiosidade dos Orixás, a partir do conceito da diversidade humana, que tanto enriquece Macaé.

Tentando compreender todo esse processo, revisita-se essa cidade, que está inserida em diferenças étnicas, religiosas, como também culturais entretanto; o que deveria causar orgulho à população macaense causa a intolerância demasiada neste município com a religiosidade afro-brasileira. De fato, o estudioso insiste, entusiasticamente, na época, que o poder público de Macaé promova projetos de promoção da igualdade racial, "para fazer com que 45% da população de Macaé seja visível e contribua para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de todos (OLIVEIRA, 2005, p.184)".

A sensibilidade desse pesquisador sobre Macaé é notável, pois não só chama atenção para o racismo, gênero e homofobia, dentro do município, como também outros aspectos relacionados à cultura afro-brasileira. Insiste em dizer que políticas de promoção de igualdade racial iriam possibilitar ascensão à metade da população de Macaé que, por ser afrodescendentes, poderia contar suas próprias histórias "ter sua liberdade de credo e de expressão equitativa de suas culturas, e [...] de qualidade às suas demandas na resolução de problemas de saúde, como anemia falciforme, a hipertensão causada pelo racismo cotidiano (OLIVEIRA, 2005, p.184)".

Atente-se, neste momento, à fala do reverendo Marcos Amaral, em seu artigo "A mãe das Heresias", na obra "Intolerância Religiosa X Democracia". Dentro deste contexto, o religioso relata que João Calvino, pai do presbiteranismo, diz que:

> *"[...] todo ato de intolerância tem necessariamente seu útero nas trevas da total ausência do conhecimento e informação. Não há um só ato de extremismo e preconceito, seja de credo, gênero, opção sexual, cor etc., que possa, minimamente que seja, encontrar amparo no evangelho cristão. Não há! (AMARAL, 2009, p.77)".*

Percebe-se a necessidade de representantes de outros credos adquirirem a perseverança desse religioso. Para tanto, sabe-se que tolerar é saber que as pessoas são diferentes e não se pressupõe que elas sejam diferentes. Para tanto, valorizar e respeitar estão acima de tolerar, aceitar o diverso, esse deve ser olhado, sob outro

prisma, descompromissado com qualquer preconceito para que se adquira um futuro diferente, com outras bases educacionais.

Dentro desse molde perseverante, o colégio sugere, através de seus profissionais militantes, que a Educação deve alinhavar essa mudança, embora existam trabalhos de outros profissionais envolvidos, o que se afirma é a possibilidade de se comentar as pesquisas, acerca das religiosidades de Umbanda e Candomblé, como também, o protagonismo dessas escritas. Reforça-se a importância de se reviver, para se ouvir opiniões macaenses do fato ocorrido na Serra.

Dessa forma, entende-se que o preconceito existe e empareda o afrodescendente na sociedade, por isso, qualquer espaço educacional refletirá uma pluralidade de crenças e hábitos de vida. Na verdade, é o cenário onde brancos, negros, com muitas mudanças, conflitos e reformulações de conceitos, convivem quase que diariamente. A sociedade está em constante mutações, buscando sempre o que se é de melhor para viver e ser, para tanto, qualquer ato por modificação será sempre bem-vindo. Ao educador que se despe de preconceitos, cabe preparar o cidadão para viver com alteridade, diversidade. Mesmo com a Internet relativizando fronteiras, o grande desafio do século XXI é lidar com o outro. Em várias partes do mundo, temos o problema da intolerância, principalmente, a religiosa e, através da Educação, pode-se entrever melhorias.

Assim, o pastor Amaral aponta para demonização atribuída à religiosidade afro-brasileira, por essa sofrer imposições e limitações da cultura brasileira. Segundo o religioso, para os seus crentes, essa religiosidade não se identifica com o seu Deus dos seus discípulos. Para tanto, eles a exclui, tal qual os negros eram excluídos no passado, através de rejeição, reprovação e alijamento cultural. “Logo, não é incompreensível reconhecer que, sendo esses nossos ancestrais os primeiros veiculadores de uma religião, certamente seria esta tratada como eles o eram, ou seja: repudiada, discriminada e caricaturada (AMARAL, 2009, p.102)”.

VI.15 Considerações finais deste capítulo

Este capítulo abordou o universo de uma escola da Prefeitura de Macaé, em que trouxe à luz, a defesa de que o ocorrido em 2009, com o paradidático *Lendas de Exu*, de Adilson Martins foi mais um embate intolerante, dentre muitos que rodeiam as

entidades escolares. É preciso que educadores tornem-se práticos, que deixem de utopias, deixem os desdéns pejorativos das religiosidades afros, que se despertem e mobilizem um sentimento coletivo de pôr um fim, através da Educação, a intolerância com os Orixás e Entidades dos negros e índios, construtores explorados de Nações.

Na verdade, julgamentos sem nenhum critério epistemológico, que são soltos, pela oralidade de quem os profere, perdem-se com o tempo, mas esses escritos, além de muitos que por aí permeiam, hão de incomodar os intolerantes, e, se perpetuarem, não ficarão em vão, serão como os hieróglifos, como as inscrições nas cavernas, que poderão ser analisados por futuras gerações.

É possível sim, falar de Orixá, através de narrativas mitológicas, das oferendas trazidas pelo povo do continente africano, da Umbanda, dentre outros assuntos inseridos na Lei, é só saber como conduzir, e o principal, ter o devido respaldo de uma Direção de escola, que é envolvida no projeto da Lei 10.639. Esse espaço do saber forneceu estratégias de como resgatar as demandas relacionadas a essa legislação, além do mais, provou ser possível o engendramento de se comprometer com mudanças do engessamento da cultura dos afrodescendentes. E por que não esclarecer de vez a essa geração que a religiosidade da diáspora Brasil e África não é a demonização atribuída pelos colonizadores?

Sabe-se muito bem que para responder a tais questionamentos, há de se pensar que estes esclarecimentos dar-se-ão, através de profissionais engajados nesses movimentos, de modo que os estudantes brasileiros passem a ser os futuros propagadores do respeito, da união de crença do outro. A validade de que não existe uma só crença perfeita e sim que existe uma diversidade de crenças, na construção de uma Nação que já é plural, por natureza. A escola é o *locus* para esse embate.

Estes escritos vão delinear a intenção de se questionar e induzir outros educadores à experiência do Colégio de Aplicação de Macaé que, através de profissionais, extremamente envolvidos, resgatou a vilipendiada religiosidade da Umbanda e do candomblé com a Lei 10639/2003. Por conta disso, provaram que essa Lei não é somente para edificar ou doutrinar essas crenças, que causam celeumas para os praticantes da religião pentecostal que as temem nas redes escolares, por acharem que seus adeptos possam se converter a elas. O colégio pesquisado, na verdade, apresentou um trabalho sincero, sem reservas, com veemência, por parte de educadores sem religião, evangélicos e católicos, e deve ser seguido pelos educadores do município de Macaé, pois a Lei é uma obrigatoriedade e não somente para o

envolvimento de poucos profissionais da educação. Dessa forma, pouco se exige de onde se partiu a Lei. Então, cabe ao governo cobrar das prefeituras a sua aplicabilidade.

Além do mais, aos educadores interessados em transpor ideais, mas são impedidos de tais ações, permitam-se conhecer a experiência que deu certo na Rede, de modo a se orientar de forma decisiva em dialogar com o que não é permitido, pela intolerância religiosa que sufoca este município. Dialogar com a cultura da religiosidade afro é não impor doutrinas e respeitar o credo do outrem, é ministrar conteúdos além das literaturas, que são firmados pelos seus aspectos culturais que envolvem a nação brasileira.

CONCLUSÃO

Assim como o pastor Marcos Amaral, envolvido em todos os atos da Caminhada em Copacabana, assume-se praticar a sua crença, respeitando as outras. No espaço da escola estudada da Prefeitura de Macaé existem profissionais de sua mesma crença que também se mostraram como a mesma postura. Eis a grande questão de todo esse trabalho, o nome Exu que é odiado, através de várias datas, por falta de conhecimento dos parâmetros da religiosidade afro.

Desse modo, existe um grande hiato entre a intenção de apresentar o Exu do passado e transformar a sua visão de anjo decaído a supremo ser. Parece justo que se mudem esses conceitos desviantes, no presente, para que haja uma valoração religiosa das práticas dos negros. Na verdade, o que se esquecem é que Exu pertence à cultura do negro, foram eles que o trouxeram juntos aos seus patuás, assentamentos, mandingas e feitiços, portanto, é certo ser ele de etnia negra.

Na escola, a prática do diálogo é muito importante para se combater qualquer tipo de preconceito. Se no mundo da vida não saímos de um diálogo sem com ele nos enriquecermos, também nos processos educativos, professor e aluno saem diferentes, porque nessa relação ambos aprendem. Se não há signo sem ideologia, não há diálogo efetivo sem os necessários deslocamentos, ainda que mínimos, de uma posição para compreender outra posição, e dela retornar para a sua, enriquecendo-se pelo embate produtivo do encontro de consciências equivalentes, autônomas, mas não independentes das condições sócio históricas, de crenças e outros conceitos. Sem esses deslocamentos, o diálogo morre no seu nascedouro: são vozes da escravidão que se falavam a colonizadores, e morreram nas senzalas desses espaços brasileiros.

Acusam os religiosos de crença afro e a fazerem apologia ao demônio. Observa-se a expressão de cunho religioso no termo “apologia ao Diabo”. Quem faz apologia a alguém admira e defende uma causa, esse termo pertence aos crentes da bíblia. O termo remete às vozes cristãs, interlocutores que insinuam serem os adeptos das religiões africanas adoradores de demônios. Entretanto, historicamente, essa voz não pertence a eles, *in facto,* esse discurso que se refere ao diabo, vem de longe, do catolicismo, desde o descobrimento. Em relação aos alunos de crença afro existente naquele espaço escolar, percebe-se a necessidade, a extrema vontade que ambos têm de serem reconhecidos, respeitados, aponto de exibirem suas indumentárias.

Os pedagogos Ivanir dos Santos e Éle Semog lembram a liberdade religiosa e o livre direito à crença, bem como a laicidade do Estado estão ancorados na Constituição Brasileira, promulgada em 1988. Não obstante, os educadores lembram dos ataques perpetrados pelos projetos neopentecostais que conspiram o tempo todo com agressões físicas e contra patrimônios religiosos, que além de atingirem à religiosidade afro, faz também com católicos, judeus e budistas (FILHO & SANTOS, 2009.p.11e12).

Estas linhas percorreram muito o conceito da religiosidade, pois essa foi a tarefa de quem passou, “sentiu na pele” a intolerância religiosa, como sente a etnia negra, quando perpassa pelo ato discriminatório racial. Entretanto, não se deve esquecer de que um fato levou ao outro. A fim de orientar o leitor nesse diálogo, basta lembrar que se tivessem dado condições aos afro-brasileiros de valorização de sua etnia, de sua cultura, a postura em relação à religiosidade deles, provavelmente, seria outra na sociedade. Dessa forma, anseia-se, mesmo que paulatinamente, características valorativas oriundas pela Educação.

Partindo de alguns entendimentos conceituais literários e religiosos, recorre-se à Ciência, para se remontar ao racismo oriundo na Educação. Nela, encontravam-se muitas ideias errôneas e brutais acerca do negro solapadas por teóricos ligados à Ciência e principalmente ao *modus operanti* do profissional de sala de aula. Por essas vias, foram séculos de aprisionamento racial que envolviam alunos e profissionais, como também indivíduos de baixa renda.

Relembra-se a época em que se avaliou a inteligência de um indivíduo, através do tamanho de seu crânio e o seu volume de massa encefálica, para que se afirmasse assumisse a *mea culpa*, pois não se teve tempo para vivenciar a evolução do mundo e, nem tão pouco, perceber que um dia, existiria a Lei 10.639, feita por militantes engajados na luta da falsa democracia racial, que, paulatinamente, tenta mudar essas concepções errôneas do passado Em termos mais práticos, percebe-se muito bem que foram teóricos racistas e segregacionistas que causaram esse impacto com as teorias darwinistas de seleção da espécie humana, e que hoje deveriam se envergonhar de tal façanha. A exclusão do negro da diáspora afro-brasileira teve um início com o processo de escravidão e, no decorrer do desenvolvimento do País, o racismo permeou, através das nuances democráticas raciais, dizendo ser o País livre de preconceitos, e tudo isso era praticado, principalmente, dentro das escolas.

Comprova-se que estudiosos da eugenia fizeram uma pesquisa científica que tinha como proposta clarear a pele da população humana, de modo que fossem feitos

aprimoramentos dos traços hereditários do ser humano, foi o ponto crucial no período entre guerras da Europa e das Américas.

Na verdade, estavam inseridos nesse caldeirão preconceituoso, a extirpação de etnias negras, a melhoria de cultura, da raça humana, de acordo com o que achavam corretos, como também o modo de aperfeiçoamento de uma população nacional. Para tanto, para explicar isso melhor, adere-se aos escritos de Jair Dávila (2005), na obra *Diploma de Brancura*, quando refere-se a uma eugenia 'pesada' que exterminava os indivíduos de traços físicos que não estavam de acordo com o padrão eurocêntrico da tez branca e olhos de cor, fenômeno aderido de forma escrupulosa pela Alemanha nazista. Entretanto, na América Latina, adotaram a chamada 'eugenia leve' que era sustentada pelo cuidado do pré e neonatal, em suma, na saúde e na higiene pública de modo que se melhorassem a forma física da população, na verdade, uma "adequação eugênica" (DÁVILA, 2005, p.31)."

Através de vários tipos de eugenia, ou seja, tentativa de clarear a população, é óbvio que a minoria foi rejeitada pela elite brasileira, que considerava os pobres, inferiores, e o que se vê, na verdade, é que a história nada mudou. Vale observar as calçadas das ruas quando se deparam, com pessoas pedindo esmolas no trânsito, nas calçadas e observar que se tratam de pessoas negras.

Caminhando ao passado, novamente, com a história do branqueamento, deve-se atentar aos escritos do autor Andreas Hofbauer, quando ressalta os comentários do escritor Martin (1993). Esse autor direciona, aos inícios das Cruzadas e diz que a cor preta que aparecia nos símbolos da Cruzada, em suas representações gráficas tinha a função de representar o símbolo do mal e do condenável. Considera-se pertinente destacar os escritos desse pesquisador, a partir do século XVII, quando sustenta que, naquela época, havia um pedido para que não ficassem com a tez morena, porque era vergonhoso se igualar à cor do negro. Por isso, as damas da corte, além de evitar o sol, aderiam aos recursos de pomadas, purgativos, sangramentos, para deixar a pele mais clara. Desse modo, essas teses rodeavam o mundo (HOFBAUER, 2008, p.97).

Com uma interessante abordagem, esse autor leva ao mundo da inferioridade do homem negro ou até do pejorativo da cor. Esse estudioso instiga o leitor quando retoma o fato do famoso "Estatuto de Toledo (1449), base das Leis da pureza do sangue", que determinava a exclusão de qualquer cargo público a todos que tivessem até a terceira geração na sua genealogia, judeu ou mouro (GEISS, apud HOFBAUER, 2008, p.99).

Em busca de mais fundamentos, volta-se ao Brasil, numa época em que se praticava o nacionalismo eugênico. Para tanto, fazia-se necessário unir-se a várias classes acadêmicas, como antropólogos, pesquisadores, médicos, para se curar a população. Elencada a esse propósito, o melhor espaço era a Educação, “utilizar a educação pública como arena para a ação social (DÁVILA, 2005, p.32). Fizeram-se muitas reformas no conteúdo curricular dos estados brasileiros e na década de 1920, esse movimento ganhou muitos adeptos acadêmicos, entretanto, com outros fins, e não tanto o educacional. Atente-se bem à influência da Educação em ressaltar o preconceito, a força que vem de dentro das salas de aula.

Retrocedendo um pouco pela política, com Getúlio Vargas no poder, quando se cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, e os professores, sem ao menos perceber, foram os aliados às ciências ligadas à eugenia. Para tanto, era certo que estudar as relações raciais brasileiras, por meio da educação, não era viável, por causa da cultura de branqueamento da população. Vale-se dizer que se buscam, no passado, fundamentos que esses estudos raciais nunca poderiam adentrar naqueles espaços escolares. Entretanto, sabe-se muito bem que a Educação sempre forneceu oportunidades, quando se tem a vontade de estudar os padrões de desigualdade racial. Acredita-se que, através de mentes ainda não formadoras de opinião, pode-se transpor conceitos verossímeis de como se engendrou a verdadeira história que os livros didáticos não contaram.

Segundo o autor de *Diploma de Brancura*, havia um processo de escolha de profissionais da Educação onde o negro não adentrava neste contexto, e sendo assim, tirou-lhe a vez da fala de emancipação dessa etnia. Consequentemente, o quadro desses profissionais estava baseado numa política branca.

Nessa inquietude de cor, surge a religiosa em que “A Escola Nova no Estado Novo segue a reforma de Anísio Teixeira, na década seguinte a seu afastamento do sistema escolar pelos oponentes católicos conservadores (DÁVILA, 2005, p.42).” Como não bastasse, toda a reforma ocasionada por esse estudioso, a educação pública no Rio de Janeiro, caiu nas mãos dos oficiais militares e da Igreja. Percebe-se a influência do catolicismo, do sanitarismo e do militarismo nos espaços escolares.

Como testemunha, remete-se ao tempo em que enfermeiros entravam nas salas de aula para examinar as cabeças dos alunos, em busca de piolhos. Quando encontravam, exigiam que os alunos fossem para casa, e só voltassem quando não houvesse uma só simbologia da sujeira e da falta de higiene da população ligada à

classe pobre. É fato comprovável que, naquela época, nem sequer se fazia uma higiene perfeita por falta de produtos de limpeza no banho, como também, nem sequer tinham banheiros descentes para essa higienização. Em relação, ainda, ao autoritarismo, remete-se, aos puxões de orelhas, socos e puxões dados pelos professores, no intuito de complementar a educação domiciliar dos alunos. Observa-se, então, os movimentos de higiene e autoritarismo vivenciados pelo povo de minoria, mas que se diziam ser necessários.

O que se traduz é que, naquela ocasião, esses eram os tipos de políticas públicas. Na verdade, a união de sanitaristas, com a intenção de solucionar alguns problemas sociais, contudo, levava ao afastamento dos alunos da escola. Além da ascensão da ciência, eis a política, que no ínterim do progresso desta, aproveitava da situação e gerava mais recursos financeiros, através de profissionais engajados na escola. Percebe-se que a educação era o palco onde “ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças (DÁVILA, 2005, p.56)”.

O que fica bem claro na leitura dessa obra de Jair Dávila é que não somente os negros passavam por constrangimentos, como também brancos que também eram incluídos na minoria. Através de tudo isso, o outro conceito de que o branqueamento do comportamento da criança era o principal, para tanto, as culturas africanas e indígenas nunca tiveram o seu espaço nos currículos.

Deste modo, por esse caminho de branqueamento, que perdurou por muito tempo, é que se percebe que a luta contra a discriminação racial é crucial e deve ser levantada com profundos estudos históricos do Brasil. Ressalta-se para a necessidade da Lei 10.639 nas escolas públicas e privadas não só para ensinar os alunos a cultura desse povo, como também chocar no mais profundo âmago da boa vontade dos educadores em querer introduzi-la. Sabe-se, portanto, que os resultados demoram décadas para aparecer, mas vêm acontecendo com pequenos avanços e, cada vez que um deles aparece, faz-se necessário comemorar.

Ilustrou-se, até agora, nesse final de ideias, esse racismo pela cultura do branqueamento, apenas com pequenos fragmentos de leitura, exemplificando alguns momentos em que ele se enalteceu. Por isso é muito importante que a trajetória do negro fosse estudada, com profundidade, quiçá, a sua importância fosse mais notada, é o que se pretende chegar num futuro bem próximo, na realidade da escola.

Para tanto, existem muitas pesquisas e textos que ajudam o professor a se convencer na aplicabilidade da Lei 10.639, de modo que auxilie melhor o educador a se

estruturar nesses estudos, os que foram excluídos dos livros escolares. Percebe-se que cada vez mais, se os pesquisadores estiverem imbuídos nesses conceitos, ao reproduzirem suas obras acadêmicas para os discentes, não deixarão de transpor o que aprendem e modificarão a História camuflada por muitos anos na escola. Basta o educador querer ganhar com o tempo dedicado às leituras e ao entendimento da cultura que foi camuflada durante séculos.

Percorrendo ainda o caminho do racismo, é fato que a desigualdade econômica é a consequência do impedimento dos negros ao acesso a melhores empregos, ou a postos de comandos. Por essas vias, retoma-se, agora, a relação de cor, e acredita-se que a maioria da população brasileira é mestiça. Estudos genéticos comprovam a ascendência da população, analisando que, mesmo nos negros, existem ancestrais brancos e índios, e nos brancos, as mesmas etnias do negro. Como diz a pesquisadora Liv Sovik, quando ressalta que “a linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negro e esconde a existência de branco”. Ainda essa autora, caminha suas reflexões ponderando que “O antepassado da cor carrega uma memória ancestral. O corpo negro é uma herança, é algo que lembra a história do país e impulsiona a luta por injustiça (SOVIK, 2009, p.37 e 133)”. Ademais, todos os dados remetem à manutenção desse *status quo* na luta contra o racismo que perdura desde muito tempo. Não adianta negar que carrega o sangue diaspórico nas veias, o fenótipo esclarece isso muito bem

É factível lembrar que existem brancos que guardam, também, um compromisso com a sociedade, e participam da luta pelo fim das desigualdades e não por beneficência, mas por ansiar justiça, por se pensar numa obrigação histórica, um dever político ou por uma questão de ética libertadora. Percebe-se, principalmente nas escolas, que é o espaço aqui privilegiado, que essa luta não está só sobrecarregando somente os professores negros, mas principalmente, os engajados nessa batalha. Esse estigma é sentido por negros, na pele e na alma, e por brancos engajados nesses movimentos.

Partindo deste princípio, os conhecimentos que os professores brancos, fenotipicamente, estão adquirindo eles, os negros militantes, já estão cansados de saber. Para tanto, a percepção e o sentir é mais no negro que no branco, entretanto algumas opressões só são analisadas por negros. Por isso, existe uma nova construção, muitas das vezes, para ambos, negros e brancos, porque, na verdade, tem muito negro que ainda não se reconhece como tal. Para isso, também faz-lhe necessário conhecer a história de seus ancestrais, dos seus saberes coloniais e intelectuais onde seu povo

se insere. Portanto, agora é de extrema importância, brancos encontrarem-se engajados nos estudos da produção negra antirracista.

Dessa maneira, ter-se-iam lutas coletivas ampliadas a inimigos comuns, os racistas, sejam eles inseridos no aspecto cultural ou étnico. Pode-se inferir que se faz necessário, muitas vezes, o negro sair de sua lógica, para adentrar na do branco, de modo que aconteça a mútua sobrevivência. Nisso, o que para alguns causam ojeriza e sai de seus rumos traçados, tendo como consequência, o próprio racismo ao branco. Entretanto, é passível de se reconhecer essa desconfiança do negro com o branco, pois sabe-se que não é assim tão fácil acreditar na boa vontade e sinceridade advinda por parte deste, que tenta se aproximar. Nesse jogo de damas, com pedras negras e muito mais brancas, exatamente nesse contexto é que se vai construindo provas cabíveis à essa luta mútua, mas isso requer tempo, pois existem muitas desconfianças entre os negros quando os brancos se aproximam e lhes oferecem militância.

Ao refletir-se com o engajamento da luta do negro, depara-se com as cotas e as ações afirmativas, que na concepção de um pesquisador profundo do tema, são obrigações do Estado e de outras instituições e não devem ser encaradas como um certo paternalismo, advindos desses Órgãos. Tal perspectiva remete ao conceito de uma obrigação política e metodológica no enfrentamento ao racismo, de modo que eles alcancem notoriedade em cargos de alta remuneração, como também de poder. Quiçá um dia eles não precisem mais dessas ações afirmativas, num futuro.

Parte-se da concepção de que quanto mais conhecimento, maior se fica alicerçado para a luta, pois acredita-se que acabar com o racismo, exige-se muito mais do que se falar dele. Para tanto, há de se ter uma determinação política de construção de metodologias práticas no que se concerne, por exemplo, a indicação de candidatos, votos para negros, principalmente, os ligados à religiosidade afro-brasileiras, para que se ocupem diferentes cargos e espaços.

Sendo assim, é proveitoso para o antirracismo dá um tom negro às instâncias dos movimentos, às mesas dos seminários, dos congressos, às representações políticas e finalmente, às telas da TV, como aconteceu no dia 27 de abril de 2014, com a nova vinheta de abertura do Fantástico, programa de notícias da Rede Globo de Televisão[91], onde uma linda negra faz a coreografia de abertura do programa de domingo.

[91] Steven Briand foi o criador da nova abertura do Fantástico, que foi baseada num trabalho de conclusão do curso de sua escola superior de arte. A coreógrafa Cathy Ematchoua ajudou para criar os movimentos que se encaixassem com

É valido lembrar que já se viu mesas ligadas ao tema do racismo, não ter nenhum pesquisador negro para ministrar os seus estudos, aliás, lá seria o seu espaço, pois são eles os que sentem verdadeiramente, na alma, o racismo. Então, percebe-se que para as instâncias do movimento negro, será bem saudável pigmentar ainda mais, a cor negra, de modo que não se fique de fora de nenhuma oportunidade de luta e de notoriedade.

Por outro lado, encaram-se as linguagens pejorativas acerca do negro. Por esse viés, é bem questionado a reconstrução de expressões racistas, cujos significados remontam à violência simbólica que se desdobra na vida real do passado e do presente. Acredita-se que tanto a palavra oral e a escrita reproduzem expressões racistas. A exemplo, assistimos às bananas jogadas nos jogadores de futebol, por muitas vezes, até que na última apresentação televisiva, como forma de protesto, o jogador comeu a banana, quase que causando um fim nesse constrangimento, produziu uma grande repercussão midiática.[92] É válido lembrar que as estatísticas afirmam que a juventude negra é a mais violentada, assistimos a mais negros nas prisões, à posse de cargos mais baixos como faxineiros, profissão que não se precisa de tanto estudos e a outras discriminações, além de outros descréditos.

À busca de novas reinterpretações sociais da cultura do negro e de sua história, pretendem-se, brancos engajados na luta, e negros, unidos ao branco, na concepção de trazer de volta o que se foi perdido, por causa de um passado embranquecedor, onde somente o colonizador tinha vez, era o mais bonito, e produzia mais recursos sociais e financeiros.

É factível dizer que a cultura do grupo de pele escura perpassa por muita demanda de reconhecimento da grande contribuição dada por essa etnia, o imaginário eurocêntrico tomou conta de tudo que o negro trouxe com a diáspora, e se mostrou, através da força do açoite, que dominaria essa nação. O poder hegemônico do colonizador demarcou territórios, rasgou documentos, e massacrou a cultura do outro.

---

a animação. Retirado do site: http://globotv.globo.com/rede-globo/fantastico/t/aberturas/v/nova-abertura-do-fantastico-foi-criada-em-paris/3308827/ - acessado no dia 02 de maio de 2014.

[92] O lateral baiano Daniel Alves, do Barcelona, participou de duas jogadas que garantiram a vitória do time contra o Villarreal [...], pelo Campeonato Espanhol. Porém, o bom desempenho foi acompanhado de ofensas por parte da torcida adversária, que jogou bananas em direção ao jogador. Alves, em vez de mostrar descontentamento, respondeu ao insulto de maneira inusitada: ao se preparar para cobrar um escanteio, o jogador se abaixou, pegou uma das bananas e comeu. Em seguida, fez a cobrança e continuou jogando como se nada tivesse acontecido. Retirado do site: http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor - acessado no dia 02 de maio de 2014.

Para que se possa resgatar e valorizar essa multifacetada origem brasileira, faz-se necessário beber na fonte dela e entender que não é de uma hora para outra que isso possa acontecer.

Por conta disso, perceber as nuances do racismo na sociedade é relembrar a tentativa de branqueamento da população brasileira, através dos estudos científicos realizados por estudiosos do passado. A respeito disso, ressalta-se o antropólogo Kabengele Munanga quando diz que entende a tentativa de embranquecimento da população brasileira quando recorreu a métodos eugenistas, e enfatiza que se isso tivesse dado resultado, a realidade racial brasileira não seria a atual, ou seja, uma sociedade plural constituída pelas etnias: mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, com seus desníveis de cor dão ao nosso País um colorido atual. (MUNANGA, 2008, p.15).

Por sua vez, a prioridade é sempre dada ao branco, Liv Sovik (2009) diz que o fenótipo branco é sinônimo de riqueza, ascensão na sociedade, é “andar com um fiador a tiracolo (SOVIK, 2009, p. 38)”. Num País em que a mistura de etnias predomina, e o branco fica numa situação hegemônica tendo acessos, sem restrições, a lugares públicos, obtendo melhores empregos, fica claro que a resistência eurocêntrica ainda persiste.

Mesmo o processo de eugenia ter caído por águas abaixo, o domínio psicológico da cor do colonizador ficou cimentado nas mentes dos brasileiros e, por muito tempo, a cor mulata, segundo Munanga, serviu para trazer muitas confusões na sociedade brasileira, causando um transtorno da ordem sócio-racial, pois a mestiçagem anulou, camuflou o fenótipo do negro (MUNANGA,2008, p.29)”. Com base nesses pensamentos, essa denominação de pele escondeu a etnia negra e índia de nossa nacionalidade. Afinal de contas, como Liv Sovik (2009) intitula em sua obra “*Aqui ninguém é branco*”, e nesse contexto, pergunta-se se existe uma etnia totalmente branca, sem a mistura de outras. Ao mesmo tempo em que o mulato invisibiliza o negro e o índio, a cor branca, também, passa a ser inexistente. Tomando todas as afirmativas, infere-se que o Brasil ainda não chegou a um fator real em relação às cores de seu povo.

Desse modo, o racismo ainda está impregnado em nossa sociedade. Percebe-se que as lutas não são de agora, vêm de muitos anos. Na dimensão da história, conclama-se que não houve vitórias, até agora, e sim acúmulos de ações contra o preconceito no Brasil, através de movimentos em defesa do negro e foram séculos de

lutas intensas. Estamos passando por um processo de mudança de paradigma, em torno de vertiginosas mudanças, os frutos de verdade irão aparecer quando os indivíduos de pele escura ocupar o mesmo espaço dos brancos, em virtude disso, há uma necessidade de ampliação de diálogos acerca dessas transformações.

Para nomear algumas, assistimos à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial[93], que determina que o Estado seja o responsável por reduzir a desigualdade porque foi o que nada fez durante toda essa caminhada, sendo assim, a União, os Estados e os Municípios são os responsáveis por esse compromisso. A adoção de ações afirmativas vem sendo a base e a essência desse documento e cabe aqui ressaltar a proteção das religiões de matrizes africanas, como também e as comunidades quilombolas. Dessa forma, o que se espera, na verdade, é chegar em ritmo de igualdade aos brancos, o mais rápido possível.

No recorte do tempo, não devemos esquecer que somos filhos de mal feitores portugueses pobres e marginais, que fugiram da prisão e vieram para o Brasil em busca de oportunidades. Vale observar que a nossa história de colonização foi feita pela maioria de portugueses pobres, mas que tinham terras e que não vieram para o Brasil à força.

É notório e legitimado que a mitologia africana se confunde com religiosidade, ou ao revés, porém, percebe-se, também, que ambas não conseguem adentrar o espaço da escola, nas aulas de literatura ou nas de religião, pois recebe a alcunha de macumbas, através de educadores e alunos que não têm, em seu berço, uma cultura de preparo contra o preconceito.

Recomenda-se, portanto, que as políticas públicas brasileiras caminhem no sentido da ampliação dos direitos de grupos historicamente excluídos, as minorias religiosas. É fato e, não se pode deixar de perceber que, por outro lado, há um avanço conservador que tenta frear tais conquistas, mas existem muitos movimentos religiosos que contribuem para que a luta prossiga.

A importância do Movimento Negro, um dos principais grupos envolvidos na discriminação racial foi ponderante, entretanto, espera-se, nos dias de hoje, uma maior atuação de outros movimentos, de modo que a sociedade brasileira não esteja mais

---

[93] Palestra realizada no Palácio Guanabara, no dia 13 de maio de 2013, com a presença do Governador Sérgio Cabral e diversas autoridades, como a representante do SEPPIR, em comemoração à luta da emancipação e pelos direitos do Negro com o lançamento do Plano Estadual ao Enfrentamento do racismo.

distante nos avanços da Lei 10.639, como também nas transformações recentes voltadas para a dignidade humana, principalmente nos meandros da educação. Essa batalha, que deve ser bem travada, nas escolas, da mesma forma aderida pelos profissionais da educação, não é dever somente de um grupo específico e sim de todos educadores, pois é a escola o espaço permanente de debates acerca dessas questões e que tem a função primordial de educar para o exercício de uma boa cidadania.

É possível constatar que saberes distintos abrem-se ao diálogo interdisciplinar e, a par disso, a literatura de autores negros tem também a função de resgate cultural do que se deixou de ensinar nas escolas devido ao caráter eurocêntrico, dado aos currículos que camuflaram a cultura do negro. Percebe-se que foram anos de baixa estima de jovens com fenótipos afro brasileiros, e anos de uma falsa democracia racial, dizendo que no Brasil não existe racismo. Para tanto, percebe-se que essas discussões não perpassam a somente indivíduos de cor negra, e a ser a luta de todos os soldados, sejam brancos ou negros, engajados nela. Na verdade, é sentir na alma o estereótipo alcançado somente por eles, é ser o outro na pele, e poder ter a sensibilidade de vesti-la.

Os movimentos sociais trouxeram para a educação a denúncia do racismo, a discriminação em relação à desconsideração de que existem diferentes identidades, o que se leva a repensar a estrutura da escola, em relação ao seu currículo. Várias ressignificações têm sido projetadas em âmbito escolar. O dia 13 de maio, o Dia da Abolição da Escravatura ressignificado como o Dia Nacional da luta contra o Racismo e o dia 20 de novembro, que trouxe à tona, o guerreiro Zumbi dos Palmares, para marcar o Dia da Consciência Negra. A intenção dos movimentos sociais é exterminar a farsa de um passado, de uma mimese da igualdade racial. Nesses pastiches relacionados às datas, visa-se contar a outra história do Brasil, que veio para que o professor seja aliado para a interrupção do racismo na escola. Educadores negros e não negros estão imbuídos nessa tarefa, o que não afeta a todos os profissionais, infelizmente.

A educadora Nilma Lino Gomes questiona sobre o espaço que a cultura de tradição africana ocupa na escola, enfatiza que infelizmente ela está restrita às danças, à música, à sensualidade da mulata, ao carnaval e ao futebol. (GOMES, 2001, p.94). Nesse sentido, além dessas homenagens serem lembradas em datas específicas, a cultura do negro, que é muito mais que isso, torna-se limitada.

O artigo 3º da Constituição ressalta que devemos construir uma sociedade livre de preconceitos de cor, raça, origem, sexo, idade e quaisquer outras formas de

discriminação, no entanto o racismo persiste ainda no Brasil e nos meios escolares. Os currículos carregam o estereótipo do eurocentrismo reproduzindo um modelo de pele branca e fornecendo cada vez mais a inferioridade do negro. Outro aspecto que deve ser ressaltado é o da criança negra que de uma vez por todas deve se reconhecer como parte de uma etnia formadora de uma Nação e com isso, levantar a sua autoestima. Nessa construção, ou melhor, nesse reconhecimento de nacionalidade, o espaço marcado é a escola, na verdade, ela é o *locus* de relações sociais que contribuem para expandir a valorização da cultura africana, em relação a todos os seus valores, inclusive o religioso.

Dentro dessa perspectiva, para que se contemple a pluralidade cultural é necessário que se considere a cor, a classe social e principalmente a religiosidade que um educando traz de seu meio. O mito da democracia racial deve ser posto em ênfase para debates sobre a discriminação racial existente na escola e na sociedade como um todo. É preciso enfatizar que é crime inafiançável a discriminação racial[94], algumas vezes, através de uma simples piada ou xingamento, o indivíduo pode sofrer as sanções da Lei.

As ações afirmativas tentam o resgate dessa demanda, através dos sistemas de cotas. Muitas estratégias vêm sendo feitas para que os negros tenham acesso a uma educação de qualidade, de modo que participe com igualdade aos brancos na sociedade brasileira, de uma política de equidade, exercendo também altos cargos. Para tanto, as universidades brasileiras nunca tiveram atitudes positivas em relação a esse fato, e mesmo com a inclusão dos afrodescendentes, não deram importância para a sua permanência (Siss, 2011, p.13). Comenta-se[95] (informação verbal) que, hoje, a maioria dos cotistas tem a mesma condição acadêmica que um aluno não cotista, fato este favorável porque faz com que consiga acompanhar o ensino que lhe fora negado, num passado longínquo e alcance o patamar na sociedade adquirido somente pelo branco, mas será mesmo verdade?

Dentre este final de informações acerca do racismo, retoma-se o objeto de estudo desse trabalho, para fins de proposições de reparação. Antes de chegar a esse tópico, vale ressaltar que não é fácil lidar com a resistência de manifestação de

---

[94] Artigo 5º, XLII, CRFB/1988 – Constituição da República Federativa do Brasil

[95] Palestra realizada no Palácio Guanabara, no dia 13 de maio de 2013, com a presença do Governador Sérgio Cabral e diversas autoridades, como a representante do SEPPIR, em comemoração à luta da emancipação e pelos direitos do Negro com o lançamento do Plano Estadual ao Enfrentamento do racismo.

religiosos, de considerar apenas uma crença como a verdadeira, e menosprezar as outras que foram veladas por séculos e engessadas. Entretanto, nos dias atuais, são emersas pelas religiosidades de Umbanda e Candomblé.

Vale um aparte neste momento, para instigar o leitor a pensar acerca do que se debateu durante todos os argumentos, aqui, apresentados. Um apelo de conscientização de que um profissional engajado na implementação de uma Lei de Educação é um educador militante de um movimento contra qualquer tipo de discriminação, seja racial ou religiosa. Retrata-se, aqui, um educador competente e imbuído em sua profissão, que estuda para aumentar o seu potencial intelectual, não é um profissional que faz de sua sala de aula, a extensão de sua religiosidade quando se alude aos mitos africanos, principalmente ao personagem Exu, de Lendas de Exu.

Esta revelação coloca-se diante de duas demandas e serve-se para alinhavar o que neste trabalho foi defendido, o educador que ministrou Lendas de Exu não tinha o propósito religioso e sim acadêmico, visto que escreveu essas mais de cem páginas de intensas leituras bibliográficas acerca da cultura do negro da diáspora Brasil e África, para que se pudesse dissertar com sabedoria e valor acadêmico.

Questiona-se, então, se os gestores, que por sinal negros, do colégio municipal, em que o caso LE protagonizou a saída de um educador, aderem tantos conhecimentos acerca do que seja a Lei 10.639/2003 e da militância negra, a ponto de reconhecerem o grande transtorno que causaram.

Então, retorna-se a proposições de reparação sugeridas acima, e urge um pedido de *mea culpa* advindo pela Prefeitura de Macaé, por ter sido a responsável direta, pela falta de justiça e compromisso com a Lei 10.639/2003, relacionado ao caso de *Lendas de Exu*, através do inquérito administrativo que teve como decisão que todos voltassem para a sala de aula, porque nada de anormal havia acontecido. A outra demanda que se pede reparação, além de muitas, foi o provérbio bíblico colocado pela gestora do colégio. Esse episódio, prefere-se deixar a par de seu próprio Deus para se fazer justiça, pelos seus atos intolerantes.

Para complementar esta finalização, cumpre deixar registrado, que a partir do dia 15 de setembro de 2014, o NEEDE não mais existe. A mídia se calou, tudo se estagnou e o retorno à sala de aula deu-se. Diante dessas problemáticas, espera-se apenas a atuação da legislação em relação ao processo, que ainda percorre nas pastas do Ministério Público de Macaé, e o registro da intolerância do mito exuniônico na Academia, para posteriores avaliações.

E para que todos os pedidos acima sejam aceitos, roga-se ao panteão Exu, e não mais ao personagem, exu, de Adilson Martins, invocando-o com seu grito de louvor e agraciamento, ***Laroriê Exu!***

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena, **Manual de História Oral**, 3.ed., Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

ALTER, Robert, ***A Arte da Narrativa Bíblica***, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa, et al. **Literaturas Africanas e Afro-brasileira na Prática Pedagógica**, Belo Horizonte, editora Autêntica, 2008.

AMORIM, Marilia, **O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**, São Paulo: Musa editora, 2004.

ANDERSON, Benedict, **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, tradução Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**, 3ª edição, rev. E ampl. – São Paulo: Moderna 2006.

ARROYO, Leonardo, **Literatura infantil brasileira,** 3ª ed. Rev. Ampliada, São Paulo:Editora Unesp, 2011.

BARROS, José Flávio Pessoa de, **O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé Jeje-nagô do Brasil** – Rio de Janeiro: Pallas: UERJ, 1993.

BARTLETT, Sarah, **A Bíblia da mitologia: tudo o que você queria saber sobre mitologia**, Tradução Jacqueline Damásio Valpassos. São Paulo, ed. Pensamento, 2011.

BASTOS, Liliana Cabral e William Soares dos Santos org., **A entrevista na pesquisa qualitativa: Perspectivas em análise da narrativa e da interação** Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

BENISTE, José, **Jogo de búzios: um encontro com o desconhecido**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

_____, **As águas de Oxalá**: **(àwon omi Ósàlá)**, 2ª edição, Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2003.

_____, **Òrun – Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yourubá entre o céu e a Terra,** 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, **O sagrado e o selvagem e outros ensaios**, tradução Dorothée de Bruchard: revisão técnica de Reginaldo Prandi, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2006.

BERN, Zilá, "**O elogio da crioulidade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonoss do Caribe**", In: ABDALA JUNIOR, Benjamim (org). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas, Sâo Paulo: Boitempo, 2004,

PP.99-111.

_____, **Introduçåo à literatura negra**. Såo Paulo, Brasiliense, 1988.

BHABHA, Homi K., **O local da Cultura**, tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte, 2ª edição, Editora UFMG, 2013. BIRINDA, Príncipe, **A Bíblia secreta dos negros,** comentários de Jean-René Legrand; tradução Caroline Kazue Ramos Furukawa. São Paulo: madras, 2006.

BIRMAN, Patrícia. **Fazer estilo criando gêneros: estudo sobre a construção religiosa da possessão e da diferença de gêneros em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro: Relume Dumará, EdUERJ, 1995.

BITTENCOURT, Luiz Claudio (Dunga), **Fotogramas & saudade: fotografias de 1975 a 1985,** Macaé-RJ, 2013.

BOSI, Alfredo, **A Dialética da colonização,** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**. Do parecer no tocante as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer N.º: CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004. Relator: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília: 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 02 set. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: 1997.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Brasília: 2003. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei10639.pdf>. Acesso em: 02 set 2010.

BULFINCH, Thomas, **O livro de Ouro da mitologia: história de deuses e heróis,** tradução David Jardim, Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BURKE, Maria Lúcia Pallares e Peter Burke. **“**Entrevista com Jack Goody” In. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 329-345, jul./dez.2004. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/ha/v10n22/22706.pdf>. Acesso 05 de junho de 2014.

CABRAL, Alexandre Marques, **A Redenção de Deus: sobre o diabo e a Inocência**, Alexandre Marques Cabral, Jonas Neves Rezende, 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Via Verita, 2012.

CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso, **Manual de expressão oral e escrita**, Petrópolis, 29ª edição ,Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CAMPOS, Maria José, **Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940**, Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

CAPONE, Stefania, **A busca da África no candomblé, tradição e poder no Brasil,** Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CAPUTO, STELA Guedes, **Educação nos Terreiros e como se relaciona com crianças de candomblé**, Editora Pallas, 2012.

CARNEIRO, Edison, **Antologia do Negro Brasileiro**, Rio de Janeiro, Ediouro.

CARTILHA para Legalização de Casas Religiosas de Matriz Africana, disponível em <http://www.jur.puc-rio.br/depto/wp-content/uploads/2013/08/ Cartilha-para-Legaliza%C3%A7%C3%A3o-de-Casas-Religiosas-de-Matriz-Africana.pdf<. Acesso em 12 de setembro de 2014.

CAUDAU, Vera Maria, "Construir Ecossistemas Educativos",. In: **Reinventar a Escola**, 7.ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane (organizadora), **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**, São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick, **Discurso das mídias**, Tradução Angela S. M. Corrêa. 1ª ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Fernando, **A Prática do Candomblé no Brasil**, Rio de Janeiro: ed. Reenes Ltda, 1974.

CROSO, Camila; SOUZA, Ana Lúcia Silva. (Orgs**.) Igualdade das relações étnico-raciais na escola – Possibilidades e desafios da Lei 10.639/2003**, São Paulo: Ação Educativa CEAFRO e CEERT, 2007.

CUMINO, Alexandre, **História da Umbanda: uma religião brasileira**, São Paulo: Madras, 2010.

CUNHA, Carolina, **Eleguá e a sagrada semente de cola**, São Paulo, Edições SM, 2007.

DERRIDA, Jacques , **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**, tradução Claudia de Moraes Rego, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreira, et al, **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ, editora Vozes, 1994.

DEUS, Paulo de, **Kardecista e Umbandistas**, Editora Espiritualista, Rio de Janeiro,

1965.

DILASCIO, Flávio. Professora de Macaé é punida por ensinar conteúdo afro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de novembro 2009. Disponível em:<http://www.oglobo.com.br/>. Acesso em: 19 set 2010.

DUARTE, Rosália, **'**Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo', In **Caderno de pesquisa**, n.115, p.139-154, março, 2002.

ELIADE, Mircea, **O sagrado e o profano**, São Paulo, Editora, Martins Fontes, 1992.

_____, **Mito e Realidade**, tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESOPO, tradução de Antônio Carlos Vianna, **Fábulas de Esopo**, Porto Alegre: L&PM POCKET; V.68, 2001.

EVARISTO, Conceição, **Literatura negra**, Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes e, **Linguística textual: uma introdução**, 5ª ed.,São Paulo, Cortez, 2000.

FARELLI, Maria Helena, **Os Negros Bruxos**, São Paulo: ed. Madras, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes et all, **Usos e abusos da história oral**, 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

FILHO, Domício Proença, **Dionísio Esfacelado**, Edições Achiamé, Rio de Janeiro.

FLUSSER, Vilém, **A História do Diabo**, Revisão técnica de Gustavo Bernardo, 3ª. Edição, São Paulo: Annablume, 2008.

FOUCAULT, Michel, **A arqueologia do saber,** tradução Luiz Felipe Baeta Neves, 8ª. Ed.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRANCHINI, A.S.et al., **As melhores histórias da mitologia africana**, 3ª ed., Porto Alegre, RS, Artes e Ofícios, 2011.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 25ª edição, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1987.

FROSSARD, Larissa et al, **Macaé, Nossas Mulheres, Nossas Histórias**, Macaé, RJ: Macaé Offshore, 2006.

FRYE, Northrop, **O Código dos Códigos: A Bíblia e a Literatura,** São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

FRYE, Northrop, **Anatomia da Crítica – Quatro ensaios,** São Paulo: Ed. É Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda, 2014.

GADOTTI, Moacir, **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIUMBELLI, Emerson, “Religiões no Brasil dos anos de 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade”**, PLURA, Revista de Estudos de Religião**, ISSN 2179-0019, vol. 3, pp. 79-96, nº 1, 2012.

GOLDENBERG, Mirian, **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**, 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Heloísa Toller, **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**, 2.ed, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende, I.N. de (Orgs.): Amauri Mendes Pereira [et al.]. **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa: contribuições para discussão da questão racial na escola,** Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ,2007.

_____, **O candomblé e o lúdico**, Rio de janeiro: Quartet: NEAB-UERJ,2007.

GUTMAN, Guilherme, **Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de Origem: Arthur Ramos**,*Ver. Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo*, v.10, n.4, p. 711-728, dez. 2007.

HALL, Stuart, **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HATT, K.Paul, et al. **Métodos em Pesquisa Social.** (compilado de xerox)

HERNANDES, Nilton, **A Mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**, 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

HOFBAUER, Andreas, **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão**, São Paulo, Ed. Unesp, 2008.

JOBIM, José Luis (org.), **Palavras da crítica**, Rio de Janeiro, ed. Imago, 1992.

JUNIOR, Dácio Tavares Lobo (et all). **Macaé Síntese Geo-Histórica. 100 artes e publicações** /PMM, Rio de Janeiro,1990.

KNAUSS, Paulo, **História e Memória de Macaé**, Macaé, produção Annã Engenharia Cultural.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça, **A inter-ação pela linguagem**, São Paulo: Contexto, 2003.

KUNZ, Dora Van. 1995. *Aspectos Espirituais das Artes de Curar*. Editora Teosófica Santa Catarina. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...59701998000200005>, em julho de 2012.

LANDES, Ruth, **A cidade das mulheres**, tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva, Editora Civilização Brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1967.

LINS, Paulo, **Desde que o samba é samba**, São Paulo, Planeta, 2012.

LÔBO JÚNIOR, et all, **Macaé – síntese Geo-Histórica**, Artes Publicações, RJ, 1990.

LODY, Raul Giovanni da Motta, **Cabelos de axé: identidade e resistência**, Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004. ’

MAESTRI, Mário, **O escravismo no Brasil**, São Paulo: Atual, 1994.

MARCHI, Carlos, **Fera de Macabu: o maior erro da justiça brasileira**, Rio de Janeiro: Bestbolso, CIP-Brasil, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2008.

MIRANDA, Cláudia et al, **Relações Etnicorraciais na Escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei n. 10.639,** Rio de Janeiro: Quartet: Faperj.2012.

MOORE, Carlos, **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro,** Belo Horizonte ed. Nayala, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio et al., **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas,** 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2009.

MARTINS, Adilson, **Lendas de Exu,** Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2012.

MATTA, Roberto Da. **O que faz o brasil, Brasil?** Editora Rocco LTDA, Rio de Janeiro, 1994.

MUNANGA, Kebengele, **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** – 3ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kebengele, **Negritude: usos e sentidos,** 3ª edição, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Milton Meira do et al., **Iluminismo: A Revolução das Luzes**, São Paulo: Editora Ática, 2008.

NETO, Antônio Alves Teixeira, **Umbandismo**, Coleção espiritualista, nº 16, Gráfica Editôra, Ltda, Rio de Janeiro, 1957.

NINA Rodrigues, Raymundo, **Os Africanos no Brasil,** São Paulo: Madras,2008.

OLIVEIRA, José Henrique Motta de, **Das macumbas à Umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira**, Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de, **Exclusão étnico-racial: um mapeamento das desigualdades étnico-raciais no município de Macaé. Análise sociológica da pesquisa domiciliar do programa Macaé Cidadão.** Macaé, Prefeitura Municipal de Macaé, 2005.

_____ et. al, **Escola, cultura e diferenças: experiências e desafios na educação básica,** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro,et.al ., **O Ensino de História da África em debate saberes, práticas e perspectivas**, Goiânia: Ed: da PUC Goiás, 2011.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, 6ª edição, Campinas, SP, Pontes Editores, 2011.

ORTIZ, Renato, **A morte branca do feiticeiro negro. Umbanda e sociedade brasileira,** São Paulo, Brasiliense, 1999.

PARADA, Antônio Alvarez, **Histórias da Velha Macaé**, produção própria do autor, 1980.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto, **Memórias Macaenses**, Copyright by Paulo Roberto Patrocínio, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes, **Trajetórias e Perspctivas do Movimento Negro Brasileiro**, Belo Horizonte, Nandyala, 2008.

PESTANA, Maurício, **O Menino Travesso**, São Paulo: Baú de Ideias, Coleção Mãe África-2011.

_____, **Exu**, Salvador (BA) Fundação Cultural Palmares / Editora Bantu, 2012.

PIMENTA, Tânia Salgado.1998. **Barbeiros sangradores e curandeiros no Brasil** *(1808-28).* **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. V (2): 349 – 72, jul. –out.

PINTO, Tancredo da Silva, **Origens da Umbanda**, Editora Eco, Rio de Janeiro, 1970.

PINTO, Tancredo da Silva, FREITAS, et al., **Guia e Ritual para Organização de Terreiros de Umbanda**, 6ª Ed. Editora Eco, Rio de Janeiro, 1972.

RAMOS, Arthur, **As Culturas Negras no Novo Mundo**, XII volume, Biblioteca de Divulgação Científica, Ed. Civilização Brasileira, S/A, Rio de Janeiro, 1937.

_____, **As Ciências Sociais e os Problemas de Após-Guerra**, Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1944.

_____, **O Negro Brasileiro,**1º volume: etnografia religiosa, 5ª edição, Rio de J aneiro, 2001.

_____, **O Negro Brasileiro**, 1º volume: etnografia religiosa, 5ª ed. – Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

_____, **Macumba**: plano de pesquisa, anotações e informações coletadas sobre o assunto. Rio de janeiro – Biblioteca Nacional, T 38,2, 26, 1942- 1945.

RIBEIRO, Márcia Moisés, **A Ciência dos Trópicos – A Arte Médica no Brasil do século XVIII.** São Paulo, Editora HUCITEC, 1997.

RIO, João do, **As Religiões no Rio**, 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

RIVAS, Francisco Neto (*Arhapiagha Yamunisiddha),* **Sacerdote, mago e médico: cura e autocura umbandista: terapia da alma** – São Paulo: Ícone, 2003.

RODRIGUES, Lidiane Neves, A **religião afro-brasileira como tema na literatura infanto-juvenil de Reginaldo Prandi**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas – DCH I. Salvador: ano 01. n. 02. Disponível em: <www.tabuleirodeletras.uneb.br/...02/pdf/revista_completa_volume02.pdf>, acessado em julho de 2012.

RODRIGUES, Raymundo Nina, **Os Africanos no Brasil,** São Paulo: Madras, 2008.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2006.

SALVADOR, Célia Maria Coleta, **Rubro Descaso – Gestão de Democrática Frente à Lei nº10.639/03,** Dissertação de Pós grad. FeMASS-FUNEMAC, Macaé, RJ, 2011.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis, **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial,** Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH,2001.

SANCHIS, Pierre, et.al., **Fiéis & cidadãos: percursos do sincretismo no Brasil**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos, **Formação de professores e religiões e matrizes africanas: um diálogo necessário,** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SANTOS Ivanir dos et al., **Intolerância Religiosa X Democracia**, Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS Ivanir dos et al., **Intolerância Religiosa X Democracia**; Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Juana Elbein dos, **Os Nàgô e a morte: Pàde, àsèsè e o culto Égun na Bahia,** Traduzido pela Universidade Federal da Bahia, Petrópolis, Vozes, 1986.

SEVERINO, A. J. **A atividade científica na pós-graduação**. IN: **Metodologia do trabalho científico,** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático,** Ed. EDUFBA, 1995.

SILVA, Marlise Vinagre. "Liberdade, democracia e intolerância religiosa"**.** In: SANTOS Ivanir dos et al., **Intolerância Religiosa X Democracia**; Rio de Janeiro: CEAP, 2009.pp.125-143.

SILVA, Tancredo da Silva, et al. **Guia e Ritual para Organização de Terreiros de**

Umbanda, 6ª edição, Rio de Janeiro, ed. Eco, 1972.

SILVA, W.W. da Matta e. **Umbanda de todos nós**, São Paulo: Ícone, 1996.

SISS, Ahyas; Monteiro Aloisio Jorge de Jesus, I.N. de (Orgs.): Aguilera Urquiza... [et al.]. **Negros, indígenas e educação superior**. Rio de Janeiro: Quartet: EDUR,2010.

SKYDMORE, Thomas E., **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)**, tradução Donaldson M. Garschagen, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Muniz, **As estratégias sensíveis**, Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2006.

_____, **A narração do fato: nota para uma teoria do acontecimento**, 2ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SOUZA, Laura de Mello, O **diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

SOVIK, Liv, **Aqui ninguém é branco**, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

THEODORO, Helena, **Cultura afro-brasileira**, Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

TINDÓ, Carmem Lúcia, et al., **Pensando a África: literatura, arte, cultura e ensino,** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

TODOROV, Tzevetan**, Introdução à Literatura Fantástica,** Tradução Maria Clara Correa Castello, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2012.

WEST, Cornel. **Questão de raça**, tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VENTURA, Ribeiro. **Estilo Tropical**: **histórica cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGER, Pierre Fatumbi, **Orixás deuses iorubás na África e no Mundo,** tradução Maria Aparecida da Nóbrega, 6ª edição, Salvador, editora Corrupio, 2002.

VILLACORTA, Gisela Macambira et al. "Pajelança e Encantaria Amazônica". In: PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados.** Rio de Janeiro, Pallas, 2001.pp. 11-58.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares; LEONEL, João. **Bíblia, Literatura e Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011.

ZVEITER, Luiz. **Direitos Humanos e liberdades religiosas**. In: SANTOS Ivanir dos et al., Intolerância Religiosa X Democracia; Rio de Janeiro: CEAP, 2009, cap.1 pp.17-31.

ANEXO I

Professora acusa diretora de escola em Macaé de perseguição

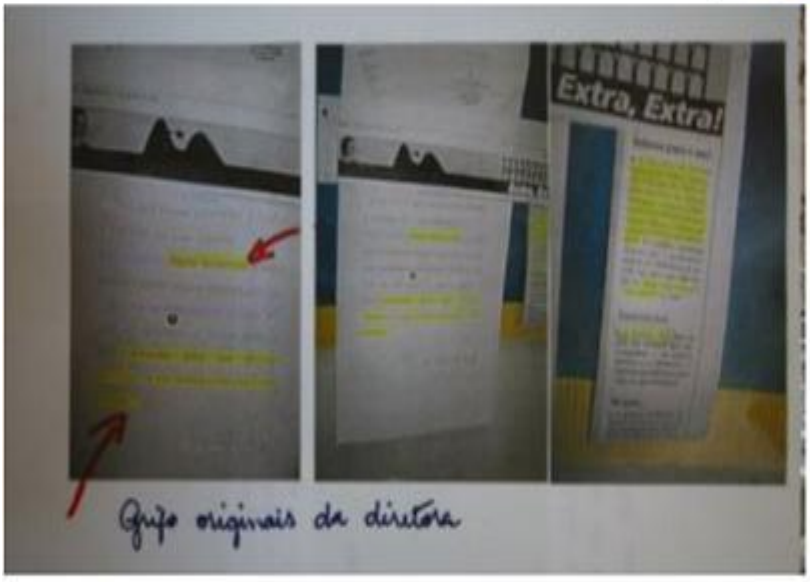
EXTRA ONLINE **Enviado por Clarissa Monteagudo - 26.10.2009 | 20h03m**

Um livro sobre mitologia africana aplicado em sala de aula gerou uma guerra santa em Macaé. A professora de Língua Portuguesa Maria Cristina Marques acusa a direção do Colégio Municipal Pedro Adami, localizado no distrito de Córrego do Ouro, de persegui-la por levar para os alunos as histórias da cultura africana.

A docente está inscrita na pós-graduação em História da África e Cultura Afro-brasileira, curso de capacitação para o cumprimento da lei federal 10639/09 — que prevê o ensino da história da África nas escolas. A pós-graduação é promovida pela própria secretaria municipal de educação, com verbas federais. Em agosto, na nota "Sobrou para o saci", a jornalista Berenice Seara revelou o drama da professora.

— Um aluno me indicou um livro fantástico e fui ver. Era "Lendas de Exu". Levei para a sala de aula e a recepção dos alunos foi ótima. Eles fizeram cartazes caracterizando Exu não como se pensa, com chifres e rabo. Mas como o livro ensina, um personagem que faz traquinagens. As crianças adoraram. Exu é um orixá que é vida, caminho, luz. Na cultura africana, não tem nada a ver com diabo— explica a docente.





Ontem, a professora, que já denunciou o caso ao Ministério Público, recebeu a solidariedade de membros da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa. Ela se reuniu com o frei católico Athaylton Jorge Monteiro Belo, a diretora executiva da Congregação Espírita Umbandista do Brasil, Mãe Fátima Damas. O professor Bernardo Sorj, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos, emitiu nota de repúdio à discriminação.

Segundo Maria, após o episódio do livro, a diretora a afastou. Os alunos ficaram sem aula do dia 15 de setembro até semana passada, quando a Procuradoria do Município levou a professora de volta ao trabalho.

A secretaria municipal informou que o caso é isolado e espera o resultado do processo aberto pela procuradoria.

http://extra.globo.com/blogs/feonline/posts/2009/10/26/professora-acusa-diretora-de-escola-em-macae-de-perseguicao-235730.asp

ANEXO II

Professora de Macaé denuncia colégio alegando ser perseguida pela diretoria

Tatiana Mattos | Estado do Rio | 27/10/2009 13:31



A professora Maria Cristina Marques, que leciona no colégio Municipal Pedro Adami, em Macaé, acusa a direção da instituição de persegui-la por usar o livro "Exu - contos do folclore brasileiro", de Adilson Martins, em suas aulas.

A obra, segundo Maria Cristina, foi sugerida por um de seus alunos do sétimo ano, e foi encontrado na biblioteca da escola, com parecer do MEC. "Eu fui até a biblioteca, olhei as histórias do livro e me interessei em usá-lo em minhas aulas. Como estou fazendo pós-graduação em Afro, proporcionada pela Prefeitura de Macaé, precisava de atividades práticas para a minha monografia. Assim, comecei a fotografar os trabalhos dos meus alunos e, na quinta aula, a diretora veio me procurar e me disse que mães reclamavam das minhas aulas e que, como 85% da comunidade é evangélica, teria que parar de usar o livro ou estaria à disposição", denunciou a professora.

Após as perseguições, o caso ficou conhecido pela secretaria de Educação do município que, por sua vez, acionou a Procuradoria Geral da Prefeitura. "A professora relatou o caso a uma subsecretária. Houve uma reunião entre a diretora e a professora. O colégio colocou Maria Cristina à disposição. Neste caso, a professora é questionada para que se saiba se ela quer remanejamento, o que não aconteceu, já que Maria Cristina queria permanecer no Pedro Adami. Por isso, a secretaria procurou a procuradoria da Prefeitura, que entrou no caso e, depois de ouvidos os envolvidos, emitiu o parecer pedindo que a professora retornasse ao colégio, pedido este que foi prontamente atendido", explicou o subsecretário de ensino fundamental, Sol Grey Tavares Ribeiro. Ele disse ainda que esteve na instituição por quatro vezes para negociar o retorno da professora. "Na quarta-feira, fui a uma reunião entre os pais e Maria Cristina. Os responsáveis pediram que ela parasse de utilizar o livro, que atualmente não está sendo mais usado", relatou Sol.

A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) também participa também das investigações. Segundo Maria Cristina, muitos alunos foram intimados pelo colégio para deporem contra ela.

http://www.sidneyrezende.com/noticia/61891+professora+de+macae+denuncia+colegio+alegando+ser+perseguida+pela+diretoria

ANEXO III

Convite da Associação Brasileira de Imprensa quando estava acontecendo o caso



ANEXO IV

O livro carimbado pela escola

